

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

VÂNIA MARIA TORRES COSTA

‘À SOMBRA DA FLORESTA’

**Os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no
telejornalismo da Rede Globo**

NITERÓI

2011

VÂNIA MARIA TORRES COSTA

‘À SOMBRA DA FLORESTA’

Os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.
Área de concentração: Comunicação e Mediação.

Orientadora: Prof. Dra. ANA LUCIA SILVA ENNE

NITERÓI

2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C837 Costa, Vânia Maria Torres.

‘À sombra da floresta’: os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo / Vânia Maria Torres Costa. – 2011.

295 f.; il.

Orientador: Ana Lucia Silva Enne.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social, 2011.

Bibliografia: f. 278-290.

1. Telejornalismo. 2. Amazônia. 3. Identidade. 4. Estereótipo. 5. Floresta amazônica. I. Enne, Ana Lucia Silva. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Artes e Comunicação Social. III. Título.

CDD 070.409

VÂNIA MARIA TORRES COSTA

‘À SOMBRA DA FLORESTA’

**Os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no
telejornalismo da Rede Globo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Comunicação da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.
Área de concentração: Comunicação e Mediação.

Aprovada em setembro de 2011

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Lucia Silva Enne - Orientadora
UFF

Prof. Dr. Kleber Santos de Mendonça
UFF

Prof. Dr. Marildo José Nercolini
UFF

Prof. Dra. Isabel Siqueira Travancas
UFRJ

Prof. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marín
NAEA/UFPA

NITERÓI

2011

À Clarice, Isadora e Maria Luiza com muito amor.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Nazaré Torres, pelo carinho e dedicação incansáveis de toda a vida e, principalmente, pelo apoio com as netas enquanto eu precisava me ausentar para realizar este trabalho.

Ao Sidney, parceiro de amor e de vida.

Aos tios queridos Noeli e Mariléa, que me deram colo enquanto estive no Rio.

À querida Denise Torres pela ajuda na bibliografia sobre Amazônia.

À Amanda Torres e Sylvia Dantas.

À d. Loudes, Suely e Meire pelo apoio em casa.

À Universidade Federal Fluminense, que me acolheu e me deu a oportunidade de integrar o corpo discente da turma de 2007.

À prof. Ana Enne, que apostou neste trabalho desde o início e foi fundamental ao longo de toda a jornada de produção.

À prof. Marialva Barbosa com suas sugestões e colaborações valorosíssimas.

Ao professor Fernando Resende que muito contribuiu indicando caminhos, autores e idéias maravilhosas.

À Professora Isabel Travancas pelas ótimas sugestões no exame de qualificação deste trabalho.

À turma do Grecos pelos aprendizados, trocas e estudos coletivos.

Aos amigos da UFF Renata, Miguel, Michele, Letícia, Isac, Silvinha, Roberta.

À professora Stela Pojuci pela revisão do capítulo sobre Amazônia

Ao Agenor Sarraf e Renato Nogueira

Às amigas Danila Cal e Ana Prado pelo estímulo constante.

À amiga Alda Costa pelas trocas, conversas e pela paciência de me escutar quando eu necessitava dialogar sobre as descobertas desta pesquisa.

À Professora Rosa Acevedo pelo apoio e carinho.

“Mas de que modo as palavras se ligam ao mundo, os textos à experiência e as obras às vidas, essa é uma pergunta que eles não estão minimamente acostumados a formular”.

Clifford Geertz

RESUMO

Este trabalho aborda a relação entre Amazônia e Brasil, entre os sujeitos de uma região e o país no qual esta região está inserida. A partir da análise dos telejornais exibidos nacionalmente pela Rede Globo de Televisão, observa-se o modo como jornalistas concentrados no Sudeste do país constroem a imagem da Amazônia. Tendo o texto televisivo como foco da análise, buscam-se as marcas de identidade e alteridade na representação do 'outro' amazônico e na re-produção de formações ideológicas construídas desde a conquista da América. Observa-se a visão de mundo dos jornalistas e o modo como ofertam a visibilidade e se apropriam da região, da floresta e dos sujeitos no contexto da nacionalidade, por meio da análise do discurso verbal e imagético das reportagens. Os sujeitos e a região, enquanto personagens do mundo do texto, são ofertados como inferiores, fracassados e apagados diante da importância da floresta para o país e para o mundo. As narrativas reafirmam, na fixidez das representações, a presença de estereótipos que retomam relações históricas de colonialidade, onde a Amazônia se faz como selvagem em oposição ao Sudeste civilizado. Desta forma, confirma-se nos textos a produção da 'diferença cultural' e as marcas da inferioridade e da subalternidade na representação do 'outro' amazônico, enraizadas em relações de poder e saber produzidas histórica e culturalmente.

Palavras-chave: Amazônia. Identidade. Estereótipo. Colonialidade. Região. Telejornalismo. Sujeitos.

ABSTRACT

This work talks about the relationship between Amazon and Brazil, between the subjects of a region and the country this region is placed at. From analyzing nationally broadcasted TV news from Rede Globo de Televisão, we observe the way journalists located on the Southeast of the country build the Amazon image. Having TV text as analysis focus, we look for identity and otherness aspects on the representation of the Amazon “other” and on the reproduction of ideological formation since Americas conquest. We observe the world’s view of the journalists and the way they offer the visibility and the way they take the region, the forest and the subjects on nationality context through analyzing verbal and imagery discourse from the reports. The subjects and the region, as characters of the world of the text, are classified as minors, failed and cut out in face of the matter of the forest to the country and to the world. The narratives reassert, by the fixity of the representations, stereotypes attendance that resume coloniality historic relationships, where the Amazon is taken as wild in opposition to the civilized Southeast. This way, it is assured on the texts the generation of the „cultural contrast“ and the minority and subordination aspects on the representation of the Amazon „other“, built on power and knowledge relationships historic and culturally created.

Keywords: Amazon. Identity. Stereotype. Coloniality. Region. TV news. Subjects.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p. 17

PARTE I: AMAZÔNIA E PRODUÇÃO DISCURSIVA: UM PASSEIO HISTÓRICO

1 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO EM DISPUTA PARA FALAR DE MUITAS
AMAZÔNIAS, p. 32

1.1 BRASIL E AMAZÔNIA: O DISCURSO NACIONAL ENTRE EXUBERÂNCIA
E VAZIO, SALVAÇÃO DO MUNDO E NECESSIDADE DE OCUPAÇÃO, p. 33

1.2 ÍNDIOS E CONQUISTADORES: DE COMO TUDO COMEÇOU, p. 34

1.3 ENTRE A PEQUENEZ DO HOMEM E A EXUBERÂNCIA DA FLORESTA SURGE
UMA NAÇÃO, p. 39

1.4 ERA PRECISO RACIONALIZAR PARA PRODUZIR E ASSIM TUDO PERMITIR, p. 43

1.5 A AMAZÔNIA NÃO ERA BRASIL. A AMAZÔNIA ERA ‘CABANA’, p. 45

1.6. UMA NOVA FRONTEIRA: A EXPLORAÇÃO DA BORRACHA E DO HOMEM, p. 51

1.7 É HORA DE TUDO CONTROLAR, PROTEGER E... USAR, p. 53

1.8 A FOGUEIRA ‘TÁ’ QUEIMANDO E O MUNDO PRECISA RESPIRAR, p. 59

PARTE II: TELEJORNALISMO E PRODUÇÃO DISCURSIVA SOBRE A AMAZÔNIA

2 TELEJORNALISMO E NOTICIÁRIO NACIONAL: TECENDO O BRASIL TODOS
OS DIAS, p. 68

2.1 A REDE GLOBO DE TELEVISÃO NO CONTEXTO DA TV BRASILEIRA, p. 69

2.2. TELEVISÃO, PODER E IMAGINÁRIO, p. 73

2.3 O JORNALISMO DE TELEVISÃO ENCONTRA UM JEITO DE SER, p. 74

2.4 O TELEJORNAL ENTRE APELOS POPULARES E AUDIOVISUAIS, p. 76

2.5 O TELEJORNALISMO EM REDE E AS SÉRIES ESPECIAIS, p. 82

3 AS REPORTAGENS TELEVISIVAS E O ENCONTRO COM AS DIVERSAS
AMAZÔNIAS, p. 85

3.1 A CARAVANA JN E OS DESEJOS DO NORTE DO BRASIL, p. 87

3.2 O ‘POVO DA FLORESTA’ E O BRASIL INVISÍVEL, p. 105

3.3 OS ÍNDIOS NA TERRA DA RAPOSA, p. 124

3.4 OS BRASILEIROS QUE VIVEM EM CIDADES ERGUIDAS NO MEIO DA
FLORESTA, p. 136

PARTE III - A REPRESENTAÇÃO DO ‘OUTRO’ NO TELEJORNALISMO: A REGIÃO E OS SUJEITOS EM CENA

4 TELEJORNALISMO E IDENTIDADES AMAZÔNICAS: PRODUZINDO SIGNIFICAÇÕES NO CAMPO MIDIÁTICO, p. 153

4.1 CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DO JORNALISMO: AS ESPECIFICIDADES DA COMUNICAÇÃO DE MASSA, p. 155

4.2 A IDENTIDADE MEDIADA: PENSANDO A IDENTIDADE CULTURAL COMO REPRESENTAÇÃO DO ‘OUTRO’, p. 160

4.3 JORNALISTAS E NOTICIABILIDADE: ENTRE FUROS, ROTINAS E AUDIÊNCIA, p. 163

4.4 OS SIGNIFICADOS CULTURAIS E O DISCURSO: O PERCURSO DA ANÁLISE, p. 169

5 CONSTRUINDO UMA IDÉIA DE REGIÃO: ‘OUTRO BRASIL, OUTRO MUNDO’, p. 174

5.1 A AMAZÔNIA É NOSSA: O DISCURSO DA NACIONALIDADE, p. 175

5.2 PRODUZINDO UMA IDÉIA DE FRACASSO: A REGIÃO DO ABANDONO E DOS PROJETOS FALIDOS, p. 185

5.3 EXALTAÇÃO E ESQUECIMENTO: O IDEAL DA FLORESTA DE PÉ E A HERANÇA PORTUGUESA, p. 190

6 O DISCURSO SALVACIONISTA: ENTRE IMENSIDÃO, EXALTAÇÃO E ILEGALIDADE, p. 196

6.1 O DISCURSO DA IMENSIDÃO E DA EXALTAÇÃO: A FLORESTA QUE IMPRESSIONA, p. 196

6.2 A FLORESTA AMEAÇADA E DEVASTADA, p. 207

6.3 ILEGALIDADE E SALVAÇÃO: A BANDEIRA DO DESENVOLVIMENTO, p. 215

7 A COLONIALIDADE DO DISCURSO: PODER E SABER NA CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS AMAZÔNICOS, p. 223

7.1 À SOMBRA DA FLORESTA O TEMPO NÃO TEM IMPORTÂNCIA, p. 223

7.2 O ESTEREÓTIPO EM CENA: QUANDO A IMAGEM FALA E O TEXTO CALA, p. 236

7.3 O BRASIL INVISÍVEL: QUANDO A POBREZA É O ‘MOLHO’ DA MATÉRIA, p. 245

7.4. O HOMEM MITIFICADO: ENTRE A SEDUÇÃO E A REDUÇÃO DO ‘OUTRO’, p. 256

CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 267

REFERÊNCIAS, p. 278

APÊNDICES, p. 291

GLOSSÁRIO, p. 293

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig. 1 Cartaz da Campanha da Fraternidade 2007, f. 62
- Fig. 2 Vida e morte no coração da Amazônia, f. 66
- Fig.3 Acenos no cais de Gurupá, f. 88
- Fig. 4 Bandeira do Brasil, f. 90
- Fig. 5 William Bonner em Belém, f. 91
- Fig. 6 Pedro Bial em Belém, f. 92
- Fig. 7 Sequência de vendedores de ervas do Ver-o-Peso, f. 93
- Fig. 8 O filósofo Benedito Nunes, f. 93
- Fig. 9 Ao som da Flauta Mágica, f. 94
- Fig. 10 O menino e o pôr do sol, f. 95
- Fig. 11 Canoa solitária, f. 95
- Fig. 12 “A selva, o rio... outro mundo”, f. 96
- Fig. 13 Toras de madeira no Rio Amazonas, f. 96
- Fig. 14 Casa iluminada, f. 97
- Fig. 15 Homem com lanterna, f. 97
- Fig. 16 Moradores falam sobre atendimento médico, f. 98
- Fig. 17 Sequência de moradores de Currálinho, f. 99
- Fig. 18 A fumacinha que chama a atenção de Bial, f. 99
- Fig. 19 Escola de São Sebastião, f. 101
- Fig. 20 As crianças e a câmera, f. 101
- Fig. 21 Festa do Çairé, f. 103
- Fig. 22 A sensualidade do Çairé, f. 103
- Fig. 23 O repórter e a lamparina, f. 106
- Fig. 24 A solidão na floresta escura, f. 106
- Fig. 25 “Entendimento e harmonia”, f. 107
- Fig. 26 Sequência de personagens solitários, f. 107
- Fig. 27 Queimada na floresta, f. 108
- Fig. 28 “A floresta que fertiliza, provê e alimenta”, f. 108
- Fig. 29 O barco e a fúria da correnteza, f. 110
- Fig. 30 Lavadeira na beira do rio, f. 111

- Fig. 31 Passagem de vídeo do repórter, f. 112
- Fig. 32 Chico Feitosa, f. 113
- Fig. 33 O repórter na Ilha do Bravo Sonho, f. 115
- Fig. 34 Terezinha, mulher de Antônio, f. 116
- Fig. 35 Sequência de closes dos ‘exilados’, f. 118
- Fig. 36 Arte para mostrar as distâncias, f. 119
- Fig. 37 ‘Intensa devastação’, f. 119
- Fig. 38 ‘O padre da floresta’, f. 120
- Fig. 39 ‘Árvores que sustentam o céu’, f. 121
- Fig. 40 Comentarista Miriam Leitão, f. 121
- Fig. 41 Enterrados sem caixão, f. 122
- Fig. 42 Imagens finais da série Brasil Invisível, f. 123
- Fig. 43 Homens encapuzados na escalada, f. 125
- Fig. 44 A explosão da bomba, f. 126
- Fig. 45 Líder Macuxi, f. 127
- Fig. 46 Meninos Macuxi e a Reserva, f. 130
- Fig. 47 O mapa dimensiona a grandeza da terra, f. 131
- Fig. 48 “Não é muita terra pra pouco índio?”, f. 132
- Fig. 49 Terra *in natura*, f. 134
- Fig. 50 A vinheta da série Amazônia Urbana, f. 137
- Fig. 51 Sequência de abertura da série *Amazônia Urbana*, f. 137
- Fig. 52 Os moradores urbanos da série, f. 138
- Fig. 53 O foco da jornada, f. 139
- Fig. 54 Brasileiros diferentes, f. 139
- Fig. 55 “O ritmo é o dos rios”, f. 140
- Fig. 56 A floresta e suas especiarias, f. 141
- Fig. 57 O ciclista e a floresta, f. 142
- Fig. 58 História e sabores de Belém, f. 143
- Fig. 59 O artesão das biojóias, f. 144
- Fig. 60 A família do seu Ademir, f. 144
- Fig. 61 A rede e o tempo, f. 145
- Fig. 62 O morador isolado de Pauni, f. 146
- Fig. 63 Sequência final dos isolados, f. 146

Fig. 64	Fordlândia, f. 147
Fig. 65	Dona Olinda, f. 147
Fig. 66	Balsas primitivas, f. 148
Fig. 67	O meio ambiente e o desenvolvimento, f. 149
Fig. 68	O homem, o meio ambiente e o desenvolvimento, f. 149
Fig. 69	Manaus, f. 150
Fig. 70	Aula ao ar livre, f. 151
Fig. 71	Dona de madeireira, f. 151
Fig. 72	Sequência final da série <i>Amazônia Urban</i> , f. 152
Fig. 73	Mapa da região Norte, f. 178
Fig. 74	Mapa da Amazônia Legal, f. 179
Fig. 75	Marechal Cândido Rondon em visita à Raposa Serra do Sol, f. 183
Fig. 76	Cidades que ficaram pelo caminho, f. 188
Fig. 77	Projetos falidos, f. 188
Fig. 78	Floresta e história em Amazônia Urbana, f. 191
Fig. 79	O Ver-o-Peso de Gaspar e de Bial, f. 191
Quadro 1	Entrevista com o filósofo Benedito Nunes, f. 192
Fig. 80	Arte para explicar as distâncias na <i>Terra do Meio</i> , f. 196
Fig. 81	Mapa da Raposa Serra do Sol, f. 197
Fig. 82	A imensidão da Amazônia Legal, f. 199
Fig. 83	Vazio e floresta farta, f. 200
Fig. 84	Os macacos e a fúria da correnteza, f. 201
Fig. 85	Tempestade e jacarés, f. 202
Fig. 86	Periferia de Altamira, f. 203
Fig. 87	Estudantes de Altamira, f. 204
Fig. 88	Cristais brotam do chão, f. 205
Fig. 89	Os valores da terra, f. 206
Fig. 90	Horizonte infinito e riqueza sem limite, f. 206
Fig. 91	Flagrantes da devastação, f. 208
Fig. 92	“Os rios secaram demais”, f. 210
Fig. 93	Projeto ambiciosoo, f. 210
Fig. 94	“Mormaço e chão batido”, f. 211
Fig. 95	“Estrada que não existe”, f. 212

Fig. 96	“Igarapés assassinados”, f. 213
Fig. 97	“Pequenos braços de rios”, f. 213
Quadro 2	A representação dos igarapés, f. 214
Fig. 98	Árvores que sustentam o céu, f. 216
Fig. 99	Oswaldo Vieira chora, f. 219
Quadro 3	O discurso do desenvolvimento, f. 220
Fig. 100	As imagens finais de <i>Amazônia Urbana</i> , f. 221
Fig. 101	O seringueiro e a selva, f. 224
Fig. 102	Dona Bebê, f. 225
Fig. 103	As imposições da selva, f. 226
Fig. 104	O discurso da Igreja e da educação, f. 229
Fig. 105	Homem e natureza em <i>Terra do Meio</i> , f. 229
Fig. 106	O rio em <i>Caravana JN</i> , f. 230
Fig. 107	“O tempo não tem importância”, f. 230
Fig. 108	Banho no rio, f. 232
Fig. 109	Os sujeitos da <i>Caravana JN</i> , f. 232
Fig. 110	Os sujeitos ds <i>Terra do Meio</i> , f. 233
Fig. 111	Os sujeitos de <i>Amazônia Urbana</i> , f. 233
Fig. 112	Os índios em cena, f. 235
Fig. 113	A Caravana e o olhar do ‘outro’, f. 238
Fig. 114	A floresta como cenário, f. 239
Fig. 115	“Longe dos grandes centros”, f. 240
Fig.116	A solidão de Terezinha e Antônio, f. 240
Fig. 117	Sequência noturna de <i>Terra do Meio</i> , f. 241
Fig. 118	Sequência noturna da <i>Caravana JN</i> , f. 242
Fig. 119	Sequência de personagens solitários, f 243
Fig. 120	A vinheta do ‘Brasil invisível’, f. 247
Fig. 121	“Seis dias nessas condições”, f. 248
Fig. 122	Ana Rita, f. 249
Fig. 123	Bial faz atendimento médico, f. 249
Fig. 124	O bispo ameaçado, f. 253
Fig. 125	A viúva de Dema, f. 254
Fig. 126	O milagre da paz, f. 254

- Fig. 127 Milagre amazônico, f. 255
- Fig. 128 A família Monteiro Nunes, f. 257
- Fig. 129 A família de Francisco e Tereza, f. 258
- Fig. 130 A família de Herculano, f. 259
- Fig. 131 “Cara da gente”, f. 259
- Fig. 132 Registros das expedições do século XIX, f. 260
- Fig. 133 Índios levados para a Europa, f. 261
- Fig. 134 Chico Feitosa e o rádio, f. 263
- Fig. 135 “Trabalhozão grosseiro”, f. 264
- Fig. 136 Os sedutores, f. 265

INTRODUÇÃO

Todo país, toda cidade, todo lugar tem uma história. Todos temos um passado que finca nossas raízes, que presentifica o sentimento de pertencimento, que nos identifica com este ou aquele grupo e que nos conduz, também, a releituras que levarão a novos encontros e desencontros. Nos países da América Latina, que têm histórias semelhantes de colonização, as raízes do passado, geradas a partir de violentos conflitos multiculturais, políticos e econômicos, podem ser o grande caminho para entender a sociedade brasileira de hoje.

O encontro de culturas diversas, a partir de 1500, em um país de dimensões continentais como o Brasil foi resultante da dor, da escravidão e da imposição da conquista. Mas não foi assim que aprendemos na escola nos longos anos da vida de estudante. No Brasil dos livros didáticos não havia lugar para pensar um Brasil diferente. Não havia lugar para a tristeza, o exermínio, a mutilação dos sujeitos, de suas culturas e histórias. A palavra ‘descoberta’ se instalou com tanta força, que se naturalizou como o novo que vinha para o bem de todos, para o futuro e para o progresso.

E assim crescemos com a idéia de que somos um Brasil só – integrantes da mesma nação e de uma harmônica interação. As fronteiras traçadas nos mapas seriam meras divisões a identificar diferenças culturais que deveríamos aprender a admirar e respeitar. Dessa forma, a memória coletiva foi se solidificando a partir dessas caracterizações que dizem o que cada região é na composição de uma nação. São diferenças folclóricas e estagnadas que expressam a fixação de padrões culturais necessários à formação do país. A herança colonial nos trouxe um apagamento da história de vida de índios e negros dominados e uma exaltação impositiva da nobreza branca dominante. São relações de poder e saber permanentemente atualizadas, determinantes para a compreensão da geopolítica nacional.

É nesse contexto que pretendemos refletir sobre a relação da Amazônia com o Brasil. Inicialmente gostaria de registrar que há um incômodo que perturba muitos que moram nesta parte Norte do país e eu me enquadro neste grupo. Quando cruzamos as fronteiras da região, percebemos um desconhecimento comumente observado nos comentários de brasileiros do Sul e do Sudeste, principalmente. De imediato somos indagados sobre seres estranhos que povoam a floresta, índios que andam pelados no meio da rua e a idéia de que as cidades são tão pequenas que cabem embaixo de uma árvore. Somos a floresta vazia, a região do atraso, das mitologias em oposição à civilização.

A constatação dessa leitura desigual na relação entre as regiões brasileiras nos indica que os habitantes do Norte sabem muito mais sobre o Sudeste do que o povo do Sudeste

demonstra saber sobre o Norte. E por que isso acontece? Muitos mal sabem os nomes de todas as capitais da Região Norte ou a diferença entre Estado do Amazonas e Amazônia, só pra citar os comentários mais comuns.

Além de dizer de onde venho, preciso dizer também de onde vem minha experiência profissional. Durante 16 anos ininterruptos exerci a profissão de jornalista de TV. Portanto, quando o interesse pela pesquisa acadêmica se manifestou, tornou-se imperativo pra mim problematizar as representações televisivas e a construção dos sujeitos. Assim foi no Mestrado e agora no Doutorado. Portanto, meu *corpus* de pesquisa apresenta-se como um duplo desafio: refletir sobre a visão de mundo dos jornalistas, revendo as estratégias de produção das notícias, e sobre o lugar da Amazônia no jornalismo televisivo, onde me vejo ao mesmo tempo como personagem narrado e como produtor dos relatos.

Ao observar o telejornalismo nacional para problematizar as escolhas dos jornalistas, eu estava revivendo longos anos de prática, os métodos, as rotinas da profissão. Eu havia vivido tudo aquilo, me imaginava naquela situação, provavelmente fazendo igualzinho olhando para outras culturas. Ué, então todo jornalista faz assim? E assim sempre será? Agora sim, chegava a um ponto fundamental. Por que jornalistas têm esses olhos especiais de ver as coisas? Pierre Bourdieu (1997) justifica. Eles estão sempre com pressa, trabalhando contra o tempo, por isso pensam com 'idéias feitas'. E isso faz parte do cotidiano da profissão.

Então jornalistas são seres especiais, que estão em outra dimensão, vendo as coisas de outra maneira? Não, jornalistas são sujeitos sociais envolvidos em práticas culturais. Seu modo de ver e relatar o mundo nos diz muito sobre o que a sociedade pensa sobre 'si' e sobre o 'outro'. Por isso, o texto jornalístico é tão rico para nos dizer sobre os seres em ação no mundo porque nos traz os vestígios do presente.

Nossa pesquisa tem como foco o telejornalismo nacional¹ como lugar de construção de um imaginário sobre a Amazônia, portanto, o discurso dos meios como o principal articulador da imagem de uma região. O telejornalismo como um novo viajante, com uma narrativa própria, com uma especificidade discursiva. Meu objetivo geral é analisar a construção da(s) identidade(s) amazônica(s) a partir das produções televisivas, observando disputas em jogo. Qual o papel dos meios na construção de identidades/ representações? De que diversidade fala o telejornal nacional? E quem são os representantes dessa diversidade? Quem são e como aparecem os escolhidos para ter visibilidade?

¹ Quando falamos em telejornalismo nacional estamos nos referindo aos telejornais exibidos diariamente em rede nacional, compartilhados entre emissoras-sede e afiliadas instaladas em todas as capitais brasileiras.

A importância em pesquisar o tema está relacionada à necessidade de investigar como as notícias produzem as diferenças regionais e, em consequência, como a Amazônia é discursivamente concebida no cenário nacional. Assim estarei pensando sobre a representação no jornalismo e isto é central. Especificamente, meus objetivos são analisar os discursos históricos e científicos produzidos sobre a Amazônia; refletir, a partir da análise dos telejornais, como os discursos sobre a região são reatualizados pelos jornalistas; e, por último, analisar a relação entre produção de identidade e alteridade para problematizar porque as notícias são como são.

Para observar a produção televisiva sobre os sujeitos amazônicos foi fundamental a interlocução com os textos da História, da Sociologia, da Antropologia, da Literatura. Além disso, fomos ao encontro das narrativas dos viajantes e naturalistas que percorreram a região em expedições históricas no século XIX. Buscamos a história da Amazônia desde o encontro com o colonizador até os textos atuais para contextualizar as inúmeras apropriações que se fazem da região no cenário local, nacional e internacional.

Antes de prosseguir quero fazer um esclarecimento sobre o uso concomitante de dois lugares: a região Norte e a Amazônia, que surgirão entrelaçados ao logo desta pesquisa. Os termos não se confundem, mas sofrem interferências mútuas. A região Norte é uma divisão política, uma das cinco regiões brasileiras. A Amazônia é a floresta que cobre não só a região Norte como se estende para outros Estados e países sul-americanos. O que vamos perceber no uso desses termos pelos jornalistas é que a Amazônia, pelo peso nacional e internacional que tem hoje, tem muito mais espaço e visibilidade do que a Região Norte, que parece à sombra da floresta. Então, quando utilizamos um ou outro termo estamos falando praticamente dos mesmos espaços geográficos, mas cada expressão traz em si um significado diferente.

Observar a relação centro-periferia é questão central para esta tese, nos permitindo investigar como os discursos surgidos a partir do colonizador vêm sendo reapropriados historicamente. Assim, será possível considerar a relação entre superioridade nacional e inferioridade local, como representações do ‘mesmo’ e do ‘outro’ respectivamente. Para observar os relatos sobre a Amazônia e suas origens foi necessário recuar no contexto da modernidade e da ocidentalização do mundo.

Com o enfraquecimento do domínio cristão, o mundo moderno surge como época distinta das anteriores. É com o surgimento do conhecimento científico que a descoberta da América passa a ser vista como um novo tempo, no sentido de novo, singular, como sugere Koselleck (2006). A modernidade enquanto paradigma sócio-cultural se constitui a partir do século XVI e se consolida entre finais do século XVIII e meados do século XIX. Koselleck

diz que a constatação da existência do globo terrestre traz à tona sociedades diversas em estágios diferentes de ‘civilização’, o que sugere uma nova compreensão da história naquele momento. Tais simultaneidades motivaram a idéia de progresso, a partir da comparação entre sociedades vivenciando experiências completamente diferentes.

O pensamento dominante instaurado pela modernidade está diretamente relacionado à criação dos Estados nacionais, ao colonialismo, à sistematização do conhecimento científico e, conseqüentemente, à ocidentalização do mundo. A América é compreendida como uma extensão da Europa, uma terra a ser conquistada, explorada e anexada.

Ao observar as narrativas na perspectiva da colonialidade² em busca de uma lógica diferente, opta-se por evidenciar que o ocidentalismo é a parte visível do mundo moderno e os saberes subalternos são o lado sombrio, o lado colonial da modernidade. Boaventura Santos (2004) sugere que se reconheça que o colonialismo ainda hoje está presente nas subjetividades, na subalternidade e na relação de ‘subordinação imperial’ do Sul em relação ao Norte.

Uma história mais recente da América Latina vem resgatando esse outro lado do colonialismo. A diversidade das culturas negras e indígenas, suas falas, suas maneiras de ver o mundo e, principalmente, suas formas de resistência, tão apagadas no discurso construído pelo império colonial, só começam a ter voz a partir do século XX. Antes disso, reinava o discurso do eurocentrismo. A Europa era o centro do mundo, enquanto detentora de um passado histórico e de acontecimentos diacrônicos, que marcam culturas e povos que evoluem.

O conhecimento científico, em franca especialização, buscava distanciar-se do império do Cristianismo para lançar suas bases nos ideais de racionalidade e nas novas relações de poder do capitalismo nascente. Daí porque os povos americanos eram vistos como ‘primitivos’, transformados em objetos da nova percepção que reduzia a humanidade a um mesmo processo evolutivo em direção à ‘perfectibilidade’ (SCHWARCZ, 1993).

Aníbal Quijano (2005) sustenta que raça é a primeira categoria social da modernidade e do novo sistema de dominação social. Tais valorações implantam-se como taxonomias. E serão ressignificadas no projeto de nação brasileira que buscava inicialmente um padrão europeu racial, tornando opacas as diferenças e belezas de índios e negros. Uma maneira de naturalizar as relações de poder impostas nessa nova ordem, onde raça estava associada à

² Nessa perspectiva adotamos Boaventura Santos (2004), para quem o Pós-colonialismo “é um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação dos Estudos Culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo”.

idéia de povo.

O colonizado torna-se ‘o outro da razão’, segundo Castro-Gomez³, e sua invenção está condicionada aos dispositivos de saber e poder que orientam as representações. Por isso, a ‘colonialidade do poder’ e a ‘colonialidade do saber’ encontram-se em uma mesma matriz genética, para o pesquisador. Os processos de exclusão se disseminam legitimando conceitos binários, como barbárie/civilização, tradição/modernidade, comunidade/sociedade.

Aparentemente, as diferenças deveriam ser suprimidas em nome de um projeto racional, onde se exclui o hibridismo, a multiplicidade, a ambigüidade em nome da razão e do humanismo. Para os que se intitulam detentores de saber e poder, o desconhecido deve ser subestimado em relação a um centro produtor de enunciados compartilhados socialmente. “A ignorância colonialista consiste na recusa do conhecimento do ‘outro’ como igual e na sua conversão em objeto” (SANTOS, 2004).

As narrativas produzidas sobre o continente americano se assemelham muito ao que a Europa pensava e pensa sobre o Oriente, desde os primeiros contatos, quando descreve homens com monstruosidades corporais (pés redondos), que se alimentavam de animais estranhos, como cobras e lagartos crus, sem distinção. Edward Said (1990) mostra que o ‘Orientalismo’ é tão forte hoje como o foi no passado. Ao tecer sua análise sobre a experiência britânica, francesa e americana no Oriente, Said diz que o Orientalismo está fora do Oriente. Torna-se visível a partir de uma representação do ‘outro’ distante, criando o Oriente, o oriental e seu mundo.

O Orientalismo é um conhecimento que se baseia na distinção entre Leste e Oeste. De um lado os ocidentais, orgulhosos de sua racionalidade, herdeiros da objetividade científica e da produção da verdade, de outro, os orientais, vistos como irracionais e inferiores. As percepções e análises de Edward Said e dos autores pós-colonialistas são fundamentais para pensar a Amazônia e sua relação com o restante do Brasil.

O discurso dos primeiros viajantes europeus que percorreram o continente americano é posicionado nesse lugar hegemônico da cultura ocidental. É um discurso descritivo, que classifica, nomeia e hierarquiza ao estabelecer comparações entre sociedades do futuro que tendem a progredir e sociedades do passado que tendem a ser imobilizadas. Pensando com Todorov (1988), a atitude do observador é a de um colecionador de curiosidades e nunca vem

³ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Ciências sociais, violência epistêmica y el problema de la “invención del otro”*. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/7.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2007.

acompanhada de uma tentativa de compreender. Entre ‘nós’ e ‘eles’ há uma desigualdade implícita. O ‘outro’ é construído a partir da produção simbólica e inventado a partir de contrapontos (ordem/desordem).

Entender como os primeiros habitantes e, depois, a população, que vai chegando e se fixa nesse lugar, vai sendo inserida no discurso colonialista e mais tarde no discurso nacional é o que pretendemos fazer. Os textos coletados, sejam históricos ou nitidamente ficcionais, são as marcas encontradas que proporcionam trazer ao presente os vestígios do passado em disputa.

Uma das hipóteses desse trabalho nos possibilita supor que a idéia que se tem sobre a Amazônia no Sudeste do país, lócus da hegemonia da produção televisiva nacional, indica a presença de centralizações e oposições binárias e a legitimação de discursos oficiais que dizem muito a respeito da relação entre processos midiáticos e a conformação da geopolítica nacional, que expõe um imaginário construído em cascata, colonizador.

Na atualidade, a construção social sobre a Amazônia é permanentemente fortalecida pelo estigma da colonialidade. As representações são originárias do distanciamento geográfico e político no qual se encontra a região e se inserem em uma ideologia nacionalista que privilegia a delimitação formal da existência, ao invés de interagir com novas interpretações da história e da cultura.

Sob a égide de um ‘colonialismo interno’, seguindo o conceito de Boaventura Santos (2004), a Amazônia é permanentemente recriada pela produção cultural dominante que a torna indispensável para a sobrevivência de todos, como solução para problemas que lhe são externos. É tratada pelo restante do país como uma colônia estrangeira, a ser desvendada, desmistificada, guardada como investimento para o futuro. No caso do Brasil, os Estados mais ricos e desenvolvidos têm uma nítida relação de superioridade e ao mesmo tempo de desconhecimento em relação à Região Norte, vista como pobre e atrasada.

Em nome de uma unidade nacional, o discurso hegemônico brasileiro vê as especificidades regionais como dissonantes de uma herança nacional dada. É quase como se fossem dois países, como ressalta o historiador Márcio Souza⁴. São heranças da perspectiva eurocêntrica que distorce, quando não bloqueia, a percepção de nossa experiência histórico-social. Aníbal Quijano (2005) reforça o argumento dizendo que a colonialidade do poder faz da América Latina um cenário de des/encontros entre nossa experiência, nosso conhecimento

⁴ SOUZA, Márcio. *A literatura na Amazônia: as letras na pátria dos mitos*. Disponível em <http://www.marciosouza.com.br/interna.php?nomeArquivo=vida>. Acesso em: 26 mai. 2008.

e nossa memória histórica.

Como região produtora de conhecimento científico, de proposições políticas, de eventos culturais reconhecidos nacionalmente, a Amazônia é quase nula. São apenas os acontecimentos notáveis, da ordem do jornalismo, que irrompem à superfície, onde suas cidades, histórias e experiências são ignoradas. A relação estabelecida com o ‘outro’ regional a partir de um epicentro nacional demonstra polaridades, onde a floresta exerce o papel de dominado diante do dominador, de colonizado diante do colonizador. É a impregnação do colonialismo, não mais como sistema político, mas como relação social, relacionada à cultura, ao racismo e ao autoritarismo (SANTOS, 2004).

Aos olhos do mundo e do Brasil, a Amazônia aparece como subdesenvolvida à espera de penetração, solução, legalização para que possa adequar-se aos interesses nacionais e estrangeiros. São os sintomas de uma ‘vontade de poder’ mundial sobre uma região que pode ser a salvação da humanidade, tanto no aspecto econômico como ambiental. Como realidade ‘distante’ e desconhecida, exposta nas enunciações produzidas no centro-sul do país, a região carrega consigo a imagem da exuberância e da piedade, e ao mesmo tempo aparece como lugar esquecido, paralisado, com riquezas que despertam a curiosidade internacional e que são mal guardadas pela incapacidade da população local.

Mais uma vez, na atualidade, como o foram no passado, são as ameaças externas que impulsionam os discursos em defesa da região. Historicamente a Amazônia salta aos olhos do Brasil como fronteira econômica e, após séculos de esquecimento, surge como fronteira ‘in natura’, reserva do mundo. A idéia de um Brasil dividido, atualmente, precisa ser evitada pelo discurso oficial do Governo para que o país possa se ‘apropriar’, de fato, da floresta mais cobiçada do mundo e defender a soberania nacional. A Amazônia deixa de ser o lugar habitado por seres não normais passíveis da escravidão para tornar-se, na modernidade, um espaço sagrado, onde o europeu busca suas origens e o mundo tenta apagar as fronteiras nacionais (GONDIM, 2007).

Outra hipótese para esta tese nos indica que, ao observar o jornalismo como prática cultural e sua relação com a representação do ‘outro’, será possível perceber como os critérios de noticiabilidade estão intimamente ligados às questões de memória e identidade. O campo midiático é o campo de circulação de idéias, imagens, crenças e valores das sociedades modernas. A mediação tecnológica torna-se fator preponderante quando se sabe que ‘o dito’ será amplificado e exibido para milhares de espectadores famintos de novidades.

Transportando essa discussão para o campo do jornalismo, faz-se urgente pensar como jornalistas estão re-produzindo suas estratégias discursivas como controle e poder de

nomeação sobre o outro. A ‘autoridade cultural’ do profissional (ZELIZER, 1992) permite o acesso à notoriedade pública. Assim, jornalistas exercem uma espécie rara de dominação porque detêm o monopólio do ‘campo dos campos’ - o campo que permite a visibilidade pública de todos os outros. E são os jornalistas que exercem uma ‘formidável censura’ ao decidir o que ‘passa-bem-na-televisão’ (BOURDIEU, 1997).

Os sujeitos sociais amazônicos são transportados para a tela da TV como representação midiática, a partir de regras e critérios profissionais de rotina, que elegem determinados acontecimentos, situações, lugares e pessoas sobre os quais falar. O jornalista busca ações que desviam a quietude cotidiana. E quando descobre conflitos e descontinuidades transporta tudo para o mundo da narrativa, onde vai tecer o espetáculo da ação humana. Mas que importância tem o jornalista, autor da narrativa? Que autoridade tem para dizer o que diz? Como vê o ‘outro’ e o enquadra na tela? São questões que nos movem.

O jornalista tem a missão de olhar pelos outros, o que a audiência está impossibilitada de fazer. Ao trazerem a promessa de tudo ver, a possibilidade de mostrar a verdade ‘como você nunca viu’, jornalistas ocultam a condição única da narrativa como construção do mundo e os segredos no ato de seleção do conteúdo da escritura, porque há sempre o poder do autor de decidir o que será tornado público ou não.

Há uma fragmentação discursiva que elege, nomeia, rotula. O autor escreve, concede a palavra e ao mesmo tempo cala. Ou, trazendo para o telejornalismo, os personagens só entram em cena quando o enunciador achar conveniente. É ele quem decide sobre o melhor enquadramento, o cenário e o tempo de fala. Ao mesmo tempo, é no real que o jornalismo se ancora para garantir seu atestado de verdade. Na televisão isso é notório. As imagens são propostas como inquestionáveis para uma audiência que tudo deseja ver. E a pressão das mídias virtuais vem estimulando ainda mais uma presentificação crescente do telejornalismo que impõe a intensificação de entradas ao vivo, improvisos, narrações mais dramáticas e apelativas como se não houvesse mediação.

Para se tornar atraente, o telejornalismo se organiza como melodrama, ofertando um permanente conflito entre bem e mal, normal e anormal. Imagens de conflitos, acidentes, agressões, fatos inesperados surgem como enriquecimento do material narrativo/noticioso semelhante aos romances, folhetins e telenovelas. O potencial narrativo, entre equilíbrio e desequilíbrio, concordância e discordância, pensando com Paul Ricoeur (1994), é que vai determinar o espaço do material a ser exibido. Assim, o espetáculo ganha corpo, forma, cores. O tempo que um acontecimento ocupará na cena televisiva será determinado por sua condição de render novos desenlaces que justifiquem episódios atraentes.

Os meios de comunicação como produtores textuais e imagéticos produzem discursos como práticas sociais e assim podem ser analisados como construções culturais. Fairclough (2001) diz que o discurso é uma prática de significação do mundo. Portanto, percorrer os significados produzidos pelo universo midiático é entender como os sujeitos de uma determinada região estão sendo representados. Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por cultura (WOODWARD, 2000). São modos de ver, avaliar, representar e construir os diversos sujeitos sociais em suas diferentes posições. São modos de identificar-se. A cultura se faz a partir das práticas sociais, é uma produção. Um ‘tornar-se’, nas palavras de Stuart Hall (2003b).

Cultura é uma maneira de descrever o comportamento humano. É a percepção do mundo. São construções, representações coletivas, linguagem, símbolos, rituais e instituições. Por isso é importante analisar como jornalistas percebem, como se constroem enquanto sujeitos sociais e como se diferenciam dos outros, como interpretam e como representam o mundo da vida. É necessário observar o contexto e a práxis para saber de que lugar e de que posição estão falando (BARTH, 2000).

Dessa forma, pretendemos observar as práticas sociais como resultado da interpretação de eventos por indivíduos. Vamos olhar a comunicação a partir da cultura, seguindo a tendência dos Estudos culturais, em seu paradigma dominante, que conceitua a cultura como algo que se entrelaça a todas as práticas sociais e como ação humana que faz a história, seguindo as reflexões de Stuart Hall e Jesús Martín-Barbero.

Todo texto é sempre fruto de um diálogo cultural, que são as práticas discursivas de uma dada cultura. São inúmeras vozes que se relacionam e que geram algo além delas próprias. O texto resulta da representação do dito e do não dito. Por isso, é ambivalente, dicotômico, relacional e mesmo quando apela para a racionalidade e a objetividade, atributos do jornalismo, será marcado por sentidos pré-existentes. Será uma versão entre outras por mais que se toque no objeto à exaustão.

Como a mídia, como dimensão simbólica, passa a ser elemento constituidor do sistema de reconhecimento dos sujeitos sociais, como discutem Martín-Barbero; Rey (2004a), é importante pensar os meios de comunicação como formadores de identidades. A importância de analisar as notícias está na identificação das nomeações históricas do ‘outro’. A representação do regional nos telejornais é um objeto rico para entender a idéia de local e nacional e, principalmente, a centralidade dos discursos que emanam de um ponto privilegiado para os diversos ‘brasis’.

A identidade e a diferença são inseparáveis e são constituídas no discurso, na fala.

Para entender as escolhas feitas pelos jornalistas é preciso perceber também o poder emocional de suas memórias coletivas que despertam para um determinado senso comunal. Enquanto Stuart Hall nos ajuda a perceber como as identidades surgem a partir da narrativização do ‘eu’, pensamos o que fazem então os jornalistas que tem como matéria-prima de suas rotinas de trabalho a narrativização do ‘outro’?

As narrativas, enquanto representação, expõem aquilo que fala antes como memória discursiva, trazendo o já-dito para o nível do dizível. Ao se sentirem aptos a falar sobre o ‘outro’, jornalistas naturalizam as escolhas, a interpretação, utilizam o recurso do mostrar como a face visível do ocultar, segregar, apagar, esconder. Ao escolher um determinado ângulo para apontar sua câmera, o cinegrafista tem as suas costas outro mundo que está na ordem do silêncio. As apropriações estão intimamente relacionadas a um imaginário coletivo nacional, que emerge no texto como ‘discurso fundador’, tal como propõe Eni Orlandi (1999). Advém das narrativas oficiais, daqueles que estavam a serviço do colonialismo português em terras estrangeiras em busca de riquezas e novas áreas para explorar. São idéias localizadas histórico-culturalmente, que se apresentam como legítimas e naturais.

Bhabha (1998), como autor pós-colonialista, propõe o conceito de ‘identificação colonial’, muito útil às nossas reflexões, para demonstrar como o ‘outro’ é observado a partir de uma visão totalizante que emerge da fixidez, que é a estratégia discursiva do estereótipo. Uma forma de controle social que não enxerga como as populações estão se reinventando nas fronteiras, nas margens para muito além das narrativas midiáticas. Ao hierarquizar o olhar sobre o Brasil, de acordo com o próximo e o distante, e massificar o olhar, o telejornalismo estará reinventando tradições muito mais do que renovando as percepções sobre mundos distantes?

Para atender ao que estamos propondo, impõe-se concentrar o foco no texto noticiado para refletir por que as notícias são como são. E pensando sobre o texto, dois caminhos surgem: problematizar a prática cultural que atravessa os acontecimentos discursivos e refletir sobre o telejornalismo no contexto da comunicação de massa, não como intercâmbio comunicativo, reciprocidade, mas como transmissão, difusão que privilegia o anonimato, o indistinguível e ignora a heterogeneidade dos grupos sociais.

Para alcançar todas as etapas de pesquisa previstas, fizemos um longo percurso de leituras e escolhas metodológicas até chegar à proposta que pensamos ter mais proximidade com os objetivos e hipóteses definidos. Iniciamos com um levantamento bibliográfico extenso sobre as diversas histórias contadas sobre a Amazônia. Ampliamos também para alguns livros de jornalistas e escritores de ficção buscando convergências e divergências. Queríamos

problematizar os múltiplos discursos construídos sobre a região, as várias versões para pensar o processo narrativo das principais fontes da história, buscar as matrizes que vão aparecer depois no discurso jornalístico, como lembranças e esquecimentos. Entrevistamos dois historiadores em Belém (PA): Rosa Acevedo e Armando Alves, em janeiro de 2008.

Para ter uma visão nacional sobre a Amazônia a partir do telejornalismo, precisávamos nos debruçar sobre os telejornais. Mas quais? Inicialmente fizemos uma pesquisa exploratória acompanhando os telejornais nacionais de maior audiência: SBT Brasil, Jornal da Record e Jornal Nacional. As gravações foram realizadas durante uma semana, em novembro de 2007. Foram gravados 32 telejornais. Percebeu-se que a observação de telejornais de diferentes emissoras, exibidos no mesmo horário, permitiria um olhar fragmentado sobre a produção. Optamos, então, por analisar os quatro telejornais nacionais da Rede Globo.

Os motivos eu listo a seguir: 1. Teríamos um olhar nacional, durante 24 horas, sobre a produção de uma mesma emissora, a de maior audiência no Brasil. Seria possível analisar as reportagens exibidas dentro do contexto de uma grande narrativa; 2. A Globo mantém, em seus sites, todos os telejornais para consulta permanente; 3. A Globo também comercializa algumas séries, como a *Caravana JN*, que analisaremos, com um rico *making off*, interessantíssimo para análise; 4. Observou-se que a cobertura, ou seja, o formato, o texto, a pauta não se diferenciavam muito entre as distintas emissoras. Portanto, não seria tão rico analisar telejornais diferentes. O nosso objeto não é observar a diferença na produção, mas o que produz o olhar telejornalístico nacional, como constrói os sujeitos do Norte do Brasil.

A TV Globo exhibe atualmente quatro telejornais em rede nacional. O Bom Dia Brasil e o Jornal Nacional são transmitidos do Rio de Janeiro; o Jornal Hoje e o Jornal da Globo, de São Paulo⁵. Optamos por observar duas situações diferentes nos telejornais: as séries especiais, programadas, onde há um cuidado maior desde a produção à edição, e o cotidiano do telejornal, feito de matérias mais factuais, sem grandes elaborações.

Assim, no primeiro caso, após um levantamento das séries jornalísticas da Globo que tratavam sobre o tema Amazônia, selecionamos a série *Caravana JN – Desejos do Brasil*, com Pedro Bial (2006), exibida no Jornal Nacional. A proposta da equipe do telejornal era desvendar os desejos da nação às vésperas das eleições presidenciais de 2006. A viagem começou no Rio Grande do Sul e terminou em Brasília. A equipe percorreu principalmente as cidades do interior do país. O nosso recorte foi feito no trecho da viagem em que a caravana

⁵ BONI, José Mariano. *Os caminhos da notícia*. Disponível em: <http://globouniversidade.globo.com/GloboUniversidade/0,,AA1681529-9048-1677536,00.html>. Acesso em: 01 abr. 2011.

passou pela Região Norte.

Outra série selecionada foi *Brasil Invisível - Terra do Meio*, com Marcelo Canellas (2007), exibida no Bom Dia Brasil. A série se propunha a mostrar um pedaço do Brasil que ‘quase ninguém conhece’. É um lugar no Pará chamado Terra do Meio. Ali vivem pessoas que nascem, crescem e morrem sem documentos, sem a presença do governo, sem direitos.

Em 2008 iniciamos as gravações dos telejornais da Rede Globo em busca das matérias cotidianas, soltas, que tratavam da temática em questão. Foram gravados 61 telejornais, no período de maio a dezembro de 2008, mais ou menos uma semana por mês, ou em alguns dias específicos quando sabíamos de antemão que seria exibido algum material sobre a Amazônia. Do total de matérias observadas, 49 tratavam sobre a região Norte. Os Estados da Amazônia Legal, fora do Norte do País, foram desconsiderados.

Observando os temas por ordem de frequência nos telejornais⁶, obtivemos a seguinte situação: o maior número de VTs ficou entre as coberturas dos casos Raposa Serra do Sol, em primeiro lugar, com nove registros e o caso Dorothy Stang, em segundo. Optamos pelo caso *Raposa Serra do Sol*, analisando as matérias veiculadas em 2008. A justificativa é que na análise quantitativa essa narrativa ficou em primeiro lugar em número de registros. Nesta cobertura temos as matérias factuais e uma série especial exibida pelo Jornal da Globo, com três reportagens. Teremos duas narrativas, com propostas diferentes, sobre a mesma temática.

Quando o *corpus* já estava praticamente fechado, eis que a Globo exhibe a série *Amazônia Urbana*, em 2010, no período de 19 a 23 de julho no Jornal Nacional. A proposta era trazer ‘um olhar diferente sobre a Amazônia’ em cinco matérias especiais. Achemos que seria riquíssimo agregar mais esses registros, já que a própria emissora estava admitindo implicitamente que iria apresentar algo diferente do que comumente vinha mostrando.

O desafio e a dificuldade de analisar reportagens televisivas se impunham diante da necessidade imperiosa de observar texto verbal, áudio e imagem ao mesmo tempo. Por isso foi necessário agregar várias teorias e pensadores do texto e das imagens para compor uma metodologia que atendesse os nossos objetivos.

Para problematizar as imagens buscamos várias pistas. Martine Joly (2001) chama a atenção para a ‘naturalidade’ aparente das mensagens visuais. A identificação provocada pela semelhança da paisagem construída nos ajuda a refletir sobre construções de mundo compartilhadas entre público e audiência. Mas quando ela nos parece diferente, exótica, esquisita também são unidades culturais que entram em ação, seja a partir do re-conhecimento

⁶ Ver Apêndice A. Quadro de temas por ordem de frequência nos telejornais.

ou do des-conhecimento do leitor. Joly nos ajudou muito diante da necessidade de contemplar as imagens por si mesmas com atenção, num primeiro momento, esquecendo o que representam e as interpretações a que induzem.

Diana Rose (2008) propõe que cada *take* ou tomada seria uma unidade de análise. Essa dica aparentemente simples foi importantíssima para observar as imagens quadro a quadro. A partir daí o olhar se refinou para observar a edição, o ritmo, a sonorização, os recursos gráficos, o enquadramento dos sujeitos e sua localização e posição na cena, o cenário, o que há na frente e por trás de cada coisa, a composição, proximidades e distanciamentos, iluminação, cores e ainda o ângulo de visão do cinegrafista (normal, tele ou grande angular, câmera alta ou câmera baixa).

Ao separar cada *take*, tentando observar todos esses detalhes, ficou menos difícil posicionar o texto no discurso audiovisual do telejornalismo. Barthes (1990) ressalta que o texto conota a imagem, promovendo uma ‘naturalização cultural’. A mensagem lingüística (texto) nomeia a icônica. Fixa a cadeia flutuante de significados. A palavra responde: o que é? Orienta a interpretação, teleguia o leitor em direção a um sentido escolhido a priori, tem um valor repressivo.

O código de conotação, para Barthes (1990), é histórico, cultural. Está relacionado ao saber do leitor. Na fotografia há o mito do ‘natural’ fotográfico - ‘registro’, que aliado ao avanço da técnica, da tecnologia, dos recursos de edição parece mascarar ainda mais esta naturalização. As aproximações de câmera, os detalhes, a nitidez, a tecnologia digital permitem ‘ver’ cada vez mais perto com mais ‘realidade’.

Pensando com Bakhtin (2006), a significação só se realiza como efeito da interação entre autor e leitor, por meio da compreensão mútua. Ou seja, quando o repórter em cena enuncia está buscando palavras que precisam ser compreensíveis do ponto de vista da audiência nacional. A produção discursiva dos telejornais em rede necessita apagar os regionalismos por supor que assim estará sendo mais abrangente e atraente. Porém, ao analisar o texto percebemos que o regionalismo permanece, não o do ‘outro’, distante, mas a linguagem regional do ‘mesmo’ localizado no Sudeste do País.

No Brasil, Marcia Benetti (2008) faz uma sugestão prática de análise de discurso por meio do mapeamento de vozes e a identificação de sentidos para observar no texto as relações entre autor e leitor e os enquadramentos históricos, sociais e culturais. Aplicando a proposta⁷, dividimos o texto dos telejornais em duas camadas: discursiva e ideológica. E partimos para a

⁷ No capítulo 4, parte III, faremos um detalhamento maior do percurso metodológico adotado.

separação em sentidos e vozes. Para entender as notícias é preciso analisar os sentidos, o que significam, o que querem dizer e como dizem o que dizem.

O segundo passo foi a análise dos enunciadores, identificados e mapeados para dimensionar a polifonia do texto. A partir da teoria polifônica da enunciação de Ducrot (1987), sabe-se que um mesmo indivíduo se move entre posições de sujeito distintas e esses lugares estão definidos externamente ao discurso. A partir da fala dos locutores seria necessário localizar os enunciadores - a partir de quem se vê - e identificar um conjunto de posições, que podem ser ocupadas pela mesma pessoa ou por pessoas diferentes.

Observando os sentidos mais frequentes e ausentes, por meio das sequências discursivas, seguimos para uma complexificação da análise com a identificação das formações discursivas presentes no discurso jornalístico. É a reunião em torno de uma FD, de diversos pequenos significados que constroem e consolidam aquele sentido nuclear. Benetti (2008) propõe que a partir das FDs seja possível enxergar aquilo que pode e deve ser dito em oposição ao que não pode e não deve ser dito. Um sentido é determinado por uma configuração ideológica. Portanto, a formação discursiva é uma formação ideológica.

Enquanto mapeávamos as vozes e os sentidos, localizávamos a dimensão ideológica dos discursos. Bakhtin (2006) diz que os sentidos do texto vêm de fora, do rastreamento dos sujeitos em ação. Os fios ideológicos tecem as palavras, que expressam a interação viva das forças sociais. Pelas palavras e imagens selecionadas pelos jornalistas é possível perceber as fases transitórias mais íntimas das mudanças sociais.

Os valores sociais acumulados historicamente viram ideologia, para Bakhtin. O que não tem raiz, não vira ideologia. Nesta etapa, fomos ao encontro dos textos produzidos sobre a Amazônia identificando os fios ideológicos que tecem a produção jornalística na atualidade. Ao situar a Amazônia no contexto nacional e na geopolítica moderna e ocidental, localizamos as marcas de divisões culturais e históricas fundamentais para entender a representação dos sujeitos locais no campo midiático televisivo.

A tese está dividida em três partes. Na primeira parte, apresentamos os diversos discursos produzidos historicamente sobre a Amazônia, desde a conquista da terra pelos europeus até os dias atuais. Problematizamos as disputas pela região que aparecem nos textos da história, da literatura, dos mais diversos escritores ou dos ambientalistas. Encontramos uma diversidade enorme de representações sobre a região entre o discurso local e o discurso nacional.

Na parte II, fazemos um breve apanhado da linguagem televisiva, inserindo a Rede Globo de televisão no contexto histórico da televisão brasileira. Trazemos, também, a

primeira análise das reportagens escolhidas buscando as semelhanças entre a representação da Amazônia nas narrativas históricas, vistas no capítulo um, e as representações do telejornalismo sobre a região. Ao fazer a relação entre o discurso midiático e as outras narrativas queremos identificar aproximações e distanciamentos entre ambos. Analisando separadamente cada série de matérias, temos as pistas para entender o que há de reiterações, cristalizações e inovações no telejornalismo nacional a respeito da Amazônia, comparando com os discursos produzidos fora do ambiente midiático desde a época do Brasil colônia.

Na parte III, analisamos em conjunto todas as reportagens fazendo uma comparação entre elas. Vamos identificar de quantas Amazônias falam os jornalistas posicionados no Sudeste do país, responsáveis pelas edições que circulam nos jornais de rede. A proposta é refletir sobre os discursos produzidos historicamente sobre a região para entender como a Rede Globo, que tem a maior audiência no país, oferta sentidos sobre a floresta e sua gente.

Discutimos a produção narrativa dos jornalistas e a construção de identidades nos telejornais nacionais. O ponto de partida para a análise é a contextualização do campo da comunicação e sua interface com o conceito de cultura. Trocas comunicacionais se fazem a partir da produção de significados e classificações. Nesse sentido, discutimos o conceito de identidade, a construção das diferenças pela narrativa e a relação entre mídia e identidade.

A partir da análise das matérias, refletimos sobre a noticiabilidade, mostrando que são as práticas culturais que definem a notícia e não meras rotinas de produção nas redações. Isso vai permitir um olhar mais geral, nacional sobre a produção para discutir o saber teórico da comunicação, o olhar da comunicação sobre o público a massa e a visão de mundo dos jornalistas.

PARTE I - AMAZÔNIA E PRODUÇÃO DISCURSIVA: UM PASSEIO HISTÓRICO

1 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO EM DISPUTA PARA FALAR DE MUITAS AMAZÔNIAS

Neste capítulo, buscamos problematizar os diversos discursos produzidos historicamente sobre a Amazônia. Desde a conquista da terra pelos europeus até os dias atuais, traçamos uma complexa disputa de agentes e agências que nos permitirá compreender sedimentações e reiteraões atualizadas no discurso nacional⁸. Assim, teremos mais instrumentos e conteúdos para proceder à análise do que dizem os jornalistas nos telejornais que constroem diariamente uma idéia de Brasil.

Para uma grande parte dos brasileiros, a Amazônia ainda é uma grande área desconhecida. Distante, geograficamente, dos centros de decisão da política brasileira, a região vem sendo trazida a público em nome de sua floresta, que precisa ser salva. Esses discursos freqüentes têm as mais variadas aparições e especializações. Povoam a esfera pública via conteúdo midiático, seja nos telejornais nacionais, jornais impressos e revistas semanais; nos textos literários ou ficções televisivas; discursos históricos ou nas campanhas governamentais.

Um olhar mais atento, no entanto, permite identificar várias linhas discursivas, decorrentes de disputas permanentes. A Amazônia de que se fala tanto não é uma só. Em oposição ao ‘vazio’ imaginado nacionalmente, a Região é composta por uma população extremamente diversa, resultante de variadas formas de ocupação, que vão desde o índio, o negro africano, os povos europeus que deram início à colonização, e mais tarde imigrantes nordestinos e estrangeiros, como japoneses, judeus e libaneses, entre outros.

Apesar dessa diversidade, cinco séculos depois da chegada dos colonizadores, o imaginário sobre a vida na floresta ainda traz muitas semelhanças com os relatos da época do Brasil Colônia. Poderes institucionais e conhecimentos guardados na memória vêm agenciando um cenário ideal sobre os sujeitos amazônicos. E por que isso acontece? Por que o distanciamento, o desconhecimento sobre uma região que também é Brasil? As narrativas históricas nos apontam caminhos, vestígios povoados de lembranças e esquecimentos.

Como área de fronteira, esquecida do restante do Brasil por séculos, a Amazônia tem

⁸ Estamos conscientes de que cobrir um período tão longo sempre traz o risco de lacunas, mas não tenho a pretensão de esgotar esse longo processo histórico. A partir de algumas informações centrais, tentaremos compor um mosaico mais complexo do que pretendemos estudar.

sido historicamente cenário de disputa pela terra e por suas riquezas econômicas. As narrativas demonstram o uso recorrente da região para atender às exigências da produção econômica nacional e uma ocupação desordenada que se fazia à revelia da metrópole, depois do Império do Brasil e, muitas vezes, por ordem do próprio Governo, como na época do regime militar.

Durante séculos o Grão-Pará, como era conhecida a região, ficou apartado da história do país, quase como outra nação. Alguns discursos apontam uma tentativa de apagamento do distanciamento, camuflando novos interesses em disputa por uma nova Amazônia, agora sim, brasileira, e fundamental para o destino do Brasil e do mundo.

Buscaremos por meio do passado chaves de interpretação para o contexto atual. Para entender a diversidade de narrativas que circula sobre a Amazônia, faz-se necessário sua inserção no contexto da descoberta da América, no colonialismo e, mais especificamente, buscar entender a relação entre Brasil e Amazônia e a espacialização da região no cenário nacional a partir de disputas de poder e saber construídas historicamente.

1.1. BRASIL E AMAZÔNIA: O DISCURSO NACIONAL ENTRE EXUBERÂNCIA E VAZIO, SALVAÇÃO DO MUNDO E NECESSIDADE DE OCUPAÇÃO

Observa-se uma complexidade gigantesca quando se trata de entender a lógica de uma região como a Amazônia. A tentativa de buscar na história a ‘tessitura’ de tantas intrigas, lembrando Paul Ricoeur (1994), nos permite compreender alguns caminhos percorridos e nos dá algumas pistas.

Diante dos avanços da pressão mundial em direção à Amazônia, parece haver uma proporcional resistência, em níveis diferentes, entre a população local e a população nacional. Os que se intitulam ‘da Amazônia’ convocam um passado de subalternidade, exploração e violência e, ao mesmo tempo, de resistência para defender a terra, seus recursos e sua gente. Os que se intitulam ‘do Brasil’ bradam que ‘a Amazônia é nossa’ frente ao avanço estrangeiro. Para os primeiros, ora vale lembrar as diferenças regionais e o esquecimento histórico da região do Grão-Pará diante do Brasil, ora é preciso se juntar ao Brasil para somar forças e defender a floresta.

A terra e a floresta estão no centro da disputa dos sujeitos envolvidos. E o homem? Por onde anda? É tangenciado por esses dois focos de tensão, ora como vítima, ora como incapaz, por vezes ganancioso. Com tantas novas devassas a passos tão velozes, os processos sociais também vão ganhando novas dimensões.

O futuro e o passado são negociados no presente. O claro desequilíbrio entre o social e o ambiental acende as disputas e os conflitos na região. O homem entra em desacordo com a floresta que é dizimada pelo capital. A crescente urbanização em busca de trabalho, o exílio forçado do homem do campo, muitas vezes retirado a força por grileiros, e a exploração econômica crescente da região pelas grandes indústrias e grandes projetos vão moldando novos espaços e novas relações. Conseqüentemente, com tantos interesses em jogo, é possível identificar inicialmente vários discursos em disputa.

O cenário é de tensão permanente. Há o discurso da resistência local, do qual fazem parte os movimentos sociais e as populações tradicionais; o discurso do desenvolvimento sustentável, que propõe a associação entre desenvolvimento e utilização dos recursos da floresta; o discurso da nacionalidade, que defende o território, a fronteira e brada que ‘a Amazônia é nossa’; e o discurso do ‘patrimônio da humanidade’, que vê a floresta como a última reserva da biodiversidade do planeta. Todos buscam tornar suas verdades hegemônicas. Vamos partir, então, do início da conquista, do encontro entre os índios e os europeus, que chegaram para tomar posse da terra, para entender como a Amazônia vem sendo construída discursivamente por tantos agentes.

1.2. ÍNDIOS E CONQUISTADORES: DE COMO TUDO COMEÇOU

Os relatos sobre a existência da Amazônia brasileira surgem no cenário mundial a partir da conquista da América pelos europeus. Em fins do século XV, os espanhóis teriam sido os primeiros a sinalizar a existência de um rio gigantesco, ao qual deram o nome de Santa Maria de la Mar Dulce. Alguns navegadores, a mando da Coroa Espanhola, teriam explorado o grande rio, depois chamado de Amazonas, mas não chegaram a ocupar a área.

Nos primeiros anos do século XVI, seguindo os passos dos espanhóis, os portugueses, baseados nesses primeiros registros, também teriam realizado expedições na região. Além deles, viriam franceses, holandeses, ingleses e irlandeses em busca de novas terras. Os relatos históricos convergem ao eleger o navegador Francisco Orellana como aquele que comandou a primeira expedição que navegou por toda a extensão do Rio Amazonas, de Quito ao oceano Atlântico (BEZERRA NETO, 2001b). Com a viagem de Orellana, em 1540, o rio tornou-se mais ‘real’, já que o navegador teria comprovado sua navegabilidade e extensão (CARVALHO, 1998).

São historiadores da região que recontam essas primeiras incursões antes da chegada dos portugueses. E não por acaso. A autoria da ‘descoberta’ sempre foi apresentada aos

brasileiros como domínio português tendo à frente Pedro Álvares Cabral. O ano de 1500 virou marco simbólico do início da colonização, da nação brasileira. Tem lugar de honra na memória nacional, entendida como o “lugar de coexistência das memórias coletivas atuais e reservatório daquilo que resta das antigas memórias comemorativas” (BARBOSA, 2007, p. 56).

A história, narrada a partir daquele momento, é a história do etnocentrismo europeu, postulando considerações sobre esse ‘novo’ mundo e suas estranhezas. Para Quijano (2005, p. 18), “a vasta e plural história de identidades e memórias (...) do mundo conquistado foi deliberadamente destruída e sobre toda a população sobrevivente foi imposta uma única identidade, racial, colonial e derogatória - ‘índios’”. Assim como também a diversidade de povos, culturas e nações africanas foi unificada à terminologia ‘negros’. Sobre a existência do Oriente, ainda pouco conhecido, já se desconfiava. Mas a América, como outro continente, era algo impensado, surpreendente, desafiador. O contato com o novo possibilita a interlocução entre culturas completamente diversas.

O ‘selvagem’ é visto como um ‘bárbaro’, principalmente, diante do costume indígena da antropofagia. É associado a animais, reforçando assim a supremacia da raça branca, européia. “A preguiça será também usada como uma das justificativas da empresa colonialista em terras brasileiras, amazônicas, vista como um dos entraves de transformação regional. Trará também a idéia da inferioridade racial do norte brasileiro” (GONDIM, 2007, p.71).

O fato de os índios serem indiferentes à riqueza comercial da flora, da fauna e, principalmente, do subsolo que, provavelmente, guardaria tesouros imensuráveis, parecia incompreensível. Esses grupos eram vistos como indolentes, despretensiosos e desinteressados pelo trabalho e pelo comércio, indiferentes ao processo civilizatório, portanto um entrave aos avanços na conquista da terra. Era necessário ordenar a nova sociedade, visando à emancipação e ao progresso para estar em consonância com o projeto de modernidade, de acordo com Castro-Gomez⁹. Sobre isso, Gondim (2007, p. 163) corrobora: “os nativos são os agentes que desarmonizam a ordem social instalada pelo branco – essa é a conclusão a que praticamente todos os viajantes chegaram depois de visitar o paraíso infernal amazônico”.

Os traços diferenciadores dos nativos, como os rituais, a pintura dos corpos, a ausência

⁹ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Ciências sociais, violência epistémica y el problema de la “invencion del outro”*. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/7.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2007.

de roupas, as cabeças achatadas, as orelhas e lábios esticados são sempre ressaltados em comparação ao modelo europeu. As observações que aparecem no discurso dos primeiros viajantes têm origens culturais e sociais. Toda enunciação está posicionada em um lugar (WOODWARD, 2000), em um dado momento histórico.

Para o europeu era inimaginável compreender tal modo de vida. É o que se pode perceber no relato de Charles Marie de La Condamine, que viajou pela região no século XVIII, referindo-se aos nativos:

Glutões até a voracidade, quando têm de saciar-se; sóbrios quando a necessidade os obriga a se privarem de tudo, sem parecerem nada desejar; pusilânimes ao excesso, se a embriaguez os não transporta; inimigos do trabalho, indiferentes a toda ambição de glória, honra ou reconhecimento; unicamente ocupados das coisas presentes, e por elas sempre determinados; sem a preocupação do futuro; incapazes de previdência e reflexão; entregues, quando nada os molesta, a brincadeiras pueris que manifestam por saltos e gargalhadas, sem objeto nem desígnio; passam a vida sem pensar, e envelhecem sem sair da infância, cujos defeitos todos são conservados (LA CONDAMINE¹⁰, 1944 apud GONDIM, 2007, p.140).

Nesses relatos, os índios são representados como inferiores, sem presente, passado ou futuro, incapazes de pensar, de agir, vivendo como animais a saciar suas necessidades. Portanto, claramente inaptos à construção do novo mundo. O ‘discurso fundador’, que nos remete ao olhar do europeu, se fortifica produzindo novos sentidos, legitimados pela historia oficial, que povoa hoje o imaginário nacional sobre a Amazônia, vista como inferior e exótica.

É discurso fundador o que instala as condições de formação de outros, filiando-se a sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade (ORLANDI, 1993, p. 24).

No sentido de Orlandi, essas enunciações criam uma nova tradição, um processo de identificação que terá continuidades na nação que começa a ser construída. São discursos reiterados historicamente na literatura, na produção científica, nas escolas, na religião, nos mais diversos campos e, mais recentemente, na mídia. São ‘tradições inventadas’, no dizer de Hobsbawn (1997, p. 9), porque expressam “uma continuidade em relação ao passado”.

Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. Seu objetivo é a invariabilidade, a imutabilidade que se arraiga, que cria

¹⁰ LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Pan-Americana, 1944. Biblioteca Brasileira de Cultura nº 1. p. 44-45.

raízes na memória. Por isso, torna-se familiar, reforçando laços de coesão social e ao mesmo tempo de naturalização e autoridade. Esta última, segundo Said (1990, p.31), “estabelece padrões de gosto e valor; é virtualmente indistinguível de certas idéias que dignifica como verdadeiras, e das tradições, percepções e juízos que forma, transmite, reproduz”.

A Amazônia inventada pelos europeus (GONDIM, 2007), que vinham em busca das ‘Amazonas’ e do cenário exótico, expõe um embaralhamento permanente entre ficção e realidade. A lenda das Amazonas é ilustrativa disso. Índias matriarcas, guerreiras, que escolhiam os homens com quem queriam manter relações sexuais e ao engravidarem ficavam apenas com as filhas. Os meninos eram devolvidos aos pais. Viviam em terras distantes, mas de fato nunca foram vistas pelos autores dos relatos.

As versões, tornadas memórias, são a do indígena subjugado e inferior na escala evolutiva postulada pelos europeus. Eles apareciam como personagens domados, domesticados, apagados. Ao classificá-los como primitivos, preponderava o discurso da incapacidade desses povos para possuir tão vasta terra, o que seria historicamente lembrado para justificar a conquista, a posse, a exploração, a violência e ainda hoje aparece nos questionamentos nacionais relativos à vastidão e imensidão dos territórios indígenas. Foucault (2006b) diz que há uma ‘polícia discursiva’ que devemos reativar em cada um de nossos discursos. São poderes e saberes reconstituídos e reforçados por instituições responsáveis pela construção memorável de um país, que nos atravessam nos momentos de expressão e reflexão.

O encontro entre o colonizador e a ‘nova’ terra produz narrativas onde o ‘novo’ é filtrado pelo antigo, assegurando a este sua supremacia.

A prática de comparar as novidades vistas pela primeira vez com algo pretensamente conhecido, sendo domesticado, fortalecerá e documentará a estabilidade do antigo. Não é só o mundo antigo que se projeta assim sobre o novo: é o mundo de casa que se anexa pacificamente sobre os descobrimentos ultramarinos. Utilizar a analogia é familiarizar o exótico (GONDIM, 2007, p. 50).

É esse olhar sobre a nova terra, com intenções de devorá-la e não de compreendê-la, que produz as narrativas mitológicas sobre os habitantes que ocupavam o Brasil quando os europeus aqui chegaram. É a memória histórica reproduzindo lembranças de um passado, cujos heróis são seres superiores aos índios, que se transforma em memória coletiva. Esta “é igualada à memória nacional, ou seja, o conhecimento partilhado de datas e heróis da história” (BARBOSA, 2007, p. 47).

Nos tradicionais livros de história do Brasil, os heróis são todos brancos e a história

começa em 1500, data da chegada dos portugueses. “A historiografia brasileira caracterizou-se por longo tempo e ainda hoje o faz em larga escala pelo silêncio sobre os primeiros ocupantes das terras brasileiras” (SILVA, 1990, p. 64). Alguns novos historiadores começam a defender uma maneira diferente de ver o país ao identificar os esquecimentos produzidos no passado e reiterados historicamente.

Observando o sentido da palavra ‘descoberta’, no discurso oficial português, Oliveira Filho (1979, p. 85) observa que “significa revelar o desconhecido, o sem nome, sem forma e sem sujeitos. O conquistador, por essa lógica, se arvora todos os direitos, o que descobre é seu, ele lhe dá os nomes, o conforma e é o sujeito da descoberta, pois revela o que não existia”. Essa revelação que se torna memorável, datada, marcada tem como face obscura o esquecimento consagrado aos povos indígenas, à violação de seus direitos e à construção de sua imagem como homens primitivos, quase como animais. Aníbal Quijano (2005, p. 16) complementa: “a produção histórica da América Latina começa com a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou ao nosso conhecimento”.

A diversidade e a complexidade das nações indígenas só aparecem nos relatos mais recentes da história da Amazônia. São as pesquisas arqueológicas que vão comprovar, a partir dos vestígios e marcas do passado, a pluralidade dos grupos que habitavam a região. Márcio Souza (2001, p. 19) relata o período de 15.000 a.C. a 1.500 d. C. como um rico e diversificado cenário das sociedades humanas, baseado nos estudos da arqueóloga Ana Roosevelt. “São sociedades de grande complexidade econômica e sofisticação cultural”, que têm um direito histórico de usufruir das riquezas da região. Ele afirma que os povos indígenas da Amazônia descobriram e domesticaram mais da metade dos sete grãos alimentícios correntemente comercializados no mundo de hoje.

Um escritor que se intitula ‘apaixonado’¹¹ pela Amazônia, como Márcio Souza, luta claramente contra o esquecimento dessas sociedades que a seu ver devem ser reconhecidas como sujeitos de direitos e deveres e, portanto, respeitados em seu conhecimento e sua diversidade. Assim, “é no presente que a construção do passado é disputada como recurso para a construção de um futuro que responda às aspirações deste presente¹²”.

¹¹ Observar subtítulo da obra de Márcio Souza: SOUZA, Márcio^b. *Breve história da Amazônia: a incrível história de uma região ameaçada conta com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo*. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

¹² ENNE, Ana Lucia S. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. Texto apresentado em disciplina da pós-graduação em Comunicação pela própria autora na Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, em 2007.

O esquecimento com relação à importância das populações indígenas na história da Amazônia e, sucessivamente, negros e tantos outros imigrantes, é a face oculta do discurso nacional que presentifica um passado colonialista europeu branco que dizima os choques culturais do passado e os resultados do encontro de tantos povos diferentes.

Será a partir da conquista européia e sua relação específica com o Grão-Pará que a Amazônia, enquanto narrativa, é construída para o Brasil e para o mundo. Percorrer esses vestígios é tentar compreender as ameaças renitentes de que fala Márcio Souza (2001). O escritor caminha em direção a um contradiscurso local para questionar o ‘dizer’ oficial cristalizado que se consolida tendo como ponto de partida o discurso dos portugueses, dos viajantes, da Igreja Católica e os textos ficcionais que terão papel importantíssimo na formação de um sentimento nacional.

1.3. ENTRE A PEQUENEZ DO HOMEM E A EXUBERÂNCIA DA FLORESTA SURGE UMA NAÇÃO

Foi só em 1616, durante a vigência da União Ibérica, que Portugal, de fato, tomou posse da região, com a fundação de Santa Maria de Belém do Grão Pará, hoje Belém do Pará, o primeiro povoado do Norte do Brasil. Reis (1965) relata que após a chegada dos portugueses, naquele ano, foram 30 anos de combates para expulsar os estrangeiros e manter o domínio do território. A expedição de Pedro Teixeira, a mando de Lisboa, que subiu o Amazonas entre 1637-1639 é tida como o reconhecimento oficial da área a ser conquistada, de fato, pelos portugueses.

A idéia de vazio, construída historicamente sobre a floresta, entra em choque com alguns relatos antigos e novos achados arqueológicos, como, por exemplo, as observações do jesuíta Cristóbal de Acuña, membro da expedição de Pedro Teixeira pelo rio Amazonas em 1637, que observou o denso povoamento indígena da Amazônia.

Um grupo novo de antropólogos, etno-historiadores e arqueólogos americanos e brasileiros propuseram, nos últimos anos, uma explicação nova e instigante para uma série de fenômenos pouco conhecidos da história da Amazônia. A abundância de vestígios arqueológicos (cerâmica marajoara, tapajônica e de Santarém, entre outras) e as evidências da domesticação de vegetais em um período bastante recuado, pouco coadunavam-se com a imagem de uma Amazônia vazia à época do contato com os brancos (SILVA, 1990, p. 85).

Com o apagamento das populações locais enquanto donas e habitantes do lugar, acredita-se, a partir do etnocentrismo europeu, que o ‘povoamento’ ocorre, ‘de fato’, durante

os séculos XVII e XVIII quando os portugueses, a partir de Recife e Salvador, se deslocam para a região para expulsar ingleses, franceses e holandeses que se apoderavam das drogas do sertão¹³. Foram sempre as ameaças externas que impulsionaram os discursos em defesa da região.

Em boa parte dos relatos sobre a Amazônia o discurso do determinismo geográfico¹⁴ predomina. As condições adversas da floresta são vistas como entraves à presença do homem e, portanto, confirmam o vazio suposto como consequência das dificuldades para o povoamento. Ao se construir, inicialmente, a idéia de uma terra sem dono, inóspita, restava ao colonizador vencer os desafios de domá-la. Tais discursos foram por séculos reiterados, reforçando visões binárias herdadas do cientificismo europeu do século XIX.

Euclides da Cunha (2008, p. 3; 8), em 1909, vê o ‘homem amazônico’ como um intruso em desequilíbrio com a floresta. “O homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido - quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem”. Mais adiante diz que a natureza “aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o”.

Esse olhar sobre a vida na floresta pode ser encontrado também no argumento de Arthur Reis (1956), que diz que o habitante da Amazônia, na década de 50, apresentava-se em estágio cultural primário, vivendo da economia coletora e predatória, produto do meio amazônico, lutando para domesticar a floresta. Contra esse discurso determinista geográfico, Márcio Souza (2001, p. 23) afirma: “a cultura da selva tropical foi capaz, não apenas de formar sociedades perfeitamente integradas às condições ambientais, como também de estabelecer sociedades complexas e politicamente surpreendentes”.

A complexidade e a diversidade parecem sempre ser coadjuvantes nos relatos de construção das populações locais por observadores como Euclides da Cunha. A pequenez do homem em oposição à grandeza e à exuberância da floresta aparecem sempre com mais ênfase no discurso dicotômico de viajantes, escritores e historiadores deslumbrados ou surpresos com as potencialidades e dimensões da mata amazônica. Márcio Souza, como um amazônida, vai à busca dos vestígios e rastros que demonstram o equilíbrio entre indígenas e a floresta tropical, entre seu conhecimento e o respeito ao meio ambiente.

¹³ Drogas do sertão eram os produtos extraídos diretamente da floresta como canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeiras, salsaparrilha, etc. (CARDOSO; MULLER, 1978).

¹⁴ “O determinismo geográfico considera que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural” (LARAIA, 2008, p. 21).

Na Amazônia, o sistema colonial português se estabeleceu em condições diferentes em relação ao que se deu no restante do país. Portugal não fez da Amazônia uma colônia agrícola, como foi o caso do Nordeste do Brasil. A regra era ocupar e garantir a posse do território. Para isso, os portugueses percorreram as margens do Rio Amazonas e seus afluentes, exatamente onde estavam concentradas as populações indígenas. Foi assim que chegaram à margem esquerda do rio Negro, onde Manaus, capital do Amazonas, teve origem em um pequeno arraial formado em torno da fortaleza de São José do Rio Negro, criada para guarnecer a região de possíveis investidas dos inimigos, em 1669.

Nesse cenário, a Igreja Católica torna-se protagonista do projeto colonizador, preparando os grupos indígenas para atender suas ambições. Os índios eram aliciados para a catequese visando atender os interesses mercantis, que esbarravam na resistência indígena ao trabalho forçado. São freqüentes os relatos de confrontos e fugas naquela época. Vestígios de violência, marcados por armas de fogo disparadas pelos colonizadores e pela defesa e ataque dos indígenas armados com arcos e flechas.

“Como não aceitavam a escravidão, constituiu-se rapidamente o mito da incompatibilidade do gentio com a agricultura e da ‘preguiça da raça’” (SILVA, 1990, p. 65). O gesto de resistência é depreciado pelo olhar do colonizador e interpretado como atraso, primitivismo. E de tanto serem reiterados, tais discursos tornam-se realidade, como pontos relativamente invariantes, imutáveis. Passam a fazer parte da essência do brasileiro quando se reporta ao índio. Pollack (1989) diz que os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, são os acontecimentos, as pessoas (ou personagens) e os lugares. Esses três critérios podem tanto ter sido fatos concretos como podem ter sido projetados por outros eventos. As memórias coletivas impostas são importantes para a coesão social e a perenidade das estruturas institucionais.

Inicialmente, o discurso oficial dos portugueses produzido e reproduzido historicamente enquadrava o indígena como um eterno inadaptado às exigências da Coroa, apagando os atos de violência pela conquista do território. Posteriormente, quando se trata de criar um discurso nacional de apaziguamento, o índio narrado é o ingênuo, encantador e sem grandes divergências com o colonizador. O exemplo desses discursos está na literatura nacional, nas paixões ardentes entre o índio Peri e a jovem Cecília ou entre a índia Iracema e o colonizador português Martim.

Em torno dos personagens indígenas Peri e Iracema, José de Alencar constrói índios românticos, puros, virgens e em perfeita sintonia com a cultura branca. O casamento entre a índia Iracema e o português Martim representa, seguindo as idéias de Sommer (2004),

simbolicamente, a consolidação nacional e a superação das diferenças regionais e raciais.

Dóris Sommer ressalta que “os romances nacionais são em geral tão facilmente identificáveis quanto os hinos nacionais”. Utilizados no ensino médio, são fonte de história local e de orgulho literário. “Os romances românticos caminham de mãos dadas com a história patriótica na América Latina. Os livros acenderam a chama do desejo pela felicidade doméstica que invade os sonhos de prosperidade nacional”. Segundo ela, “os escritores foram encorajados tanto pela necessidade de preencher uma história que ajudaria a dar legitimidade à nação emergente quanto pela oportunidade de direcionar aquela história para um futuro ideal¹⁵”.

Benedict Anderson (2008, p. 32) já disse que mais que inventadas, nações são imaginadas. Fazem sentido para a alma. O sentimento de nacionalidade naturaliza o passado (recente) por meio de uma seleção consciente. Nação é uma comunidade política imaginada que inventa e mascara, limitada e soberana, porque em torno dela e de sua gente cria-se uma “imagem viva da comunhão entre eles”.

A narrativa trabalha, enquanto alegoria, por entre as fendas, como deslizamentos e disputa de sentidos. E aqui temos a valiosa contribuição de Paul Ricoeur (1994, p. 10; 91) quando enfatiza que por meio das narrativas aprendemos a aprender e a reconhecer. O texto cria o necessário e o verossímil, fazendo crer. E isso tudo é possível porque a narrativa, enquanto símbolo da ação e do fazer, faz a mediação entre texto e leitor. “A literatura seria incompreensível para sempre se não viesse a configurar o que, na ação humana, já figura”.

Essa reflexão nos mostra que a nação brasileira, para se solidificar enquanto ‘comunidade imaginada’ precisava das narrativas históricas e literárias a fim de fazer crer que havia um sentimento de unidade e comunhão e não a presença do colonizador que chega com violência construindo um novo país, tirando de cena uma civilização já existente. A necessidade da crença no futuro do país unificado, resultante do encontro de várias raças, é o pré-figurado que Ricoeur diz ser necessário para a configuração das narrativas.

Appadurai (1981) nos lembra que o passado é governado por regras finitas, dependentes de recursos culturais. Alguma coisa é possível. Mas somente algumas são permissíveis. Os recursos buscados no passado permitem fazer da exclusão do outro o encontro e da violência do encontro um país em comunhão. Para uma nação recente que se solidificava não foi possível apagar o índio completamente, mas foi necessário construir um passado sem confrontos entre diferentes culturas. Algumas vezes era necessário ‘corrigir’ as

¹⁵ ibid. p. 21-22.

rotas do processo colonizador e permitir determinados encontros entre índios e brancos, não por simples necessidade de apaziguamento, mas visando o avanço mercantil da metrópole.

1.4. ERA PRECISO RACIONALIZAR PARA PRODUZIR E ASSIM TUDO PERMITIR

O avanço do capitalismo na Europa e a conseqüente racionalização da produção exigiam que Portugal se modernizasse ainda mais e fizesse com que sua colônia brasileira se tornasse útil à expansão da economia. Por isso, a partir do século XVIII o discurso colonial sobre a região sofre mudanças (SOUZA, 2001), passa das fábulas lúdicas dos viajantes para uma nova racionalidade, que visa um maior controle sobre o território. Era preciso que a terra fosse útil à Coroa por meio da extração das drogas do sertão, a chamada ‘cultura do solo’ (CARVALHO, 1998).

A Amazônia, até então, era um ‘celeiro de degredados’ (SOUZA JÚNIOR, 2001a), de colonos que eram enviados à região para cumprir penas longe do centro-sul do país. A partir de 1755 o ‘índio-colono’ foi considerado um homem livre, portador de direitos naturais com acesso a salário e a terras. Era preciso transformá-lo num agricultor produtivo à metrópole. O Regime de Diretório, como ficou conhecida essa nova forma de controle sobre os índios, representou o fim do poder das ordens religiosas sobre as aldeias e a instituição de um projeto político de base científica. Agora, os preceitos cristãos serviriam a outros fins.

A máxima ‘catequizar é civilizar’ sempre esteve presente no projeto colonial português e nesse momento histórico específico assumia uma importante dimensão, pois a interiorização dos preceitos cristãos pelos índios representaria a absorção de conceitos de disciplina, obediência, dedicação ao trabalho, etc. que facilitaríamos sua transformação em colonos produtivos¹⁶.

O projeto do Marquês de Pombal buscava uma nova identidade para o índio. Era necessário transformá-lo em cidadão em nome de um projeto português de nação. É assim que o discurso da comunhão das raças vai sendo plantado. Naquele momento era necessário apagar as diferenças e projetar o futuro baseado na construção de novas identidades sem vínculos com o passado. “A memória construída no presente, a partir de demandas dadas por este e não necessariamente pelo passado em si, pode ser pensada como fator fundamental para

¹⁶ ibid. p.40.

a construção de pertencimentos sociais, aos mais diversos níveis associativos¹⁷”. Era hora de colocar em prática um processo de valorização dos índios envolvendo toda a sociedade colonizada, associando portugueses e indígenas a fim de evitar que divisões e preconceitos raciais continuassem dificultando o trabalho e os rendimentos da colônia.

Assim, a Coroa propõe uma mudança de nomeação social para o índio. Proíbe que o chamem de negro, para não confundi-lo mais com ‘indivíduos despossuídos’¹⁸. A Coroa determina, também, o fim das habitações coletivas indígenas, permite que esses povos utilizem sobrenomes portugueses e que os brancos possam constituir família com os índios e morar nas povoações indígenas, o que até então era proibido. É o discurso do incentivo à mestiçagem em nome de uma necessidade comercial da metrópole. É quando se define o português como língua única. Até então predominava o *Nhengatu*, uma língua Tupi (SILVA, 1990).

Para os autores que entendem o passado da Amazônia, até então, como desviante com relação ao processo de ocupação e ao desenvolvimento brasileiro, a política do Diretório representa o ‘período da prosperidade’. Época em que há a primeira grande tentativa de desenvolver a região, racionalizá-la e integrá-la ao restante do país. “O gênio de estadista que foi Pombal ainda faz inveja a administradores da Amazônia de hoje” (CARVALHO, 1998, p. 110). Reis (1966) afirma que com Pombal a estabilidade fez-se definitiva.

Euclides da Cunha vê com outros olhos a tentativa de unificação entre colonizador e índios:

Esforços vãos. As partidas demarcadoras, as missões apostólicas, as viagens governamentais, com as suas frotas centenárias de canoas, e os seus astrônomos comissários apercebidos de luxuosos instrumentos, e os seus prelados, e os seus guerreiros, chegavam, intermitentemente, àqueles rincões solitários, e armavam rapidamente no altiplano das "barreiras" as tendas suntuosas da civilização em viagem. Regulavam as culturas; puliam as gentes; aformoseavam a terra. Prosseguiam a outros pontos, ou voltavam - e as malocas, num momento transfiguradas, decaíam de_chofre, volvendo à bruteza original (CUNHA, 1909, p. 7).

Reafirma-se o renitente confronto entre civilização e barbárie que será, repetidas vezes, lembrado na memória nacional como dificuldade ao desenvolvimento da região. A terra que precisa ser ‘regulada’, ‘pulida’, ‘aformoseada’, dada a sua ‘bruteza original’, torna-se o discurso hegemônico quando se trata da região Norte do país.

¹⁷ ENNE, op. cit. p. 3.

¹⁸ “Na Amazônia colonial o conjunto de indivíduos despossuídos – índios forros, índios escravos, negros forros, negros escravos, homens brancos pobres, mestiços - era genericamente denominado de ‘pretos’ ou ‘negros’, termo esse de caráter eminentemente pejorativo pelo seu sentido discriminador” (SOUZA JÚNIOR, 2001a, p. 44).

A conseqüente estabilidade idealizada derivada do controle sobre os discursos e a partir das permissões geradas nas relações sociais não seria suficiente para transformar o índio em cidadão. De paraíso dos naturalistas, a Amazônia tornar-se-á um importante foco de resistência contra o domínio colonial e as desigualdades impostas pela Coroa Portuguesa.

1.5. A AMAZÔNIA NÃO ERA BRASIL. A AMAZÔNIA ERA ‘CABANA’

Em oposição ao ‘período de prosperidade’ (era Pombal), há um posterior apagamento do século XIX no cenário nacional, quando se narra que a agricultura ficou restrita à subsistência (CARDOSO; MULLER, 1978). Esta baseava-se no extrativismo, na economia camponesa e ainda a escravidão indígena. Só os livros mais recentes de história trazem relatos sobre esse período.

É nessa época que a Amazônia torna-se o ‘paraíso dos naturalistas’ europeus (SCHWARCZ, 1993). Os exemplares da cultura local eram vasculhados e selecionados servindo à produção de conhecimento científico fora do país. “É de toda a América a paragem mais perlustrada dos sábios e é a menos conhecida” (CUNHA, 1909, p. 4). Assim é o discurso irônico de Euclides da Cunha, quando relata que os especialistas se detinham em pequenas coisas e não tinham uma idéia do todo. Naturalistas estrangeiros despachavam coleções inteiras para seus países de origem, em quantidades espantosas. “Prendia-nos sempre a majestosa exuberância desta terra equatorial, que em toda extensão, às matas de Belém do Pará ou às ilhas baixas do arquipélago circunstante, novas maravilhas nos oferecia” (MARTIUS; SPIX, 1960, p. 333).

Em 1866 surge a primeira instituição de pesquisa da região – a Associação Filomática do Pará, que depois se transformaria no Museu Paraense Emílio Goeldi, existente até hoje e referência em pesquisas amazônicas nacional e internacionalmente. O zoólogo suíço Emilio Goeldi “procurou fazer do Museu uma reprodução fiel das instituições congêneres européias” (SCHWARCZ, 1993, p. 85).

O arqueólogo e naturalista mineiro Domingos Soares Ferreira Penna, que morreu em 1888, um dos fundadores do Museu, viajando pela região, prioriza as espécies do extrativismo, a produção agrícola, os rios, o clima, as construções. Algumas vezes, observa a melancolia dos índios e a necessidade de integrá-los à sociedade e à civilização. Relata que o descendente do índio vive sob o julgo da autoridade no interior da província.

Ferreira Pena reforça a existência de uma população reduzida em relação ao território

e os hábitos ‘primitivos’ lhe chamam a atenção: “não se deve esquecer que entre as causas que retardam o seu desenvolvimento é força contar, em primeiro lugar, os hábitos anti-higiênicos do povo e, em segundo lugar, as condições desfavoráveis do solo e do clima”¹⁹.

Para Márcio Souza, são os cientistas que constroem o mito da Amazônia como um vazio demográfico, hostil aos homens civilizados, com nativos primitivos, sem vida política ou cultural. “É a Amazônia terra sem história, que tem permitido toda sorte de intromissão e arbitrariedade” (SOUZA, 2001, p. 101-102). É a memória como um fenômeno construído, resultante tanto de processos conscientes como inconscientes. “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLACK, 1992, p. 204).

As produções científicas e agora não mais as crônicas dos viajantes vão fortalecendo a idéia de um Brasil dividido. Um norte apagado, desconhecido e atrasado frente ao centro-sul do país. Ferreira Penna observa, também, a concentração das escolas ainda na capital. No interior da Província encontrou apenas escolas públicas primárias. “O povo não tem instrução alguma. Toda sua educação literária provém quase sempre da leitura de periódicos políticos (...) e os romances de que os bons costumes e a moral fogem assustados”²⁰. Longe de questionar as causas de tal abandono histórico ou as conseqüências de séculos de exploração econômica da região, essa literatura científica apenas reforça o determinismo geográfico.

Henry Bates, naturalista inglês que viveu na Amazônia entre 1848 e 1859 coletando amostras da fauna e enviando a Londres, vê Belém como uma terra de misturas raciais e personagens estranhos, como ‘soldados indolentes’, ‘negros carregando à cabeça talhas de barro vermelho’, ‘índios de aspecto tristonho, com os filhos nus escanchados nos quadris’ e ‘várias outras amostras da vida multicolor do lugar’. E acrescenta: “do lado de fora das portas, viam-se grupos tomando fresco: pessoas de todos os tons de pele, europeus, negros e índios, mas principalmente uma mistura incerta dos três” (BATES, 1944, p. 33).

Essa relação entre raça e moral fica clara nos escritos ficcionais, que produzem narrativas que se amplificam ao longo do tempo. Em seus Contos Amazônicos, Inglês de Sousa, escritor paraense que morou muito mais tempo fora da região, descreve no final do século XIX os personagens locais:

¹⁹ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Belém, 1973. 2v. (Coleção Cultura Paraense, Série Inácio Moura). v.1. p.310.

²⁰ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, op. cit. p. 295.

É naturalmente melancólica a gente da beira do rio. Face a face toda a vida com a natureza grandiosa e solene, mas monótona e triste do Amazonas, isolada e distante da agitação social, concentra-se a alma num apático recolhimento, que se traduz externamente pela tristeza do semblante e pela gravidade do gesto... os seus pensamentos não se manifestam em palavras por lhes faltar, a esses pobres tapuios, a expressão comunicativa, atrofiada pelo silêncio forçado da solidão (SOUSA, 2004, p.6).

Tapuios são índios ou mestiços de índios, aqui no texto, iguados a seres tristes, atrofiados, sem expressão em contraposição à ‘natureza grandiosa e solene’. Mesmo sendo de lá e não daqui, Sousa nega a existência de sujeitos em ação à beira do Amazonas, e os vê apenas como pobres criaturas vítimas da solidão. “O romance se tingia assim de naturalista quando as personagens e o próprio enredo cediam lugar ‘às leis naturais’ que lhes estreitavam horizontes, reduzindo-os a meras categorias da ciência” (SCHWARCZ, 1993, p. 151).

Bates diz ficar impressionado com o contraste entre riquezas naturais e pobreza humana. E o que compensava todos os senões da viagem era a deslumbrante beleza da vegetação. Sobre a vida no Pará, comenta:

A gente era mais singela, mais pacífica e amável em seus modos e propósitos... em compensação, o povo do Pará era muito inferior aos brasileiros do sul em energia e diligência. Como os gêneros e o aluguer (*sic*) da casa são baratos e as ambições da gente muito reduzidas, pois se contentam com alimentação e alojamento de uma qualidade que não seria tolerada pelos pobres da Inglaterra, passam a maior parte do tempo em prazeres sensuais e em divertimentos que o governo e as pessoas abastadas lhes proporcionam gratuitamente (BATES, 1944, p. 72).

Reaparece aqui o contraste pobreza/exuberância da floresta e o determinismo biológico²¹, onde a mistura racial ‘incerta’ determina o caráter de um povo, sua tristeza, indolência, inferioridade e falta de ambição. E não há beleza e admiração do observador no lazer de uma cultura que se diverte com ‘tão pouco’, que tem a natureza como cenário e fonte de vida, e não como fonte de objetos raros a serem guardados para um futuro incerto.

A Amazônia só começa a se aproximar de fato do Brasil, com a vinda da família real, em 1808 (REIS, 1965). O isolamento político e econômico da Capitania do Grão-Pará favorecia a classe dominante dos empresários que se relacionavam diretamente com a metrópole. Por isso, a reação deles em acatar as ordens da Coroa que a partir de 1808 se estabelecia no Rio de Janeiro.

²¹ Segundo Laraia (2008), determinismo biológico é acreditar que as diferenças genéticas condicionam as diferenças culturais.

A Capitania do Grão-Pará e Rio Negro era um estado colonial bastante ligado a Portugal, tanto por laços familiares quanto por interesses comerciais e facilidades de navegação. Uma viagem de Belém a Lisboa, por exemplo, naqueles tempos de vela, durava cerca de vinte dias, contra os quais dois meses até São Luis e a jornada de três meses até o Rio de Janeiro. Isto fazia com que os ricos e os políticos freqüentassem mais Portugal do que o Brasil (SOUZA, 2001, p. 124).

Marcio Souza enfatiza que a Amazônia não era Brasil. Era como se os portugueses tivessem duas colônias na América do Sul: o Vice-reino do Brasil e o Grão Pará. “O Grão Pará era um sonho de país independente e não uma fronteira econômica. E nem se chamava Amazônia: esta é uma invenção do Império que foi retomada pela República”²².

Quando eclode a Revolução Constitucionalista do Porto (Portugal), em 1820, negando o poder de D. João VI que estava no Brasil, os comerciantes do Grão-Pará reforçam o movimento, que foi tomando o caráter de um “projeto independentista” (SOUZA JÚNIOR, 2001b) do governo português instalado no Brasil.

A notícia da independência do Brasil só chega ao Grão-Pará em 1823. Foi quando

O capitão-tenente inglês John Pascoe Grenfell (...) fundeou na barra de Belém e anunciou que há quase um ano D. Pedro I proclamara a independência do Brasil, tinha o apoio da Inglaterra e não esperava nenhuma oposição no Pará. Era a gota d'água para uma série de incidentes políticos que iriam lançar a região num turbilhão que durou 10 anos (SOUZA, 2001, p. 131).

Os anos de administração direta, com a Capitania ‘separada’ do Brasil, tinham criado um corpo de funcionários, oficiais militares portugueses, comerciantes e fazendeiros simpáticos à possibilidade do Grão-Pará manter-se ligado a Portugal e contrários às ordens de Grenfell. Os conflitos começam. De um lado, os portugueses (classe dominante paraense), que em troca da manutenção de suas regalias resolveram aceitar o Império do Brasil. De outro, os *cabocos*, como Márcio Souza nomeia, que se insurgiam contra o domínio dessa classe portuguesa.

O continuísmo dos aproveitadores no poder levaria esse confronto ao ponto de ebulição: crises, levantes militares, choques entre *cabocos* e portugueses. Metade do século XIX se perdeu numa pavorosa convulsão política, que resultou no trucidamento de 30% da população da região²³.

É nesse contexto que eclode a Cabanagem, em 1835. Para os historiadores regionais é

²² SOUZA, Márcio. *A literatura na Amazônia: as letras na pátria dos mitos*. Disponível em <http://www.marciosouza.com.br/interna.php?nomeArquivo=vida>. Acesso em 26 mai. 2008.

²³ *ibid.*, p. 133.

considerada uma revolução. Vicente Salles (2005) descreve as forças políticas da Cabanagem: de um lado senhores rurais, de outro a política dos Diretórios, herança da Era Pombalina, subordinada ao Estado, contava com apoio de alguns chefes indígenas militares. Há ainda a Companhia Geral do Comércio, a futura classe dos comerciantes, responsável pela produção local, importação de produtos e comercialização de negros da fábrica, que se juntou aos intelectuais, escravos, caboclos e pequenos proprietários rurais. O movimento começou na cidade de Belém, mas explodiu nos campos como luta armada. Era um protesto contra a classe portuguesa local, beneficiada pelo Império Brasileiro (SOUZA, 2001).

A Cabanagem exprimiu realmente luta de classes num ambiente que primou durante muito tempo em manter rígidas, tensas e antagônicas as situações de classes. Um dos seus aspectos mais importantes é, sem dúvida, a análise da intervenção das classes populares dos campos e das cidades nos destinos políticos do Grão-Pará com o fim especial de modificar o *status quo*. Resultou experiência dura e inglória. O antigo regime se refez. Tornou-se até mais rígido, subjugando os libertos (SALLES, 2005, p. 233).

Nas narrativas nacionais os sentidos produzidos pela Cabanagem são o da violência cometida pelo cabano. Inglês de Sousa (2004, p. 148) comenta:

Naquele tempo, nada causava mais horror à gente branca do que a Cabanagem que começava a lançar as garras sangrentas sobre as duas margens do Amazonas. Inimigos encarniçados dos portugueses e dos maçons, os cabanos levavam a todas as povoações o morticínio e o roubo, não respeitando velhos, crianças nem mulheres.

Vicente Salles (2005, p. 234) lembra que o cabano violento virou folclore, com o estereótipo da crueldade, do assassino, do cangaceiro das águas, do bicho-papão. E no folclore pernambucano aparece assim:

Eu não sou cabana
Lá do Pará
Sou menina boa
Gente Sinhá.

Domingos Soares Ferreira Penna²⁴ vê o movimento como uma “deplorável rebelião”. Vicente Salles (2005, p. 234) aponta interesses em jogo para a construção discursiva de um cabano tão cruel: “algum interesse havia na criação dessa imagem deformada do cabano, quando se sabe que eles lutaram contra a opressão intolerável. Tão cruéis e assassinas foram

²⁴ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, op. cit.

também as forças da repressão”. A memória nacional constrói os conflitos com parcelas de esquecimento que turvam os ideais políticos de liberdade e de defesa dos cabanos e torna a violência proporcionada por eles a marca do movimento.

Arjun Appadurai (1981, p. 216) esclarece que o discurso sobre o passado dos grupos sociais envolve competição, oposição e debate. Mas há limites para usar o passado. Variações culturais geram negociações simbólicas diferentes entre passados rituais e contingências do presente. “O passado que é compartilhado, entretanto, sempre se coloca em uma delicada relação com os passados queridos por grupos distintos hoje”.

Para pesquisadores não amazônicos, a região nunca lutou por seus interesses. Mais uma vez o esquecimento sobre a Cabanagem se confirma: “a Amazônia nunca estruturou interesses próprios, capazes de competir com os interesses de fora; foi sempre uma terra que, assim como seus trabalhadores, uma vez usada, punha-se de lado” (CARDOSO; MULLHER, 1978, p.11). A imagem da Amazônia vitimada é comumente comparada à indolência de sua população como em diversos outros relatos. Huysen (2005, p. 24) afirma que “existe uma política de esquecimento público que difere daquela que conhecemos simplesmente como repressão, negação ou evasão”, ou seja, a memória política não pode funcionar sem o esquecimento.

Bezerra Neto (2001a) diz que após 1850 os setores que recordavam a Cabanagem com simpatia eram os homens livres e libertos pobres, geralmente negros e mestiços, os índios e tapuios amazônicos, os escravos e outras pessoas livres e até mesmo abastadas, que historicamente excluídas da participação política na direção dos negócios do governo provincial, também pegaram em armas contra tal ordem vigente no Grão-Pará e Rio Negro. Mas a memória sobre a Cabanagem que acabou prevalecendo ao longo do século XIX na história do país foi a produzida pelos setores privilegiados da sociedade paraense. A Cabanagem aparecia reduzida a motim político, rebelde, revolta.

E como nos diz Paul Ricoeur (1994, p. 116), “toda história do sofrimento clama por vingança e exige narração”. Pollack (1989, p. 4) ressalta que “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à ‘Memória Oficial’, no caso a memória nacional”. O pesquisador propõe que se analise como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade.

Sarlo (2007, p. 19) reconhece o lugar da subjetividade na narrativa histórica. Assim é possível encontrar os ‘novos sujeitos’ do ‘novo passado’: “a história oral e o testemunho

restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada”.

Bezerra Neto (2001a, p. 80) classifica as comemorações do sesquicentenário (150 anos) da Cabanagem, com a construção do Memorial da Cabanagem em Belém, como marco inicial do reconhecimento do movimento. “Passava-se, a partir de então, ao enaltecimento da Cabanagem e de sua data-começo como movimento político e social realizado pelo povo paraense em defesa de sua liberdade, ainda que massacrados e derrotados”. É a partir da década de 80, segundo ele, que a Cabanagem é consagrada como ‘revolução popular da Amazônia’.

Enquanto os relatos são provas claras de uma tentativa de apagamento da Cabanagem como foco de resistência, a Amazônia como oferta de matéria-prima e atração de mão-obra barata será para sempre reforçada no cenário nacional. O período de produção da borracha será a marca visível do desenvolvimento e do avanço da região, tendo como face obscura o esquecimento, o empobrecimento, a exploração e as desigualdades consolidadas na região. Essa é a nova fronteira que surge para o Brasil e para o mundo.

1.6. UMA NOVA FRONTEIRA: A EXPLORAÇÃO DA BORRACHA E DO HOMEM

Após os efeitos da Cabanagem, é só na segunda metade do século XIX que a Amazônia começa a se reerguer economicamente com a extração da borracha, entre 1850 e 1915. São os viajantes do século XIX que confirmam e detalham à Europa a existência e os potenciais da borracha, há muito utilizada pelos índios e pelos portugueses na região na fabricação de botas e garrafas. Tais informações foram fundamentais diante da alta taxa de demanda internacional do produto. Coincidentemente, nesse momento, o nordeste brasileiro vive uma de suas piores secas entre 1877 e 1879.

Começa a retirada em direção à Amazônia. São os cearenses que vão servir de mão-de-obra nos seringais, mas são os coronéis da borracha que enriquecem. “Mas essa contradição nunca preocupou ninguém. A face oficial do látex era a paisagem urbana, a capital coruscante de luz elétrica, a fortuna de Manaus e Belém, onde imensas somas de dinheiro corriam livremente” (SOUZA, 2001, p. 182).

Na memória coletiva é o período da *Belle Époque*. Marcos dessa época ainda estão de pé e bem firmes na memória, como o Teatro da Paz, em Belém, e o Teatro Amazonas, em Manaus. É o *boom* da borracha, quando a região ganha destaque no cenário nacional e internacional. Otávio Velho (1979, p. 193) escreve: “a não ser como mito e no curto período

do auge da borracha, o Brasil e o mundo viveram quase como se a Amazônia não existisse. As estatísticas ‘naturais’ (...) eram parte essencial da crença no Brasil como o país do futuro”. Era o tempo da prosperidade, da modernidade, da riqueza, do luxo que sustentam o orgulho das capitais amazônicas. A Amazônia passa a existir como fronteira econômica importante e assim se constitui para a memória nacional oficial.

A imigração estrangeira também se deu no rastro das promessas de riquezas oriundas da exploração da borracha. Oliveira Filho (1979, p. 106) diz que “a ocupação da região é vista como dirigida não por um impulso povoador, gerando uma sociedade agrícola e sedentária, mas por uma mentalidade de coleta e preação, resistente a qualquer trabalho regular e produtivo”.

Assim, em busca de trabalho, vieram trabalhadores dos quatro cantos do mundo, de inúmeras nacionalidades: sírios, libaneses, judeus, italianos, japoneses, russos, franceses, belgas, chineses, espanhóis. “É, portanto, uma longa história de encontros e confrontos culturais e não simplesmente uma fábula de três raças formadoras de nossa nacionalidade como aquelas que nos contaram nas aulas de moral e cívica e estudos sociais”²⁵.

O lado obscuro da exploração da borracha foi observado por Euclides da Cunha (1909, p. 9): “de feito, o seringueiro - e não designamos o patrão opulento, senão o freguês jungido à gleba das ‘estradas’ -, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se”. Márcio Souza (2001, p. 183) confirma: o seringueiro “era aparentemente livre, mas a estrutura concentrada do seringal o levava a se tornar um escravo econômico e moral do patrão”.

Nota-se uma memória majoritária da Amazônia que se impõe como fronteira econômica em torno de um esquecimento sobre as condições de trabalho que possibilitaram a exportação do ‘ouro branco’.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLACK, 1989, p. 8).

A produção memorável da *Belle Époque* constrói uma Belém saudosa - época do Fausto. São saberes acessados como passado sedimentado em oposição a um futuro ‘incerto e

²⁵ São palavras do curador e historiador Aldrin Moura de Figueiredo no catálogo da exposição “Belém dos imigrantes: história e memória”, a partir de pesquisa realizada entre os anos de 1616 e 2004. A exposição foi coordenada pela Prefeitura Municipal de Belém em 2004.

decadente'. Os vestígios aparecem como 'polícia discursiva' (FOUCAULT, 2006b). Algo que emerge do passado fixando os limites e reatualizando as regras da produção discursiva sobre a região.

Os prédios antigos restaurados, as igrejas seculares, os monumentos, os estilos rebuscados, são marcas no presente demonstrando que a "lembrança está ali, fora de nós, talvez dispersa entre muitos ambientes. Se a reconhecemos quando reaparece inesperadamente, o que reconhecemos são as forças que a fazem reaparecer e com as quais sempre mantivemos contato" (HALBWACHS, 2006, p. 59).

Surge como 'memória manipulada', como propõe Ricoeur (2000, p. 117), que se situa entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória, como "história ensinada, história aprendida, mas também história celebrada". A identificação com um passado de glória estimula a construção simbólica da cidade que quase se igualou à metrópole, que tinha potencial para tornar-se a capital do Brasil. Ao mesmo tempo, a permanente restauração e conservação desses marcos históricos em lugares centrais da cidade é o retrato de uma 'Belém do já teve', como se diz no jargão popular, em oposição às desigualdades sociais que assolam as capitais amazônicas.

Os vestígios manipulados de uma 'bela época', tornados os mais elegantes e caros pontos turísticos da cidade, se erigem solidamente como acontecimentos enobrecedores constituintes da identidade, em oposição à exploração e à pobreza, que historicamente são sua face oculta. Nesse sentido, Ricoeur enfatiza que a ideologia torna-se a guardiã da identidade, com uma espécie de 'coação silenciosa' que distorce a realidade e legitima o sistema de poder.

O período militar que se instala no Brasil a partir de 1964 fará isso com maestria. O governo começa a fomentar um sentimento de integração nacional, que precisa aproximar 'de fato' a Amazônia do restante do Brasil. Implanta-se uma necessidade de pertencimento da região ao país e vice-versa. 'A Amazônia é nossa'. Por trás da face visível da 'comunhão' observa-se uma verdadeira devassa capitaneada pelo Governo Federal, o que demonstra o total descaso com os recursos naturais e os moradores da floresta.

1.7. É HORA DE TUDO CONTROLAR, PROTEGER E... USAR

Historicamente "a Amazônia foi inventada para estar ligada ao mercado internacional, foi esta a principal diretriz do processo de colonização" (SOUZA, 1994, p. 166). A região

surge como “área potencial, necessária ao desenvolvimento do Brasil” (REIS, 1956, p. 32). Nesse ponto, os discursos convergem. A relação da Amazônia com o restante do Brasil se deu majoritariamente pelo viés da economia. Assim, a região é vista como reserva inesgotável de matéria-prima, o que está por trás das políticas de controle sobre o território ‘longínquo’ que é necessário proteger pra não perder ou proteger para aproveitar seus recursos.

Cardoso; Muller (1978) vêem a ocupação da Amazônia como ‘etapas de devassamento’. A primeira etapa seria a coleta de drogas do sertão para atender o mercado europeu. A segunda, a exportação da borracha e a terceira as frentes pioneiras agropecuária e mineral a partir de 1920/1930. Os autores defendem a idéia de que até 1940 não houve nenhum povoamento dedicado à colonização. A terra só era apropriada se houvesse nela um produto que pudesse ser trocado. Depois de usada era abandonada. São as relações de trabalho a questão central da história econômica. As relações sociais são subalternizadas. Os migrantes são números, fluxos, deslocamentos.

Otávio Velho (1979, p. 200) menciona a importância do movimento campesino na Amazônia, que teria iniciado na década de 20, pós-exploração da borracha. Muitos saíram do Maranhão em direção ao Sul do Pará em busca dos castanhais. “Eram atraídos pela grande extensão de terras livres e pela existência de ocupações alternativas e complementares na coleta de castanha e na busca de diamantes nos rios”.

Bertha Becker (2001) aponta três fases na expansão recente da fronteira amazônica. Até 1950, as zonas pioneiras eram essencialmente agrícolas e depois de alguns anos era introduzida a pecuária. Os produtos agrícolas e pecuários abasteciam o mercado interno; de 1950 a 1966, a direção da fronteira segue rumo à Amazônia, consequência do regime liberal do pós-guerra, da busca de autonomia e da vontade política de desenvolver o país para inseri-lo em uma ordem política planetária; de 1966 a 1985 há a consolidação de um projeto nacional para a modernidade instituído pelo regime militar, decorrente de uma estratégia nacional. É o momento da articulação do capital estatal com o privado nacional e internacional.

Nada de novo no discurso com relação às outras ‘etapas de devassamento’. A Amazônia era vista como fronteira a ser ocupada, “Os instrumentos políticos e econômicos, amplamente utilizados pela burocracia estatal, restringidos ao circuito da tecnocracia, sobretudo depois do regime militar, reduziram a questão do desenvolvimento à dimensão econômica” (BRITO, 2001, p. 198).

São ‘fronteiras em movimento’ - “a mais recente fronteira do Brasil” (VELHO, 1979). O termo fronteira, entre os especialistas, torna-se comum quando se trata de nomear esta nova

fase. “Fronteira não como retaguarda, mas sim como vanguarda do povoamento e da economia nacionais” (BECKER, 2001, p. 734). Para Bertha Becker, fronteira é um espaço ainda não plenamente estruturado capaz de gerar realidades novas, podendo ocorrer mesmo em áreas já povoadas.

Todos objetivam decifrar, compreender, ocupar e dominar a região (REIS, 1956).

A Amazônia não é o paraíso verde dos ufanistas, nem tampouco o inferno verde dos negadores impenitentes. Temos de compreendê-la como uma área nova nos quadros brasileiros, que está exigindo técnica aprimorada, capitais e programas de trabalho intensivo (REIS, 1965, p. 18).

O discurso do ‘determinismo geográfico’ dá lugar à outra lógica: a da racionalidade do capital. Cardoso; Muller (1978, p. 7) chegam a falar em um “pioneirismo típico da Amazônia” devido à rudeza da relação direta terra-homem e à violência da relação.

Nesse período, pequenos agricultores são instalados em agrovilas ao longo da Transamazônica, capitaneados pelo Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado em 1970. Por trás da idéia de desenvolvimento, que a ‘colonização dirigida’ defendia, havia a intenção de controle dos conflitos pelo Estado, que distribuía as terras. O governo incentiva a ocupação com capital de empresa, a ocupação por fazendeiros e a ocupação espontânea e sem dinheiro, por meio do posseiro (BECKER, 1998).

Uma vez que a tensão e os conflitos eram pensados pelos órgãos oficiais como subproduto de um processo migratório desordenado, à migração eram atribuídos aumentos vertiginosos dos índices de criminalidade e delinquência na região, bem como os atos ilegais e as operações fraudulentas que caracterizavam a grilagem” (ALMEIDA, 1991, p. 264).

Bertha Becker (2001) justifica a prioridade conferida à Amazônia no projeto geopolítico nacional como a solução para as tensões sociais internas do Nordeste e Sudeste devido à expulsão de pequenos produtores em consequência da modernização da agricultura. Outros fatores são: os focos revolucionários na região (Guerrilha do Araguaia), a migração constante dos países vizinhos que ameaçavam a soberania nacional e a nível internacional a proposta do Instituto Hudson de transformar a Amazônia num grande lago para facilitar a circulação e a exploração de recursos.

Com o Programa de Integração Nacional anunciado em 1970, a abordagem desenvolvimentista predominantemente regional dos anos 60 é substituída por uma abordagem inter-regional. A migração do Nordeste para a Amazônia era o elo principal dessa nova política, que teve a construção da rodovia Transamazônica como principal eixo

escolhido para a colonização oficial. Otávio Velho (1979, p. 211) cita um pronunciamento de Delfim Netto, então ministro da Fazenda: “o Plano (de Integração Nacional) representa a conquista de um novo país, dentro da nação brasileira... Nós vamos empurrar a fronteira para a conquista de um novo país”.

O discurso da ‘nova era’ criava no Brasil ufanista do regime militar a idéia de desenvolvimento, associada a um Governo ‘sensível’ às questões locais. Segundo Pereira (1971, p. 116), a Transamazônica foi um “acidente emocional do Presidente Médici, ao deparar com a tragédia (...) de fome e miséria no Nordeste, por ocasião da estiagem”. O discurso oficial militar disputava a região como saída para os problemas do Brasil e, para isso, criava mecanismos centralizadores de defesa do território. Ao mesmo tempo, o discurso do meio acadêmico já responsabilizava, na década de 70, a política do Governo militar pela “exploração brutal do trabalho na Amazônia” com personagens “semi-servis, semi-humanos, semi-proletários”. É o estado autoritário quem cria empresas e lhes garante o incentivo (CARDOSO; MULLER, 1978, p. 8-9).

Os mitos da ‘valorização do homem’ e da ‘integração nacional’ são constitutivos do discurso oficial naquele momento. “A missão de incorporar terras, defender fronteiras, preservar riquezas é constitutiva da mística da penetração na Amazônia²⁶”. O discurso oficial militar era a reafirmação do discurso da nacionalidade. O passado da região passa a ser disputado como o símbolo do abandono e do atraso. É hora de tudo lembrar sobre a Amazônia órfã e de tudo esquecer sobre a Amazônia que um dia tentou se libertar do Brasil. É preciso produzir um ideal de região que se adapte aos ‘novos tempos’.

“Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (...), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência” (POLLACK, 1989, p.9). É o que Pollack chama de ‘trabalho de enquadramento da memória’²⁷, que faz uma permanente reinterpretação do passado para o bem do presente ou do futuro.

Constrói-se a idéia de um país que precisa crescer, produzir e avançar (‘50 anos em 5’). Retoma-se a mística da civilização contra a barbárie, onde o passado como universo cultural partilhado (APPADURAI, 1981) emerge com seus vestígios em uma acirrada disputa para constituir o sentimento de unidade no país. Com a suspensão da liberdade de expressão nesse período, é quase impossível pensar em um contradiscurso em condições de negociar

²⁶ *ibid.*, p.10.

²⁷ *id.*, 1992.

com a oferta comunicacional estatal.

Em 1970, o presidente da República conclama:

Apelo à consciência nacional para que todos os brasileiros sintam que o Nordeste não é um problema distante, não pertence ao nordestino, mas é um problema nacional que toca a sensibilidade e o brio de todos nós... seria insensato ignorar a Amazônia e deixá-la ficar sempre vulnerável à infiltração, à cobiça e à corrosão de um processo desnacionalizante que se alimenta e se fermenta em nossa incúria²⁸.

O discurso culpa o ‘outro’ da razão, que é sempre o estrangeiro. O povo brasileiro é conclamado à defesa da pátria contra a vulnerabilidade retomada de um passado agora presente. É a partir desse trabalho político e de um massivo investimento em comunicação que a Amazônia passa a ser disputada pelo Brasil como propriedade, gerando um efeito de manutenção, coerência, unidade, continuidade, organização como consequência do ‘enquadramento da memória’ (POLLACK, 1992).

Ao analisar as páginas dos jornais impressos brasileiros, de 1970 a 2000, Joyce Santos (2002) observa que a ditadura militar exerce um papel importantíssimo de ressignificação da Amazônia, quando os militares retomam o binômio espaço vazio versus ocupação da região. É a época dos slogans “Integrar para não entregar” e “Amazônia: desafio que unidos vamos vencer”, que teve como auge o governo do presidente Emílio Médici. É a partir dos anos 70 que a floresta passa a ser assunto constante na mídia impressa nacional. Inicialmente apresentada intencionalmente pelos militares como território a ser dominado, fronteira para a expansão econômica e depois como fantástica fonte de riqueza biológica, importante para o equilíbrio do planeta, cuja manutenção está ameaçada por processos destrutivos.

A partir dos anos 80 o tema conquista de vez a mídia internacional, efeito da politização crescente do discurso ecológico mundial. Berta Becker (1998, p. 62) identifica uma nova expansão da fronteira nesse momento com a intensificação da busca de ouro nos garimpos e a instalação de grandes projetos minerais. “A implantação de grandes projetos é parte da construção de uma economia planetária por corporações transnacionais, mas é também (...) uma forma contemporânea de afirmação do estado nacional: a multinacionalização das empresas estatais”.

Segundo Alfredo Almeida (1991), entre 1980 e 1985, o governo condenava as invasões de terras promovidas por posseiros, como ações que dificultavam os projetos de desenvolvimento da região. Os critérios de segurança estavam fortemente ligados à dimensão

²⁸ Extraído de PEREIRA (1971) - contracapa do livro.

econômica. O desenvolvimento capitalista dependia da manutenção do discurso de que os entraves ao crescimento advinham das ocupações dos posseiros, da demarcação das áreas indígenas, dos movimentos de garimpeiros, coletores de castanha, juteiros e seringueiros que impunham resistência à implantação de grandes projetos agropecuários, empresas madeireiras e extração mineral, chancelados pelo Governo Federal.

Cria-se uma Agência especial de segurança – o Grupo Executivo de Terras do Araguaia (GETAT): “sua tarefa principal parece ter sido a de neutralizar a influência da Igreja e criar uma base de poder local para o governo, preparando o caminho para a profunda transformação decorrente da implantação do Programa Ferro Carajás” (BECKER, 1998, p. 42).

Em 1985, com a Nova República, o governo cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário acenando com a reforma agrária como uma ‘dívida social’. O discurso agora era o da desapropriação por interesse social em detrimento da colonização do Governo militar. Segue-se a esse período uma ‘inércia generalizada’ (ALMEIDA, 1991) que estimula o uso da força bruta por latifundiários e grileiros e deixa claro o desrespeito ao Estatuto da Terra.

Contra a bandeira da ‘regularização fundiária’ interpunham-se os movimentos camponeses e indígenas, que defendiam seus direitos de cidadania como ‘interlocutores legítimos das terras disponíveis e posses já consolidadas’²⁹. “O camponês-posseiro tem uma concepção não-mercantil, não-capitalista da propriedade da terra” (MUSSUMECI, 1988, p. 30). Daí os conflitos com a ideologia dos grandes projetos. De um lado os que vêem a terra como trabalho, de outro, os que vêem a terra como negócio. Becker (2001) identifica duas estratégias de significados no contexto amazônico: a questão da sobrevivência do homem e o capital natural (florestas, megadiversidade, água), gerando uma forte disputa entre potências pelo controle desse capital e dos movimentos sociais pela preservação.

Os movimentos sociais locais, agora organizados, se intitulam os legítimos proprietários de terras historicamente conquistadas, enquanto as grandes empresas tentam equilibrar o discurso entre o avanço da fronteira e o desenvolvimento da região. Isso pode ser visto no discurso atual da Companhia Vale do Rio Doce: “a missão de transformar recursos minerais em riqueza e desenvolvimento sustentável orienta nossas ações no relacionamento com *stakeholders* e na gestão dos impactos de nossas atividades, pois acreditamos sermos co-

²⁹ *ibid.*, p. 270.

responsáveis na busca do desenvolvimento sustentável”³⁰.

As preocupações com o desenvolvimento sustentável se inserem na pauta dos discursos a partir de 1996, quando Becker (2001) identifica uma nova fase. O Programa Brasil em Ação, do Governo Federal, cria ‘corredores de desenvolvimento’ formando imensos corredores ecológicos para proteção ambiental. As redes de telecomunicações direcionam a estratégia dos atores, enquanto os agentes externos (ONGs, Igreja, Governo) buscam informações sobre o capital natural e o saber local, motivados por interesses científicos, geopolíticos ou ambientais. Para os projetos alternativos dos grupos sociais locais, o uso das redes visa à busca do apoio externo para sua sobrevivência.

Saber local e capital natural passam a ser palavras-chave, que envolvem boa parte dos grupos em disputa. A floresta, como recurso cultural em permanente negociação, toma a arena tanto de grupos locais organizados como de movimentos nacionais e internacionais. Marcelo Leite (2001, p. 38) fala sobre a importância de preservar a floresta e os povos que a habitam, afirmando ser necessário aproveitá-los com urgência para garantir o repasse de saberes tradicionais para a descoberta de novos fármacos e da cura de inúmeras doenças. Ou seja, é o discurso da socialização da biodiversidade amazônica para atender às necessidades do mundo e do capitalismo. “Imagine-se, portanto, a fortuna farmacológica que não estaria escondida na mata”, diz ele.

A Amazônia é coletivizada. Todos a possuem e dizem querer protegê-la. Memória local e nacional agora se confundem. Halbwachs (2006, p. 98) diz que memória individual e memórias coletivas se misturam. “A memória se enriquece com as contribuições de fora que, depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado seu lugar, não se distinguem mais de outras lembranças”. A Amazônia caminha em direção ao futuro como patrimônio da humanidade. Após séculos de esquecimento, salta como fronteira disputada por agentes e agências sociais em nome de um projeto planetário de defesa do meio ambiente. Agora estão em jogo disputas que envolvem a região, a nação e o mundo.

1.8. A FOGUEIRA ‘TÁ’ QUEIMANDO E O MUNDO PRECISA RESPIRAR

A terra é o centro da disputa dos atores em cena na floresta. Terra ou floresta? Novas fronteiras vão se formando, atraindo novos interesses e negociações e entrando em conflito com as populações locais. Bertha Becker (2005a) identifica uma crescente falta de integração

³⁰ COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Disponível em <http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2>. Acesso em: 23 jul. 2008.

entre, de um lado, o planejamento, novos investimentos e abertura de mercados e, de outro, as propostas de desenvolvimento sustentável, as populações locais e a proteção ambiental. Observa-se, nesta oposição, um claro descompasso entre o interesse econômico pela terra e a floresta como marca da preservação ambiental.

Becker delinea uma nova geografia para a Amazônia. No que diz respeito ao povoamento, o crescimento urbano acelerado propiciou muitas mudanças e a criação de novos municípios, decorrente da descentralização proposta pela constituição de 1988. Surge um novo cenário. Constituem-se poderes políticos, mas não poderes econômicos locais. As migrações intra-regionais, incentivadas pelo Incra são responsáveis por altos índices de desmatamento e posterior abandono dos lotes por falta de infra-estrutura.

Hoje, é crescente o número de estradas que avançam sobre as terras indígenas. Madeireiros, principalmente, constroem milhares de quilômetros gerando graves impactos ambientais e socioeconômicos³¹. A exploração e o processamento industrial da madeira são uma das principais atividades econômicas da Amazônia, além da mineração industrial e da agropecuária.

A atração massiva de mão-de-obra para a execução de grandes obras, para os garimpos, para a exploração de madeira ou para a prestação de serviços às grandes empresas de mineração, desvinculada de soluções de habitação e capacitação, potencializou a formação de novas aglomerações e a posterior periferização das cidades existentes, por processos de expansão absolutamente descontrolados por parte do poder público (CARDOSO, 2008, p. 20).

Os pastos tomam o lugar dos castanhais. Segundo o Imazon³², entre 1990 e 2003 o rebanho bovino da Amazônia Legal cresceu 140%. A lucratividade, o baixo preço da terra e a produtividade, gerada por um clima de muita chuva, têm sido os atrativos para os produtores.

No que tange ao uso da terra, coexistem padrões antigos e novos: a reprodução do ciclo desmatamento, exploração da madeira/ pecuária; o padrão conservacionista, surgido na década de 80, a partir da organização dos movimentos sociais; e a experiência pioneira das Resex – Reservas Extrativistas. Além desses padrões, há um novo modelo, que é a expansão da agricultura capitalizada, surgida na década 1990 com as plantações de soja, arroz e milho impulsionadas por empresários do Sul do país (BECKER, 2005a).

Diante de tantos processos em interação, pode-se supor que são múltiplos os sentidos construídos a partir dessa base econômica proposta. Pluralidades expostas e identidades em

³¹ LENTINI, Marco; VERÍSSIMO, Adalberto; PEREIRA, Denys. A expansão madeireira na Amazônia. O Estado da Amazônia, Belém: IMAZON, n.2, 2005.

³² LENTINI; VERÍSSIMO; PEREIRA. op. cit.

conflito geram uma permanente disputa entre modernidade e tradição. Aqui, refletindo com Adriano Rodrigues, podem ser vistas como as duas faces de uma mesma moeda: “moderno é tudo o que se demarca em relação àquilo que permanece como tradicional, tal como tradicional é tudo o que se demarca em relação àquilo que se apresenta como moderno” (RODRIGUES, 1997). No caso da Amazônia, a coexistência do antigo e do novo é muito clara e demarcada. São padrões culturais e econômicos divergentes obrigados a conviver em tensão no presente. A proximidade e a circularidade dessa relação tornam-se frenética disputa em direção ao futuro.

“A fronteira pioneira não pára de crescer, o desmatamento não arrefece, as queimadas são colossais, os conflitos de terra e com os povos tradicionais não terminam. O desequilíbrio social/ambiental está instalado” (MEIRELES FILHO, 2006, p. 19). São discursos frequentes como este que expõem o tamanho da tensão. Há um crescimento acelerado em desacordo com a floresta, há a disputa da terra em conflito com as populações tradicionais. Por isso, o desequilíbrio entre o social e o ambiental parece ser a palavra-chave para identificar os problemas da região.

E é aí que entra em cena outra tensão: a fragilidade e o desequilíbrio local diante das necessidades do mundo, de oxigênio, de natureza, de ar puro e, veladamente, de novas terras para investimentos multinacionais. Assim o caminho fica livre para o discurso do cuidado e da atenção exigidos para ‘guardar’ o patrimônio mundial.

Para ilustrar, relatamos a seguir o exemplo da construção discursiva atual da Igreja Católica sobre a Amazônia. É um exemplo aleatório, mas significativo pelo poder histórico da Igreja como colaboradora na construção de um discurso nacional ‘oficial’. O cristianismo, que foi a âncora do ocidentalismo e da colonialidade do poder, ainda hoje revive o discurso binário das dicotomias que reforçam as diferenças culturais.

A Igreja Católica, que ignorou a cultura das populações residentes aqui antes de 1500, mais de 500 anos depois ainda vê a Amazônia como ‘terra desocupada’ e ‘órfã’ necessitando urgente de apoio cristão. Pelo menos foi o que ficou explícito na Campanha da Fraternidade 2007, que teve como tema *Fraternidade e Amazônia – vida e missão neste chão* (figura1).

Figura 1 – Cartaz da Campanha da Fraternidade 2007



Fonte: CNBB³³

O cartaz da campanha traz a imagem de uma criança com traços indígenas, no centro de uma folha de vitória-régia, planta característica dos rios amazônicos. Ao fundo, água em abundância em contraste com a terra rachada. Segundo a própria CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em seu site, o elemento principal do cartaz é a vitória-régia: “essa planta é forte e tem raízes profundas que tocam o leito do rio; ao mesmo tempo, é sensível, assim como o povo nativo da região, que sobrevive com muita garra, mas precisa do apoio fraterno de toda a sociedade brasileira”.

Mais uma vez a fragilidade da população local é reforçada em contraste com a exuberância da paisagem. Criança imatura, indefesa, presa fácil das intempéries da região, da ganância mundial. “A criança representa os índios e toda a comunidade da região, suas crenças, sonhos e esperanças. Seu olhar inocente e o sorriso sutil são um convite à superação das dificuldades e à construção de um futuro melhor para a Amazônia”, complementa o texto disponível no site da CNBB.

O objetivo da campanha era conhecer a realidade em que vivem os povos habitantes da floresta e chamá-los a um novo estilo de vida baseado na fé católica. Toda a sociedade deve se unir para proteger a mata e o povo que sobrevive com muita dificuldade. É quase uma abstração, uma generalização que iguala todos os problemas dos ‘povos nativos da região’ que lutam com ‘garra’, mas necessitam do ‘apoio fraterno de toda a sociedade’ para vencer o desafio da natureza. Aí se encontram todos os habitantes, unificados sem nome, sem subjetividades. Apagamento total da alteridade. Ora o ‘outro’ é confundido com a paisagem,

³³ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Campanhas. Fraternidade. Disponível em www.cnbb.org.br. Acesso em: 29 abr. 2007.

visto como objeto, ora é visto como sujeito, igual ao 'eu', mas diferente quando comparado com um próprio, quase inapreensível: “com infinitas nuances intermediárias, pode-se muito bem passar a vida toda sem nunca chegar à descoberta plena do outro” (TODOROV, 1988, p. 243).

O vídeo da CNBB, também disponível no site, exibe fotos que mostram a imensidão da floresta, o desmatamento, a fartura de água e os animais. Os seres humanos são exclusivamente de traços indígenas, que tocam, dançam e se banham em cachoeiras. A impressão que se tem é a de uma viagem ao passado, como os cenários vistos pelos colonizadores portugueses ao aportarem em terras amazônicas. Nada de urbanização, apenas os índios no meio da mata.

Na verdade, não há equilíbrio entre o texto da campanha, que reconhece as agressões e a realidade local, e as imagens que remontam às cenas do descobrimento. É como se o imaginário imagético do espaço perdido no tempo ao evocar lembranças sobre a Amazônia fosse sempre recorrente, uma temporalidade ausente num eterno passado. O texto que convoca a população a conhecer a diversidade local para superar a “desinformação, os preconceitos e as falsas interpretações” apenas os reforçam.

Desconhece-se veementemente que a exploração, o roubo, o saque ocorrem em conflito, também, entre a própria população local. São empresários, fazendeiros e grileiros, muitos deles autóctones, que se apropriam das terras com fins comerciais, para a comercialização da madeira e a criação de pastagens para o gado, promotores de todo tipo de violência contra índios e pequenos agricultores.

Existe uma altíssima concentração de renda, com seus atores aliados aos 'coronéis' da política local, proprietários de latifúndios, que se tornam imunes às ações da justiça. Existe, nesses textos analisados, um apagamento das questões locais, em nome de um cenário ideal discursivo, povoado de categorias binárias (colonizador versus colonizado) que reforçam a visão colonialista, herdeira das Ciências Sociais e da Filosofia, produzidas na modernidade.

Historicamente, os discursos trazem frequentemente a bandeira da “Amazônia, reserva natural da humanidade”. Uma permanente e histórica oposição entre a exuberância da floresta e a pequenez do homem amazônico.

Ao não distinguir propositadamente o visto do acontecido, o relatado do observado, constituindo-se quase sempre numa louvação desenfreada da natureza exuberante, mas uma natureza de exuberância utilitária, abrindo as portas à sua exploração econômica, hoje esse tipo de discurso apresenta-se com a mesma retórica salvacionista e o mesmo esforço reducionista em relação aos nativos (SOUZA, 2001, p. 62).

A riqueza cultural da região, no discurso jornalístico de Leite (2001, p. 36), limita-se às 180 línguas indígenas faladas por 206 etnias. Todos os demais povos são apagados em nome de um imaginário nacional revivido contemporaneamente que relaciona a exuberância da floresta tão somente às populações indígenas. Entre as outras populações tradicionais ‘não há’ riqueza cultural (ribeirinhos, pescadores, garimpeiros). Há ameaças constantes. “Nessa nova visão ambientalista, que ainda está distante de ser consensual entre as ONGs, o caboclo e o indígena deixam de ser ameaças à floresta para assumirem - ao menos potencialmente - o papel de biozeladores”. As novas propostas e ações de reflorestamento e extrativismo visando o desenvolvimento sustentável passam a ser vistas como redentoras para a região.

Meirelles Filho (2006, p. 20) promete descortinar em seu Livro de Ouro da Amazônia uma ‘Amazônia real’ em oposição a falsos mitos que constroem a região como ‘pulmão do mundo’, ‘vazio territorial’, ‘planície inundável’, ‘floresta sobre o deserto’, ‘celeiro do mundo’, ‘eldorado’. Ao tentar desfazer os mitos, termina por trazer para o mundo a responsabilidade sobre o futuro da região, reforça o argumento quando diz que as decisões para a Amazônia afetam a humanidade toda. “A biodiversidade, as mudanças climáticas e as perdas socioculturais e de nações indígenas são questões planetárias e irreversíveis”.

O jornalista Marcelo Leite vê a região como “tesouro da biodiversidade”, “celeiro dos fármacos” e afirma que “a Amazônia é o luxo tropical do Brasil”. Lembra que seis bilhões de habitantes do planeta dependem da floresta. Berta Becker (1998, p. 90) se opõe a todos esses discursos: “a Amazônia não é o pulmão do mundo. A grande quantidade de oxigênio liberado pela atividade fotossintética é, na verdade, utilizada pela própria floresta e por seus organismos”.

A socióloga Edna Castro, professora e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, defende que há um discurso dominante sobre meio ambiente que associa as potencialidades da Amazônia às carências de recursos naturais do mundo, principalmente a partir dos anos 60. Para ela, as ações/ discursos do governo estão pautadas na preservação ambiental, mas têm como pano de fundo “funções básicas de controle do território, de conhecimentos sobre sua biodiversidade e do potencial de recursos naturais para fins de exploração mercantil”³⁴.

A denúncia da exploração desenfreada em defesa da floresta vem associada ao discurso apocalíptico. “A última grande área natural do planeta está sendo devorada”

³⁴ CASTRO, Edna. Internacionalização da Amazônia e integração de mercados. p.9 (texto apresentado em disciplina de Mestrado pela própria autora durante curso do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –UFPA, em 2001).

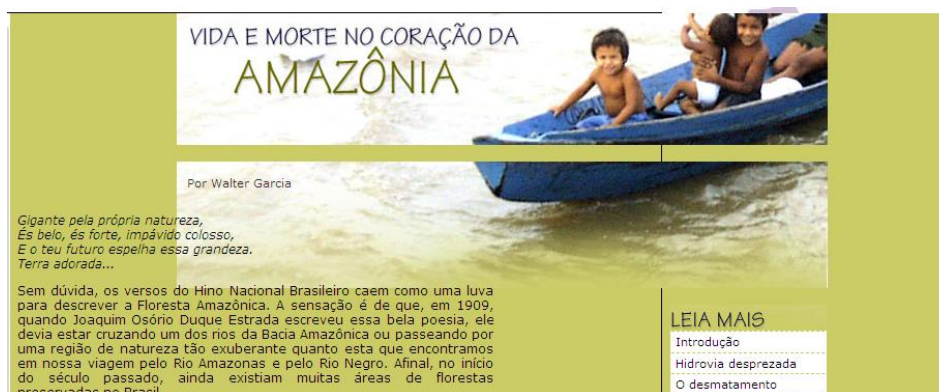
(MEIRELES FILHO, 2006, p. 19). A previsão acirra o debate. A cada vez que esse discurso é reiterado, oferecido ao país e ao mundo soa a sirene do alerta geral. É preciso “desfazer a imagem de que a floresta tenha estado ou vá estar aí para sempre”. E prevê “um cenário de possível e até provável savanização da Amazônia, ou seja, do alargamento das ilhas e do cinturão de cerrado nos seus flancos sul e leste” (LEITE, 2001, p.19; 78).

A Amazônia passa a ser vista como o reservatório do mundo, já exaurido, e pronto a partir em direção a novas conquistas. Tal qual a terra tida como sem dono, quando da conquista do continente americano pelos europeus, agora o discurso é respaldado no equilíbrio do planeta. A Amazônia torna-se a solução contra a agressão mundial ao meio ambiente. Por outro lado, esse discurso ambientalista entra em choque com a defesa da soberania nacional. A ‘Amazônia pulmão do mundo’, como aparece com frequência em publicações internacionais, fere as fronteiras geográficas e políticas do Brasil. Representa 61% do território brasileiro e ‘socializá-lo’ com o mundo representaria ‘perder’ boa parte do território nacional.

Convidada a participar de um debate sobre a Amazônia em uma escola de ensino fundamental do Rio de Janeiro (6º ano), percebo que o imaginário sobre a região é muito semelhante. A escola, de orientação católica, escolheu o tema da floresta para discussão ao longo do ano. Em trabalho apresentado pelos alunos, sob a coordenação dos professores, vi mais uma vez, claramente exposta, uma visão reducionista e idílica, retratando a riqueza da flora, da fauna e a diversidade das populações indígenas, com suas danças, vestuário, língua e formas de caçar e pescar.

Boa parte do material didático disponível, produzido no Sul e Sudeste do Brasil vem reforçando esse imaginário. Analisando um site dedicado à pesquisa escolar - o portal educacional do grupo Positivo, observamos que ele se auto-intitula “com o intuito de encorajar e disseminar o uso de tecnologias inovadoras, possibilitar a criação de novos relacionamentos nas escolas, instigar a aprendizagem e levar informações atuais a todos os que participam da vida escolar”. Na página principal do site, uma chamada sobre a Amazônia: “Vida e morte no coração da Amazônia: as belezas e curiosidades da maior floresta do mundo”. A foto é de uma criança com traços indígenas na proa de uma pequena canoa de madeira (figura 2).

Figura 2 – Vida e morte no coração da Amazônia



Fonte: www.educacional.com.br³⁵

Nos últimos 10 anos, há um movimento de recontar a região, por seus próprios moradores. São novos historiadores, baseados na história oral, que tem buscado os vestígios da memória para desencavar esquecimentos cristalizados. São críticos, segundo o depoimento do historiador Armando Alves Filho³⁶, que localiza uma consequência importante desse novo movimento: a introdução da disciplina história da Amazônia no currículo do Vestibular e, portanto, no ensino de segundo grau na região (informação verbal). Os livros didáticos começam a produzir, portanto, um contradiscurso. É a reconstituição da memória, por um outro viés. A busca da ‘verdade’ torna a reconstituição do passado como uma bandeira de luta na defesa da identidade tanto individual como coletiva. É a busca da reconstrução de si (POLLACK, 1992).

No discurso das populações tradicionais fica clara outra relação com a floresta. É uma necessidade urgente de ação e tomada de posição para fazer frente ao abandono político e econômico da região. É o que demonstra o depoimento do índio Emílio Kaba Mundurucu:

Não aceitamos essa descoberta que tanto ouvimos falar e dizemos que nós somos donos com razão, que nós tivemos pra mais de dez mil anos que habitávamos essa terra. E hoje a gente está ameaçando de acabar com isso tudo e aí não ter mais terra, pois grandes projetos que aí estão transformando. De princípio era mineração, agropecuária, madeiras, mineradores e hoje está o projeto da soja, que vai trazer destruição, pois se a gente ficar parado acabam de uma vez por todas com a floresta (MUNDURUCU, 2006, p. 24).

A preocupação com a defesa da terra e do meio ambiente está presente no discurso das populações tradicionais, pensadas como uma maneira de existir coletivamente. São terras ocupadas por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, pescadores e tantos outros.

³⁵GRUPO POSITIVO. Portal educacional. Pesquisa. Vida e morte no coração da Amazônia. Disponível em <http://www.educacional.com.br/pesquisa/respostapalavra.asp?pg=1&tp=nova>. Acesso em: 05 mai. 2007.

³⁶ Entrevista concedida a mim, em Belém do Pará, em 05 de fevereiro de 2008.

Não são imemoriais. Não há mais esta figura imemorial. Importa o presente e não o passado. Importa o hoje e não o ontem. O tradicional não se justifica pela história. Este é que é o fato novo nesta emergência de novas identidades, porquanto a estes povos lhes foi roubada essa história de permanecer nos mesmos lugares. Foram sempre deslocados forçadamente, empurrados para um lado e para outro' (ALMEIDA, 2006, p. 66).

Segundo Márcio Souza (2001, p. 14), a história da Amazônia precisa ser escrita com urgência por autores da região. Em seu livro *Breve História da Amazônia*, ele se propõe a falar de “certos agentes sociais quase sempre esquecidos, como os índios e os colonos”. É a disputa da memória como caminho para o fortalecimento da identidade coletiva, como sentimento de unidade, continuidade e coerência (POLLACK, 1992). “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais³⁷”.

Mas não basta que a história seja escrita e reivindicada por ‘seu povo’. Afinal “a linguagem é por si só da ordem do mesmo; o mundo é seu outro. A atestação dessa alteridade pertence à reflexividade da linguagem sobre si mesma”. O texto será sempre o falar sobre o outro se o autor não se dispõe a falar ‘com’ e sim a falar ‘de’. Afinal “o passado só pode ser reconstruído pela imaginação” (RICOEUR, 1994, p. 120; 25). É sempre construção, interpretação e visão de mundo. Assim as narrativas que recontam o passado não podem avocar para si o atestado de verdade. Há sempre uma ‘vontade de verdade’(FOUCAULT, 2006a), que traz ao mundo do texto a ação humana em suas disputas cotidianas por poder e saber.

As narrativas oficiais, claramente, produzem sentidos ultrapassados, que diferem e reduzem enormemente a realidade e o cotidiano local. São forças que reconhecemos e lembranças dispersas que reaparecem inesperadamente, quando o texto sobre o mundo não se atualiza. É uma mera repetição do passado com o qual sempre mantivemos contato e que não tentamos compreender. Os textos reiteram o contraste entre a exuberância das riquezas naturais e a pequenez humana, vítima fatal desse futuro trágico (DUTRA, 2005).

Os discursos revisitados aqui nos trazem um cenário de disputas históricas e atuais. Na próxima parte – parte II, vamos adentrar no mundo do telejornalismo para identificar como o campo midiático vem se apropriando da Amazônia e de suas ofertas noticiosas. Temos a intenção de localizar nos textos das reportagens selecionadas os fios ideológicos que tecem as narrativas.

³⁷ idem, 1989, p. 5.

PARTE II - TELEJORNALISMO E PRODUÇÃO DISCURSIVA SOBRE A AMAZÔNIA

2 TELEJORNALISMO E NOTICIÁRIO NACIONAL: TECENDO O BRASIL TODOS OS DIAS

Os discursos produzidos sobre a Amazônia, como vimos no capítulo 1, seguiram a linha do tempo das mais diversas formas: nas cartas dos primeiros viajantes, enviadas à Corôa Portuguesa, nos relatos dos naturalistas do século XIX, na escritura dos ficcionistas, na produção dos historiadores ou nos discursos oficiais, constituintes do surgimento da nação brasileira, que se disseminaram por meio de diversos outros agentes, como a Igreja Católica ou os livros didáticos.

A velocidade das mudanças e da capilarização do campo da informação estimula a reflexão sobre a produção discursiva mediatizada, não mais restrita aos jornais, livros impressos ou às rádios, mas ao universo da televisão, que chega ao Brasil em 1950, e hoje é o meio de comunicação mais presente na vida da população brasileira. É ela que exhibe diariamente as imagens do Brasil para o Brasil, a partir das seleções e enquadramentos feitos pelos produtores de notícias. Sua importância como objeto da pesquisa acadêmica se acentua, já que é ela quem ordena, une pontos, representa e dá visibilidade às regiões e aos sujeitos brasileiros todos os dias.

Nesta parte II deste trabalho, vamos inicialmente fazer uma contextualização do surgimento da televisão brasileira, observando suas características e a inserção do jornalismo televisivo como produção do ‘real’. Iremos abordar as especificidades do jornalismo de rede e a lógica das matérias especiais. Este será o conteúdo do capítulo 2.

No capítulo 3, partiremos para a análise das reportagens televisivas selecionadas, fazendo uma relação com os discursos problematizados no capítulo 1. Nosso objetivo é localizar nas falas dos jornalistas os rastros e restos dos discursos que se produziram sobre a Amazônia, desde a conquista da América até os dias de hoje. Assim estaremos tecendo os fios ideológicos que invadem os sujeitos e precipitam para o texto os fatos históricos, econômicos, culturais e políticos nos quais ele está inserido, como ‘acontecimentos discursivos’ (FOUCAULT, 2006a).

2.1. A REDE GLOBO DE TELEVISÃO NO CONTEXTO DA TV BRASILEIRA

Foi na década de 20 do século passado que a televisão se fez existir. No Brasil, um dos primeiros países do mundo a contar com a novidade, a televisão chegou em 1950, graças à ousadia do proprietário dos Diários Associados. “Assis Chateaubriand, um homem de negócios, via no veículo que surgia mais uma fonte de lucro e também de ampliação de seu poder” (PRADO, 1996, p. 13). Mas nos primeiros 10 anos a televisão foi cercada de muitas dificuldades. A programação era quase toda ao vivo e as gravações externas eram raras devido às limitações dos equipamentos. “As primeiras máquinas tinham quase dois metros de altura e pesavam cerca de uma tonelada. As fitas de gravação tinham duas polegadas de largura” (TOURINHO, 2009, p. 559). A televisão tinha uma transmissão limitada ao Sudeste do país e o número de residências com aparelhos de TV era muito restrito.

Grandes grupos privados passaram a investir na abertura de emissoras apostando no novo negócio, que já na década de 60 despontaria como o líder de investimentos dos anunciantes. Em 1958, a televisão recebia apenas 8% das verbas publicitárias. Dez anos depois, essa percentagem chegaria a 42% (CAPARELLI; LIMA, 2004, p. 67). O processo de massificação da televisão brasileira será facilitado com a chegada do videoteipe na década de 60. A TV Tupi de São Paulo grava a festa da inauguração de Brasília em abril de 1960 e reproduz o material em várias cidades (PATERNOSTRO, 1999). Até então a programação era ao vivo e regional em todo o país.

A possibilidade de exibir material gravado vai incentivar e facilitar a exibição dos comerciais nos intervalos do programas, a realização de novelas, shows, transmissão de jogos, que eram gravados no eixo Rio-São Paulo e embarcados de avião para outras regiões do país. Programas como ‘Jovem Guarda’, ‘Um instante, maestro’, de Flávio Cavalcanti, o programa da Hebe e a ‘Família Trapo’ conquistaram os brasileiros.

A consequência imediata da difusão desses programas é o declínio das produções locais, pois estas sofrem desde o início a séria concorrência de núcleos mais bem aparelhados e desenvolvidos tecnicamente. O sonho de permutar programas, como se chegou a aventar, de exibir trabalhos produzidos no Nordeste para o público sulino, por exemplo, está acabado (SIMÕES, 2004, p. 25).

As consequências desse novo cenário serão a fragilização das produções locais e o fortalecimento das emissoras paulistas e cariocas. A possibilidade de duplicação e da

comercialização de programas incentiva a formação das primeiras redes³⁸ de TV no Brasil, concentradas em São Paulo e Rio, e acaba com os centros produtores de TV. Assim, no plano cultural, o país passa a compartilhar uma imagem do Brasil construída no Sudeste.

A ‘identidade nacional’, portanto, ou a visão que os brasileiros têm de si mesmos e do país, passou a ser mediada fortemente pelo ponto de vista das duas maiores metrópoles. Consolidou-se a idéia de um centro dinâmico, avançado e cosmopolita – o eixo Rio-São Paulo - em contraste com uma periferia atrasada, conservadora e provinciana (PRIOLLI, 2000, p. 18).

Muniz Sodré aponta que o problema real está no fato de que a TV será a responsável por propagar um discurso hegemônico sobre a cidade (capital industrial). Por outro lado trará o campo, o interior, como cultura marginalizada, ocultando as relações de exclusão impostas pelo veículo.

No Brasil, o verdadeiro silêncio imposto pela televisão é o silêncio das culturas que estruturam simbolicamente os setores marginalizados da população. O recalçamento dessas outras expressões culturais é o verdadeiro efeito hegemônico produzido pelo sistema (SODRÉ, 1984, p. 118).

Essa marca inicial da implantação das redes de TV no Brasil se fará cada vez mais centralizada e hegemônica. Os militares, que tomaram o poder em 1964, terão um papel decisivo nesse processo, utilizando os recursos do novo veículo para o controle e a difusão de discursos que permitiriam e facilitariam sua longa passagem à frente do Poder Executivo. As TVs educativas e estatais foram o principal alvo de interferência do governo. E as privadas também receberam um significativo aporte para ‘colaborar’ com os longos anos de censura, controle e violência que dominaram o país até a década de 80.

É esse o contexto de surgimento da Rede Globo em 1965, que vem se somar ao jornal O Globo e à Rádio Globo, do empresário Roberto Marinho, que em breve dominaria o mercado. As outras emissoras padeciam de falência, incêndios ou discordância com o regime militar. “Enquanto a desgraça rondava os concorrentes, a TV Globo surgia com um novo conceito empresarial” (PRADO, 1996, p. 16), com investimento em equipamentos modernos e qualificação profissional, a partir da experiência norte-americana em TV. Tudo isso foi tornado possível devido a um acordo com o grupo norte-americano Time-Life.

³⁸ Segundo Muniz Sodré (1984, p. 102), “a ‘rede’ é um tipo de organização empresarial monopolística, que possibilita uma concentração técnica e burocrática da produção e diminui os riscos para os seus elevados investimentos. A rede é também especialmente vantajosa para os investidores publicitários”.

Essa associação não era permitida pela Constituição brasileira, que proibia a participação de capital estrangeiro em empresas nacionais de comunicação. Mas o governo militar foi tolerante, pois tinha em troca forte apoio da emissora, que com essa injeção de recursos internacionais ia se transformando na voz mais forte do país³⁹.

O acordo permitiu a vinda de profissionais norte-americanos para cargos de gestão dentro da Rede Globo. E foi questionado pelos concorrentes, principalmente pelos Diários Associados. O caso passou a ser apurado pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, com a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. A CPI concluiu que os acordos feriam o artigo 160 da Constituição Brasileira, que proibia a participação de empresas estrangeiras na orientação intelectual e administrativa de um canal de televisão. Diante das pressões, a Globo rompeu o contrato com a parceira norte-americana, mas nessa época já estava consolidada e se estendendo a outras regiões do país (CAPARELLI; LIMA, 2004).

A partir de 1969, com o surgimento da Embratel - Empresa Brasileira de Telecomunicações - foi possível estender a programação televisiva para além de Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

Os canais de televisão souberam utilizar essa infra-estrutura tecnológica organizando-se em redes, sobretudo a partir dos anos 70, com dois grupos principais disputando o mercado, de um lado a Globo, e de outro, como visto, o grupo dos Diários e Emissoras Associados, que seria mais tarde substituído pelo SBT⁴⁰.

Os outros concorrentes seguiram o mesmo caminho. Em 1972 a televisão brasileira ganha cor. Até então toda a programação era exibida em preto e branco. A primeira transmissão colorida ocorreu no dia 10 de fevereiro com a geração das imagens da Festa da Uva na cidade de Caxias, no Rio Grande do Sul (MEMÓRIA GLOBO, 2004).

Na década de 90, com as facilidades do Plano Real e o controle da inflação, a TV se populariza mais ainda e chega a todos os lares. As emissoras redirecionam suas programações procurando incorporar as camadas mais populares. É quando entram em cena Ratinho, Gugu Liberato, Faustão e tantos outros (SIMÕES, 2004).

Ao fazer 40 anos, em 2005, a Rede Globo enfrenta o que todas as outras concorrentes enfrentam também: a expansão da TV segmentada e o avanço crescente da Internet.

³⁹ *ibid.*, p. 16.

⁴⁰ *ibid.*, p. 84.

A tendência do atual sistema brasileiro de televisão comercial é a de uma suave, mas consistente decadência, sujeita a tropeços mais ou menos graves, dada a importância que o elemento financeiro passou a adquirir no jogo competitivo, reduzindo sensivelmente o poder de barganha da Globo e de outros setores conhecidos da mídia (BOLAÑO, 2005, p. 25).

Simões (2004, p. 61) divide a história da TV em três períodos: o primeiro vai de 1950 até a década seguinte, quando as emissoras tinham baixa audiência e pouca expressividade econômica; o segundo período coincide com os longos anos da ditadura militar, entre 1964 e 1985, quando governo e emissoras mantinham uma relação baseada em interesses; após a ditadura militar surge o terceiro período que vai até os dias atuais, quando o Estado recua nas funções regulatórias dos veículos e as concessões são distribuídas a granel. O veículo assume lugar no topo da pirâmide do poder, como principal formador da opinião pública brasileira e acima dos controles institucionais.

A indústria da televisão, como vitrine da circulação das mercadorias na economia capitalista, continua no controle do acesso à visibilidade e à disseminação dos discursos. Coloca-se claramente contra qualquer tipo de regulação ou discussão sobre a democratização dos meios de comunicação. Assim foi com a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, retirado de pauta no governo Lula (CAPARELLI; LIMA, 2004) por pressão das empresas de comunicação.

Ao mesmo tempo, estamos diante de uma TV em busca de outra linguagem para fazer frente ao avassalador uso da Internet no Brasil, cada vez mais acessível. Nesse sentido, o poder da TV como formadora de opinião vem sendo desafiado todos os dias de forma crescente. O telejornalismo já dá sinais das novas tendências ao seguir a orientação da prioridade às transmissões ao vivo e ao improviso. As notícias são cada vez mais velozes e dramatizadas. As antigas bancadas dos apresentadores do estúdio estão ficando obsoletas. Tem lugar, agora, outro apresentador em cena, mais ‘à vontade’ com o público, simulando uma conversa e estimulando, aparentemente, uma maior participação do telespectador.

Imagens gravadas por telefones celulares viram assuntos para reportagem. Informações veiculadas no Twitter, Facebook ou Youtube são repercutidas nos telejornais. O telespectador, com seus aparelhos que filmam, é ‘convidado’ a enviar informações factuais e exclusivas e assim ‘participar’ da produção noticiosa. Os jornalistas já não disputam os ‘furos’ apenas com os outros jornalistas das empresas concorrentes. Mas concorrem com qualquer cidadão que opina e informa publicamente por meio das mídias sociais.

2.2. TELEVISÃO, PODER E IMAGINÁRIO

Apesar desse novo ambiente de sensações e comunicações virtuais, a televisão ainda se faz dominante. No Brasil, 95,3% dos domicílios têm aparelho de TV em cores⁴¹. O veículo lidera as preferências do público pela facilidade de acesso – a gratuidade - e pelo envolvimento emocional facilitado pelo uso do elemento audiovisual.

A TV combina a utilização simultânea de dois sentidos do ser humano, a visão e a audição. Sem contar que uma notícia de grande impacto afeta as pessoas de forma emocional. Dependendo da intensidade, da força, uma imagem que aparece no ar por escassos 15 segundos permanece na mente do telespectador por muito tempo, às vezes para sempre (PATERNOSTRO, 1999, p. 63).

Mas o que torna a TV tão necessária e insubstituível? Ciro Marcondes Filho faz essa reflexão. Segundo ele, a imagem é o ponto de ligação entre o homem e seu imaginário. E a televisão, ao produzir imagens eletronicamente, reúne essa capacidade de dinamizar o imaginário. “O homem comum, porém, tem esperanças, vontades, desejos, que não existem só para ele, mas para todos os demais. É o imaginário. Ele é social, coletivo, e a forma como se organiza é por meio de símbolos” (MARCONDES FILHO, 1988, p. 10).

Esses símbolos são processados na TV por meio de movimentos e fragmentos que se perdem tão logo enunciados. Perdem-se em materialidade, porque são fugazes e instantâneos. O telespectador não tem o poder de determinar o tempo que se faz necessário para apreciar esta ou aquela imagem. Estas simplesmente passam. Marcondes Filho (1988) faz a diferença entre a relação do homem com a fotografia e com a televisão. Com a primeira, diz ele, a relação é ‘intensiva’, ou seja, é possível explorar todos os detalhes de uma cena parada. Com a televisão a relação é ‘extensiva’. O ritmo das imagens é tão rápido que impede a parada em uma determinada cena.

Percebe-se que, enquanto na fotografia o sujeito escolhe os detalhes que mais o interessam, na televisão eles são escolhidos para as pessoas, e isso acarreta grandes perdas: o direito de escolha e da livre concentração, além de serem impostas as cenas que interessam principalmente ao realizador do programa e ao patrocinador⁴².

⁴¹ Os dados são de 2009 (Fonte: PNAD/IBGE). Disponível em: <http://www.teleco.com.br/nrtv.asp>. Acesso em: 01 ago. 2011.

⁴² *ibid.*, p. 13.

Maria Rita Khel (2000, p. 136) diz que o imaginário funciona a partir da lógica de realização dos desejos. “Cada imagem apresentada é como se fosse um microfragmento de gozo que o espectador consegue obter. Então, a cada fragmento de gozo, o pensamento cessa”. Segundo a psicanalista, o ser humano está sempre em busca de um objeto perdido. E o desejo não necessariamente precisa se realizar em ato. Ele se realiza quando encontra sua representação, como em um sonho.

Diante do fluxo contínuo das imagens da TV não é necessário pensar, porque “o pensamento é um trabalho e ninguém aguenta pensar o tempo todo⁴³”. É diante dessa ausência ou dessa fragilidade, digamos assim, em que o ser humano encontra-se absorvido no espaço da tela eletrônica, que a televisão faz-se poderosa. Muniz Sodré observa que, enquanto um sistema, a TV amplia a centralização do poder e o disciplinamento do cidadão por meio do controle social do diálogo. “É dessa maneira que a imprensa marca o início da moderna disciplina do diálogo pelo poder” (SODRÉ, 1984, p. 16).

Acreditamos, seguindo as reflexões de Bourdieu, que o poder simbólico faz-se presente. “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2000, p. 7-8). Ele é tido como um poder mágico, que obtém o mesmo resultado do poder exercido pela força. Por outro lado ele só é exercido se for reconhecido como arbitrário.

“Caminha-se cada vez mais rumo a universos em que o mundo social é descrito-prescrito pela televisão. A televisão se torna o árbitro do acesso à existência social e política⁴⁴”. Nesse sentido, a televisão, ao promover a satisfação dos desejos, estaria exercendo o poder simbólico a partir das representações que exhibe diariamente para construir uma idéia de Brasil. E para isso estaria permanentemente buscando novas técnicas de legitimação para garantir a permanência de seu poder (COMPARATO, 2000).

2.3. O JORNALISMO DE TELEVISÃO ENCONTRA UM JEITO DE SER

A lógica do telejornalismo nacional se insere nesse contexto de poder e legitimação, produzida e perseguida diariamente pelas empresas de comunicação para atestar e garantir uma audiência fiel e crescente. Ao trazer o mundo para dentro de casa, os jornalistas encarnam a bondade e a solidariedade de tudo compartilhar para disseminar a informação e as

⁴³ *ibid.*

⁴⁴ *idem.*, 1997, p. 29.

trocas comunicacionais. Ocultam, assim, a ausência de diálogo e a unilateralidade dos veículos que têm no poder simbólico o aliado que dissimula a representação da ‘verdade’.

O telejornalismo chega ao Brasil junto com a televisão brasileira – em 1950. O primeiro programa jornalístico foi exibido na pioneira TV Tupi em São Paulo. Era a época do improvisado e da experimentação. A TV se apoiava nas rotinas de produção do rádio, já consolidado no Brasil, e na experiência de seus profissionais também. O primeiro telejornal da televisão brasileira chamava-se ‘Imagens do Dia’, que permaneceu no ar pouco mais de dois anos.

O telejornal de maior sucesso será o ‘O Seu Repórter Esso’, que copiava o sucesso jornalístico do rádio brasileiro, no ar desde 1941. O programa radiofônico era uma cópia de um programa norte-americano semelhante e foi encomendado pela Esso à agência de propaganda McCann-Erickson. Suas características principais eram frases curtas, notícias rápidas e linguagem popular, entre outras (SQUIRRA, 1993).

Até o nome dos programas, atrelado aos patrocinadores, era uma prática comum nos Estados Unidos, seguida pelo Brasil. “Além da questão do título, os programas brasileiros copiaram aqueles norte-americanos também na forma de apresentação, no conteúdo dos temas tratados, no desenvolvimento da ação e no uso da linguagem⁴⁵”.

‘O Seu Repórter Esso’ estréia em 1952 na TV Tupi do Rio de Janeiro com a apresentação de Gontijo Teodoro e 33 minutos de duração. Ficou no ar até 1970 e é considerado “o primeiro telejornal ‘organizado’ da TV brasileira⁴⁶”. Nessa época os noticiários eram regionais, atrelados às agências de publicidade e apresentados por radialistas (apenas um único apresentador em cada telejornal).

Segundo Squirra, a produção era acanhada e o visual pobre, o que desestimulava e cansava o telespectador. “Seu começo foi marcado por pouco dinamismo e reduzida utilização de imagens. Isto, em função da falta de conhecimento da potencialidade do novo veículo, assim como das limitações técnicas” (TOURINHO, 2009, p. 20). “O ‘Jornal de Vanguarda’, no Rio, e o ‘Show de notícias’, em São Paulo, foram os primeiros a serem apresentados por jornalistas.

O apresentador não passava de um narrador, uma voz de fundo, ilustrando as imagens. Com a criação da linguagem própria da TV (...) particularmente a partir dos anos 60, o telejornal ganha uma roupagem própria, transformando a simples leitura de notícias num show televisivo (MARCONDES FILHO, 2002, p. 79-80).

⁴⁵ *ibid.*, p. 111.

⁴⁶ *ibid.*, p. 106.

O primeiro telejornal exibido instantaneamente em rede para todo o Brasil foi o Jornal Nacional, no ar desde 1969. O padrão era norte-americano, facilitado pelo acordo com o grupo Time-Life⁴⁷. Surgia com o slogan “a notícia unindo seis milhões de brasileiros” e algumas dificuldades. A contratação de pessoal esbarrava no preconceito. Armando Nogueira, um dos pioneiros do jornalismo na Rede Globo, afirma: “recrutar jornalistas qualificados, porém, não era fácil (...) havia forte preconceito contra a televisão, considerada muito superficial, mais um veículo de entretenimento que de informação” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 18). A saída foi o investimento em jovens profissionais. Três anos depois, o slogan do Jornal Nacional passou a ser “três anos de liderança integrando o Brasil através da notícia”.

Foi a Globo quem começou a uniformizar a fala de locutores e repórteres espalhados pelo país para amenizar os sotaques regionais. Uma fonoaudióloga foi contratada para garantir que a pronúncia padrão do português falado no Brasil seria a do Rio de Janeiro. Segundo esta, a decisão havia sido aprovada em um Congresso de Filologia, ocorrido em Salvador em 1956⁴⁸.

O investimento em jovens profissionais e o conhecimento adquirido a partir da ‘parceria’ com o grupo Time-life permitiram o amadurecimento de uma linguagem específica para o telejornalismo brasileiro. A minimização dos sotaques regionais e o distanciamento cada vez maior das influências do rádio propiciaram a consolidação de uma linguagem nacional. Em 1976, a Rede Globo considera que o processo de construção da linguagem televisiva estava amadurecido “em função da tecnologia que permitia ao repórter mostrar o acontecimento e não mais ‘dizer’ o que viu⁴⁹”.

Hoje a Globo conta com 121 emissoras espalhadas no Brasil. A grade de programação da ‘rede’ reserva faixas de horários muito específicos à programação local. São apenas os telejornais locais e um ou outro programa de debate ou variedade. Na verdade não há liberdade, nem margem para propostas para além do departamento de Jornalismo. Ao todo, a rede Globo cobre 5.477 municípios brasileiros.

2.4. O TELEJORNAL ENTRE APELOS POPULARES E AUDIOVISUAIS

A satisfação do telespectador, ao final do telejornal, deve ser a de tudo ter

⁴⁷ Cf. 2.1.

⁴⁸ *ibid.*

⁴⁹ *ibid.*, p. 91.

compreendido e tudo ter visto. Esta é a pretensão dos jornalistas e esta sensação esconde a fragmentação do real. Há sempre a pretensão de que o produto midiático ofereça uma espécie de cardápio do dia, revelando o que há de mais importante na cidade ou no país. Fazer chegar à casa das pessoas ‘tudo’, e ‘absolutamente tudo’, o que há de mais importante para ser visto e ouvido é a meta dos jornalistas.

Os textos e imagens encadeados proporcionam um efeito de real que guiam o telespectador. Marcondes Filho (2002) afirma que um dos paradigmas do telejornal é o ‘modelo esportivo de noticiário’.

O mundo deixa de ser uma realidade que precisa ser investigada, explicada, conhecida, para tornar-se algo do qual se participa como um jogo de computador, algo que se assiste como um filme de aventura (...) em vez de compreender, sentir; em vez do intelecto, as emoções. Trata-se da visão de mundo em que a aventura, a emoção, a vivência virtual tornam-se a única razão de ser da comunicação pela TV (MARCONDES FILHO, 2002, p. 80-81).

A ‘lógica da velocidade’ é outro paradigma para o pesquisador. A rapidez se presentifica tanto no ritmo de apresentação das matérias, como no tempo gasto para trazer uma notícia a público. Um assunto só é bom se for ofertado antes dos outros concorrentes. A consequência da rapidez é a superficialidade. E “a rapidez está associada à emocionalidade e ambas aos atos irracionais. Todos os fatos que se desenvolvem sob o ritmo da reação instantânea, impensada, automática, contêm em si um dispositivo incontrolável, uma carga explosiva⁵⁰”

E como vimos no item 2.1, com a chegada da Internet essa tendência tende a ficar cada vez mais forte. Tudo deve ser ofertado como se o ‘real’ estivesse invadindo a casa das pessoas. Por isso a ‘preferência do ao vivo’ é outro paradigma apontado por Marcondes Filho. Segundo o pesquisador, os jornalistas, ao priorizarem esse formato, acreditam que o ao vivo, não só substitui a reportagem como tem a intenção de ‘apresentar as coisas em si’, em que os fatos falam por si mesmos.

Outro paradigma é ‘a substituição da verdade pela emoção’. Se a TV faz chorar, ela dá ao telespectador a sensação de quase ter vivido aquela realidade. E na representação audiovisual os recursos de edição utilizados, somados aos cortes e enquadramentos, são definidores das expectativas da produção jornalística.

⁵⁰ *ibid.*, p. 82.

A produção de emoções e envolvimento é uma questão puramente técnica: pelo tempo dispensado às imagens, pela lentidão das cenas, pelo tom sério do narrador em off, pela música, eu posso fazer toda uma nação se derramar em lágrimas mesmo que o fato não seja para tanto⁵¹.

Cria-se um pacto com a audiência, baseado em códigos culturais e pesquisas de opinião, que permite delimitar a ordenação dos acontecimentos e sua transformação em narrativa audiovisual, sempre elegendo aquelas que têm maior ‘apelo popular’, como receita para o sucesso. “Quando nós temos mais de um assunto relevante, nós vamos escolher aquele que tem maior apelo popular pra abrir”⁵².

As matérias consideradas mais importantes (ou de maior ‘apelo popular’) abrem o telejornal ou abrem os blocos, para prender a atenção do telespectador logo após o intervalo comercial. As matérias de menor importância são diluídas no meio e final dos blocos. Há uma seqüência pré-determinada das matérias, que conduz o olhar e o entendimento. A estrutura é definida em torno da necessidade de entendimento das notícias no telejornal pelo telespectador. Até as pausas são previamente selecionadas:

A história ensina que a percepção que o público tem da gravidade dos temas tende a ser maior, quando você não agrupa tudo de uma vez só. Então, é desejável que a gente tenha no Jornal Nacional um cardápio um pouco mais variado para, de tempos em tempos, ao longo da exibição do programa, o espectador ter a oportunidade de respirar um pouco⁵³.

A gravidade ou não gravidade das reportagens é suposta pelo editor que prevê pausas para respiração e agrupamentos de assuntos de acordo com o que considera mais relevante ou menos relevante, criando um ordenamento hierárquico das matérias ao longo do telejornal. A satisfação do telespectador, ao final do telejornal, deve ser a de tudo ter compreendido e tudo ter visto. Por isso, a necessidade de criar um modelo com características bastante específicas reiteradas por rotinas jornalísticas, que o tornam mais ‘quente’ ou ‘frio’ a cada edição, a depender da seleção dos jornalistas.

A satisfação do ‘sujeito que tudo vê’ e a possibilidade da ubiqüidade instantânea permite olhar para além da tela, seguindo os detalhes de câmera, ângulos variados, movimentos, repetições. Assim, o telejornal permite ver melhor do que os que estão na própria cena. “Essa impressão construída de absoluta imediatez, constitui uma das inegáveis

⁵¹ *ibid.*, p. 86.

⁵² Entrevista concedida por William Bonner, editor chefe e apresentador do Jornal Nacional em DVD institucional de comemoração dos 35 anos do telejornal (JORNAL NACIONAL, 2004).

⁵³ *ibid.*

satisfações que o noticiário nos proporciona” (STAM, 1985, p. 76). Um prazer narcisista de vigiar o mundo de um ponto sempre protegido. Vigiar o mundo? Será que de fato vemos tudo? Eis a grande questão. Pensamos e temos a sensação de tudo ver. “Os telejornais funcionam como uma janela para a realidade, mostrando que o mundo circundante existe, está lá e tudo não se transformou num caos e a vida segue sua normalidade” (VISEU; CORREIA, 2008, p. 21).

O pacto com a verdade é disputado pelos telejornais junto ao telespectador como garantia para a qualidade do produto e sua reprodução. “Acima de tudo, a credibilidade é que está em jogo. O que o telespectador não pode duvidar é que aquela informação seja verdadeira. Esse é nosso trunfo maior. Essa é nossa herança maior”. São palavras de Carlos Henrique Schroder (JORNAL NACIONAL, 2004), diretor de Jornalismo da TV Globo.

Pelas palavras do diretor percebe-se que ao narrar os acontecimentos mais importantes do Brasil para o Brasil cria-se uma versão dos fatos que deve ser inquestionável. Todos os esforços devem ser envidados no sentido de não permitir dúvidas sobre ‘as verdades’ que a Rede Globo produz todos os dias.

Essa naturalidade aparente permite a possibilidade de criar um tipo ideal de jornalista apresentador perfeito em seu papel de levar os fatos do mundo à casa do telespectador, este um aliado e cúmplice de seu herói. Fátima Bernardes, apresentadora do Jornal Nacional, confirma essa relação com o público:

É uma preocupação grande do público. E eu acho muito engraçado... Eles defendem tanto a figura do apresentador. Eles se apegam tanto! A gente faz tão parte dessa família, que em geral é assim: nunca eu escolhi uma roupa errada. Então é assim. Sempre alguém... Quem foi que escolheu pra você aquela roupa que não ficou bonita? É como se eu não tivesse escolhido a roupa, não tivesse visto. É uma proteção⁵⁴.

Ao analisar a história do Jornal Nacional, Marialva Barbosa e Ana Paula Goulart (2005) observam características importantes que o tornam um modelo padrão para o telejornalismo no Brasil. O tom intimista da ‘conversa’ entre apresentador e telespectador, aliado à imagem, provoca a sensação de realidade iminente.

A credibilidade, conquistada historicamente pelo Jornal Nacional em seus quase 42 anos de história, tem os componentes da fixidez do horário, que nunca mudou e do formato, que apenas foi sendo aprimorado pelos avanços tecnológicos. A estrutura é praticamente a mesma: a divisão em blocos, o apresentador sentado atrás da bancada, o ‘boa noite’ sonoro

⁵⁴ *ibid.*

acompanhado de uma boa notícia ao final, já faz parte do rito noturno aguardado pela audiência brasileira.

O boa noite é um momento especialíssimo. É o momento em que nós apresentadores, em nome de uma equipe de centenas de pessoas no Brasil inteiro estamos verdadeiramente desejando uma boa noite para os brasileiros que acompanharam nosso trabalho. Então é desejável que nós tenhamos um bom motivo pra desejar um boa noite (JORNAL NACIONAL, 2004).

As palavras do editor-chefe do JN demonstram o pacto com a audiência e a pretensão do telejornalismo de assegurar a tranquilidade ao telespectador que vigia o mundo protegido em sua casa. O ‘boa noite’ traz a oferta da esperança de construção de um Brasil melhor no dia seguinte, mesmo o telespectador tendo já visto acontecimentos tão desanimadores. O jornalismo torna-se ‘referência’ para a construção de um país que consegue dormir em paz e oculta, assim, seu estatuto de mercadoria.

Robert Stam (1985) aponta que o papel dos apresentadores-âncora é fundamental para a identificação entre espectadores e noticiário. A tentativa de tornar invisível o *teleprompter*, fazendo com que se estabeleça uma conversa entre apresentador e público, insinua a inexistência de roteiro, edição, cortes e planejamento que garantem a exibição do telejornal.

A performance dos repórteres é outro elemento importante no telejornal. Sua aparição como ‘repórter de vídeo’ dá à reportagem o caráter testemunhal. Além disso, a substituição de locutores apresentadores por jornalistas, que passam a acumular a função de editores-chefe, na década de 90, reforça a credibilidade do produto e o princípio da autoridade profissional. “Os jornalistas passam a apresentar os telejornais porque estão autorizados, ou melhor, possuem autoridade narrativa e legitimidade para fazê-lo” (BARBOSA; GOULART, 2005, p. 221).

Em TV tudo é contado oralmente, por isso há necessidade de muita clareza na escritura. Essas são duas complicações do jornalismo de televisão. “A escassez de espaço do jornal dá lugar à limitação do tempo (BONNER, 2009, p. 93). As manchetes curtas e fortes, a agilidade da locução e “a voz do entrevistado, complementando a informação, construía o ideal de credibilidade, de fidelidade à realidade” (BARBOSA; GOULART, 2005, p 212).

A verdade, como ícone a ser conquistado, inibe, aparentemente, o poder da enunciação. Mas ao ser analisado como narrativa, cada texto jornalístico surge como uma nova intriga, com episódios regulados, carregados de peripécias e de acontecimentos patéticos, aguardando pelo reconhecimento do espectador. O repórter Tino Marcos, da Rede Globo, explica como isso funciona com relação às notícias esportivas:

Eu tenho uma brincadeira que eu costumo imaginar, assim, meu pai assistindo o jornal. Ele é um consumidor daqueles vorazes do noticiário esportivo. Adora informação. E a minha mãe que não tá ligada, assim, em esporte, é uma dona de casa, mas também precisa ser atendida, precisa ser valorizada. Então, quando a reportagem tem conteúdo, informação quente ali, que agrada o meu pai e, ao mesmo tempo, tem uma boa historinha, um entretenimento que agrada minha mãe, aí eu fico feliz (JORNAL NACIONAL, 2004).

Fica claro que o tipo de matéria ideal precisa associar um bom texto, uma boa informação a uma boa ‘historinha’. Assim, o jornalismo, como narrativa, pode ser visto como ficção. E por isso se torna agradável de assistir. “Qualquer notícia é boa, no mesmo sentido em que todas as histórias são boas porque ocasionam o prazer da ficção” (STAM, 1985, p. 80). São narrativas que desvendam a história por etapas, com enigmas que fazem parte dela e a construção de um clímax, que seria o “molho da matéria”⁵⁵.

“A televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico” (BOURDIEU, 1997, p. 25). Para Adriano Rodrigues (2001), o jornalismo é o negativo da racionalidade, porque busca o improvável e o imprevisível. Reproduz a memória do que é excepcional, promovendo a integração do mundo comum por meio de um sistema simbólico e o encontro com a história autorizada, assim como traz marcas latentes do esquecimento. Rupturas e descontinuidades em permanente negociação, entre tensões empresariais e rotinas profissionais.

Guy Debord (1997)⁵⁶ nos ajuda a entender o telejornal como mercadoria, estatuto velado sob o atestado de verdade que a produção noticiosa faz ver. Enquanto mercadoria, não deixa transpor as contradições entre capital e trabalho, entre orientações editoriais, tensões políticas, ética, liberdade de expressão e, principalmente, entre critérios de seleção dos acontecimentos a serem transformados em notícia. E nesse jogo entre obscurecer e clarear, focar e desfocar ao selecionar os fatos que se transformam em notícia, a concorrência entre os veículos e a imperiosa necessidade de lançar um produto novo (o telejornal) no mercado são determinantes.

⁵⁵ Expressão utilizada pela repórter Zileide Silva, de Brasília, que cobre assuntos políticos para o Jornal Nacional. Ela referia-se à polêmica gerada por um determinado entrevistado, que garantiriam o clímax da matéria (JORNAL NACIONAL, 2004).

⁵⁶ Entendemos que Guy Debord, em seu livro *Sociedade do Espetáculo*, fala sobre um momento específico da sociedade capitalista da década de 60. Assim, estamos trazendo-o para a discussão porque algumas de suas considerações ainda parecem bastante atuais, no que diz respeito à observação do telejornal como mercadoria.

2.5. O TELEJORNALISMO EM REDE E AS SÉRIES ESPECIAIS

Como o Jornal Nacional foi o primeiro produto do telejornalismo exibido em rede, foram seus profissionais que desenvolveram o conceito de noticiário nacional, que inexistia na televisão brasileira até então. Para selecionar e hierarquizar os assuntos foram elaborados vários critérios. As matérias deviam priorizar o interesse geral e não os particulares.

Os assuntos tinham que chamar a atenção tanto do telespectador de Manaus quanto de Porto Alegre. Era necessário não superdimensionar uma região em detrimento de outra, pensar sempre em como determinada nota poderia repercutir em Estados diferentes. Num país continental, com tantas diferenças regionais, era uma tarefa difícil, e a equipe teve que ir aprendendo aos poucos (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 39).

As emissoras que mais fornecem notícias para o JN são Globo São Paulo, Globo Rio e Globo Brasília. As duas primeiras estão situadas nas maiores capitais do Brasil e a terceira na sede do Governo Federal. Recife e Belo Horizonte também têm um bom espaço porque são emissoras sede da Rede Globo. Nas demais capitais, a Globo conta com as afiliadas, submetidas à sede, mas com bem menos peso e força que as outras. Bonner (2009, p. 33) ressalta o papel importante das afiliadas e diz que ao assistir o Jornal Nacional o telespectador “terá informações de cada canto do Brasil trazidas por profissionais da região mostrada. Jornalistas que conhecem o lugar, sua gente, suas carências e suas riquezas”. Na verdade nem todos os ‘cantos’ aparecem e os jornalistas escolhidos para os relatos nem sempre são os ‘que conhecem o lugar’, como veremos a seguir.

Para ser um repórter de rede, várias exigências devem ser preenchidas. O diretor geral de Jornalismo e Esporte da Globo, Carlos Schroder (MEMÓRIA GLOBO, 2004) diz que o carisma é o mais importante, ou seja, a preferência do telespectador por este ou aquele profissional. O diretor explica que o processo começa com a busca de estudantes talentosos nas instituições de ensino superior para a atuação nos estágios oferecidos pela emissora. Além disso, há o profissional que se destaca no mercado, geralmente na imprensa escrita.

E como o repórter chega aos telejornais de rede? Bonner esclarece que primeiro é necessário se destacar nos telejornais locais, das afiliadas. Aliado a isso, faz-se necessário ter um bom texto, dinamismo e inquietação. Quando o repórter começa a entrar em rede tem passe livre no Bom Dia Brasil, Jornal Hoje e Jornal da Globo. Com o Jornal Nacional o nível de exigência é muito maior. O editor chefe do programa explica que o JN, com seus 40 anos de existência, é um agregador da família diante da TV. Segundo Bonner (2009, p. 46), são 600 equipes completas trabalhando todos os dias para o Jornal Nacional.

De uma certa forma, é como se o Jornal Nacional e seus integrantes fizessem parte das famílias ao frequentar suas casas. Por isso, aqueles profissionais que levam a notícia têm de ser...familiares. Têm de ser conhecidos e reconhecidos pelo telespectador. Se fizéssemos um telejornal com pessoas desconhecidas a cada dia, seria muito mais difícil, para o público, identificar-se com o JN como ocorreu nessas quatro décadas.

Na TV Liberal, emissora afiliada da TV Globo em Belém⁵⁷, os repórteres que entram no JN são definidos pela Rede Globo e enviados de outros Estados. Os repórteres locais só têm entrada nos demais telejornais de rede. Mas William Bonner (2009, p. 43) nega que essa prática ocorra: “o profissional local tem a seu favor o conhecimento de peculiaridades geográficas, econômicas, culturais do lugar. Por outro lado, seu distanciamento do organograma do Jornal Nacional é uma forma de assegurar a descentralização da reportagem”.

Nas séries analisadas, os quatro repórteres convocados: Pedro Bial, Marcelo Canellas, Carlos de Lanoy e Alberto Gaspar foram enviados de outros Estados para fazer matérias especiais sobre a Amazônia. Ou seja, foram pautados e orientados a partir de Rio e São Paulo, o que segundo o próprio Bonner não assegura o distanciamento do comando do JN.

As séries de matérias representaram uma inovação no telejornalismo brasileiro. O ‘jornalismo seriado’, como é chamado, propõe abordagens mais completas dos assuntos tratados e isso é formatado em capítulos ao longo da semana. A idéia foi importada da maneira de contar das telenovelas, uma herança da teledramaturgia de sucesso (TOURINHO, 2009).

Carlos Henrique Schroder conta ao Memória Globo (2004, p. 321) que o aprofundamento das matérias trouxe mais solidez ao telejornalismo da Rede Globo: “foi um marco, porque deu mais credibilidade e trouxe um amadurecimento ao telejornalismo, que sempre foi acusado de superficialidade”. Supõe-se, pela escolha dos repórteres, que os profissionais que levam a notícia têm de ser familiares e reconhecidos pelo público. Então, nas séries especiais, caracterizadas como projetos especiais, os repórteres também serão especiais para garantir a identificação com o telespectador.

Esta é uma das diferenças para com as ‘reportagens comuns’ – as reportagens cotidianas, diárias. Geralmente são produzidas, editadas e exibidas no mesmo dia. Neste caso, percebe-se uma variedade maior de repórteres ‘autorizados’ a entrar nos telejornais de rede. Além disso, nestas matérias, sem maiores planejamentos, observa-se uma utilização menor de

⁵⁷ Trabalhei na TV Liberal de 1991 a 2004, onde exerci funções de repórter, editora assistente e editora chefe.

efeitos de edição, vinhetas, sonorização. Além do tempo das reportagens, que é bem mais reduzido que nas séries especiais.

No próximo capítulo observaremos o conteúdo das reportagens selecionadas, tanto as factuais como as séries especiais. Ao observar a escritura audiovisual, vamos localizar as marcas dos discursos amazônicos apresentados no capítulo um. Assim teremos condições de apontar, no texto jornalístico televisivo, como as diversas Amazônia produzidas historicamente são re-atualizadas no cenário midiático nacional.

3 AS REPORTAGENS TELEVISIVAS E O ENCONTRO COM AS DIVERSAS AMAZÔNIAS

Na atualidade, a Amazônia mediada por jornalistas e dispositivos midiáticos torna-se a Amazônia representada para todo o Brasil. A região exibida via satélite em rede nacional ‘torna-se’ o próprio real, com atestado de ‘verdade’ porque baseado em regras e rotinas jornalísticas de objetividade e imparcialidade que dificultam identificar, observar em detalhes o papel e a própria ação do mediador, pelo menos em um primeiro momento.

Refletir sobre a atitude dos jornalistas e suas representações sobre a Amazônia é refletir, também, sobre a ação humana. A capacidade narrativa está na comunicação cotidiana, no ato de sobrevivência e existência de cada um de nós. Extrair fragmentos, contar e recontar histórias, fazer recortes está na ordem do dia das relações sociais. Mas há sempre intenções e interpretação no comportamento humano. As atitudes dos sujeitos sociais não são transparentes, objetivas ou incontestes (BARTH, 2000, p. 173).

Nesse sentido, jornalistas amplificam aquilo que se pensa e se faz em sociedade. A grande responsabilidade e importância da narrativa jornalística é que ao utilizar os recursos midiáticos dá visibilidade e ultrapassa fronteiras, legitima discursos e construções de mundo sobre regiões, nações e sujeitos sociais.

Em cada reportagem, um autor e suas possibilidades tecnológicas e testemunhais de transformar o ‘real’ em cena televisiva, onde som, imagens, textos, compostos e editados, apresentam os acontecimentos eleitos e convocados a fazer parte do *script* de cada programa.

Neste capítulo, fazemos uma reflexão sobre telejornalismo e a representação dos sujeitos amazônicos e da Amazônia. Ao mesmo tempo, estabelecemos uma relação entre esses discursos midiáticos atuais e a construção histórica sobre a região analisada no capítulo 1, observando aproximações e distanciamentos. Queremos entender o que há de reiteraões, cristalizações e inovações no telejornalismo nacional a respeito da Amazônia, comparando com os discursos produzidos fora do ambiente midiático desde a época do Brasil colônia.

Nosso objeto de análise serão os telejornais de rede produzidos pela Rede Globo de Televisão. Para isso selecionamos quatro séries especiais: **Caravana JN**, exibida pelo Jornal Nacional em 2006; **Terra do Meio - Brasil invisível-**, veiculada pelo Bom Dia Brasil em 2007; a série **Raposa Serra do Sol**, de 2008, exibido pelo Jornal da Globo; e **Amazônia Urbana**, produzida pelo Jornal Nacional em 2010. Além disso, vamos apresentar, também, um olhar sobre as narrativas cotidianas dos telejornais. O assunto escolhido, a partir de critérios já explicados na introdução, é a cobertura sobre o caso Raposa Serra do Sol.

Ao ver a Amazônia como ‘outro Brasil’ e coletar ‘amostras’ desse Brasil que reforçam a diferença e a desigualdade regional, temos uma visão etnocêntrica. Assim, pretendemos identificar como o discurso hegemônico atua na produção jornalística criando uma idéia nacional dos ‘povos da floresta’.

A Região Norte é pouco mencionada nos telejornais. Quando se referem à região, os jornalistas citam diretamente os Estados, cenários dos acontecimentos. O que se percebe com frequência é o termo Amazônia sendo utilizado quando se refere à mesma área do país.

É como se a Amazônia fosse apartada do Brasil. As produções literárias, históricas, científicas, midiáticas e agora não mais as crônicas dos viajantes vão solidificando a idéia de um Brasil dividido. Um norte apagado, desconhecido e atrasado frente ao centro-sul do país. “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLACK, 1992, p. 204). A memória individual resulta da memória nacional, produzida institucionalmente para consolidar a geopolítica da nação. E como a Amazônia não era Brasil, como vimos no capítulo anterior seguindo as reflexões de Márcio Souza, reproduz-se ainda hoje essa divisão, que tem fundamental importância na construção do ‘outro’ amazônico. Ao mesmo tempo, temos os telejornais de rede pretensiosamente ofertando uma cobertura nacional diária dos fatos.

O que desperta o interesse de jornalistas é a expressão Amazônia, associada à floresta. Por aí, sim, são propostas entrevistas especiais, debates, portal, séries de reportagens. Um nome que alerta o mundo e a audiência.

A região é assim institucionalizada pelo discurso, quase dissociada da Região Norte, como se Norte e Amazônia fossem duas coisas ao gosto do enunciador. Dito de outro modo, a Amazônia é mostrada como uma abstração a-geográfica, a-histórica, a-social, abaixo ou ao lado, aquém ou além da ‘nação’ brasileira, mas não *no* Brasil, ainda que exista uma identidade amazônica não abordada pela mídia” (AMARAL FILHO, 2006, p. 74).

A Amazônia continua despertando interesse como fronteira a ser desbravada e como patrimônio a ser guardado pelo Brasil e pelo mundo. Seus moradores, mostrados em sua maioria como desinformados e ignorantes, com algumas exceções, são o retrato do abandono e do esquecimento do lugar. Quando lutam por seus direitos parecem agressivos, necessitando de ordenações e pacificações que vêm de fora. Na prática discursiva dos telejornais encontramos inúmeras construções que se assemelham ao discurso colonialista dominante, que ainda vê a região como subalterna. A seguir, vamos proceder à análise das reportagens selecionadas

3.1. A CARAVANA JN E OS DESEJOS DO NORTE DO BRASIL

A série de reportagens intitulada *Caravana JN* foi exibida pelo Jornal Nacional em 2006⁵⁸. A proposta da equipe do telejornal era desvendar os desejos da nação às vésperas das eleições presidenciais de 2006. A viagem começou no Rio Grande do Sul e terminou em Brasília. A equipe esteve sob o comando do jornalista Pedro Bial e percorreu principalmente as cidades do interior do país.

Nesta série, recortamos o que viu e mostrou a Caravana ao passar pela Região Norte. O objetivo é analisar como esse ‘outro’ nortista é visto pelos olhares de uma equipe que saiu do Sudeste do Brasil, sede da Rede Globo, para ‘encurtar’ as distâncias entre o estúdio e as ruas. “Buscávamos a nação. Queríamos conhecer o desejo dos brasileiros. Bater na casa das pessoas. Amplificar a pulsação do coração das ruas”, diz Pedro Bial no texto de abertura da Caravana.

Em um ônibus, uma equipe de 15 profissionais com uma parafernália de equipamentos percorreu o Brasil durante 60 dias. A Caravana JN tinha a intenção de, longe dos cenários da televisão, conhecer os desejos dos brasileiros. É a equipe do Jornal Nacional querendo ver de perto o Brasil para mostrar ao Brasil. A proposta pode parecer ousada e inovadora à primeira vista, mas já não está contida na produção diária do telejornal que conta com o apoio de 121 emissoras afiliadas no país (BONNER, 2009) e está presente em todos os Estados brasileiros, “cobrindo literalmente o Brasil inteiro” (MEMÓRIA GLOBO, 2004)?

Caravana, segundo o dicionário Aurélio Buarque Ferreira (2009), é um grupo de pessoas que vão juntas a algum lugar. O deslocamento, neste caso, pressupõe a busca de informações a serem compartilhadas com uma audiência a ser convocada. O produto da Caravana seria comercializado posteriormente pela empresa Globo Marcas: um DVD duplo. Tudo isso demanda investimentos que exigem uma equipe experiente, equipamentos de última geração, o repórter mais conhecido da emissora à frente do projeto e a geração de expectativa criada em todo o Brasil pela passagem da Caravana e de suas ‘celebridades’. O repórter/narrador escolhido para capitanear o projeto reforça que a autoridade e a legitimidade de quem fala é condição determinante para a concretização de projetos especiais planejados por uma das maiores empresas privadas de comunicação do mundo.

Mas o fato de estar “lá” e não mais “aqui” não garante ao jornalismo o ‘atestado de

⁵⁸ Tivemos acesso à série a partir de um DVD duplo que foi comercializado pela Globo Marcas. Além das matérias exibidas, foi possível analisar também o *making off* e os depoimentos dos jornalistas e responsáveis pelo projeto, disponíveis no DVD.

verdade' ao tentar desvendar os 'desejos do Brasil'. Buscar a nação, encontrar as pessoas e descobrir suas pulsações demanda sempre atos de leitura de um grupo que se desloca territorialmente para tecer o Brasil recriado midiaticamente. Um olhar mais atento a partir do enunciado permite enxergar, à sombra, a presença do locutor. "O lugar de onde se fala, no interior de uma sociedade, emerge silenciosamente no discurso" (CERTEAU, 2008, p. 227).

A cada caravana que passa por uma cidade os recortes e os escolhidos para falar sobre seus desejos serão amplificados de inúmeras formas. "O gesto de chegar mais perto diminui a distância, mas não a suprime⁵⁹". Por mais que se queira chegar perto do objeto, dos personagens que encontra pelo caminho, o investigador terá sempre no texto a sombra de um distanciamento e a impressão de proximidade transposta pela narrativa.

A fama de Bial muitas vezes interfere até no roteiro da viagem, com autógrafos, beijinhos, abraços. Durante todo o percurso a equipe é acompanhada por dois seguranças. O barco decorado e identificado jamais passaria despercebido e isso era o objetivo da equipe do JN. Caso contrário não o teria preparado para a Caravana. O ônibus também foi pintado e decorado. Ambos os veículos por onde passavam chamavam a atenção. E eram mostrados o tempo todo.

Em alguns momentos, como no município de Gurupá (PA), isso é contado no *making off*, a equipe desiste de atracar (naquele momento viajava de barco) na cidade porque havia muita gente esperando a Caravana no porto. Alegando falta de segurança, eles decidiram seguir adiante. Bial diz: "era tanto entusiasmo que assustava. Literalmente. A segurança apontou risco de invasão do barco e seguimos viagem". Ao enquadrar as pessoas com planos mais fechados, no cais de Gurupá, a câmera comprovava que o que havia eram acenos, sorrisos. Curiosidade. Alegria da população em receber um visitante ilustre como Pedro Bial (figura 3).

Figura 3 – Acenos no cais de Gurupá



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

⁵⁹ id., 2002, p. 230.

Ao mesmo tempo, o grupo se sente lisonjeado, quando uma pequena canoa, por exemplo, chega perto do ‘Spartacus’ (nome do barco do JN). "Luz Divina se aproxima. Crianças curiosas" ou "às margens o povo em rebuliço acena pra nós. O dia em que a Caravana passou".

Bial projeta para o futuro o acontecimento memorável que terá sido a passagem da Caravana na vida daquela gente. Orgulho de fazer parte da equipe de telejornalismo mais famosa do Brasil: “os relatos históricos ou jornalísticos estão impregnados de subjetividades, mesmo quando fazem um esforço para serem objetivos” (MOTTA, 2004, p. 20). É a autopromoção da importância do produto televisivo no cotidiano amazônico.

Em busca dos desejos do ‘outro’ a equipe vai saciando a sua sede de testar e mostrar a penetração da emissora e, principalmente, vai delimitando sua autoridade para dizer o que diz. A proximidade do barco que veio de longe, na verdade, afasta. “A distância que ela (a mídia) cria e mascara como proximidade, as conexões que estabelece enquanto nos mantém separados, sua vulnerabilidade à dissimulação (...) reduzem a visibilidade, a vividez do Outro” (SILVERSTONE, 2002, p. 255).

À frente das câmeras, além do repórter famoso, os apresentadores Fátima Bernardes e William Bonner, um ou outro, apareciam ao vivo também nas cidades mais importantes por onde passou a Caravana. No caso examinado da Região Norte, a capital escolhida foi Belém, que teve a presença de Bonner. Os três jornalistas, conhecidos do público brasileiro, conferem ao projeto a credibilidade necessária para seu sucesso por onde passa. Tal comentário nos remete a Foucault (2006b), quando discute a função autor. O nome próprio do autor já nos permite uma certa classificação da obra. Conhecemos os textos e o trabalho dos jornalistas citados, por isso criamos uma certa expectativa a cada novo produto em circulação.

O nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso. Indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo *status* (FOUCAULT, 2006b, p 274).

Segundo Foucault, a obra é um dado histórico. Não é onde tudo começa. Mas é onde as coisas estão. A obra não existe por si só. Há sempre um conjunto de regras que imprimem coerção ao discurso, como as regras profissionais e institucionais, por exemplo. E estas podem ser camufladas por trás do status e credibilidade de seus locutores, que impõem ao discurso o que Foucault chama de a “soberania do significante”.

Quando chega a Belém (PA), a Caravana muda de transporte. Deixa o ônibus que

vinha utilizando desde que saiu do Rio Grande do Sul. Decide subir o rio Amazonas em um barco grande a motor, com a pretensão de fazê-lo em oito dias. Quando alcança Manaus (AM), abandona a embarcação e toma um avião para retomar a estrada a partir do Centro-Oeste.

Entre o Pará e o Amazonas é que se concentra a nossa observação dos percursos e olhares operados pela Caravana JN. São os dois maiores Estados da Região, situados em plena Floresta Amazônica e sem comunicação rodoviária entre eles. O transporte se faz de avião ou barco. Bial escolheu o maior rio do mundo para contar as peripécias que encontraria na ‘selva’, tal qual os primeiros viajantes que narraram histórias fabulosas ainda na época do Brasil Colônia.

A Caravana entra no Pará mostrando ‘o Brasil que se locomove e carrega de tudo sobre duas rodas’. Uma cidade, cujo nome não é mencionado pelo autor, e que apresentou como atrativo para a Caravana o grande número de motocicletas circulando com os mais diversos usos. O cenário é caótico e empoeirado com casas de madeira e ruas de piçarra. As motos são sempre enquadradas por trás de algo, dando a impressão de poluição visual. A câmera mostra uma bandeira do Brasil colorida pintada na parede de uma casa (figura 4). Embaixo da bandeira, a palavra Brasil em maiúscula e o lixo acumulado no chão. Esse é o Brasil paraense que a Caravana começa a mostrar.

Figura 4 – Bandeira do Brasil



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

Na mesma reportagem, o repórter se identifica com o lugar quando diz “como isto é Brasil, a moto virou o veículo preferido de ladrões e assaltantes”. Aqui, pode-se observar a violência urbana como parâmetro que aproxima o Brasil do jornalista com “os trabalhadores que nunca tiveram acesso a transporte público”.

Já em Belém, o repórter lamenta: “enquanto ensaiávamos a ancoragem, parte da

equipe enfrentava um imprevisto de proporções amazônicas. O barco que nos levaria pelo rio Amazonas até Manaus... tinha afundado”. O repórter relaciona o rio, o barco e o acidente à Amazônia. O imprevisto é contornado com o esforço da equipe do Rio, mostrado em conversas, discutindo uma saída para o problema (música agitada com a câmera correndo em trilho em corredor estreito até chegar a Baía do Guajará, orla de Belém). Nesse momento o repórter diz: “o show tinha que continuar”.

Em Belém, William Bonner e Pedro Bial entram ao vivo no JN, dando início ao ‘show’. Estão posicionados no Complexo Feliz Lusitânia, o lugar onde começou a povoação portuguesa da cidade. Bonner diz: “nós estamos num lugar onde nasceu Belém do Pará”. A partir daí começa a citar e a apontar para os prédios, referência da arquitetura portuguesa, que estão ao redor (Figura 5).

Figura 5 – William Bonner em Belém



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

Além de uma clara referência à importância da colonização portuguesa na região, com seus marcos históricos, o lugar escolhido é um dos cartões postais da cidade. Bonner está em um pequeno palco armado para a transmissão. Ao fundo, mais embaixo, milhares de pessoas se acotovelam com cartazes nas mãos separadas do apresentador por um cordão de isolamento. O espetáculo, com palco e multidão, já estava programado pela emissora, que anunciava em cada edição onde a Caravana estaria no dia seguinte. A autoridade do apresentador-editor-chefe do telejornal, ‘acima’ dos outros, reforça o poder que tem para dizer o que diz em rede nacional.

Bonner chama Bial, que está em outro ponto do Feliz Lusitânia (figura 6). Uma multidão se espremia também por trás do repórter. Bial responde: “com todo respeito a Paris, posto de civilização, posto da civilização (*sic*) avançado é Belém do Pará, portão da floresta amazônica. Uma cidade cheia de vida, de história e de inteligência”.

Figura 6 – Pedro Bial em Belém

Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

A referência ao lugar onde nasceu Belém do Pará, feita por Bonner, é uma clara confirmação da colonização portuguesa como marco histórico inicial da nação. E por que a equipe escolhe um cenário tipicamente português e não uma Belém mais moderna com seus edifícios altos e trânsito congestionado ou seus famosos túneis de mangueiras?

A relação da capital paraense com a herança cultural de Portugal é a relação com o ‘discurso fundador’ (PUCCINELLI, 1992). Afinal, eles estão falando de ‘civilização’, do ‘portão da floresta amazônica’, por onde o repórter vai adentrar solenemente de barco. Na descrição inicial de Manaus - a capital amazonense - a exaltação da arquitetura portuguesa não é diferente: “Manaus e seus tesouros... o Teatro Amazonas. A arquitetura da alfândega, do palácio da Justiça. A catedral...”

No discurso jornalístico a história oficial do país se repete, começando em 1.500, com a chegada dos portugueses. As populações indígenas são relegadas ao esquecimento. É a explicitação da memória nacional, como lugar de coexistência das memórias coletivas e comemorativas (BARBOSA, 2007). Surge como ‘polícia discursiva’ (FOUCAULT, 2006a), trazendo saberes e poderes acumulados que atravessam o discurso fazendo construções memoráveis.

Na reportagem sobre Belém, Bial diz buscar uma imagem diferente daquela que associa a cidade ao mercado do Ver-o-Peso, um dos pontos turísticos mais visitados da cidade (“falou em Belém o mercado popular é a primeira coisa que vem à cabeça”). A imagem mostra o rio, os barcos ancorados e o tradicional mercado de ferro dos cartões postais.

Em seguida ele diz: “sim, é divertido um passeio pela mitologia amazônica, exposta em garrafas, histórias...e na cara da gente” (imagens de vendedores de ervas medicinais com traços indígenas sentados em suas barracas - figura 7 - , câmera aproxima ou faz movimentos que os associam aos produtos da floresta vendidos em garrafas).

Figura 7 – Sequência de vendedores de ervas do Ver-o-Peso



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

Em contraponto à ‘mitologia’ exposta em rostos humildes de feirantes, ele opta por contar a história de um filósofo ("este tesouro de Belém ninguém conhece"), referindo-se a Benedito Nunes, conhecido internacionalmente, “um dos mais brilhantes filósofos do Brasil” (Figura 8). É o único ‘personagem’ autorizado a falar na matéria e é quem mostra as ‘belezas’ da cidade. As imagens vão passando enquanto ele narra.

Figura 8 – O filósofo Benedito Nunes



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

Aqui o sentimento jornalístico de tudo descobrir, revelar e mostrar com exclusividade, como em Oliveira Filho (1979), onde o conquistador revela o desconhecido e o conforma. E como esta é uma série especial, com tantos investimentos e planejamentos, o jornalista deixa clara sua proposta: sair do lugar comum onde se abrigam os jornalistas no dia-a-dia do telejornal.

Bené é o exemplo da ‘inteligência’ da cidade, uma raridade em meio à mitologia do lugar, uma exceção para o repórter, que declara toda sua admiração ao considerá-lo no texto ‘doce e íntegro’. A música clássica escolhida por Bené para representar a capital paraense, a pedido do repórter, dá o tom mágico de encerramento da matéria, que traz a floresta representada pelo macaco de cheiro e a arquitetura antiga (figura 9). E a classificação final de

Belém: “certas coisas muito ingênuas. Algumas muito infantis. Outras muito graciosas.”

Figura 9 – Ao som da Flauta Mágica (sequência final do VT sobre Belém)



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

O texto de Bial reúne o equilíbrio entre a civilização, trazendo as marcas da metrópole, e o povo humilde, considerado ingênuo, infantil. Seguindo as idéias de Sommer (2004), quando trata dos romances nacionais considerados ficções de fundação, representa a consolidação nacional e a superação das diferenças regionais e raciais. É o passado tecido no presente para projetar um futuro harmônico (ENNE, 2007).

Após a reportagem sobre Belém, a equipe da Caravana se despede ao vivo do Brasil e cria expectativas na audiência sobre a viagem pelo rio:

É neste barco que nós vamos seguir o maior caminho d’água do mundo, o rio Amazonas (...). Aqui as distâncias são tamanhas que são medidas em dias. Portanto, nos próximos oito dias aguardem. Nós estaremos mandando notícias de um Brasil ribeirinho do coração da maior floresta tropical do mundo (repórter Pedro Bial, *Caravana JN*)⁶⁰.

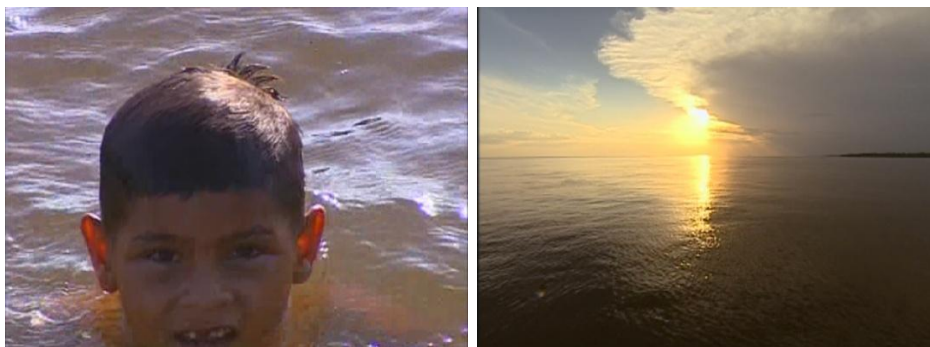
Rapidamente, todo o investimento na Caravana é justificado junto ao telespectador. A equipe promete mostrar um cenário atípico para o resto do Brasil. É outro Brasil, não um Brasil qualquer. Um Brasil ribeirinho. Compartilha com o telespectador o desejo de buscar o exótico, ou melhor, de encontrar desejos exóticos. Exalta a grandiosidade da floresta. Quando fala em ‘maior floresta tropical do mundo’, há tamanha ênfase na locução do repórter que a apresentadora Fátima Bernardes, enquadrada junto com ele no monitor no estúdio, sorridente levanta as sobrancelhas. É a ‘majestosa exuberância’ da terra observada tantas vezes pelos

⁶⁰ Jornal Nacional, 2007. DVD 2.

naturalistas (MARTIUS; SPIX, 1960) em suas viagens que move os viajantes do JN.

As histórias contadas durante a viagem são entrecortadas por descrições da paisagem exuberante do Rio Amazonas. “Fomos brindados com um magnífico pôr do sol amazônico. Aqui tudo é superlativo”. A imagem utilizada para esse texto é a de um menino na água só com a cabeça de fora olhando para a câmera. Esta vai saindo dele, percorre o rio e sobe para pôr do sol (figura 10). É a pequenez do homem frente à paisagem exuberante.

Figura 10 – O menino e o pôr do sol



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

Em outro momento o repórter observa: “a olho nu um horizonte exagerado”. Imagens de canoas solitárias no meio do vasto rio, contornado por floresta e céu, são as mais frequentes ao longo desse percurso pelo Amazonas (figura 11).

Figura 11 – Canoa solitária



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

O medo de tempestades, trovões, do rio gigantesco, de piratas, jacarés e da população que espera à margem do rio, muitas vezes “em polvorosa”, é com frequência narrado. A ‘estranheza amazônica’ vem à tona para ser desbravada pela equipe: “a selva, o rio, o barco

(pausa)... outro mundo”. A câmera amostra, do barco em movimento, o detalhe da copa das árvores. A tela da TV é dividida entre céu, floresta e rio (figura 12). Câmera gira em alta velocidade (desfocando) fazendo 360 graus mostrando que a paisagem é a mesma em qualquer direção que se olhe.

Figura 12 – “A selva, o rio... outro mundo”



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

No caminho, alguns sinais chamam a atenção da equipe. Aquilo que eles já vieram predispostos a encontrar aqui e que confirma o imaginário nacional sobre a região. “Logo no início da nossa viagem uma mostra das ameaças a esse mundo”, diz o repórter ao ver toras de madeiras sendo levadas em uma balsa pelo rio (figura 13).

Figura 13 - Toras de madeira no Rio Amazonas



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

Segundo Luiz Gonzaga Motta, o conflito é o elemento estruturador do texto jornalístico. É a partir da ruptura da estabilidade que surge a notícia. É “em torno do ciclo equilíbrio-desequilíbrio-equilíbrio que gira toda e qualquer narrativa jornalística” (MOTTA, 2004, p. 30).

O foco é a solidão do ribeirão e o abandono. Durante a viagem à noite uma casa solitária é iluminada na margem do rio, no meio da mata (figura 14). Parece iluminada pela equipe da TV Globo.

Figura 14 – Casa iluminada



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

A câmera sai da casa e mostra os pingos de chuva na noite escura. Em seguida aparece o *close* de um homem no barco com uma lanterna na mão (figura 15).

Figura 15 – Homem com lanterna



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

As imagens noturnas vêm para comprovar o cenário ‘assustador’, ‘apavorante’ para produzir efeitos de sentido sobre a Amazônia e seus mistérios: “nossa primeira tempestade no Amazonas” (som de trovões e imagens aterrorizantes de chuva forte, noite escura e raios cortando o rio). A escuridão do rio assusta. “Os raios anunciam a noite na floresta tropical úmida”. E o repórter exagera: “chove todas as noites. É assim na Amazônia”.

Enquanto a equipe navega pelo centro, os ribeirinhos à margem vão festejando a passagem do barco, quando acenam para a Caravana. E quando são escolhidos para falar sobre seus desejos, sua voz é um lamento, a confirmação do abandono almejado para compor

a narrativa.

A produção discursiva é acionada cada vez que o grupo descobre códigos e imagens que chamam a atenção por serem únicos e exóticos, como a fumaça no meio da mata, a lavadeira na beira do rio, o balé dos golfinhos ou a superpopulação de jacarés. São os exemplares da cultura local sendo vasculhados, selecionados, para serem exibidos e arquivados. Tal qual faziam os naturalistas no século XIX, os jornalistas coletam amostras para conhecer os desejos da região, mas ficam na superficialidade. Fazendo relação com o que notou o escritor Euclides da Cunha, quando observa que os especialistas se detinham em pequenas coisas e não tinham uma idéia do todo. Tal qual acontecia no passado, a Amazônia continua sendo “a paragem mais perlustrada dos sábios e é a menos conhecida” (CUNHA, 1909, p.4).

O que vamos percebendo, na nossa análise, é a presença marcante de um ‘colonialismo interno’, seguindo as idéias de Boaventura Santos (2004), ao perceber a subalternidade e não a diversidade intra-regional das nações latino-americanas. Para Certeau (2008, p. 148), “o sentimento de ser diferente está ligado à designação dessa diferença pelos outros”. Voltando ao texto produzido pela Caravana, o repórter registra uma família à espera do pagamento da pensão do governo, que sempre atrasa. São personagens que vivem à margem do rio, à margem da vida, à espreita das embarcações. São representados como inertes à espera de tudo (figura 16): “onde a população recebe a assistência social do Governo, mas sofre para por a mão no dinheiro”. Ou na voz de um morador de Currealinho: “A gente vem com um barco alugado... chega aqui, passa dois três dias esperando pela boa vontade do pagamento”.

Figura 16 – Moradores falam sobre atendimento médico



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

Ou ainda: “vimos só pra esperar hoje de novo. Disseram que é só pra segunda-feira de novo”. Em todas essas falas as imagens se assemelham (figura 17): pessoas paradas no

trapiche, à beira do rio; pessoas em *bigclose* que olham para a câmera; sentadas na porta de comércio, de braços cruzados, gente com bebê no colo, idosos sentados. São mostrados como inativos e resignados, à mercê das instituições que deveriam atendê-los como cidadãos, mas não os atendem.

Figura 17- Sequência de moradores de Currealinho



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

O que o jornalismo vem buscar no Norte, para justificar sua viagem, não pode ser igual ao que encontra no Sudeste: superlotação de cidades, trânsito, violência urbana, etc. O ‘molho da matéria’ tem que ter o exotismo regional para justificar sua vaga no telejornal. O ‘outro’, antes distante, que o jornalista vem ver de perto, não pode ser igual ao ‘mesmo’ de lá (Sudeste). Esse pré-concebido sobre a região é que guia seu olhar e suas escolhas.

Seguindo o Amazonas “uma fumacinha chamou nossa atenção” em meio à calmaria que desce rio abaixo (figura 18).

Figura 18 – A fumacinha que chama a atenção de Bial



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

O barco atraca, pára e descobre, nesse cenário, a história da família Monteiro Nunes, que dirige uma serraria comunitária. Quando se aproxima, mais uma vez, encontra uma família que, unida, ganha a vida no isolamento e na solidão da ‘selva’ em uma cooperativa familiar que explora a madeira da floresta, com autorização do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis . São dois irmãos casados, um com um filho e outro com sete.

‘Você é feliz?’, ele pergunta a uma das mulheres. “Sou”, ela responde, parecendo se contentar com tão pouco. E por que a pergunta? Causa estranhamento a satisfação ‘naquele lugar’, ‘ali’, ‘longe de tudo’, onde só há escola três vezes por semana. É o mesmo ‘índio tristonho’ relatado pelo naturalista inglês Henry Bates (1944) E como narrou, também, Inglês de Sousa (2004) são ‘pobres tapuios’ que vivem num apático recolhimento longe da agitação social. São melancólicos porque vivem a monotonia das margens do Amazonas. Têm o semblante triste e são atrofiados ‘pelo silêncio forçado da solidão’.

O ‘outro’ ribeirinho é apagado em sua totalidade. Ele está ali para comprovar que a floresta é gigantesca e que o homem que habita a mata é um infeliz à espera de socorro. “Para ir ao médico duas horas de viagem até a cidade de Gurupá e tem que chegar de véspera”. Vive à mercê das dificuldades impostas. É o fortalecimento da idéia do país dividido:

O povo do Pará era muito inferior aos brasileiros do sul em energia e diligência. Como os gêneros e o aluguer (*sic*) da casa são baratos e as ambições da gente muito reduzidas, pois se contentam com alimentação e alojamento de uma qualidade que não seria tolerada pelos pobres da Inglaterra (BATES, 1944, p. 72).

A construção discursiva é o exemplo do que afirma o escritor Márcio Souza (2001, p. 101-102): “são os cientistas que constroem o mito da Amazônia como um vazio demográfico, hostil aos homens civilizados, com nativos primitivos, sem vida política ou cultural.

Os personagens escolhidos por Bial falam pouco, expõem seus desejos para as próximas eleições e a satisfação diante da passagem da Caravana pela região. É isso que a análise nos aponta. “Qual foi a última vez que alguém parou o barco assim que nem a gente parou pra saber da sua necessidade?” E a resposta: “aqui eu acho que nunca (risos)... nunca tinha parado não”. Os personagens escolhidos observam a vida e a Caravana passar à espera de dias melhores, como se o cotidiano fosse um imenso vazio.

São produzidos discursivamente a partir do que podem ofertar de novo, atraente e inusitado para a Caravana, ávida de desejos exóticos e cotidianos espetaculares. O que está em questão é a encenação da notícia. Quando se refere à ‘escola de São Sebastião’, o tom da locução é irônico, tom de inacreditável. A câmera enquadra a parede de madeira, o quadro de

giz, os cartazes, livros e cadernos em prateleiras na parede (figura 19).

Figura 19 – Escola de São Sebastião (sequência)



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

Bial enxerga na falta a possibilidade de mostrar a ‘bruteza original’ do lugar dedicado ao ensino ali no meio da floresta. Isso nos faz associar aos comentários de Euclides da Cunha (1909) sobre a ‘bruteza das malocas’ quando da passagem das missões apostólicas e viagens governamentais à região. O repórter vai mais adiante: “E tem criança inteligente aqui? Com futuro?”. O entrevistado responde: “tem, tem muita criança inteligente aqui”. Em seguida reúne algumas crianças maravilhadas em torno da câmera de filmar (figura 20).

Figura 20 – As crianças e a câmera



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

Repórter Pedro Bial: “quer experimentar olhar por onde ele olha? (a câmera balança na vertical). Deixa ele ajudar que é pesado (risos das crianças. O cinegrafista com a câmera na mão entra em quadro)”.

Cinegrafista: “tem que botar no ombro (coloca câmera no olho da menina)”.

Bial: “você olha por aqui. Olha (entra em quadro e aponta o viewfinder da câmera. Cinegrafista segura câmera enquanto menina olha). Como se fosse uma televisão pequenininha, não é?”

Menina: “é isso mesmo”.

A câmera de filmar representa a tecnologia da civilização. Ao mostrar o encantamento

das crianças com o equipamento, a Caravana reforça a escala do progresso relacionado ao Sudeste, e do atraso relacionado à Amazônia, ao comprovar que o Brasil tem sociedades diversas em estágios diferentes de evolução.

A ‘invenção do outro’ está condicionada a “dispositivos de saber/poder a partir dos quais essas representações são construídas”⁶¹. É a ideologia que coloniza o poder e o saber ao subestimar o conhecimento do outro, comparando-o com o que é produzido e compartilhado socialmente pela nação. “A ignorância colonialista consiste na recusa do conhecimento do outro como igual e na sua conversão em objeto” (SANTOS, 2004).

O homem à beira-do-rio tem como alternativa apenas a pesca, em alguns momentos dificultada pelo excessivo número de jacarés, como em Itacoatiara, no Amazonas. É o que diz a Caravana em rede nacional reforçada pelo depoimento do pescador: “eles praticamente atacam, geralmente. Eles chegam e vêm pra cima mesmo. Num tem medo não”. O enunciado não deixa ver que a situação é pontual. O problema maior dos pescadores não são os jacarés, mas a pesca predatória, as fazendas de gado que poluem os rios e espantam os peixes para o alto-mar, onde só chegam os barcos grandes das empresas exportadoras. Todorov (1988, p. 34) nos ajuda a compreender a posição do jornalista: “sua atitude em relação a esta outra cultura é, na melhor das hipóteses, a de um colecionador de curiosidades, e nunca vem acompanhada de uma tentativa de compreender”.

No município de Alter-do-Chão, o jornalista coleta mais curiosidade e compartilha com o telespectador o mesmo estranhamento: “e acredite. A mais emocionante atração daqui é um orfanato”. Em seguida esclarece e mostra o trabalho do veterinário Jairo Moura, que salva filhotes de peixe-boi ameaçados pela pesca predatória.

A narrativa oscila entre momentos dramáticos e de pura sedução. A equipe se declara maravilhada com as belezas da vila de Alter-do-Chão. “A equipe gostou tanto da praia que não queria ir embora”. Subjetividade e preferências expostas na escritura. Encenação da festa sagrada e profana na cidade com cenário irresistível para o turista.

Na festa do Cairé, o que encanta o repórter é a sensualidade das ‘cabocas sestrosas’ e o ‘balé de sedução do boto’. E as imagens são de dançarinas lavantando as saias durante a apresentação, casais rodopiando, morenas dançando cheias de sensualidade com o personagem do Boto (figura 21).

⁶¹ CASTRO-GÓMEZ, op. cit.

Figura 21- Festa do Çairé (sequência)



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

O repórter explica: “ensina a lenda: o boto é o pai das crianças sem pai. Nas noites ribeirinhas vira um moço bonito, sempre de chapéu para esconder o orifício por onde respira e se deita com as eleitoras”.

Figura 22 – A sensualidade do Çairé



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD 2

As meninas mostradas (figura 22) representam um tipo físico diferente do restante do Brasil. São tipos indígenas, como a maioria das mulheres paraenses e amazonenses. São representadas com movimentos e enquadramentos que ressaltam sua beleza e sensualidade. Uma maneira de ver as mulheres amazônicas entre a pureza e a obscenidade, como nas constatações de Shohat; Stam (2006, p. 236), ao observar o colonizado nas representações audiovisuais:

Enquanto a mulher branca tem que ser seduzida, aprisionada, praticamente estuprada para que seu desejo reprimido seja despertado, a mulher árabe/negra/latina é movida por um intenso desejo sexual. Desse modo, um duplo discurso apresenta a terra colonizada e seus habitantes como objetos de desejo, ao mesmo tempo puros e obscenos.

As narrativas midiáticas “exploram o fático para causar o efeito de real (a objetividade) e o fictício para causar efeitos emocionais (subjetividade). Tudo depende da estratégia do narrador midiático” (MOTTA, 2004). Verdade colorida com elementos dramáticos e trocadilhos para se tornar coloquial e rapidamente assimilável. Assim, Bial diz: "diante de cabocas tão sestrosas a pergunta: quem é o sedutor? E quem é o seduzido? Sem trocadilho. Santarém, o santo harém do boto”.

O jornalista que subiu o rio tendo um filósofo como guia termina citando os textos de Milton Hatoum, na chegada ao Amazonas. Os textos do escritor reproduzidos exaltam as belezas do rio Negro e ao mesmo tempo confrontam a exuberância da natureza com a poluição dos igarapés espalhados pela capital. A narrativa parte, nesse momento, para o tom saudoso na voz de um entrevistado à beira de um igarapé: "esse igarapé era todo limpo, limpinho. A água era cristalina". São fragmentos do urbano, do ribeirinho indefeso diante do avanço do capital, da poluição, do desmatamento.

A narrativa termina com mensagem para o futuro na voz do repórter: "todas as dezenas de igarapés assassinados de Manaus deságuam no rio Negro". É o tom de alerta geral. Quando se trata de Amazônia o discurso dominante é o da preservação da floresta. “Nenhuma notícia está nos jornais sem que no fundo haja uma razão ética ou moral que a explique. Nada deixa de ter micro nem macro significação, nada está nos jornais ou telejornais inocentemente⁶²”.

O discurso ambientalista e fatalista encerra a narrativa. O texto de Hatoum é enunciado pelo repórter novamente ao final: "não sei por quanto tempo o rio Negro sobreviverá". É esse o discurso hegemônico sobre a floresta, enquanto depósito de recursos naturais para o mundo que pode estar com os dias contados. Importam mais os recursos naturais do que o futuro da população local.

Uma permanente e histórica oposição entre a exuberância da floresta e a pequenez do homem amazônico. “Hoje esse tipo de discurso apresenta-se com a mesma retórica salvacionista e o mesmo esforço reducionista em relação aos nativos” (SOUZA, 2001, p. 62). O mais importante são os recursos naturais a serem guardados para a humanidade. Os conflitos e as desigualdades locais que envolvem as populações locais ficam à margem da discussão. Verdades imortalizadas são reproduzidas, permitindo que vestígios da vida, do cotidiano se percam nessa relação tão desigual com o ‘outro’.

⁶² *ibid.*, p. 32.

3.2. O 'POVO DA FLORESTA' E O BRASIL INVISÍVEL

A série *Terra do Meio* foi exibida em dezembro de 2007 pelo Bom dia Brasil. Os repórteres Marcelo Canellas e Luiz Quilião percorreram durante mais de duas semanas a região da Terra do Meio, no Pará. A chamada da série especial foi exibida no dia 30 de novembro de 2007, uma sexta-feira, anunciando a série, que começaria na segunda-feira seguinte. A abertura da matéria-chamada, lida pelo apresentador, trazia o seguinte texto: “desmatamento, ocupação irregular de terras públicas, pistolagem, abandono, a força do povo da floresta. As mazelas e as riquezas da Amazônia como você nunca viu.” É a Amazônia associada às ameaças à floresta, à ocupação da terra, à violência, ao abandono e ao ‘povo da floresta’.

O repórter foi em busca de uma terra que ‘ninguém conhece’, ‘invisível’. Esse ninguém é a ‘massa brasileira’, a audiência suposta que ele vê como ‘alguém’ que não conhece esse pedaço do país que será desbravado. Parte para a aventura da descoberta, tal qual a conceitua Oliveira Filho (1979, p. 85), no sentido de “revelar o desconhecido, o sem nome, sem forma...é o sujeito da descoberta, pois revela o que não existia”. A terra deixa de ser invisível para o Brasil e, pelos recursos da visibilidade midiática, será explicada, narrada, vasculhada.

No texto de chamada da série, o apresentador convoca o leitor para ver “um Brasil invisível de ilegalidade e impunidade... hoje o Bom Dia Brasil convida você a acompanhar essa história, a fazer silêncio e ouvir os sons da Amazônia”. Aqui a floresta é o foco das imagens, dos sons, da narrativa. O homem é secundário. Você vai ver “a beleza e os perigos de uma viagem ao coração da Amazônia”.

O repórter inicia a matéria com cena noturna de chuva na mata, pingos na escuridão caindo sobre as folhas das árvores: “um murmúrio rouco. A boca da noite derrama gota a gota seu repertório de sons”. Após esse texto Marcelo aparece em uma passagem de vídeo (figura 23). Fusão dos pingos de chuva com a imagem do repórter. Marcelo está debruçado na janela de uma casa, do lado de dentro. Ao fundo chapéus de palha na parede. Em primeiro plano os pingos de chuva.

Figura 23 – O repórter e a lamparina

Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 30/11/2007)

O cenário é bem escuro com um pequeno foco de lamparina perto do rosto do repórter, com o seguinte texto:

Mas faz tempo que a floresta já não fala só por si. Onde há presença humana todo ambiente se transforma. Mas mesmo que não tenha mais a pureza inabitada de antes, a floresta ocupada mantém uma fascinante sinfonia. Privilégio de quem (Marcelo pega a lamparina acesa que está na janela e a apaga com um sopro. A cena escurece e aparecem só os pingos de chuva na escuridão) fecha os olhos e apura os sentidos para ouvir (sobe som da chuva caindo à noite, som de pássaros e insetos na escuridão) (repórter Marcelo Canellas, série *Terra do Meio*).

O leitor é convidado a ouvir essa ‘fascinante sinfonia’ na solidão da mata. O repórter produz o sentido de que a Amazônia é esse silêncio humano que dá lugar à sinfonia dos bichos da mata, como o “eco aterrador dos macacos” ou a “zoada ínfima de um inseto”. Um lugar apagado, sem energia elétrica, povoado de animais e com um ou outro morador solitário (figura 24). Uma Amazônia ao mesmo tempo representada como beleza e perigo.

Figura 24 – A solidão na floresta escura

Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 30/11/2007)

Como esta matéria inicial é um resumo, chamada da série de reportagens produzida pelo repórter, é possível inferir com este VT uma idéia geral da representação da Amazônia

trazida ao telespectador. A falta de energia elétrica, apesar de mostrada com extrema sensibilidade e poesia no convite a escutar a floresta, não deixa de reforçar a imagem construída de atraso sobre a região. As imagens seguintes (figura 25) mostram a exuberância da natureza com pássaros, insetos, rios, amanhecer, raízes, mata.

Figura 25 – ‘Entendimento e harmonia’ (sequência)



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 30/11/2007)

Nesse cenário de ‘entendimento e harmonia’, como diz o repórter, surgem os personagens solitários (figura 26): a lavadeira de roupa e um homem que amola faca em uma pedra na beira do rio, crianças, mulher com papagaio na mão que conversa com seu animal de estimação: “meu filho quer comer quer? Tá com fome Louro?”

Figura 26 – Sequência de personagens solitários



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 30/11/2007)

Mas nesse cenário idílico pode haver “ruptura e caos”, nas palavras do jornalista. As imagens agora são de toras de madeira, mata cortada, motosserras em ação, fogo e fumaça (figura 27).

Figura 27 – Queimada na floresta

Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 30/11/2007)

E Marcelo conclui: “a floresta que fertiliza, provê e alimenta também fala. Escutemos. Porque ninguém a quer nem estéril, nem calada”. As imagens utilizadas (figura 28) são as de crianças colocadas em frente à câmera como a exibir e a ofertar os produtos da floresta.

Figura 28 – “A floresta que fertiliza, provê e alimenta” (seqüência)

Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 30/11/2007)

A narrativa segue com imagens em tom cinzento da floresta. É o discurso da ‘Amazônia, reserva natural da humanidade’ que o repórter parece dizer que é o que queremos, porque ninguém a quer de outro modo. Cada reportagem da série *Terra do Meio* tem um nome: a primeira se chama ‘os beiradeiros’; a segunda ‘os grileiros’; a terceira ‘os exilados’; a quarta ‘as estradas’; e a quinta é dedicada aos ‘marcados para morrer’. Ao propor revelar o que é invisível para o restante do Brasil, Marcelo Canellas nomeia os sujeitos de acordo com as tramas que vai tecendo, separa em grupos, une pontos, identifica, hierarquiza.

O primeiro VT, exibido no dia 03 de dezembro de 2007, tem o nome de ‘Beiradeiros’. O apresentador Renato Machado anunciou a matéria assim:

Um Brasil onde não há escolas, médicos, justiça. Onde falta quase tudo e sobram problemas. E um lugar de nome estranho: Terra do Meio. Fica no Pará... Os repórteres Marcelo Canellas e Luis Quilião passaram mais de duas semanas na região. Percorreram centenas de quilômetros. De barco, pelo rio Xingu, e de carro, em estradas extremamente precárias./ Eles viram devastação, grilagem, homens marcados pra morrer... hoje você vai conhecer os beiradeiros. Cerca de 300 famílias que vivem na floresta amazônica. São brasileiros de um Brasil invisível (apresentador Renato Machado, série *Terra do Meio*).

Como a proposta da série era trazer um Brasil ‘nunca visto’, tornava-se necessário encontrar um lugar “onde falta quase tudo e sobram problemas”. Ainda mais se esse lugar tem nome estranho para os jornalistas e sua audiência que não conhece o Pará. É uma pauta perfeita para o jornalismo. Semelhante ao que foi visto na *Caravana JN*, aqui os sujeitos escolhidos para representar a região são os que vivem no interior da floresta, longe das áreas urbanas. E o conflito da narrativa, a oposição entre bem e mal se faz entre os povos da floresta *versus* grileiros, devastação, morte. É esse Brasil da floresta que o telejornalismo nacional tenta captar, por isso abre a série anunciando o que vai trazer a público, desvendar a vida de ‘300 famílias que vivem na floresta amazônica. São brasileiros de um Brasil invisível’.

Os jornalistas crêem que extraindo de cada região o que há de mais exótico ajudam a dar visibilidade à diversidade do país. Esquecem que o silêncio sobre a região em sua totalidade é uma repetição cultural e histórica. Significa, conforme propõe Orlandi (2007). Ele diz muito mais do que os enunciados que prometem mostrar “o que você nunca viu”.

E como ‘a Amazônia não era Brasil’, como mostra a narrativa histórica de Márcio Souza (2001), ao trazer o invisível, o estranho, os perigos e a beleza, o jornalista continua produzindo e re-produzindo uma região apartada do país, distante e subalterna na escala evolutiva da nação. Otávio Velho (1979, p. 193) é enfático: “a não ser como mito e no curto período do auge da borracha, o Brasil e o mundo viveram quase como se a Amazônia não existisse”.

A primeira matéria da série começava assim: “floresta farta, água limpa, vida intensa. A última reserva da biodiversidade do sul do Pará. E é gente quem opera esse milagre amazônico de salvar planta e bicho”. Fartura e riqueza da floresta em contraste com o homem indefeso. E essa ‘gente’ solitária que salva planta e bicho causa surpresa, vista quase como um milagre, personagens que espantam pela determinação e pela força em condições aparentemente adversas.

Em um momento refere-se ao rio Xingu assim: “rio faminto que engole o que vier” (refere-se à alagação que deixou debaixo do rio motores, máquinas de costura, gravador). Em outro momento narra: “cachoeiras afloram e corredeiras borbulham nesse gigante cravejado de rochas. Um trajeto belo e arriscado que faz qualquer embarcação duelar contra a fúria da

correnteza” (rio agitado, pedras, barco a motor no meio do rio) (figura 29).

Figura 29 – O barco e a fúria da correnteza



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

O discurso do determinismo geográfico (LARAIA, 2008, p. 21), recorrente nas narrativas históricas, é reiterado pelo jornalismo e predomina em boa parte dos relatos sobre a Amazônia. As condições adversas da floresta são vistas como entraves à presença do homem e, portanto, confirmam o vazio suposto como consequência das dificuldades para o povoamento.

Arthur Reis (1956) diz que o homem amazônico, na década de 50, apresentava-se em estágio cultural primário, vivendo da economia coletora e predatória, produto do meio amazônico, lutando para domesticar a floresta. E Euclides da Cunha (1909, p. 8) chama a atenção para a relação de subordinação do homem à floresta: a natureza “aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o”. É muita semelhante ao que aparece no texto de Marcelo Canellas em seu rio faminto visto como um gigante furioso.

A caminho da Terra do Meio, o repórter explica suas escolhas no percurso a ser seguido:

Estamos indo para a Terra do Meio, que tem esse nome porque fica entre os rios Xingu e Iriri... nosso destino é o médio Xingu, área mais vulnerável, a mais ameaçada por grileiros e madeireiros e a única a descoberto. O governo prometeu criar uma reserva extrativista, mas nunca cumpriu (imagens de terra queimada, desmatada, vista do rio, sem gente) (repórter Marcelo Canellas, série *Terra do Meio*).

A escolha nos indica que jornalistas trabalham sempre no limite, na falta, no ‘mais vulnerável’, mais ameaçado’. Para Adriano Duarte Rodrigues (2001), o jornalismo busca o improvável e o imprevisível. Reproduz a memória do que é excepcional, promovendo a

integração do mundo comum por meio de um sistema simbólico e o encontro com a história autorizada, assim como traz marcas latentes do esquecimento.

O isolamento dos moradores da Terra do Meio é mostrado através da relação deles com o comércio: “depois de quase 300 quilômetros de rio encontramos um regatão, a única ligação do médio Xingu com o resto do mundo (imagem de barco a motor no rio com dois homens em cima)”. O repórter dentro do barco pergunta: “quer dizer que o supermercado que tem aqui são vocês?”. Entrevistado sem crédito: “é nós”. E continua o autor: “o regatão é que abastece os ribeirinhos... tudo trocado por peixe. É o comércio sem moeda... quando o regatão vai embora os ribeirinhos não contam com mais ninguém (imagens de crianças e mãe lavando panela na beira do rio)” (figura 30).

Figura 30 – Lavadeira na beira do rio



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

É o contraste entre “natureza grandiosa e solene, mas monótona e triste do Amazonas” (SOUSA, 2004, p.6). A dicotomia entre riqueza do lugar e pobreza da gente que tanto impressionou o naturalista Henry Bates (1944). São essas ‘preciosidades’ que o repórter vem buscar ao penetrar na floresta, nos lugares mais distantes, quase inatingíveis, em busca de encontrar aquilo que os viajantes, colonizadores, naturalistas sempre falaram. Impressões que constroem o ‘discurso fundador’, que identifica o Brasil com a floresta.

Na passagem de vídeo, o jornalista aparece explicando de onde vem a capacidade de adaptação dessa gente:

Um pouco da herança nordestina, um pouco do que se aprende com os índios. E aí foi nascendo não só um modo de vida, mas um tipo específico de conhecimento fundamental pra quem mora no Beiradão do Xingu. Uma enorme capacidade de adaptação às imposições da selva. Só não dá pra se adaptar à indiferença da cidade, do Estado, do país (repórter Marcelo Canellas, série *Terra do Meio*).

O cenário desse texto é cinematográfico, no sentido de parecer um cenário construído, produzido para a filmagem (figura 31): casa de barro e palha solitária, chão de terra e mata atrás do repórter. Pan (movimento de câmera) para a esquerda enquadra menina que vem com bacia na cabeça. Câmera acompanha a menina até o repórter aparecer parado atrás dela. A menina passa. Câmera fixa em Marcelo em plano médio. Ao fundo dele, uma canoa vem chegando com uma mulher. Ao fundo, rio, floresta e céu. Câmera abre mais e mostra pequena cobertura de palha onde a mulher lava roupa no rio. Na última frase ele acocora e quando termina o texto olha para a mulher que lava roupa. Cinegrafista fecha na casinha.

Figura 31 – Passagem de vídeo do repórter (sequência)



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

A Amazônia recriada pelos jornalistas não é muito diferente da Amazônia inventada pelos europeus, que vinham em busca das ‘Amazonas’ e do cenário exótico. Ambas as criações expõem um embaralhamento permanente entre ficção e realidade (GONDIM, 2007).

As versões, tornadas memórias, são a do indígena subjugado e inferior na escala evolutiva postulada pelos europeus. Eles apareciam como personagens domados, domesticados, apagados, primitivos.

Mais adiante a dificuldade do jornalista de apreender o mundo do ‘outro’ ao comparar com o seu. É quando o repórter encontra o pescador Chico Feitosa, que nunca viu televisão (figura 32).

Figura 32 – Chico Feitosa



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

Aqui, vale a transcrição da conversa:

Canellas: “Chico Feitosa se orgulha de ser um beiradeiro, que é quem nasce no Beiradão. Nunca saiu daqui. Só de uns tempos pra cá é que ouviu falar nessa tal de...televisão.”

Canellas em off: “você sabe quem é Regina Duarte?”.

Chico: “não”.

Canellas: “Antônio Fagundes?”

Chico: “não”.

Canellas: “Lima Duarte?”

Chico: “não”

Canellas: “não conhece? Fernanda Montenegro, esse povo?”

Chico: “não”.

Canellas: “só artista sem rosto é que chega no Beiradão (seu Chico e uma criança sentados dentro de casa, diante de um rádio de pilha, que aparece em cima da mesa)”

Canellas: “O senhor conhece o Roberto Carlos? Cantor aquele?”

Chico: “conheço. Ele canta aí, nesse rádio aí”

Canellas: “e craques desenhados pela voz do locutor. E o Ronaldinho Gaúcho?”

Chico: “sabendo pelo rádio aí”.

Canellas: “o senhor sabe se ele é branco, se ele é preto, se ele é...”

Chico: “não”.

Canellas: “não?”

Chico: “não. Ainda não vi fotografia dele não”.

Canellas : “aos 75 anos nunca estudou, nunca votou, nunca procurou, nem nunca foi procurado pra tirar documento algum... Então, o Senhor não tem nem identidade, nem CPF, nem nada com o senhor aqui”.

Chico: “nada, nada, nada”.

Canellas: “os filhos do senhor tem?”

Chico: “tem não, nenhum”.

Canellas: “e nem os netos. Três gerações de uma família que não existe para o Estado Brasileiro. Você nunca foi na escola? (pergunta para um dos netos)”.

Neto: “não”.

Canellas enfatiza a diferença, o que poderia ser positivo: “Chico Feitosa se orgulha de ser um beiradeiro”. Mas que conhecimentos acumulados sobre a floresta guarda esse homem? O que ele sabe sobre a mata, o rio, as árvores, os peixes? Isso tudo foi silenciado. “Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2007, p. 27).

O saber da cidade tem mais poder na moeda da visibilidade, porque é da ordem do mesmo, do normal. Chico Feitosa ‘nunca saiu daqui’ é o excepcional, o anormal. As celebridades eleitas pela Rede Globo são os atores contratados para dar vida aos roteiros das telenovelas, que diariamente aparecem para todo o Brasil na programação da emissora. Esses artistas ‘com rosto’ são supostamente compartilhados nacionalmente. E as observações auto-referentes do repórter trazem no silêncio a afirmação de que a Amazônia é ‘outro Brasil’.

E como será que Chico se sente ao ser interpelado desta forma pelo repórter, ao ser comparado com um mundo desconhecido para ele? A resposta é encontrada nas próprias palavras de Chico. “Só no trabalhozão grosseiro.. endurece... E fica assim, abestado assim que nem eu fiquei sem saber nada (risos), né?” Chico faz um desabafo. Sente-se diminuído, ‘abestado’ diante de tantas indagações e comparações. Enquanto dá esse último depoimento Chico é mostrado cortando o tronco da seringueira pra extrair o látex. Sobre esse saber acumulado a partir das riquezas da floresta, sobre o uso e aproveitamento de seus produtos, sobre o conhecimento das espécies vegetais e animais nada é mencionado. Chico conclui que é um trabalho ‘grosseiro’. O repórter enxerga apenas a falta, o problema: que ele não existe para o Estado brasileiro.

Marcelo Canellas não tem a intenção de ferir Chico ou diminuí-lo. Faz isso com tanta naturalidade para todo o Brasil! Os discursos ideológicos não funcionam por conta própria. “Na verdade, somos falados ou falamos por nós” (HALL, 2003a, p. 189). E os significados não estão apenas no que dizemos, mas também no que não dizemos. Colonialidade do poder e do saber: “a ignorância colonialista consiste na recusa do conhecimento do outro como igual e na sua conversão em objeto” (SANTOS, 2004).

Tal qual observou o colonizador no encontro com a ‘nova’ terra, “o novo é filtrado pelo antigo, assegurando a este sua supremacia. A prática de comparar as novidades vistas pela primeira vez com algo pretensamente conhecido, sendo domesticado, fortalecerá e

documentará a estabilidade do antigo” (GONDIM, 2007, p. 50).

Ao comparar sociedades vivenciando experiências completamente diferentes, tem-se uma demonstração da idéia de progresso, um conceito que se firma no século XIX. Os povos americanos eram vistos, e ainda o são, como ‘primitivos’, já que “transformam-se em objetos privilegiados para a nova percepção que reduzia a humanidade a uma espécie, uma única evolução e uma possível ‘perfectibilidade’” (SCHWARCZ, 1993, p. 44).

E assim começa a se delinear a idéia de que o telejornalismo nacional vê a Amazônia tal qual os indígenas foram vistos pelos colonizadores. A persistência do olhar eurocêntrico persiste como colonialismo interno, que toma a região como primitiva perante o outro Brasil, mais civilizado e mais próximo da cultura ocidental. É um discurso descritivo, que classifica, nomeia e hierarquiza, no presente, comparações entre sociedades do futuro que tendem a progredir e sociedades do passado que tendem a ser imobilizadas.

Em outro trecho, o jornalista ironiza com relação ao nome de uma ilha:

Repórter Marcelo Canellas na canoa com Antônio: “como é que chama a ilha?”

Antônio: “a ilha do Bravo sonho”

Canellas: “a ilha...”

Antônio: “Bravo Sonho” (Marcelo em primeiro plano – figura 33 - vira-se para perguntar a Antônio, que está remando na ponta da canoa).

Canellas: “Bravo Sonho?”

Antônio: “Bravo Sonho, sim senhor. Bravo Sonho.”

Repórter vira-se para a câmera irônico: “Bravo Sonho?”

Antônio: “esse nome é da fundação”.

Figura 33 – O repórter na Ilha do Bravo Sonho



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

O repórter não se interessa em saber o porquê do nome. Apenas ironiza, deixa claro o estranhamento e silencia. Por que Sonho Bravo? Afinal com o que sonha essa gente? Terezinha, mulher de Antônio (figura 34), é citada em seguida: “sem vizinho algum,

Terezinha achou de escutar a floresta”.

Figura 34 – Terezinha, mulher de Antônio



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

Terezinha: “eu ia espiar num via nada. Eu escutava conversa pra acolá, num via nada. Mas chega eu ficava com medo”.

Canellas: “é mesmo é?”

Terezinha: “era”.

Canellas: “tinha umas vozes estranhas aqui. Vozes estranhas?”

Terezinha: “tem. Eu escuto”.

Canellas: “é? E por que será? De onde vem isso?”

Terezinha: “num sei”.

Canellas: “Terezinha acha que é dos nervos. Antônio acha que é solidão. Mas nenhum dos dois reclama da rotina na floresta”.

O recorte dessa conversa reforça a existência de uma população reduzida em relação ao território e os hábitos ‘primitivos’ dos nativos. Aqui, mais uma vez, encontramos semelhança entre o texto jornalístico e os Contos Amazônicos de Inglês de Sousa (2004, p. 6) ao observar o morador da floresta: “é naturalmente melancólica a gente da beira do rio... isolada e distante da agitação social, concentra-se a alma num apático recolhimento”.

O repórter dá destaque à solidão do casal, estranha o nome da ilha e as vozes que Terezinha ouve no meio da mata. E no final conclui: “mas nenhum dos dois reclama da rotina da floresta”. É o que causa mais estranheza. É como se dissesse que eles deveriam reclamar, mas não reclamam. E por que não reclamam? Que rotina é essa? O que fazem no dia a dia que os faz gostar tanto desse lugar? Todas essas indagações são da ordem do esquecimento. Não interessa a quem passa pela Amazônia apenas para recolher curiosidades e não com a disposição de compreender o que se passa de fato com a cultura local.

No segundo VT da série, sobre ‘os grileiros’, os apresentadores anunciam a matéria assim: “a Amazônia está à venda. Os anúncios se multiplicam na Internet... e o mais grave: a

ocupação ilegal avança à bala. Na segunda reportagem da série (...) os repórteres (...) mostram como a grilagem está devastando vidas e natureza na Terra do Meio”.

Na reportagem, Canellas mostra a ausência do poder público na região com a comercialização livre de terras pela internet e o uso de terras para a criação de gado em áreas de preservação ambiental. “Fazendas imensas continuam criando gado e desmatando”. Relata como o grileiro vai avançando ocupando terras e explorando as populações tradicionais. Descobre pista de pouso clandestina e denuncia as condições de trabalho desumanas: “é hábito na região descontar dos peões até o material de trabalho. Mas a ferramenta de trabalho e a botina é o patrão que tem que dar”.

O repórter encontra as mesmas relações desumanas observadas por Euclides da Cunha (1909, p. 9) quando do período da borracha no início do século XX: “o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se” ou por Cardoso; Muller (1978): as relações sociais são subalternizadas. Os migrantes são números, fluxos, deslocamentos.

Tal qual anunciou o apresentador ao chamar a matéria, Canellas sai em busca de comprovações de que a Amazônia está à venda à custa de violência e da agressão à natureza e à população local. Os depoimentos e as imagens que coleta vão comprovando a ilegalidade.

Encontra áreas com ‘o dobro do tamanho do Distrito Federal’ sem produção alguma. E conclui embasado nas informações que levantou ao longo da viagem: “até hoje ninguém fez um levantamento fundiário completo com a checagem das escrituras. A confusão entre o que é do governo e o que não é alimenta a indústria da grilagem e a histórica tensão no Sul do Pará”.

A Amazônia ameaçada é a mesma Amazônia “área potencial, necessária ao desenvolvimento do Brasil” (REIS, 1956, p. 32), vista nos discursos da década de 50. Com a necessidade da integração nacional, sentimento fomentado pelos militares a partir da década de 60, os textos atuais trazem vestígios dessa necessidade de atenção redobrada com o território, a soberania, o homem e a natureza.

No VT sobre os exilados, os apresentadores anunciam as ameaças aos ribeirinhos, que pressionados por grileiros abandonam suas terras. “São pescadores que não têm mais o rio como fonte de renda, seringueiros, lavradores sem roça pra trabalhar”. São os “brasileiros que vivem no exílio dentro do Brasil, um Brasil invisível”. Mais uma vez o sentido da ‘descoberta’(OLIVEIRA FILHO, 1979). O jornalista descobre os exilados, os nomeia, classifica e os coloca nesse Brasil, que não é o compartilhado nacionalmente, mas um ‘outro’, regido pelas regras da invisibilidade.

Sobre os ribeirinhos que foram expulsos de suas casas pelos grileiros, o repórter afirma: “na nova morada um cemitério de árvores, um passado sepultado e um futuro que ninguém gosta de intuir”. E a resposta de um pescador: “a gente já sente demais a falta de ar, o calor horrível, os rios secaram demais. O que era o nosso rio, hoje.. hoje é até triste”. O repórter seleciona os personagens pelo drama da vitimização, como seres amorfos sem passado nem futuro. Opta pelos *close*s (figura 35) para demonstrar a dor dos moradores pela perda das terras.

Figura 35 - Sequência de *close*s dos ‘exilados’



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 05/12/2007)

O jornalismo abandona a historicidade dos fatos. Mais uma vez é a ‘Amazônia, terra sem história’ (SOUZA, 2001). O repórter recorta os fatos, o conflito, a crise pela posse da terra, mas não contextualiza. Não relaciona o que está acontecendo como consequência da ocupação desordenada. Enquanto o discurso do meio acadêmico já responsabilizava, na década de 70, a política do governo militar pela “exploração brutal do trabalho na Amazônia” com personagens “semi-servis, semi-humanos, semiproletários” (CARDOSO; MULLER, 1978, p. 8-9), o jornalismo silencia.

Na quarta reportagem, sobre ‘as estradas’, percebe-se a intenção de produzir o sentido da denotação das imagens (BARTHES, 1990). “A floresta está sendo derrubada, as acusações são muitas e as imagens não deixam dúvidas”, afirma o apresentador na abertura do VT. A composição das imagens expõe o contraste entre floresta e devastação, ocupação e ameaça. O repórter vai mostrando “caminhões abarrotados de madeira... mais fogo, mais gado chegando... projetos falidos, funerárias prósperas e uma tensão permanente.”

As longas distâncias percorridas e a imensidão da floresta ganham destaque: “de Altamira a Marabá são 550 km de poeira e solavancos pela Transamazônica”. E adiante: “depois são mais 580 passando por Xinguara e Tucumã até chegar a São Félix do Xingu”. Nesses textos sempre são utilizados recursos gráficos para explicitar a localização a que se refere o repórter (figura 36).

Figura 36 – Arte para mostrar as distâncias

Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 06/12/2007)

E a procura por lugares invisíveis continua: “daqui em diante, pra viajar, só saindo do mapa” (carro coberto de poeira, mapa de satélite). Em seguida o repórter aparece enquadrado de corpo inteiro e diz o seguinte:

São Félix do Xingu é o quilômetro zero de uma estrada que não existe. O que você vê aí atrás não consta nos mapas rodoviários nem está catalogado no Ministério dos Transportes. Não existe para os órgãos oficiais, claro, porque a estrada dos fazendeiros, como é conhecida por aqui, é apenas o começo de uma malha de rodovias clandestinas que avança sobre a Terra do Meio retalhando duas Unidades de Conservação Ambiental (repórter Marcelo Canellas, série *Terra do Meio*).

O repórter vai mostrando “madeireiras e fazendeiros fatiando mineradoras e engolindo a floresta” e constata que a “mata da região foi praticamente raspada pelas estradas”. E a consequência mais grave: “feito bomba atômica, cada queimada é uma tragédia”. Ao final do trajeto percorrido, Marcelo contabiliza: foram “320 quilômetros de intensa devastação” (figura. 37).

Figura 37 – ‘Intensa devastação’

Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 06/12/2007)

Ao percorrer uma Unidade de Conservação Ambiental e mostrar a ‘floresta fatiada’ ou o ‘efeito bomba atômica’, o repórter seleciona as imagens que comprovam uma ‘tensão permanente’ na floresta ameaçada. Retoma a mística da terra sem lei, da cobiça, ressignificada pelos militares na década de 60 e que justificou tantos processos autoritários de ocupação e a abertura da região a empresas multinacionais e à exploração das riquezas naturais.

Por outro lado, o repórter não invisibiliza a população local. Mostra as consequências do avanço do capital. O “padre da floresta” (figura 38), padre Ângelo Pança, integrante da Corte Internacional do Meio Ambiente da ONU, aparece em visita pastoral aos moradores da região: “padre Ângelo diz que alguns caboclos foram atingidos por um agrotóxico que está sendo jogado na floresta para matá-la”. Mas os ‘caboclos’ não falam. São falados pela autoridade religiosa.

Figura 38 – ‘O padre da floresta’



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 06/12/2007)

E como autoridade, o jornalista pode anunciar em tom apocalíptico: “para o padre da floresta ou replantamos o que foi desmatado ou veremos um inferno de um deserto de capim”. E o padre é convocado a encerrar a matéria: “você estão derrubando o céu. Porque as árvores são os braços que sustentam o céu” (fim do VT- o padre vai falando em off enquanto são mostradas imagens de área desmatada. Morro. Final de tarde. árvores, troncos, restos de mata em contra-luz com céu avermelhado - figura 39).

Figura 39 – ‘Árvores que sustentam o céu’



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 06/12/2007)

O discurso jornalístico atual também está muito próximo da imagem de desequilíbrio entre o social e o ambiental, que parece ser a palavra-chave para identificar atualmente os conflitos da região. Como afirma João Meireles (2006, p. 19) em clássico livro sobre a Amazônia: “a fronteira pioneira não pára de crescer, o desmatamento não arrefece, as queimadas são colossais, os conflitos de terra e com os povos tradicionais não terminam. O desequilíbrio social/ambiental está instalado”.

No estúdio, após o VT acima (figura 40), a comentarista Miriam Leitão dispara: “Renato, que tragédia! O que essa série de reportagens, extraordinária série de reportagens do Canellas e do Quilião, mostra é que a maior ameaça à Amazônia é a ilegalidade, a falta de respeito à lei. A destruição se dá de forma irracional... assim dessa forma absurda, irracional, o Brasil está perdendo seu maior patrimônio”.

Figura 40 – Comentarista Miriam Leitão



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 06/12/2007)

A denúncia da exploração desenfreada vem sempre associada ao discurso apocalíptico. “A última grande área natural do planeta está sendo devorada” (MEIRELES FILHO, 2006, p. 19). A previsão acirra o debate. A cada vez que esse discurso é reiterado, oferecido ao país e

ao mundo soa a sirene do alerta geral. É o discurso que expõe a fragilidade e o desequilíbrio local diante das necessidades do mundo. Assim o caminho fica livre para o discurso do cuidado e da atenção exigidos para guardar o patrimônio mundial, ‘tesouro da biodiversidade’(LEITE, 2001).

O ‘homem amazônico’, representado no discurso de Miriam, é a vítima apática expulsa de sua terra ou vítima do trabalho escravo. Os movimentos sociais e as lutas em defesa das populações tradicionais amazônicas são completamente silenciadas. Não se diz, por exemplo, que os movimentos sociais locais, agora organizados, se intitulam os legítimos proprietários de terras historicamente conquistadas. Saber local e capital natural passam a ser palavras-chave, que envolvem boa parte dos grupos em disputa. A floresta, como recurso cultural em permanente negociação, toma a arena tanto de grupos locais organizados como de movimentos nacionais e internacionais. No discurso das populações tradicionais fica clara outra relação com a floresta. É uma necessidade urgente de ação e tomada de posição para fazer frente ao abandono político e econômico da região. Mas isso não cabe no jornal.

Na última matéria da série o foco é a impunidade e o conflito de terra que fazem muitas vítimas pelo país. E as vítimas assassinadas que “enfrentaram as ameaças de madeireiros e grileiros no Pará”. Aqui são os “brasileiros que tem que ficar invisíveis pra não perder a vida”. A matéria começa com música em tom fúnebre e as imagens de um cemitério, uma mulher andando entre as sepulturas; câmera de baixo pra cima mostrando cruz em primeiro plano; homem abaixado mexendo no mato para mostrar cruz escondida fincada no chão (figura 41). Canellas começa a narrar: “trinta sepulturas engolidas pelo mato. Corpos enterrados sem caixão, sem atestado de óbito, sem choro, sem velório”.

Figura 41- Enterrados sem caixão



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 07/12/2007).

E prossegue: “na Terra do Meio, onde a palavra assassinato veste o disfarce do medo ou é só desinteresse pela vida ou é puro interesse de matar”. O texto reduz a vida na Terra do

Meio. Ao transpor para a narrativa os casos de violência, apaga os bravos sonhadores que encontrou pelo caminho e que se orgulham do lugar onde vivem. Coincidência ou não, esta é a última reportagem, a que será mais facilmente lembrada pela audiência.

Canellas vai contando os assassinatos mais conhecidos: Dema, Brasília e a freira Doroth Stang. Todos vítimas dos conflitos de terras com madeireiros e grileiros. Ouve parentes, amigos e expõe a dor, a saudade e a revolta deles. A impunidade dos assassinos e o abandono das vítimas recebem destaque, que expõe a fragilidade do ser humano diante da cobiça pela terra. E a matéria termina com o depoimento da mulher de Dema, assassinado em 2001 na frente dela e dos filhos: “a gente tem que ter um pouquinho de fé e esperança, né? de que a justiça vem pros pobres também. Que hoje muitas vezes o que fala mais alto é o dinheiro, quem tem dinheiro. E os pobres fica mais embaixo. Eu acredito que um dia isso pode mudar (pausa- respiração profunda)”.

Após a fala da viúva sobe o som de uma mulher entoando um canto em homenagem à freira Doroth Stang, morta nessa região em 2005. “Povo de Deus em romaria para a floresta. Pé na estrada, pé no chão e muita paz e muito amor conduzir no coração em romaria para a floresta eu vou com deus no coração”. Durante esse canto a edição trouxe uma mistura de várias imagens de toda a série. Mostramos algumas aqui (fig. 42).

Figura 42 – Imagens finais da série Brasil Invisível



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 07/12/2007)

Analisando as imagens atentamente percebe-se a exposição dos sujeitos como vítimas da ilegalidade e a mensagem final, que clama por paz para toda a Amazônia. Se observarmos toda a série como uma grande narrativa, como sugere Motta (2004) em torno do ciclo equilíbrio-desequilíbrio-equilíbrio, podemos tirar algumas conclusões.

A narrativa começa com os ‘beiradeiros’, que vivem entre a solidão e os assombros da floresta exuberante. Em seguida a ganância dos ‘grileiros’ por terra e as transações ilegais. Em consequência surgem os ‘exilados’, expulsos de suas casas por causa do avanço pela

posse ilegal da terra. Marcelo percorre em seguida as estradas clandestinas e os caminhos por onde escoa a floresta derrubada. Termina a série com os ‘marcados para morrer’, as vítimas que se foram e as vítimas que estão por vir. E se despede da audiência com um pedido de paz.

A simbolização da paz nos remete ao convite do autor à audiência para a necessidade de paz para trazer de volta a harmonia da floresta, mostrada lá no início no VT de chamada da série: “escutemos. Porque ninguém a que a quer nem estéril nem calada”. É a ‘Amazônia terra sem história’ (SOUZA, 2001), que está na ordem do dia do discurso nacional. É preciso salvar os ‘pobres nativos’ ou ‘os pobres tapuios’. Defendê-los porque são frágeis, inertes e não tem condições de se postar frente ao avanço da bomba atômica que é a posse da terra - uma tragédia para Miriam Leitão. Tal produção de sentido é semelhante ao discurso da Igreja Católica⁶³, observado na introdução: “o povo nativo da região, que sobrevive com muita garra, mas precisa do apoio fraterno de toda a sociedade brasileira”. Não por acaso a série termina com um canto puro de pedido de socorro a Deus.

O fio condutor que tece a narrativa gira em torno da dicotomia entre pequenez do homem e grandeza da floresta; entre pequenez do homem e avanço do capital e da violência. É a dicotomia entre capital natural e saber local o centro da disputa discursiva, citada por Berta Becker (1998, 2001, na ressignificação da Amazônia atual. No jornalismo essa encenação ainda é bastante desigual.

3.3. OS ÍNDIOS NA TERRA DA RAPOSA

Partiremos agora para a análise de matérias factuais, aquelas que estão nas pautas comuns do dia a dia do jornalismo. São aqueles temas “que aconteceram depois da última edição do jornal e que tem necessidade urgente de publicação” (BONNER, 2009). O caso escolhido⁶⁴, o da Raposa Serra do Sol, tem como cenário o Estado de Roraima, no Norte do Brasil. Em seguida, analisaremos uma série especial sobre o mesmo caso. Será uma oportunidade interessante para comparar dois modos de fazer no jornalismo sobre a mesma temática. Para a análise dos VTs factuais selecionamos seis registros exibidos nos diversos telejornais nacionais da Rede Globo. A série especial é composta por três reportagens.

O caso Raposa Serra do Sol esteve na mídia, principalmente, no período de maio de

⁶³ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Campanhas. Fraternidade. Disponível em www.cnbb.org.br. Acesso em: 29 abr. 2007.

⁶⁴ As justificativas metodológicas foram explanadas na introdução.

2008 a abril de 2009. As narrativas⁶⁵ reportavam-se ao conflito entre índios e arroteiros na reserva indígena conhecida como Raposa Serra do Sol. Os acontecimentos ganharam o espaço noticioso diariamente, principalmente no mês de maio, quando começaram os atos de violência. Até então a área e seus problemas não faziam parte do debate nacional e eram desconhecidos da maioria dos brasileiros. O que tornou o tema tão importante é que ele propiciou a discussão sobre fronteira, terra e segurança na Amazônia.

Assim, no dia 06 de maio de 2008 o Jornal Nacional abria a sua edição com a troca de tiros entre índios e arroteiros. As imagens do confronto entre os Macuxi e os seguranças e o som dos tiros e da bomba caseira colaboraram para amplificar o nível de tensão da história (figura 43). O assunto ganhou destaque na escalada⁶⁶ daquela edição: “tensão em Roraima. Preso o dono da fazenda de onde índios foram expulsos à bala”. Em seguida as imagens e o áudio: homens encapuzados. Som de tiro. Fumaça. Gente amontoada.

Figura 43 – Homens encapuzados na escalada



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 06/05/2008)

O ‘gancho’ da matéria foi a prisão do dono da fazenda de arroz ‘onde seguranças atacaram a tiros um grupo de índios que tinha invadido a propriedade’. As imagens de um cinegrafista amador mostram os homens chegando e atirando contra os índios que montavam um acampamento na propriedade. As cenas foram repetidas em todos os telejornais da Globo àquele dia. Uma bomba de fabricação caseira explode (figura 44). O texto menciona que o índio que filmou fugiu quando foi avistado pelos seguranças (câmera subjetiva - imagens tremidas de alguém que corre).

⁶⁵ Não tivemos a preocupação de gravar todas as matérias exibidas no período. Mas cremos que o material que conseguimos gravar dá uma boa idéia da narrativa construída sobre a Raposa Serra do Sol no período.

⁶⁶ Abertura do telejornal onde os apresentadores anunciam os principais assuntos de cada edição.

Figura 44- A explosão da bomba

Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 06/05/2008)

Com certeza, o que permitiu a ênfase na cobertura do caso foi o fato de as cenas de violência contra os índios terem sido gravadas. Televisão é imagem. Com tiros e bombas explodindo em rede nacional o destaque era inevitável. Ainda mais se o conflito envolvia índios, sempre vistos como pacíficos, e se o local do acontecimento era a Amazônia, que estava ‘pegando fogo’.

As imagens são semelhantes às de filmes policiais de ação: índios reunidos, policiais fazendo revista, tiros, bomba, homens encapuzados, fumaça, correria, índios feridos, helicópteros sobrevoando a área. O texto utiliza as palavras *tensão*, *ataque*, *confronto*, *ameaça*, *disputa*, *gravidade da situação* para dimensionar a importância da narrativa e o seu lugar de destaque no telejornal. A expressão ‘demarcação contínua da Reserva’ é acionada para dizer que a terra está sendo questionada pelo Supremo Tribunal Federal, que vai julgar a ação.

Essa descontinuidade inicial revela o conflito principal: a demarcação contínua da Reserva, determinada pelo Governo Federal em 2005, estava sendo questionada pelo Governador de Roraima. Desde então a disputa por terra entre fazendeiros, grileiros, arroteiros e índios vinha se acirrando, culminando com a invasão registrada no dia 06 de maio.

As fontes ouvidas ao longo da cobertura, que durou um ano, são quase sempre as mesmas. O arroteiro acusado de mandar atirar contra os índios, que é o prefeito de Pacaraima, local do confronto; o Supremo Tribunal Federal; o Ministro da Justiça (“Nossa missão é pacificar a região...”); o Governador de Roraima (“ação terrorista dos índios”).

E os índios? São convocados para se defender das acusações dos militares, do governador de Roraima, dos arroteiros e de comerciantes. Aparecem em entrevistas rápidas, nunca como protagonistas, e na maioria das vezes sem crédito: “nós não somos um perigo à

soberania nacional”. São representados como autores da ação de invasão: “ontem, cerca de 70 índios invadiram a propriedade”. E ameaçam com mais invasão: “tá chegando, né? Os indígena. Vai chegar mais ou menos uns quatro mil”, são as palavras de um índio Macuxi que aparece sem crédito (figura 45).

Figura 45 – Líder Macuxi (sem crédito)



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 06/05/2008)

Nas aberturas seguintes, dos outros dias, os textos se assemelham: “tensão na Amazônia... a ameaça persiste. Um risco para as instituições”. O prefeito de Pacaraima foi preso (as imagens são de pessoas em confronto com a polícia. Tiros, fumaça, correria. O prefeito sendo algemado por policiais.). O caso Dorothy Stang, que também aparecia nos telejornais naquele momento, era mostrado sempre antes do VT sobre a Raposa Serra do Sol. O texto vinha assim: “e outra disputa de terras preocupa”.

Note-se que a maioria das reportagens coletadas foi produzida a partir de Brasília com repórteres, apresentadores, comentaristas e entrevistados convocados da capital do Brasil. O assunto ‘tensão’ na Amazônia estimulava jornalistas e governo à ação. O Brasil inteiro opinava sobre a demarcação contínua de reservas na Amazônia. E os jornalistas ofertavam as diversas opiniões.

Estava em questão a soberania nacional. A discussão sobre fronteira acirra o debate. E aqui retomamos algumas reiteraões históricas. A Amazônia vem sendo vista como “a mais recente fronteira do Brasil” (VELHO, 1979) - fronteira “não como retaguarda, mas sim como vanguarda do povoamento e da economia nacionais” (BECKER, 2001, p. 734). Para Bertha Becker, fronteira é um espaço ainda não plenamente estruturado capaz de gerar realidades novas, podendo ocorrer mesmo em áreas já povoadas. A fronteira amazônica continua sendo para o Brasil um espaço em ebulição, desconhecido, que precisa ser dominado.

Em um dos dias da cobertura, no Bom Dia Brasil, a apresentadora afirma: “a situação na região é explosiva”. E ao se dirigir à comentarista Míriam Leitão, pergunta o que há em comum entre os casos Dorothy Stang e Raposa Serra do Sol. Míriam responde: “nos dois

casos é o mesmo drama brasileiro - a ocupação ilegal da terra. Esse é o *grande* (ênfase na locução) problema de toda a Amazônia. Ninguém sabe quem é de fato o dono da terra” – continua - “o Estado *nunca* foi capaz até hoje de impor a lei nesta vasta região que abriga a mais preciosa floresta tropical do planeta”.

Percebe-se que ao utilizar a expressão ‘nunca’, a comentarista remete ao passado da região e faz crer que desde o Brasil colônia, quando do Estado Português, nunca foi possível de fato se apropriar da região, impor a lei, exercer o domínio, por isso as consequências que são esse ‘drama brasileiro’. O discurso jornalístico se apropria claramente, aqui, das narrativas históricas criadas sobre a nação brasileira. “A historiografia brasileira caracterizou-se por longo tempo e ainda hoje o faz em larga escala pelo silêncio sobre os primeiros ocupantes das terras brasileiras” (SILVA, 1990, p.64).

Os índios são apagados para legitimar a apropriação das terras pelo Estado Português e ao mesmo tempo esse Estado é criticado por não ter ‘legalizado’ a situação de forma mais eficaz em nome dos laços de coesão social e ao mesmo tempo de naturalização e autoridade. São ‘tradições inventadas’ que o discurso jornalístico reverbera (HOBSBAWN, 1997).

A Amazônia é classificada como uma terra de ilegalidade e bandidagem. A região Norte jamais é referenciada nesses textos. É a Amazônia que toma o lugar da região como se fosse um outro país. É a região da reserva inesgotável de matéria-prima que está ameaçada. O centro da discussão é a ocupação ilegal da terra e a incapacidade do Estado. E não é uma terra qualquer. É “a mais preciosa floresta tropical do planeta”. Novamente, como na série *Terra do Meio*, a oposição entre mazela e riqueza. Conceitos binários que flutuam na memória e que se solidificam no discurso. A Amazônia passa a existir como fronteira econômica importante e assim se constitui para a memória nacional oficial (VELHO, 1979). O discurso é o da vastidão da região que todos objetivam decifrar, compreender, ocupar e dominar (REIS, 1956).

No final da narrativa, a decisão do Supremo Tribunal Federal tão esperada: o STF decide que a Raposa Serra do Sol será demarcada em terras contínuas. Os arroteiros tinham de sair imediatamente, mas pediram mais tempo pra terminar a colheita. O relator do processo promete analisar o caso. Os índios não são ouvidos nesta reportagem produzida em Brasília, apesar de estarem lá. O VT termina com o seguinte off: “índios comemoraram e deixaram o Tribunal sabendo que as regras aprovadas hoje passam a valer para todas as demarcações de terras indígenas do país” (imagem de índios e não índios dançando e caminhando na saída do STF).

No mesmo dia, a repórter Cristina Serra, do Jornal Nacional, vai à RSS. Ela mostra que os índios comemoram a decisão do STF com ritual. O clima era tranquilo apesar do

policciamento. A repórter é convidada a conhecer a comunidade que fica dentro da Reserva. Mostra criação de gado, plantações e a fazenda de Quartieiro em plena colheita: “outra realidade muito diferente, a das fazendas de arroz, onde tudo é em grande escala e mecanizado”. Em seguida a reportagem destaca um grupo de índios e brancos “que passou o dia ligado no julgamento em Brasília. A saída dos arroteiros preocupa os que têm parentes trabalhando nas fazendas (grupo reunido diante da TV)”. Dois índios são ouvidos, mas aparecem sem nome, sem crédito. A repórter faz entrevistas com o arroteiro Renato Quartieiro e uma trabalhadora rural: “muita gente, muitos pais de família mesmo vão ficar desempregado, sem... uma vida assim difícil mesmo”.

A cobertura fragmentada mostra preocupações soltas, falas rápidas e a impressão de que o trabalho de captura das informações e imagens foi feito com pressa. A repórter passou por ali, ouviu rapidamente algumas pessoas, viu alguns lugares e achou que era o suficiente para mostrar ao Brasil o clima na Reserva naquele momento.

O que se observa nesta cobertura factual é que a produção discursiva ficou centrada em Brasília, nas decisões do STF, do Ministro da Justiça, da Polícia, nas fontes legitimadas. O jornalismo mostrava a insegurança, a ‘vulnerabilidade’ e em seguida as ações do governo para ‘pacificar’ a região. As fontes de informação se repetiam para enfatizar a vulnerabilidade da fronteira amazônica. Quando a repórter Cristina Serra sai do Rio de Janeiro e se desloca para Roraima também não dá conta de mostrar a diversidade do lugar. Recorta histórias, interpreta, convoca personagens e monta cenas que façam sentido para mostrar como tudo ficou após o desfecho.

Vamos observar agora a série especial de reportagens sobre a Raposa Serra do Sol. Com mais tempo para produzir, entrevistar, vivenciar o lugar, os repórteres fazem outro tipo de narrativa. Fazem? Uma semana depois da prisão de Paulo Cesar Quartieiro, o dono da fazenda invadida pelos índios, o Jornal da Globo exibiu uma série especial sobre o caso. Foram três reportagens longas com os repórteres Carlos de Lanoy e Mário Reis. O material gravado na própria Reserva Raposa Serra do Sol mostra outras dimensões do conflito e tenta fazer um mergulho no perfil dos grupos envolvidos no caso. A série foi exibida no período de 13 a 15 de maio de 2008.

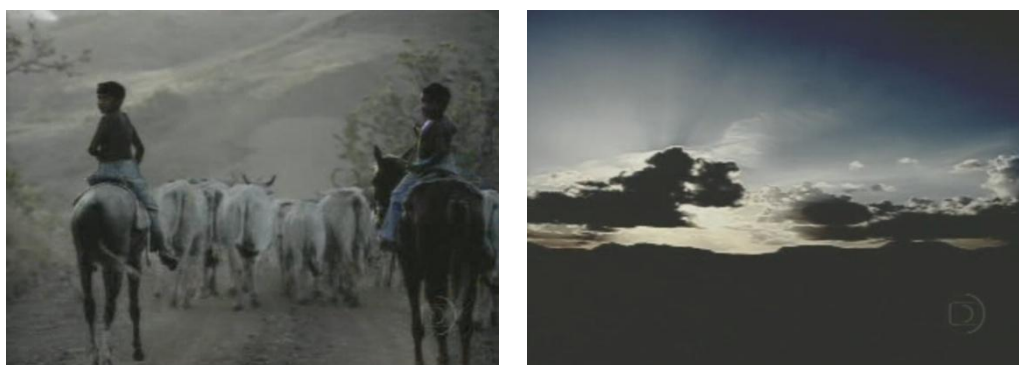
Na primeira reportagem da série, o apresentador convoca a audiência a compartilhar a decisão do Governo Federal de demarcar a Reserva em terras contínuas: “um decreto do Governo Lula de 2005 garantiu a cada um dos 19 mil índios que vive em Roraima, no extremo Norte do país, cerca de 80 quarteirões do território sem interrupção”.

O jornalista chama a atenção para a imensidão de terras que cada índio passou a ter. A

preocupação em quantificar e mostrar o número de índios e o que cabe a cada um demonstra o estranhamento da produção com relação à decisão do Governo. O estranhamento continua com a localização do Estado de Roraima “no extremo Norte do país”, que supõe que o telespectador desconhece a localização do Estado.

No primeiro VT o texto começa assim: “Genilton e Genivaldo aproveitam despreocupados a cavalgada e sonham com a terra da Raposa Serra do Sol” (imagem de duas crianças Macuxi tocando o gado, em seguida a câmera sai deles e mostra colinas em silhueta. Ao fundo céu de final de tarde – figura 46). Um dos meninos diz: “eu queria ser vaqueiro.” E o outro: “queria ser Tuchau”. Ao abrir a série com os meninos e seus sonhos o repórter permite ver que os índios se sentem à vontade nas terras cobiçadas e planejam o futuro.

Figura 46 – Meninos Macuxi e a Reserva



Fonte: Rede Globo – Jornal da Globo (exibido em 13/05/2008)

O líder indígena, o Tuchaua, suplica ao repórter: “publique coisas verdadeiras, não coisas mentirosas, como se hoje ouve nos jornais. Disseram que o povo está brigando, esse povo indígena. Isso não é bem verdade”. O autor é pressionado pela fonte a contar a ‘verdade’. O texto traz o confronto entre autor e sujeito-personagem, não por acaso. O jornalista utiliza a fala do índio justamente para desmenti-lo ao dizer que “os dois lados defendem não só interesses contraditórios como filosofias opostas”.

A narrativa prossegue com o intuito de provar o que o líder indígena nega: a divergência e os conflitos entre os diversos grupos indígenas da Reserva. O repórter enfatiza que as duas principais associações dentro da Reserva têm pontos de vista diferentes. Um grupo defende a homologação do presidente Lula de 2005, a demarcação em terras contínuas. O outro grupo tem apoio do Governo do Estado e de produtores rurais. Querem manter comerciantes e fazendeiros dentro da Reserva.

Ao longo do texto, o autor segue reforçando o gigantismo da reserva e as condições de sua ocupação: “19 mil índios vivem em 17,4 mil quilômetros quadrados de terra no Nordeste

de Roraima. Uma área 11 vezes maior que o município de São Paulo”... “são cinco etnias... produtores de arroz utilizam menos de 1% do total da Reserva”. Essas informações são ilustradas com imagens de um mapa do Estado de Roraima, que vai sendo repartido enquanto o repórter narra a divisão da área entre os índios e os arroteiros (figura 47). Nas expressões utilizadas, a parcialidade do autor ao qualificar a terra indígena como ‘11 vezes maior’ e a dos arroteiros com ‘menos de 1%’. Mais e menos em uma comparação claramente tendenciosa.

Figura 47 – O mapa dimensiona a grandeza da terra



Fonte: Rede Globo – Jornal da Globo (exibido em 13/05/2008)

Por ser uma matéria especial, com um tempo generoso se comparado aos VTs factuais, aqui o repórter pôde se deter a narrar o histórico dos primeiros contatos entre brancos e índios:

A convivência entre índios e não índios leva mais do que uma vida dentro da Reserva. Segundo a Funai, os primeiros registros de contato com os brancos colonizadores remontam ao século XVII. Para aqueles índios, as montanhas e rios da região eram sagrados. Segundo a mitologia indígena daqui a humanidade nasceu da Serra do Sol. Agora o que se vê são índios fazendo queimada para criar, segundo estimativas, 35 mil cabeças de gado. Tudo herança dos brancos (repórter Carlos de Lanoy, série *Raposa Serra do Sol*).

Mesmo tentando ir além da superficialidade habitual, o jornalista não permite que os índios contem a sua história, as suas origens. A fonte é oficial e a informação é repassada pela Funai. O repórter julga e conclui: para ‘aqueles’ índios a terra era sagrada. Para estes não. E tudo isso se deve ao contato com o homem branco. Constrói uma imagem negativa do índio, não mais o romântico Peri, mas o índio invadido pela cobiça e pelo desejo da terra vasta e da exploração.

Coincidência ou não, as duas primeiras matérias da série começam com imagem de gado no pasto. Uma clara alusão da relação dos índios com essa atividade econômica. “Há mais de 200 anos colonizadores portugueses levaram gado e cavalos para Roraima. Os índios foram aos poucos substituindo a caça e a pesca pela pecuária”. A história é naturalizada para o

bem da coesão social (HOBSBAWN, 1997). Os conflitos entre indígenas e portugueses são historicamente apagados. Assim os índios parecem ter abandonado a caça e a pesca por livre escolha.

Apesar de expor a atividade econômica da aldeia, o repórter não mergulha no cotidiano, não vai além das aparências. Extrai fragmentos e os deixa soltos. Como quando narra o trabalho de crianças a partir da fala de um líder indígena, que diz que elas ajudam a capinar, brocar, plantar. Há um silêncio sobre a rotina de trabalho de homens e mulheres.

O repórter faz um longo histórico sobre a ocupação da área e as permissões do Governo para a entrada de não índios. Termina dizendo que “o resultado prático seria, anos mais tarde, a demarcação de uma área onde moram 19 mil índios, três vezes maior que o Distrito Federal” (pan para a direita mostra geral de área desocupada). A comparação é frequente ao longo do texto para dar ao telespectador a dimensão da área, relacionando com Estados de dimensões conhecidas para boa parte do Brasil, como a capital da República, neste caso.

Mais uma vez o autor reforça sua posição de estranhamento e desaprovação com relação à demarcação de terras contínuas. E isso fica mais claro ainda quando pergunta a um índio: “não é muita terra pra pouco índio?” E ele responde: “não, é pouca terra pra muito índio” (figura 48). O discurso é reducionista em relação ao nativo, visto como um ser que precisava ser polido, dado sua bruteza original (CUNHA, 1909). Os hábitos primitivos e a população reduzida em relação ao território, presente nos relatos dos naturalistas, reproduzem o discurso da civilização *versus* barbárie que vai se solidificando como discurso fundador (ORLANDI, 1993).

Figura 48 – “Não é muita terra pra pouco índio?”



Fonte: Rede Globo – Jornal da Globo (exibido em 14/05/2008)

Na terceira reportagem da série, o apresentador William Wack anuncia:

Terras férteis e fronteiras nacionais explicam boa parte do conflito entre índios e não índios pela demarcação de terras indígenas em Roraima. Uma briga ainda sem solução à espera de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (...) o caso da Raposa Serra do Sol comprova que há problemas muito mais abrangentes em jogo (apresentador Willian Wack, série *Raposa Serra do Sol*).

A questão das fronteiras, que esteve no foco dos militares na década de 60 e que também preocupou o Marquês de Pombal, no século XVIII do Brasil Colônia, volta a circular nos discursos. A Amazônia, como fronteira econômica devassada e esquecida por muito tempo, é palco da corrida por terras férteis e pela riqueza da região. A questão é retomada de forma memorável. A imagem solidificada do vazio reforça a idéia de fronteiras vulneráveis e isso é um problema para a ‘nossa Amazônia’.

A terceira reportagem começa assim: “na RSS o horizonte parece infinito e a riqueza sem limite (imagem geral de serras, verde, céu, rio, *bg* de percussão indígena). Fontes são convocadas para confirmar o que o repórter anuncia. Maria Antônia dos Santos (índia Wapinaua deitada na rede) diz: “tem muito ouro, diamante. Então é mais por isso que querem essa área, né”? Um comerciante denuncia que os índios estão servindo de escudo no confronto com os arroteiros e confirma que a riqueza é muito grande.

Seguindo as reflexões de Pollack (1989), nota-se uma memória majoritária da Amazônia que se impõe como fronteira econômica. Historicamente, “a Amazônia foi inventada para estar ligada ao mercado internacional, foi esta a principal diretriz do processo de colonização” (SOUZA, 1994a, p. 166). Surge sempre como “área potencial, necessária ao desenvolvimento do Brasil” (REIS, 1956, p. 32). Fonte inesgotável de matéria-prima, a Amazônia vem historicamente sendo vista como fronteira a ser ocupada, onde a questão do desenvolvimento é reduzida à dimensão econômica (BRITO, 2001).

O mais interessante vem a seguir quando o repórter diz: “e quem não quer um pedaço dessa terra? Planícies ideais para o cultivo de arroz, sobra espaço no lavrado para a criação de gado e basta percorrer a estrada, perto de belíssimos rios e cachoeiras para encontrar outras riquezas” (imagens de serras, verde, céu, terra cercada com plantações, gado, rio e cachoeiras, detalhe da água caindo). A imagem ofertada é a da terra *in natura* pronta a ser devassada e um vazio humano, comprovado pelas imagens produzidas (figura 49). É a terra ‘onde cristais brotam do chão’, diz o repórter e mostra o cinegrafista.

Figura 49 – Terra *in natura*

Fonte: Rede Globo – Jornal da Globo (exibido em 15/05/2008)

O autor naturaliza o conflito e o confronto. A pergunta reforça os velhos conceitos binários entre espaço vazio versus ocupação da região, retomados pelos militares (SANTOS, 2002) entre ignorância do índio e necessidade de racionalizar o controle da terra. Mais adiante o repórter diz que o garimpo é proibido na Reserva. Procurando, encontra homens trabalhando na água. E de um índio Macuxi extrai a seguinte resposta: “todo dia, tem vez que a gente faz duas gramas, três gramas, quando deu máximo”. São os próprios índios que estão procurando ouro.

Baseado em dados do Governo Federal o repórter reforça: “tem ouro, diamante, nióbio e outros minerais nobres. Com a demarcação em área contínua, fazendeiros e não índios terão que sair da Reserva, fato que preocupa o governador de Roraima. O governador entra em cena: “daqui a pouco toda nossa fronteira tá demarcada como área indígena, tirando toda presença do não índio, dos militares dessa área. E deixando sob a jurisdição apenas dos índios de manter (riso irônico) a soberania e a vigilância da nossa fronteira. Esse é um perigo”.

O líder indígena Júlio Macuxi rebate:

não é uma ameaça à soberania nacional, né? Porque lá na Raposa Serra do Sol existe três pelotões onde o Exército deve cumprir seu dever constitucional. Então por aí não é uma ameaça, porque nós acreditamos na nossa instituição de que é...legalmente criada, que é o Exército (Júlio Macuxi em entrevista ao repórter Carlos de Lanoy, série *Raposa Serra do Sol*).

O jornalista ouve ainda a representante de uma ONG ambientalista, a igreja e militares do Exército. A representante da ONG defende a participação dos índios nas atividades minerárias, desde que regulamentada pelo governo brasileiro. Os militares falam em ‘situação de risco’, que pode vir a se transformar numa ameaça concreta da soberania do país. Um general do Exército “acredita que num cenário de radicalização os índios possam ser

estimulados a criar um estado independente”.

Cardoso; Muller (1978) afirmam que “a missão de incorporar terras, defender fronteiras, preservar riquezas é constitutiva da mística da penetração na Amazônia”. Quanto mais se utiliza o discurso da preservação da defesa, mais se abrem as portas para a racionalização do capital. Talvez por isso o repórter pergunte: “e quem não quer um pedaço dessa terra?” Como se a terra não tivesse dono, não fosse dos índios e estivesse inabitada.

A demarcação das fronteiras, a soberania nacional, a capacidade do índio para guardar a região são postos em cena nesse momento quando se discute o futuro da Raposa Serra do Sol. Os atores expostos e os diálogos escolhidos pela produção jornalística são uma retomada do discurso dos militares da década de 60 e do slogan ‘integrar para não entregar’. É só observar a fala do presidente da República em 1970: “seria insensato ignorar a Amazônia e deixá-la ficar sempre vulnerável à infiltração, à cobiça e à corrosão de um processo desnacionalizante que se alimenta e se fermenta em nossa incúria⁶⁷. O que se seguiu a esse ‘excessivo’ cuidado dos militares com a Amazônia foi a intensificação da busca de ouro nos garimpos e a instalação de grandes projetos minerais (BECKER,1998).

A série termina com a fala de um líder indígena: “nós acreditamos que dizer que os povos indígenas são ameaça à terra indígena por si só é uma ameaça à soberania nacional. Isso é crime de racismo contra os povos indígenas”. O repórter em off narra o seguinte texto: “nas próximas semanas o Supremo Tribunal Federal vai decidir se a demarcação da terra indígena RSS de forma contínua será mantida, como quer a Funai, ou se será feita uma revisão do processo, como pede o governo do Estado. O julgamento até poderá decidir o caso de Roraima, mas não resolve uma questão ainda maior. O que queremos fazer com a Amazônia e como queremos tratar nossos índios?”

“Os nativos são os agentes que desarmonizam a ordem social instalada pelo branco – essa é a conclusão a que praticamente todos os viajantes chegaram depois de visitar o paraíso infernal amazônico” (GONDIM, 2007, p. 163). E esse parece ser o mesmo raciocínio seguido pelo repórter. Ele deixa implícito que é preciso fazer algo com a Amazônia. Só falta decidir o que fazer.

A região é tratada como o ‘outro’ do Brasil, apartada, órfã à espera de cuidados externos que invisibilizam os interesses e as questões locais. Os índios são relatados sob o julgo da propriedade da nação que ainda não sabe como tratá-los. A colonialidade do saber e do poder se manifesta na recusa do conhecimento do ‘outro’ como igual e na sua conversão

⁶⁷ Extraído de PEREIRA (1971) (contracapa do livro).

em objeto, como afirma Boaventura Santos (2004).

A natureza é narrada de modo utilitário para fins de exploração econômica. Ao longo do texto o repórter vai citando todas as riquezas que a terra pode gerar. Os textos ajudam a construir uma idéia de Amazônia que precisa ser tratada, porque suas chagas afetam todo o país. Os conflitos são interpretados como problemas sérios que atingem muito mais a nação do que a qualidade de vida das populações locais.

Nesta série especial, em que o repórter teve um tempo maior para observar as pessoas e as relações em jogo, não identificamos um olhar diferenciado da cobertura factual do telejornal. O olhar continua superficial, fragmentado e as fontes não são diversificadas.

3.4. OS BRASILEIROS QUE VIVEM EM CIDADES ERGUIDAS NO MEIO DA FLORESTA

A série *Amazônia urbana* foi exibida entre os dias 19 e 23 de julho de 2010 no Jornal Nacional. Foram cinco reportagens produzidas pelos repórteres Alberto Gaspar e Laercio Domingues em seis semanas de viagem. Foram 15 cidades da região Norte, incluindo as quatro capitais, fora os povoados. O que me despertou para a inclusão do material no *corpus* da pesquisa foi o convite feito pelo apresentador ao público para ver ‘um olhar diferente sobre a Amazônia. A edição do JN propunha mostrar ‘como é a vida dos brasileiros que moram em cidades erguidas no meio da floresta’.

Já de início, a proposta de fazer diferente parece não ter muita solidez. O que os editores do Jornal Nacional querem mostrar não é a diversidade da Amazônia Urbana, com as especificidades de suas capitais, pequenas e grandes cidades. E sim ‘as cidades erguidas no meio da floresta’. O pré-concebido pelos jornalistas a respeito da região parece vir em busca de encontrar a relação do homem com a floresta e não exatamente o cotidiando urbano da população local.

A vinheta da série, exibida na abertura de todos os VTs, trazia uma floresta de mata fechada cortada por um rio de ponta a ponta (figura 50). O formato é o da terra arredondada. E ao final a palavra Amazônia escrita sobre a imagem. A vinheta enfatiza a imensidão da floresta e sua relação com o planeta ao riscar a palavra Amazônia, no final, sobre o globo terrestre.

Figura 50 – A vinheta da série *Amazônia Urbana*



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido de 19 a 23/07/2010)

Já na primeira reportagem a proposta é trazer “a aventura da colonização”, nas palavras do apresentador. As imagens iniciais mostradas dimensionam a representação sobre a Amazônia (figura 51): um avião sobrevoa a floresta e depois pousa em pista de piçarra/ menino de traços indígenas com a família em canoa no rio de rosto expressivo olha para trás/ canoa corta o rio em silhueta em alta velocidade/final de tarde/ duas pessoas dentro.

Figura 51- Sequência de abertura da série *Amazônia Urbana*



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 19/07/2010)

A construção imagética permite identificar as mesmas produções discursivas construídas historicamente desde a época do Grão-Pará. A floresta, o rio, a imensidão do lugar e os poucos moradores solitários na vastidão do lugar. Nada de urbano para identificar a abertura da série *Amazônia Urbana*. Parece que, retomando o relato de Euclides da Cunha (1909, p. 3; 8), “o homem ali é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido - quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão”.

O repórter diz:

viajamos por quatro Estados, mais de oito mil quilômetros. Foram quase seis semanas. Isso porque voamos na maioria dos trechos. Navegando por rios cheios de curvas, como o Purus, levaríamos vários meses. Aqui do alto a imensidão verde que atrai os olhos do mundo inteiro. Lá embaixo 25 milhões de brasileiros (repórter Alberto Gaspar, série *Amazônia Urbana*).

Observa-se que, em oposição à população de 25 milhões de pessoas citadas pelo

repórter, a imagem apresentada é a da solidão em contraste com a exuberância da floresta. Ao final do texto acima uma sequência de novas imagens são mostradas com o som ambiente (figura 52): imagem acelerada de gente andando na rua; mulheres com criança no colo paradas; mulher sentada com criança na porta de casa de madeira; homem consertando barco de madeira; pessoas andando em estivas, casas de madeira; close de menina andando com bacia na cabeça cheia de folhas.

Figura 52 – Os moradores urbanos da série



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 19/07/2010)

Os moradores urbanos escolhidos para retratar a Amazônia urbana são os moradores de periferia. Há apenas um *take* geral de pessoas andando na rua, dando o tom da agitação das grandes cidades. As demais tomadas desta sequência trazem mulheres e crianças, casas de madeira e a relação próxima com o rio, com o barco, as estivas e a vida típica do interior, com a criança carregando a bacia na cabeça.

A periferização das cidades ganha destaque, mas não merece um olhar crítico, aprofundado, como se vê no discurso acadêmico de Bertha Becker (2005a), que identifica uma crescente falta de integração entre, de um lado, o planejamento, novos investimentos e abertura de mercados e, de outro, as propostas de desenvolvimento sustentável, as populações locais e a proteção ambiental. No novo cenário que surge na década de 80, constituem-se poderes políticos, mas não poderes econômicos locais. As migrações intra-regionais,

incentivadas pelos assentamentos do Incra, são responsáveis por altos índices de desmatamento e posterior abandono dos lotes por falta de infra-estrutura.

Todas essas questões são invisibilizadas. Mas a produção do JN insiste em dizer que o olhar, dessa vez, é diferente. O repórter confirma: “mais do que a floresta, a Amazônia urbana foi o foco da nossa jornada”. As imagens aqui são de gente andando na rua, ciclistas no asfalto, detalhe de placa de atenção para ciclista, trânsito engarrafado, cidade do alto com prédios e rua de asfalto e árvore, geral prédios (figura 53). Quando se refere ao foco da jornada, a agitação urbana é enquadrada, em um dos poucos momentos da Série.

Figura 53 – O foco da jornada



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 19/07/2010)

O cenário da agitação urbana é utilizado para não deixar dúvidas sobre a proposta de ir além da floresta. Mas rapidamente o foco se volta para um cenário urbano ‘diferente’ do restante do país que deve justificar a viagem. Seu referente é invadido por uma coação silenciosa. É um urbano que não se dissocia da floresta e da memória coletiva produzida sobre a região. Ricoeur (1994) nos diz que o texto configura o que na ação humana já figura. É como se todas as cidades amazônicas estivessem visivelmente sob a copa das árvores e que as ruas fossem feitas de rios.

O repórter, que quer mostrar ‘mais do que a floresta’, deixa escapar ao que veio: “vimos conhecer brasileiros com uma visão diferente do que é cidade”. E ao dizer isso mostra as seguintes imagens (figura 54):

Figura 54 – Brasileiros diferentes



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 19/07/2010)

O repórter observa: “são lugares onde a relação com o tempo é outra, onde o ritmo é o dos rios” (imagem de canoa a motor de casco de árvore leva alguns bois e alguns homens no rio/ outra canoa cheia de gente/ fechado em homens em canoa – figura 55).

Figura 55 – ‘O ritmo é o dos rios’



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 19/07/2010)

A Amazônia que não era Brasil, conforme as observações de Marcio Souza⁶⁸, continua sendo outro Brasil. As cidades que o repórter quer encontrar na floresta são as que têm uma estreita relação com a natureza e, principalmente, um ritmo que ‘destoa’ com relação ao restante do país. O personagem que retrata a Amazônia urbana é o homem da floresta, da cidadezinha que se reproduz à beira dos rios. Ao comparar as cidades amazônicas com as do restante do país, ressalta que o ritmo é o da natureza, dos rios, tal qual os índios, e não o ritmo ‘civilizado’ das cidades.

O prefeito de uma das cidades, ao ser entrevistado, expõe as adversidades da floresta: “seis meses do ano no verão a gente constrói estrada, os outros seis meses a gente faz o que é possível em função das chuvas torrenciais”. As condições adversas da floresta são vistas como entraves à presença do homem e, portanto, confirmam o vazio suposto. Retoma-se o discurso do colonizador ao produzir a idéia de uma terra inóspita. O discurso do determinismo geográfico (LARAIA, 2008), por séculos reiterado, reforça visões binárias herdadas do cientificismo europeu do século XIX.

Em seguida ao depoimento do prefeito, citado acima, o repórter se apropria da história: “os primeiros a enfrentar essas poderosas regras da natureza foram os portugueses a partir do século XVII”. Aqui, a clareza do discurso nacional oficial: o apagamento da cultura indígena enquanto memória histórica que se transforma em memória coletiva (BARBOSA, 2007) que se impõe como vontade de poder (FOUCAULT, 2006a). O discurso jornalístico reproduz a historiografia oficial, que “começa com a destruição de todo um mundo histórico,

⁶⁸SOUZA, Márcio. *A literatura na Amazônia: as letras na pátria dos mitos*. Disponível em <http://www.marciosouza.com.br/interna.php?nomeArquivo=vida>. Acesso: em 26 mai. 2008.

provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou ao nosso conhecimento” (QUIJANO, 2005).

O repórter vai tecendo a narrativa a partir da fala dos entrevistados. Para mostrar a floresta exótica, se apóia no depoimento de um arquiteto: “Belém era que concentrava os fluxos, conectava a Amazônia ao resto do mundo. Era essa cidade que estava entre o mundo e a floresta, né?”. O repórter aproveita para incluir na reportagem o cartão postal da capital paraense (figura 56): “a floresta e suas especiarias. Até hoje presentes no mercado do ver-o- peso em Belém” (imagens de barracas, vendedores, garrafinhas penduradas, detalhes produtos, ervas, cominho). São as maravilhas da floresta sendo selecionadas e vasculhadas para exposições futuras (MARTIUS; SPIX, 1960; SCHWARCZ, 1993).

Figura 56 – A floresta e suas especiarias



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 19/07/2010)

A exploração da borracha na segunda metade do século XIX é representada como o momento de grande crescimento para a região: “o primeiro grande ciclo econômico”. O silenciamento sobre a outra face da borracha, o da exploração do homem, aqui se faz presente. Na memória coletiva é o período da *Belle Époque*. É quando a Amazônia de fato se faz existir para o Brasil e para o mundo (VELHO, 1979). E existe para a história oficial como o ‘ouro branco da Amazônia’.

O repórter relata assim as contribuições desse ciclo econômico: “a borracha abriu o caminho até a Amazônia mais profunda, povoou a região”. As imagens para esse pequeno trecho são de dois ciclistas no meio da floresta, caminho de terra, câmera fechada em ciclistas quase escondidas entre árvores, pessoas caminhando, casas e árvores ao fundo. Já não é mais o vazio visto do alto, mas as pessoas aparecem sempre com a floresta fazendo parte dos enquadramentos (figura 57).

Figura 57 – O ciclista e a floresta

Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 19/07/2010)

O repórter continua: “a extração da borracha construiu fortunas. Fez crescer e embelezou cidades”. Constrói-se um apagamento completo das populações indígenas e de suas “sociedades complexas e politicamente surpreendentes” (SOUZA, 2001, p. 23). Com o fim do ciclo da borracha e seu deslocamento para a Ásia, “a Amazônia ficou um pouco órfã. A floresta começou a ser derrubada”, diz o repórter. É como se a exploração só tivesse surgido depois do ciclo. O discurso silencia a exploração do homem, que Márcio Souza reivindica na releitura da história local. São os cearenses que vão servir de mão-de-obra nos seringais, mas são os coronéis da borracha que enriquecem. “Mas essa contradição nunca preocupou ninguém. A face oficial do látex era a paisagem urbana, a capital coruscante de luz elétrica, a fortuna de Manaus e Belém, onde imensas somas de dinheiro corriam livremente⁶⁹”.

Na segunda reportagem da série, os jornalistas “mostram como quatro capitais da região se desenvolveram. E o impacto desse crescimento sobre a floresta”. O repórter Alberto Gaspar, que lá no início da série, prometia falar sobre as cidades para além da floresta, não consegue se desligar da relação da região com a ‘selva’ e principalmente do imaginário de que a Amazônia é patrimônio do Brasil e do mundo.

O texto audiovisual oferta a relação entre equilíbrio-desequilíbrio, respeito e desrespeito em relação à mata. Ao fazer uma apresentação inicial das quatro capitais amazônicas, o repórter divide e classifica as capitais que desrespeitam o meio ambiente: “a metrópole Manaus cresce desordenadamente em torno de indústrias desligadas da floresta. Já Porto Velho passou por cima dela. Também cresce violentamente (pausa) para cima”.

Em seguida, mostra-se mais simpático às outras duas que nomeia como ‘mais amazônicas’ – Belém e Rio Branco: “Belém, com sua arquitetura colonial, é mais amazônica.

⁶⁹ *ibid.*, p. 182.

Se alimenta com seus sabores e sua história (figura 58). A sequência de imagens sobre Belém reúne a história, os sabores e a floresta como cenário.

Figura 58 – História e sabores de Belém



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 20/07/2010)

Aqui há uma questão interessante a ser analisada que é o ‘ser amazônico’ para a produção jornalística. Belém é ‘mais amazônica’ por causa das marcas da herança portuguesa ainda muito fortes e seus sabores - os sabores da floresta. Uma representação que mistura colonização portuguesa e floresta *in natura*.

Belém, para o repórter,

Nasceu para ser capital de uma região, que para os portugueses nem era Brasil, era Grão-Pará. Ela nunca se recuperou direito do fim do ciclo da borracha, mas segue sendo um centro comercial importante e uma cidade profundamente fluvial, amazônica com a floresta e a história muito próximas e bem cuidadas. Bom lugar pra se pensar o futuro da região (repórter Alberto Gaspar, série *Amazônia Urbana*).

Nesse trecho, o VT traz fachadas de prédios antigos, igreja, o bairro mais antigo de Belém e os exemplares da floresta, como garças, mangueiras e o barco que passa no rio. Para o observador de fora, como o jornalista, um associação perfeita entre a história que parece imobilizada e a floresta preservada. Com a floresta de pé e o passado de glória, da época da borracha, é possível pensar na Amazônia do futuro. Mais uma vez a invisibilidade do amazônida nessa composição do cenário presente e futuro: história, floresta, vazio humano.

Em Rio Branco o jornalista sai à procura da floresta do século XXI e de seus defensores: “Rio Branco aposta na floresta, em evoluir de mãos dadas com ela”. É a nova visão ambientalista traçada por Marcelo Leite (2001, p. 36), onde “o caboclo e o indígena deixam de ser ameaças à floresta para assumirem - ao menos potencialmente - o papel de biozeladores”. Gaspar mostra a criação de biojóias para a exportação (figura 59) e a utilização de materiais da floresta que trazem o conceito de sustentabilidade.

Figura 59 – O artesão das biojóias



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 20/07/2010)

Em Manaus, observa que falta verde, que há extrema pobreza na periferia e que as margens dos igarapés foram tomadas por favelas. Escolhe um morador para lembrar em tom saudosista como eram antigamente esses ‘braços de rio’. No rastro da devastação, Alberto Gaspar encontra mais agressão e menos ‘amazonicidades’: “se Manaus ignorou a floresta, a capital de Rondônia passou por cima dela. Num Estado com quase 40 por cento de desmatamento, ela nem parece amazônica”.

O isolamento das pequenas cidades e povoados erguidos no meio da floresta é o tema da terceira reportagem da série sobre a Amazônia urbana. A matéria começa com imagens da relação do homem com o rio: lancha em movimento, barco cheio de gente, pequeno casco com algumas pessoas chegando à beira do rio, homem segurando peixe grande. *Zoom in* para detalhe do peixe. Ao fundo trilha sonora de música animada tipo merengue.

O repórter cita a família do seu Ademir (figura 60) que segue viagem ‘espremida num pequeno barco’ (imagem de canoa comprida cheia de gente e bagagem. Detalhe de rosto de criança). O agricultor responde ao repórter: “eu vou lá na casa do meu filho, lá no interior (com legenda). É seis dias daqui lá”. E Alberto Gaspar divide com o telespectador o inacreditável da resposta do seu Ademir, esclarecendo: “isso mesmo. Seis dias nessas condições”.

Figura 60 – A família do seu Ademir



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 21/07/2010)

Na cidade isolada no meio da floresta o repórter constata que “não existe estrada. Só o rio. Ah, e uma pista de pouso que parece a rua principal”. Um missionário é convocado para ajudar a compor o jeito da gente do lugar: “isso faz com que as pessoas daqui sejam diferentes dos outros lugares. O tempo praticamente não tem muita importância. Sempre você consegue as coisas, mas de uma forma assim bem lenta” (imagens de mulher andando com criança em rua de comércio/pessoas sentadas em frente de pequeno comércio/homem sentado em rede dentro de barco parado).

Figura 61 – A rede e o tempo



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 21/07/2010)

Os personagens selecionados pelo cinegrafista não estão em atividade de trabalho. O homem sentado na rede (figura 61), exemplar da cultura indígena e referência do Norte do país, é mostrado exatamente quando o repórter fala em lentidão. A relação dos sujeitos com a preguiça também surge nos relatos dos portugueses quando se referiam aos indígenas: “como não aceitavam a escravidão, constituiu-se rapidamente o mito da incompatibilidade do gentio com a agricultura e da ‘preguiça da raça’” (SILVA, 1990, p. 65).

A resistência ao trabalho era associada à inaptidão e ao atraso e isso foi oficializado pela história brasileira. “A preguiça será também usada como uma das justificativas da empresa colonialista em terras brasileiras, amazônicas, vista como um dos entraves de transformação regional. Trará também a idéia da inferioridade racial do norte brasileiro” (GONDIM, 2007, p.71).

A equipe que busca traçar uma representação diferente da Amazônia, para além da floresta, segue coletando curiosidades da selva. O repórter apresenta ao telespectador a cidade de Pauini, que só tem contato com o mundo pela Internet. Diz que a produção do programa tentou contato várias vezes com a cidade. “Por telefone foi absolutamente (enfático) impossível, só conseguimos comunicação com uma pessoa pela Internet, esse rapaz aqui que nós viemos conhecer agora”. Gaspar aparece andando em direção à casa do rapaz

mencionado, aponta para ele que está em frente e entra para uma entrevista (figura 62).

Figura 62 – O morador isolado de Pauini



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 21/07/2010)

Kenny criou um blog sobre Pauini. O repórter pergunta: “Kenny, como é que pode um negócio desse, telefone nada, qual é o problema?”. Kenny responde: “o problema ninguém sabe e o povo já tá conformado com isso”. O repórter não prossegue sua busca pela resposta sobre o isolamento de Pauini. A intenção não é compreender. Depois de mostrar o rapaz e sua cidade como exemplar raro, segue em frente.

O repórter encontra “uma cidade inventada, ou reinventada. Santa Rosa do Purus já nasceu e morreu neste mesmo lugar como vilarejo duas vezes”. No Pará um rico distrito que luta para se emancipar chama atenção. O distrito de Castelo dos Sonhos está a mais de 1000 km de distância da sede do maior município do mundo – Altamira. Os alunos e professores de uma escola se reúnem para falar à equipe de reportagem sobre seus problemas.

A matéria termina com imagens de uma canoa na beira do rio levando pessoas/ família em pé com criança no colo/ homem de chapéu de palha sem camisa de costas na beira do rio/ mulher com criança no colo/ mulher vai empurrando bicicleta com bebê em cima/ homem andando na beira da estrada com criança (figura 63). A equipe se deleita com a margem do rio, a margem da cidade. A canoa, o chapéu de palha, mulheres e crianças que representam a pureza e a ingenuidade dos lugares por onde passaram os jornalistas.

Figura 63 – Sequência final dos isolados



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 21/07/2010)

Na quarta reportagem da série, a equipe do Jornal Nacional mostra como a falta de conhecimento sobre a floresta pode derrubar projetos implantados na região. Novamente as imagens escolhidas para abrir o VT têm relação com a vida ribeirinha: câmera rápida mostra rio, canoa, vários *takes*, prédio na margem / equipe descendo de lancha na margem.

Figura 64 – Fordlândia



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 22/07/2010)

A cidade de Fordlândia é apresentada assim: “às margens do rio Tapajós ruínas de um sonho (pausa) americano” (figura 64). Alberto Gaspar relata a tentativa do americano Henry Ford de fugir do monopólio inglês sobre a borracha na década de 20 do século passado, construindo uma cidade e “bairros inteiros com jeito de filme de Hollywood”. O repórter relata que apesar dos choques culturais entre os amazônidas e os americanos, o responsável pelo fracasso do projeto foi “a falta de conhecimentos da região por parte dos forasteiros”. A seguir a reprodução de um trecho da conversa do repórter com uma moradora antiga (figura 65).

Figura 65 – Dona Olinda



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 22/07/2010)

Repórter Alberto Gaspar: “os americanos não sabiam que no meio da floresta as pragas que atacam as seringueiras têm inimigos naturais, mas com queimadas e desmatamentos e seringueiras plantadas a céu aberto...”

D. Olinda: “lagarta. Todo seringal tem lagarta. Mas eles num sabiam. Ah, quando apareceu no seringal foi desgosto”.

As condições adversas da floresta são vistas como entraves à presença do homem e, portanto, confirmam o vazio suposto como consequência das dificuldades para o povoamento. Depois de passar pela cidade isolada e a cidade que quer se emancipar, a equipe de jornalismo do JN escolhe os projetos falidos da Amazônia: Fordlândia e em seguida aponta a câmera para a rodovia Transamazônica. “Milhares de quilômetros cortando a floresta para integrar a Amazônia ao restante do país. Bandeira do regime militar nos anos 70”. Mais uma cidade isolada chama a atenção: “o rio ainda é o principal caminho pra chegar ou sair de Lábrea. Sete dias de navegação até Manaus. Isso apesar da cidade estar junto a uma das principais rodovias brasileiras”. E mais atraso e abandono: “travessias com balsas primitivas em vez de pontes às margens da estrada (figura 66). Vários projetos de cidades que ficaram pelo caminho”.

Figura 66 – Balsas primitivas



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 22/07/2010)

Interessante ressaltar as marcas do silêncio aqui. Os rios da região têm inúmeras travessias feitas com balsas modernas, que quando mostradas não merecem o mesmo destaque. O incomum são as primitivas que o repórter mostra com o intuito de generalizar o transporte local. E como o silêncio significa, como diz Orlandi (2007), cremos que, nesse caso, reafirma o sentido da visão nacional sobre a região como o lugar do atraso, do primitivo que se conecta com a representação dos sujeitos caracterizados nas imagens como passivos e amorfos. É isso que o repórter vem buscar, quando se desloca, e é isso que precisa encontrar para atender as expectativas dos editores que planejaram a série especial no Rio de Janeiro.

As matérias terminam com a fala de um especialista ou autoridade, como os prefeitos da região, opinando sobre a importância da floresta e seu uso sustentável. Na quarta reportagem o prefeito conclui no finalzinho do VT: “é possível, é... conciliar o meio ambiente com o desenvolvimento. Alternativa nós temos muitas. A Amazônia é uma riqueza em si”. As imagens para essa fala do prefeito são as seguintes (figura 67).

Figura 67 – O meio ambiente e o desenvolvimento



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 22/07/2010)

Nessa fala do prefeito recortada pelo repórter, três questões importantes são ofertadas: a preservação do meio ambiente associada ao desenvolvimento sustentável e a reafirmação da riqueza da região. Após o depoimento do prefeito uma música de fundo acompanha as imagens feitas do pára-brisa dianteiro do carro com chuva que mostram estrada de lama/homem em cima do cavalo/ estrada empoeirada com motoqueiros/ detalhe de estrada de piçarra/ cobra no chão/*superclose* de homem idoso/ barco de madeira chegando à beira do rio. Homem pula na água/ Estrada (figura 68).

Figura 68 – O homem, o meio ambiente e o desenvolvimento



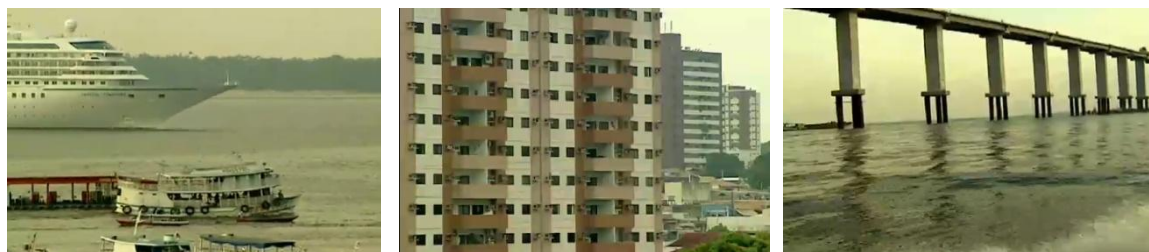
Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 22/07/2010)

Se observarmos a série como uma grande narrativa (MOTTA, 2004), percebemos a

proposta da emissora, que segue a linha do desenvolvimento sustentável⁷⁰. Esse conceito, enquanto discurso, vem sendo disputado por diversos agentes, como o governo, as empresas e os movimentos sociais. É por isso que Bertha Becker (2001) identifica duas estratégias de significados no contexto amazônico: a questão da sobrevivência do homem e o capital natural (florestas, megadiversidade, água), gerando uma forte disputa entre potências pelo controle desse capital e dos movimentos sociais pela preservação.

No quinto dia de exibição no Jornal Nacional, na última reportagem, a série sobre a Amazônia urbana termina com ‘um dos maiores desafios da região... a procura por novos caminhos para o desenvolvimento das cidades’. São as propostas para o desenvolvimento sustentável. Mesmo quando decide mostrar uma grande cidade – Manaus, a capital do Amazonas - o fascínio do jornalista é pelo rio. Assim a metrópole aparece na abertura do VT (figura 69): ponte de alvenaria alta sobre o rio/ pequenos barcos a motor e um navio cargueiro ancorados/ solda em grade/ fachada de prédios.

Figura 69 – Manaus (sequência)



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 23/07/2010)

E o foco em Manaus se deve a uma gigantesca obra em andamento de uma ponte ligando as margens do rio Negro. Entre os caminhos encontrados para o desenvolvimento sustentável, um deles é enriquecer a partir da floresta. Alberto Gaspar mostra a ‘escola da floresta’ em Rio Branco com aula ao ar livre (figura 70).

⁷⁰ “A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro” (disponível em http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/. Acesso em: 09 ago. 2011).

Figura 70 – Aula ao ar livre

Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 23/07/2010)

O repórter traz ainda o exemplo da dona de uma madeireira que “criada nos tempos da exploração predatória e ilegal, lidera os madeireiros do Acre na produção sustentável” (figura 71).

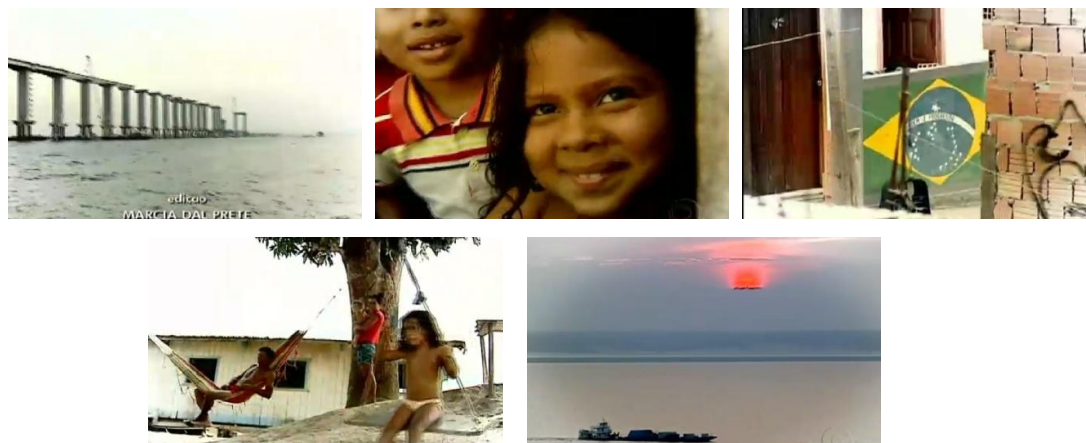
Figura 71 – Dona de madeireira

Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 23/07/2010)

E no final o repórter pergunta: “será que a nossa Amazônia ainda vai exportar idéias para as cidades do futuro?”. Quando se trata de produção de conhecimento na região, a Amazônia torna-se nossa, civilizada e aí pode ser igualada ao restante do país. Mas sobre essa possibilidade o repórter impõe a dúvida. Ignora os centros de pesquisa da região, suas universidades e institutos que aprimoram o conhecimento sobre a floresta e as possibilidades para o desenvolvimento sustentável.

A matéria encerra com o depoimento de um geógrafo: “não é o mundo que tem que pensar a Amazônia, é a partir da Amazônia, a partir da ciência que nós produzimos aqui, do conhecimento de nossa gente que a gente tem que pensar o mundo. Eu acredito na Amazônia”. Durante a fala do especialista as imagens são de mãos colhendo frutos em árvore/ dois homens andando na floresta/ câmera sai do rio e vai para ponte em construção/ crianças na janela sorrindo e olhando para câmera/mulher grávida ao fundo e criança em primeiro plano/geral de casas do alto/ zoom in em bandeira do Brasil no muro de uma das casas/em baixo de árvore homem se embala em rede e criança no balanço/ câmera enquadra balsa, o sol e o rio (figura 72).

Figura 72 – Sequência final da série *Amazônia Urbana*



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 23/07/2010)

A sequência de imagens editadas sugere a associação entre a floresta, seus frutos, o rio, a população local e as obras que trazem o progresso. As crianças representam o futuro e a bandeira do Brasil simboliza o pertencimento da Amazônia à nação. O discurso final do geógrafo produz o sentido de que a região quer falar por si só, dizer de seus interesses e necessidades para poder decidir seu futuro. O argumento encobre a dúvida do repórter sobre a capacidade da Amazônia de gerar conhecimento, mas não podemos deixar de ressaltar que quem fica com a palavra final é a fonte legitimada da ciência, a voz do especialista.

Nos capítulos seguintes (parte III) vamos proceder à análise das séries televisivas comparativamente. Ao reunir as narrativas selecionadas, observaremos as frequências e ausências mais comuns nos textos e imagens, o que nos permitirá inferir sobre a produção televisiva nacional e a representação da Amazônia veiculada pela Rede Globo de Televisão. Utilizaremos como ponto de partida, o mapeamento de vozes e sentidos sugerido por Benetti (2008). Assim, será possível relacionar as formações discursivas identificadas com as formações ideológicas já mapeadas neste capítulo 3 a partir da problematização dos discursos encontrados sobre a Amazônia desde a conquista da América (capítulo 1).

Na parte III, vamos começar discutindo a natureza do jornalismo como comunicação massiva e as condições de noticiabilidade que definem e amarram as regras de produção (capítulo 4). Nesse contexto, estaremos pensando sobre a visão de mundo dos jornalistas e a condição do texto como lugar de visibilidade das representações sobre identidade e alteridade. Nos capítulos 5, 6 e 7 trataremos a análise comparativa a partir das três linhas discursivas mapeadas, que dividimos em representações sobre a região, a floresta e os sujeitos amazônicos.

PARTE III - A REPRESENTAÇÃO DO ‘OUTRO’ NO TELEJORNALISMO: A REGIÃO E OS SUJEITOS EM CENA

04 TELEJORNALISMO E IDENTIDADES AMAZÔNICAS: PRODUZINDO SIGNIFICAÇÕES NO CAMPO MIDIÁTICO

Na sociedade da comunicação’ ou ‘sociedade midiática’ (BRAGA, 2001) boa parte do que se comunica circula através dos meios de comunicação. A visibilidade eletrônica torna-se parte constitutiva da visibilidade cultural, o que Martín-Barbero e Rey (2004a) chamam de ‘nova era do sensível’. “O des-ordenamento cultural que atravessamos se deve, em grande medida, ao entrelaçamento cada dia mais denso entre os modos de simbolização e ritualização do laço social com os modos de operar dos fluxos audiovisuais e das redes comunicacionais”.

Produção de significados e representação midiática não operam separadamente. Ao contrário, compartilham um ambiente cultural nacional repleto de produções de identidades, que se fazem a partir de construções históricas e memoráveis. Estamos falando do campo que permite a visibilidade do mundo para o mundo, uma caixa de ressonância de interesses vários, tanto de governos, como da sociedade civil. “A mídia configura-se (...) como um campo de campos, um campo intermediador de sentidos e, portanto, de intersubjetividade” (SILVA, 2007, p. 97), onde os sujeitos distantes no plano geográfico ‘se encontram’, ‘se enxergam’, reconhecem a existência um do outro.

Dispositivos tecnológicos enquadram o mundo da vida, que passa a existir em dimensões outras. São fluxos e redes em movimentos frenéticos, partilhados eletronicamente, em formato tele-visivo, trazendo o longe pra perto. “O mediático interfere e interage profundamente com os espaços não-mediáticos, em função de suas características de inclusividade e de penetrabilidade” (BRAGA, 2001, p. 24). A mídia se espraia no tecido social com inúmeras maneiras de apropriação pelos sujeitos usuários. Ao dar visibilidade ela inclui temáticas e sujeitos selecionados para entrar em cena.

A mídia é, ao mesmo tempo, parte da infra-estrutura material das sociedades modernas e um dos principais meios de circulação das idéias e imagens vigentes nestas sociedades (HALL, 1997). Ao produzir idéias e imagens e fazê-las circular, potencializa uma representação do ‘outro’, que vai ao encontro da audiência para ser ressignificado na esfera pública.

Ao analisar a produção jornalística, pretendemos entender como sujeitos sociais

interpretam suas ações e a dos outros. Nesse sentido, optamos por refletir sobre o jornalismo como prática cultural, como representação das relações sociais e como produção de identidades sobre o Brasil, a Amazônia e seus habitantes.

Problematizar a representação na análise da produção jornalística implica em refletir sobre os modos como o jornalismo nacional recria diariamente e conforma um Brasil dividido, onde o Norte e a Amazônia são tratados com estranhamento e curiosidade quando da exposição de sua gente, sua cultura e suas riquezas.

O campo midiático é o campo da negociação, dos conflitos por causa da necessidade dos grupos sociais de ‘tornar-se’, de ‘vir a ser’. É o campo da produção de imaginários. “A mídia passa não a substituir, mas sim a constituir, a fazer parte da trama (...), pois densifica as dimensões simbólicas, rituais e teatrais (...), e faz parte das novas formas do reconhecimento e da interpelação dos sujeitos e dos atores sociais” (MARTÍN-BARBERO, 2004b, p. 252-253).

Nas reportagens analisadas, Pedro Bial segue de barco, Marcelo Canellas vai à busca da Terra do meio, desbravando estradas e mapas. Carlos de Lanoy vai à Raposa Serra do Sol para mergulhar no universo da população local e Alberto Gaspar percorre as cidades da floresta. E o que fazem eles? O que vêem, como vêem e que significados produzem em suas narrativas?

Interessa-nos refletir sobre a atuação do jornalista como autor e suas escolhas na construção das identidades amazônicas. Mais especificamente, vamos aprofundar o olhar sobre o texto verbal e imagético. Aqui faremos uma análise comparativa das quatro séries que são objeto do nosso estudo para ver o que trazem de frequências e ausências e que produção de identidades e diferenças estão ofertando à audiência nacional.

Vamos refletir, ao longo da análise, sobre essa relação entre identidade e telejornalismo e sobre os critérios de noticiabilidade para selecionar as reportagens a serem exibidas. As rotinas profissionais são amarras encontradas pela produção jornalística para se eximir de qualquer responsabilidade na recriação dos fatos. Ao con-formar regras de objetividade e imparcialidade, fazem crer que o real tem vida própria e que os relatos jornalísticos são espelhos a refletir todos os acontecimentos noticiados.

Estaremos pensando sobre a representação e a visão de mundo dos jornalistas ao tecer a Amazônia em relação com o Brasil. Nosso foco é o texto e o que nele há de significados produzidos a partir das imagens, do verbal, da atuação do jornalista autor e dos escolhidos para falar - as fontes de informação.

4.1. CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DO JORNALISMO: AS ESPECIFICIDADES DA COMUNICAÇÃO DE MASSA

Para pensar no jornalismo como prática de significação torna-se importante recuar um pouco no tempo para observar o contexto de sua criação. Os primeiros registros da circulação de jornais aparecem no século XVI com a circulação de notícias a partir de Veneza. Eram periódicos manuscritos distribuídos a um público restrito. Só no século XVII é que os jornais começam a ser impressos com regularidade. Registra-se o marco inicial da imprensa diária na Alemanha (KUNCZIK, 2002).

Com o avanço da industrialização e das relações capitalistas, as máquinas de impressão foram sendo aprimoradas e se tornaram mais rápidas e muito úteis aos sistemas econômicos e políticos. Os jornais começaram a passar por rotinas de produção, fechamento, fixação de periodicidade. É a partir daí que a classe dos jornalistas começa a surgir de fato. Fazia-se necessário a formação de pessoal específico para atender a velocidade da produção (MARCONDES FILHO, 2002).

Surgem as empresas de comunicação, as redações e a publicidade, que tornava tudo isso possível. As tecnologias aprimoradas com a revolução industrial chegam ao século XX com a profissionalização do jornalista e as exigências de construção das notícias como produto do mercado capitalista. A informação contida nos jornais passa a vencer as barreiras geográficas de cada cidade. O mundo noticiado não é mais o local, mas o nacional e o internacional. Assim os jornais se viram obrigados a transmitir informações sobre o mundo todo. O surgimento da fotografia vem agregar a possibilidade de aproximar ainda mais o leitor e o mundo.

O jornalismo vai se aprimorando, desenvolvendo técnicas profissionais e criando rotinas de produção para se adequar às necessidades do mercado e de leitores mais exigentes, o que estimula a produção de jornais diários atualizados e repletos de novidade. A vida torna-se veloz e os fatos passageiros. Além do jornal, surge o rádio, o cinema e depois a TV. “O desenvolvimento dos meios de comunicação cria novas formas de ação e de interação e novos tipos de relacionamentos sociais - formas que são bastante diferentes das que tinham prevalecido durante a maior parte da história humana” (THOMPSON, 2002, p. 77).

Os teóricos da Indústria Cultural, na década de 40 do século passado, perceberam a crescente padronização e organização na produção de bens culturais simbólicos. Segundo eles, o indivíduo perde autonomia e é manipulado pela sedução da fruição da técnica e da reprodução dos produtos ofertados em série. Seguindo essa linha de raciocínio, jornais,

revistas, música, obras de arte seriam consumidos com a completa ausência de atividade mental do espectador. Essas foram as principais idéias defendidas por Adorno e Horkheimer na obra *Dialética do Esclarecimento*, considerada um marco nessa teoria (WOLF, 2005).

De fato, há um número indefinido de receptores e o mediador, locutor, apresentador traz para si a condição de árbitro que decide as regras do jogo. Mas o receptor, longe de ser privado de atividade mental ou possibilidade de reação, responderá, não imediatamente, como no contato face a face, mas em outro momento, de outra forma, nos diálogos que estabelece com os outros sujeitos sociais, gerando novas interações e percepções. “Responder mais rápido, instantaneamente, principalmente em comunicação mediatizada, não é de fora alguma um sinal de ‘melhor’ comunicação. Pois, ao responder imediatamente, estou dominado pela emoção, pelo momento” (WOLTON, 2004, p. 81).

A comunicação interpessoal passa a conviver com a transmissão simbólica mediada pelos meios de comunicação e os indivíduos começam a percorrer outros lugares sem sair de casa. O deslocamento é apenas mental e não físico. O leitor, ouvinte ou telespectador acessa as informações, apreende a sua maneira os sentidos produzidos, compartilha os mesmos assuntos com outros e assim ressignifica os conteúdos desaguando em relações sociais que vão permanentemente se modificando.

Nesse contexto, a televisão, nosso objeto de análise, reúne duas dimensões que a enquadram nesse grupo: a dimensão técnica - a imagem - e a dimensão social. “O milagre da televisão é esse encontro entre imagens standardizadas, apesar de polissêmicas, e de condições de recepção que criam uma outra polissemia, ligadas ao contexto cultural e político da recepção⁷¹”.

É no contexto da comunicação de ‘massa’ que vamos pensar sobre o jornalismo enquanto um campo. “Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças - há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço, que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças” (BOURDIEU, 1997, p. 57).

No campo do jornalismo a relação desigual se estabelece entre produção (jornalistas) e recepção (público, audiência). Apesar da atitude ativa deste com modos específicos de apropriação, não lhes cabe decidir sobre o conteúdo noticioso. “A unilateralidade impingida ao fenômeno comunicacional não o reconhece como processo, ao contrário, o faz estanque, pleno de razões que definem e limitam os modos e os espaços comunicacionais” (RESENDE,

⁷¹ id., 1996, p. 77.

2002, p. 29).

A importância do campo jornalístico⁷² está na condição que tem de monopolizar os instrumentos de produção e de difusão da informação em grande escala. E assim detém o poder da notoriedade pública, exercendo “uma forma raríssima de dominação” (BOURDIEU, 1997, p. 66). Como campo de visibilidade na esfera atual, o jornalismo define a passagem de acontecimentos e sujeitos ao mundo do público, do reconhecido. Os personagens jornalísticos têm suas aparências e falas determinadas pelo produto noticioso, que pelo fato de mostrá-los ‘exatamente’ como são faz crer que o real prepondera sobre o modelo.

Jornalistas estão presos às exigências fundamentais do produto jornalístico como mercadoria, que embalada e lacrada, deve ser oferecida à audiência. A embalagem neutraliza a mediação ao criar aproximação entre o mundo dos fatos e o mundo do espectador. Este se liga com um centro e ao mesmo tempo está isolado - distante de um acontecimento que na maioria das vezes é inacessível - e indiferente às relações capitalistas que sustentam a produção de um telejornal nas TVs privadas.

O encadeamento dos fatos em formato de narrativa, com início, meio e fim, cria a sensação de concretude, aparência que reconstrói, significa a “verdade” do mundo da vida. A abstração passa a ser o concreto, como imagem autonomizada, inversão concreta da vida, portanto, uma realidade parcial. A reprodução ou construção do real como modelo, fragmento, não substitui a ação humana em sua totalidade, mas em sua forma audiovisual reconstrói um mundo em que o telespectador só conhece por meio de dispositivos.

A padronização das rotinas de produção e da circulação da notícia deve gerar no receptor uma identificação com o produto, tornando-o inquestionável. Para isso são criadas regras de produção (o que dizer, o que não dizer e como dizer). O texto surge como uma fórmula pronta que deve apagar a presença do jornalista autor. É como se saísse de uma máquina, onde real é igual à notícia. E dessa forma todas as máquinas produziram a mesma narrativa.

À linguagem televisiva some-se o poder visual das imagens, que trazem à tela o mundo ‘real’. É quase como estar lá, sentindo e vivendo tudo de perto. Roland Barthes (1984, p.129) diz que “toda fotografia é um certificado de presença”. Na fotografia há o mito do ‘natural’ fotográfico - ‘registro’, onde a relação entre significado e significante parece não ser de

⁷² Para Bourdieu (1997), o campo jornalístico se constitui como tal no século XIX, solidificando a divisão entre os jornais que se pautam pela lógica de mercado e os índices de audiência, definindo a partir daí seu conteúdo, e os jornais que se pautam por valores e princípios internos na definição dos assuntos que terão acesso à ‘notoriedade pública’.

transformação. O autor, ao refletir sobre a fotografia, propõe que se analise separadamente a imagem e o texto (palavras). Somente após isso é possível compreender como as estruturas se completam.

A fotografia traz duas mensagens: uma sem código (o análogo fotográfico, denotativo) e outra codificada (o tratamento, a retórica, a escritura - conotativa). Nesse ponto, Barthes apresenta um ‘paradoxo ético’: “quando queremos ser ‘neutros, objetivos’, esforçamo-nos por copiar minuciosamente o real, como se o analógico fosse um fator de resistência ao investimento dos valores⁷³”.

A palavra racionaliza a imagem, mas essa operação parece denotada, como se a palavra fosse uma ‘vibração secundária’ da imagem, inconsequente. O efeito de conotação varia de acordo com o modo de apresentação da palavra. Quanto mais próxima a palavra da imagem, mais disfarçada a conotação. A palavra explicita a imagem, enfatiza. Na maioria das vezes, o texto limita-se a ampliar conotações já incluídas nas imagens, outras vezes inventa um significado novo. A mensagem lingüística orienta a interpretação do leitor, ao mesmo tempo em que elucida, conduz o leitor a uma seleção.

O desenvolvimento da técnica possibilita a utilização de recursos de pós-produção que aparentemente reiteram a intenção do jornalista de tudo esclarecer. Os gráficos, mapas, sonorizações, efeitos de corte e fusão, principalmente nas matérias especiais, que são mais cuidadosas com a edição, criam essa possibilidade de tornar a reportagem mais agradável de ver. Mas “quanto mais a técnica desenvolve a difusão das informações (especialmente das imagens), mais fornece meios de mascarar o sentido construído sob a aparência do sentido original”⁷⁴. As aproximações da câmera, os detalhes, a nitidez e a tecnologia digital, permitindo ‘ver’ cada vez mais perto com mais ‘realidade’, vem confirmar o que propõe Barthes.

A narrativa jornalística busca âncoras em situações factuais, nos personagens verídicos que encontra e na produção textual resultante dessa apreensão. E assim pensa garantir o distanciamento do narrador. “Os jornalistas parecem meio céticos quanto aos objetos de suas matérias, e sentimentais a seu próprio respeito (...) enquanto todo mundo em volta manipula e falseia a realidade, ele fica de lado e a registra” (DARNTON, 1990, p.89).

William Bonner, editor-chefe e apresentador do Jornal Nacional, deixa bem claro, em seu livro sobre a rotina do JN, que opinar não faz parte da linha editorial do telejornal que comanda: “os apresentadores do JN têm opinião? Sim, pode apostar. Sobre todos os assuntos.

⁷³ id., 1990, p. 14.

⁷⁴ ibid., p. 37.

E as revelamos, sem nenhum problema, nas conversas com amigos, nos encontros sociais e de trabalho. Mas outra coisa é impor essa opinião ao público telespectador sem que ele a tenha pedido” (BONNER, 2009, p. 243).

Os jornalistas usam o recurso da citação para se eximir de qualquer compromisso com o dito. É como se as fontes de informação, tal qual o mundo representado, pousassem sobre o texto apenas de forma a explicitar e esclarecer os fatos, sem recorte, inteiros. Os convocados e selecionados para falar e ter visibilidade surgem assim, parecendo de forma aleatória, como testemunhas a atestar à audiência que aquilo que o jornalista relata é a mais ‘pura’ verdade.

Traquina (2003, p. 46) é enfático ao rejeitar a atitude de jornalistas que continuam fazendo a divisão entre fato e opinião:

torna-se insustentável negar o papel ativo que os jornalistas exercem na construção da realidade social. Só a cegueira provocada pela ideologia jornalística pode explicar que alguns jornalistas insistam em pretender que o seu trabalho se limite à identificação dos fatos e à simples recolha e transmissão de *relatos* (grifo do autor).

O sujeito da enunciação, no discurso jornalístico, apresenta-se de forma velada, ancorando-se na objetividade e imparcialidade, que fazem parte das rotinas de produção da profissão. No texto jornalístico “a enunciação é totalmente subordinada ao enunciado - para o discurso jornalístico, que opera segundo a verdade dos fatos, o que interessa é o fato em si. O como narrar esse fato, a enunciação propriamente dita, resume-se à utilização de uma técnica” (RESENDE, 2005, p. 92).

A estabilidade reproduzida e construída dá ao jornalista a autoridade cultural (ZELIZER, 1992) para tudo saber, tudo explicar e tudo analisar. “Os jornalistas, como sujeitos da enunciação, se convertem em mediadores creditados, autorizados, entre a cidadania e o poder, construindo assim uma parte da realidade social” (VISEU, 2007, p. 224).

Os jornalistas tornam-se uma fonte de conhecimento, uma ‘comunidade interpretativa’ que orienta as pessoas acerca de padrões adequados de ação, baseados em suas narrativas e memórias coletivas. “A autoridade jornalística é entendida como um caso específico de autoridade cultural através do qual os jornalistas determinam o seu direito de apresentar interpretações legítimas acerca do mundo” (ZELIZER, 1992, p.9).

Para Viseu; Correia (2008), o jornalismo é um “lugar de referência”, um lugar de orientação nas sociedades atuais, reconfigurando a cultura contemporânea. Para isso, o jornalista opera, segundo os autores, complexas operações no processo de construção do real. Na prática, isto pode ser observado nas técnicas de construção dos textos como tradução do mundo.

Ao se pautar no real, o jornalismo arvora para si a qualidade daquele que orienta, organiza, indica, atenua conflitos e se coloca no vácuo entre cidadãos e poder público (COSTA, 2002). A visibilidade ofertada a todos os outros campos permite que se coloquem em cena os conflitos de todos, para que assim possam ser notados na divulgação, na denúncia, no debate público.

O jornalismo passa a ser a janela para a vida, a rua, o vizinho, o mundo do ‘outro’. O jornalista é aquele que vai ‘lá’ do outro lado da janela para nos contar o que se passa nos espaços privados e públicos onde a nossa vista não alcança. É por meio deles que passamos a olhar. São seus recortes e enquadramentos que precisamos problematizar. Porque suas visões de mundo passam a ser a referência para entender o ‘outro’. Não queremos dizer que esse ‘outro’ é produzido pelo campo jornalístico, mas a partir das classificações que faz e das suas rotinas de trabalho velozes, esse ‘outro’ é naturalizado, obscurecendo a capacidade dos sujeitos sociais de existir em permanente transitoriedade.

4.2. A IDENTIDADE MEDIADA: PENSANDO A IDENTIDADE CULTURAL COMO REPRESENTAÇÃO DO ‘OUTRO’

Ao narrar o jornalista nomeia, descobre, interpreta e traz para o mundo da visibilidade as significações que produz. A rotina jornalística está impregnada pela narratividade, uma maneira de ordenar cronologicamente os fatos nos quais estamos envolvidos e encadear em seqüências.

A forma narrativa de contar está impregnada pela narratividade, qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação. É a enunciação dos estados de transformação que organiza o discurso narrativo, produz significações e dá sentido às coisas e aos nossos atos (MOTTA, 2007, p. 143).

É o desenrolar dos fatos, dos acontecimentos, as mudanças, as viradas cotidianas, as novidades que permitem ao ser humano construir histórias sobre si e sobre o mundo. Por isso as narrativas não podem ser descontextualizadas. Há, entre os membros de uma sociedade, certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por ‘cultura’ (WOODWARD, 2000, p. 41). São modos de ver e representar os diversos sujeitos sociais em suas diferentes posições.

Fincados em contextos culturais diversos, falamos a partir de outros ou com outros. Carregamos sentidos baseados na história, na memória, produzidos nas interações sociais. Ou

seja, nossas falas produzem significados que não sabemos como se constituíram. Surgem como interdiscurso, como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente, como memória discursiva, que torna possível todo dizer, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (ORLANDI, 1999).

A cultura se faz a partir das práticas sociais, são maneiras de classificar o mundo, as pessoas, as relações sociais. São formações discursivas que dão significado às coisas.

Só se pode estar razoavelmente seguro de ter entendido corretamente um significado quando se presta muita atenção às pistas relativas ao contexto, à práxis, à intenção comunicativa e à interpretação; só isso nos permite entrar experimentalmente no mundo que *eles* constroem (BARTH, 2000, p. 132).

Os discursos, as narrativas são construções de mundo, criações. Portanto, não há conhecimento direto sobre os fenômenos. Percepção é interpretação. E as nossas experiências do mundo sempre têm lugar através de uma mediação. O discurso nomeia, identifica, classifica, ordena, representa, regula as práticas culturais e outorga significado ao contexto social. “Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer?” (ORLANDI, 1999, p. 45-46).

Portanto, o discurso é um modo de ação sobre o mundo. Um modo de representação. O uso da linguagem é uma relação dialética entre discurso e estrutura social, ou seja, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social e ao mesmo tempo é socialmente constitutivo. Para Hall (2003a, p. 182), “é impossível experimentar as ‘relações reais’ de uma sociedade fora de suas categorias culturais ou ideológicas”.

Por isso, fomos buscar nos rastros dos textos selecionados aquilo que os atravessa para entender como jornalistas produzem discursivamente o ‘outro’. Ao dizer o que dizem e da maneira como dizem, o que está implícito nessa fórmula nacional de ver a Amazônia? Que classificações e nomeações atravessam as representações e interpretações sobre a região?

Ao fazer o encontro dos textos dos telejornais com os discursos historicamente construídos (na Parte II desta tese) sobre a Amazônia encontramos inúmeras semelhanças. Mas agora queremos qualificar esse discurso, encontrar as *formações discursivas* para problematizar o papel do narrador jornalista como produtor de identidades nacionais e, portanto, de significados repletos de conteúdos ideológicos. Bakhtin (2006, p. 31) diz que os sentidos do texto vêm de fora, do rastreamento dos sujeitos em ação. “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia”.

Se toda produção discursiva é ideológica, então todo texto é produtor de identidades. Ao relatar sobre o ‘outro’ estamos interpretando, significando algo para além de nós mesmos. As identidades precisam se tornar texto para permitir a relação entre ‘mim’ e o ‘outro’ ou entre ‘nós’ e ‘eles’. A diferenciação surge na divisão precipitada na palavra, no modo de interagir, na construção das narrativas que dizem muito das representações sociais.

A mídia é um permanente posto de observação do ‘outro’, através do qual se aprende sobre mundos distantes (MAIA, 2000). E tem papel central na constituição das diversas identidades contemporâneas.

A mídia nos deu palavras para dizer, as idéias para exprimir, não como uma força desencarnada operando contra nós enquanto nos ocupamos com nossos afazeres diários, mas como parte de uma realidade de que participamos, que dividimos e que sustentamos diariamente por meio de nossa fala diária, de nossas interações diárias (SILVERSTONE, 2002, p. 21).

É o que Martín-Barbero chama de ritualidade: “é o que na comunicação há de permanente reconstrução do nexos simbólico: ao mesmo tempo repetição e inovação, âncora na memória e horizonte aberto” (MARTÍN-BARBERO, 2004b, p. 231). As ritualidades remetem aos usos sociais da mídia e às múltiplas leituras dos sujeitos sociais, baseadas em gosto, educação, memória, classe, gênero e hábitos familiares.

Dominique Wolton defende que o papel da televisão é o de constituir um ‘laço social’, a partir do momento em que há participação social à distância. “Para que haja comunicação é preciso que haja identidades constituídas, uma vontade de intercâmbio, uma interação, uma linguagem e valores comuns” (WOLTON, 1996, p. 281-282).

Falar de identidade é falar de sistemas classificatórios – nós x eles (WOODWARD, 2000). Por isso é um conceito relacional, sempre um eu em relação ao outro. Identificar-se ou estranhar, reconhecer ou desconhecer, aprovar ou reprovar. As identidades coletivas são práticas discursivas e são parcialmente formadas no processo da comunicação e interação com os outros (MAIA, 2000).

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2000, p. 76).

São complexos processos de constituição de identidades que ora interagem ora se excluem. A identidade é sempre uma relação com o ‘outro’, com a alteridade, resultado de interações que trazem consigo tanto as semelhanças quanto os conflitos (ENNE, 2007). “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam, por vezes, mas

também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2006a, p. 52).

Milton Facin analisa o processo de demarcação da identidade regional pelos jornais gaúchos, observando suas práticas discursivas. Conclui que

O lugar que cada jornal gaúcho ocupa no processo da comunicação local está inscrito, necessariamente, a um território de onde parte a focalização do olhar e, portanto, permeado pela dicotomia do próximo e do distante, do ‘nós’ e dos ‘outros’, dos gaúchos e dos não-gaúchos. Ou seja, a ordem que os dispositivos jornalísticos atribuem aos acontecimentos e a área que lhes atribui são tributárias do fato de pertencer a um território particular, o da topografia dos jornais (FACIN, 2002, p. 499).

Em pesquisa realizada sobre as capas da revista *Veja*, Aidar Prado e Sérgio Bairon buscam entender as representações de ‘vitoriosos’, de um lado, e de ‘miseráveis e perigosos’, de outro, chamando-os de ‘mesmo’ e ‘outro’. Analisando reportagens de 1900 a 2000, percebe-se que os vitoriosos são elogiados e suas fortunas também. Por outro lado, a miséria é construída como ameaça, como espaço produtor de crime.

O enunciador da capa indica que o leitor de *Veja* está na zona colorida e verticalizada e sente-se ameaçado pelos outros pobres e criminosos monocromáticos e achatados, horizontalizados e sem perspectiva, que saíram de seus locais de origem (onde deveriam estar segregados) e se aproximaram demais das zonas nobres da cidade (PRADO; BAIRON, 2007, p. 270).

Ao dizer do ‘outro’ de forma rotinizada e padronizada, jornalistas estabelecem recortes re-produzidos historicamente. “Os meios de comunicação contemporâneos formam identidades. Num mundo transnacional caracterizado pela circulação global de imagens e sons, mercadorias e pessoas, eles têm enorme impacto sobre as identidades nacionais e o sentido de comunidade” (SHOHAT; STAM, 2006, p.28).

Ao definir que o que vira notícia precisa ser da ordem do diferente, do novo, do anormal, o jornalista finda por determinar e reforçar regras de diferenciação e regulação que dizem sobre aquilo que é ‘diferente’. Dessa maneira, a produção telejornalística nacional transpõe para o texto uma diferenciação regional com relação à Amazônia, porque olha de um determinado lugar, do Sudeste do Brasil.

4.3. JORNALISTAS E NOTICIABILIDADE: ENTRE FUROS, ROTINAS E AUDIÊNCIA

Para situar a nossa pesquisa no espaço e no tempo, faz-se necessário também observar o percurso acadêmico que tem o jornalismo como campo de conhecimento ou como objeto da ciência. É um objeto relativamente novo. Surge no século XIX nos Estados Unidos e na

França. Mas só na primeira metade do século XX é que circulam algumas publicações importantes que se detêm a pensar sobre a natureza das notícias.

A primeira teoria que se debruça a entender por que as notícias são como são é a teoria do *Espelho*. O jornalista é visto como um comunicador desinteressado disposto a procurar a verdade e a contar tudo o que aconteceu e assim o faz. Essa é a tendência do jornalismo de informação em meados do século XIX, quando ocorre a separação entre fatos e opiniões.

Um novo paradigma das notícias como informação iria substituir, com ritmo e intensidade diversa nos diversos espaços nacionais, o velho paradigma que concebe o papel dos meios de comunicação social como arma política e os jornalistas como militantes partidários. Com o novo paradigma das notícias como informação, o papel do jornalista é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais (TRAQUINA, 2003, p. 66).

As reflexões sobre objetividade e subjetividade, fato e opinião, verdade e construção estarão sempre como questão de fundo nas reflexões sobre a produção jornalística. Ora as preocupações estão centradas nos efeitos dos media, ora nas práticas profissionais. Como estamos refletindo sobre a prática, algumas delas tornam-se ponto de partida para nossas análises.

Na década de 50, David Mannig White traz o conceito de *gatekeeper* para pensar o jornalismo, gerando uma corrente teórica que se solidifica até os dias de hoje. Desse ponto de vista, a produção de notícias surge a partir de uma sucessão de escolhas que os jornalistas fazem, e estas têm de passar por diversos portões (*'gates'*) que são os momentos de decisão do que será selecionado para virar notícia⁷⁵. Nessa linha de pensamento o jornalista concentraria o poder de decisão sobre o produto final noticiado.

Outras teorias, como a *Organizacional*, vão responsabilizar a empresa, a organização onde está inserido o jornalista, como fundamentais na definição do fato noticiável e sua construção. Mas os processos sociais continuam para além da relação empresa-notícia-jornalista⁷⁶. As teorias *Construcionistas*, nos anos 70, avançam nesse sentido e ressaltam a importância dos valores-notícia dos jornalistas e das rotinas profissionais como definidores da noticiabilidade. Descartam a atitude passiva dos jornalistas e presentificam a ideologia do autor na construção do texto – as notícias como construção.

As narrativas ou estórias, nesse caso, seriam marcadas pela cultura dos jornalistas e pela

⁷⁵ *ibid.*

⁷⁶ *id.*, 2005.

cultura da sociedade em que vivem⁷⁷. Essas teorias valorizam também o posicionamento das fontes de informação e as consequências de sua interferência no conteúdo do texto jornalístico.

Na nova fase de investigação, a relação entre o jornalismo e a sociedade conquista uma dimensão central: o estudo do jornalismo debruça-se sobre as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o papel social das notícias, e a capacidade do *Quarto Poder* (grifo do autor) em corresponder às enormes expectativas em si depositadas pela própria teoria democrática⁷⁸.

Traquina (2003) ressalta que a contribuição dos estudos etnográficos é tripla: em primeiro lugar observa-se a importância da dimensão transorganizacional na produção das notícias e os jornalistas são vistos como membros de uma comunidade profissional; em segundo lugar, as rotinas são constituintes no processo de produção; e em terceiro lugar; questiona-se a distorção intencional das notícias.

Segundo Tuchman (1980), as empresas definem uma rede noticiosa para cobrir os acontecimentos a partir da divisão geográfica e espacial, editorial e do ponto de vista das fontes informativas. Os correspondentes e enviados especiais são a demonstração dessa divisão. Assim o mundo é dividido em áreas de responsabilidade territorial, as fontes são viciadas e os jornais são divididos em seções, que dizem muito das rotinas de espacialização e definição das reportagens.

Importante observar que todas as teorias estão tentando entender por que as notícias são como são. Mas poucas estão refletindo sobre a tessitura da narrativa, sobre o texto como produção, como lugar dos acontecimentos e da precipitação das relações sociais e culturais, onde o jornalista se situa. Como nosso objeto é o texto jornalístico, ficamos pensando sobre qual seria então nossa grande questão situando-a dentro das Teorias do Jornalismo. Não estamos em busca de saber por que as notícias são como são. Mas a partir do que são, observar seus meandros, os rastros do que dizem, conectar silêncios e esquecimentos com classificações que ao serem naturalizadas têm uma importância enorme sobre um certo dizer do 'outro'.

Os jornalistas são os que falam de tudo e de todos nos veículos de comunicação de massa, são eles que decidem quem entra e o que entra no mundo da visibilidade construído pelos telejornais exibidos em cadeia nacional. Como agentes autorizados, trabalhando em empresas adquirentes de concessões públicas, são eles que tudo dizem e que tudo fazem ver.

⁷⁷ *ibid.*

⁷⁸ *id.*, 2003, p. 57.

Pensando no Brasil, podemos dizer que são eles que nos permitem ‘nos’ ver, são eles que diariamente reordenam o país ao decidir o que de mais importante acontece a cada dia. São eles que estão construindo certa história, ao potencializar determinadas situações e minimizar outras.

Os fatos midiáticos repercutem e ganham novas dimensões, se entrelaçam com outras, geram novas situações, renúncias, adesões, protestos. A grande questão seria então o que as notícias dizem e como dizem. Queremos percorrer o texto e sua relação com o leitor, observar as idéias compartilhadas, os traços culturais que estão presentes no entrelaçamento das palavras, na imbricação dos textos, no recorte das imagens, no ritmo da edição, nos destaques manchetedos a cada edição.

Os jornalistas se dividem entre experiências vividas e recortes traçados na (re) construção do presente. E vivem sempre entre a pressão do tempo e a necessidade imperativa de produzir um novo acontecimento a cada momento, disponibilizando informações processadas por aparatos tecnológicos, que imediatamente possibilitarão o acesso de milhares de pessoas ao fato que agora há pouco foi transformado em notícia.

O jornalismo fala do mundo da vida. É esta sua matéria-prima. “Um exame da maioria dos livros e manuais sobre jornalismo define as notícias em última análise como tudo o que é importante e/ou interessante. Isso inclui praticamente a vida, o mundo e *outer limits*” (TRAQUINA, 2005, p. 19). Portanto, o jornalismo deve se pautar na realidade e deve se afastar da ficção. Esse seria seu atestado de verdade, suas pré-condições para manter a credibilidade que lhe é vital.

As rotinas de trabalho têm regras claras para organizar a oferta infinita de fatos diários. Os jornalistas se apóiam em ‘valores- notícia’ que naturalizam os critérios de seleção para tornar os fatos noticiáveis (VISEU, 2007). São critérios de noticiabilidade, regras que orientam o processo de produção. “A noticiabilidade é construída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos - do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas -, para adquirir a experiência pública de notícia” (WOLF, 2005, p. 195).

Tucham (1980) identifica quatro procedimentos perseguidos pelos jornalistas para alcançar a objetividade. O jornalismo deve apresentar situações conflituosas, provas auxiliares para o que afirma e mostra, usar as aspas para fazer desaparecer a presença do autor e apresentar as notícias em formato padrão de ‘pirâmide invertida’, narrando os fatos do mais importante para o menos importante. Essas rotinas devem fazer crer que o produto noticioso, dessa forma, consegue deixar a opinião e a subjetividade do jornalista lá fora. “A

objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho” (TRAQUINA, 2005, p. 139).

As limitações do tempo (*dead-line*) e dos formatos dos meios são condições importantes para a apropriação dos valores-notícia. Como numa fábrica ou indústria, a empresa de comunicação produz para o mercado, com horários definidos, compromissos com a audiência e com os anunciantes. A audiência é o que move as empresas de comunicação. Elas vivem entre elevar seus índices satisfazendo seus diversos públicos para oferecer aos seus anunciantes números cada vez maiores de possíveis consumidores para os produtos que circulam nas vitrines televisivas. Referindo-se aos índices de audiência, Bourdieu (1997, p. 37) afirma: “essa medida tornou-se o juízo final do jornalismo (...) há hoje uma ‘mentalidade-índice-de-audiência’ nas salas de redação, nas editoras, etc. Por toda parte pensa-se em termos de sucesso comercial”.

O olhar sobre a concorrência é definidor dos conteúdos jornalísticos. “Os produtos jornalísticos são muito mais homogêneos do que se acredita⁷⁹”. Nesse caso as restrições impostas pelos outros veículos são muito fortes. Portanto, todos estão sempre dizendo as mesmas coisas. Um torna-se o espelho do outro. Bourdieu lembra que ninguém lê mais jornais que os jornalistas e eles pensam que todo mundo faz igual. “Para os jornalistas a leitura dos jornais é indispensável e o clipping um instrumento de trabalho: para saber o que se vai dizer é preciso saber o que os outros disseram. Esse é um dos mecanismos pelos quais se gera a homogeneidade dos produtos propostos⁸⁰”.

O ‘furo’ é exatamente o sintoma dessa relação. É “uma informação de grande importância que nenhum outro jornal, site ou programa tenha tornado pública antes. O furo é o alimento da alma dos jornalistas. Buscar o furo é o que todo repórter de verdade tenta fazer” (BONNER, 2009, p. 13-14). Quem oferta primeiro a nova mercadoria terá mais chances de ser reconhecido como capaz de reproduzir quase instantaneamente a ‘vida real’. Por isso, a necessidade e o impulsionamento das transmissões ao vivo, criando um eterno presente (BARBOSA; GOULART, 2005). Por isso, também, tornam-se tão enfáticas e repetidas expressões como ‘neste momento’, ‘vamos ao vivo’, ‘agora há pouco’.

O jornalista William Bonner, editor-chefe e apresentador do Jornal Nacional, afirma que o objetivo básico do telejornal que está sob sua responsabilidade é “mostrar aquilo que de

⁷⁹ *ibid.*, p. 30.

⁸⁰ *ibid.*, p. 32.

mais importante aconteceu no Brasil e no mundo naquele dia, com clareza, correção, isenção e pluralidade” (BONNER, 2009, p. 93). Essa afirmação é repetida várias vezes pelo autor ao longo do livro. Ele define os critérios para tornar um fato noticiável a partir das diretrizes do JN. São critérios primários e secundários. Entre os primeiros está a abrangência. “Quanto maior o universo de pessoas atingidas por um fato, maior a probabilidade de ser publicado. Isso vale sempre para assuntos nacionais⁸¹”. Depois vem a gravidade das implicações, o caráter histórico - a possibilidade daquele fato entrar para a história devido sua importância -, o peso do contexto - a importância relativa de uma notícia comparada às demais.

Entre os critérios secundários está a complexidade - a necessidade de dar um tratamento mais aprofundado a um determinado assunto para torná-lo compreensível. A disponibilidade de tempo e a oferta de imagens para cada edição são também fatores secundários. “Os valores-notícia devem permitir uma seleção do material, feita apressadamente, de modo quase ‘automático’, caracterizada por certo grau de flexibilidade e de comparação, que seja defensável *postmortem* e, sobretudo, que não seja suscetível de muitos obstáculos” (WOLF, 2005, p. 204-205). Em linhas gerais, os valores-notícia dizem respeito ao conteúdo das notícias (importância e interesse), à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo, ao público e à concorrência.

As narrativas são o produto dessas tensões, regras e imposições que naturalizam o olhar do jornalista, facilitando e agilizando suas escolhas diárias. A pressão do tempo e a necessidade de produzir acontecimentos com velocidade, rotulados como novos e atuais, estimulam a superficialidade das coberturas e a repetição de assuntos e olhares, mas podem prejudicar a qualidade. “O conjunto de fatores que determina a noticiabilidade dos acontecimentos permite realizar cotidianamente a cobertura informativa, mas dificulta o aprofundamento e a compreensão de muitos aspectos significativos nos fatos apresentados como notícias⁸²”.

A necessidade imperiosa de produzir conteúdo noticioso estimula o jornalista a uma busca incessante por fatos novos, novas roupagens, novos espetáculos, situações surpreendentes que façam crer que há algo necessitando ser descoberto e vasculhado. O que há por de trás, de fato, são sempre as mesmas impressões, identificações, nomações resultantes de imaginários cristalizados. O formato noticioso ou o gênero selecionado para relatar não interfere na ideologia que atravessa o texto. É apenas um atrativo que possibilita um ‘encontro’ passageiro com o público. Afinal, narrativas têm que ter ‘molho’, suspense,

⁸¹ *ibid.*, p. 95.

⁸² *ibid.*, p. 199.

intriga, tal qual na ficção.

4.4. OS SIGNIFICADOS CULTURAIS E O DISCURSO: O PERCURSO DA ANÁLISE

Observando a relação entre a representação, o contexto de produção da informação e a memória discursiva sobre a Amazônia, pretendemos problematizar as classificações e significados sob a forma de notícia. Ao desnudar a interpretação, buscando sentidos partilhados com o leitor, estaremos apontando um olhar que aparece com frequência sobre uma determinada região do Brasil.

Após a análise pontual de cada série de reportagens televisivas, realizada na Parte II deste trabalho, partimos agora para o embaralhamento de todas elas na tentativa de enxergar frequências em diferentes telejornais, em diferentes épocas, com autores diversos. A leitura mais amiúde permitirá localizar formações ideológicas e maneiras de construção sobre o ‘outro’ amazônico, que dizem muito sobre os conceitos de nação, fronteira e região, como produções culturais e discursivas.

Aplicando a proposta de Marcia Benetti (2008), dividimos o texto dos telejornais em duas camadas: discursiva e ideológica, apenas para efeitos operacionais. E partimos para a separação em discursos e vozes. Para entender as notícias é preciso analisar os sentidos, o que significam, o que querem dizer e como dizem o que dizem.

Elaboramos um quadro⁸³ para a transcrição de todas as reportagens, separando-as em dimensão verbal e audiovisual. Na primeira, identificamos os locutores e as sequências discursivas. Como locutores, separamos todos os falantes: apresentadores, comentaristas, repórteres e entrevistados. E além desses, registramos também os não explicitamente entrevistados. Nesse caso, entram as falas utilizadas na edição das matérias que entrecortavam a voz do repórter, como os chamados ‘sobe som’ em televisão. Estes são os sons gravados, muitas vezes, sem microfone aparente, mas aproveitados justamente devido ao fato de serem mais espontâneos, devido à ausência do equipamento. Aqui vale desde o canto católico em homenagem à Irmã Doroth, na série *Terra do Meio*, até a conversa de uma mulher com seu papagaio.

Ainda a respeito da dimensão verbal, separamos as sequências discursivas relativas à cada locutor, ou seja, suas falas, os trechos recortados para análise, como esclarece Benetti. Inicialmente transcrevemos, na íntegra, todas as matérias selecionadas. Portanto,

⁸³ Ver Apêndice B – Dimensão verbal e audiovisual.

consideramos como sequência discursiva todos os textos verbais inseridos nas reportagens, incluindo os textos de apresentadores e comentaristas.

Dentre o material analisado, há apenas uma diferença a ser mencionada com relação à *Caravana JN*. Neste caso, como o que analisamos foi o DVD comercializado sobre a série e não as matérias exibidas no Jornal Nacional, tivemos aí uma ausência da figura do apresentador do telejornal, mas, por outro lado, pudemos observar os bastidores das gravações e as entrevistas de toda a equipe envolvida a partir das explicações do repórter Pedro Bial.

Com relação à dimensão audiovisual observamos os seguintes aspectos:

a) Locução e sonorização: ao registrar a voz do falante, identificávamos sua presença ou ausência no vídeo. Com relação à sonorização, observamos todos os sons utilizados na edição, desde as músicas aos BG – Background ou som ambiente, que pode ser o som da rua, de uma risada, um choro.

b) Recurso gráfico: foram observados todos os recursos para ilustrar as matérias. Desde a identificação dos entrevistados aos mapas e gráficos utilizados para explicar localizações, distâncias ou divisões de terra, como no caso da *Raposa Serra do Sol*.

c) Planos e enquadramentos: nossa observação se deu sobre as tomadas individualmente, seguindo as orientações de Diana Rose (2008), para quem cada take é uma unidade de análise.

d) Registramos cores, claros e escuros, aproximações, distanciamentos e enquadramentos. Ou seja, em cada *take* observamos os elementos separadamente e em relação uns com os outros. Para facilitar as observações, separamos os *takes* que mostravam sujeitos e os *takes* onde estes não apareciam, que identificamos como cenários. Seguimos as sugestões de Joly (2001, p. 99) para quem é preciso decifrar a ‘naturalidade’ aparente das mensagens visuais. “Para ver as formas organizadas em uma mensagem visual e compreender a interpretação a que induzem é preciso esforçar-se para esquecer o que representam e contemplá-las por si mesmas, com atenção”.

Atentando para os sentidos mais frequentes por meio das sequências discursivas, seguimos para uma complexificação da análise com a identificação das formações discursivas presentes no discurso jornalístico, identificando os sentidos nucleares determinados a partir do problema de pesquisa. É a reunião em torno de uma FD, de diversos pequenos significados, que constroem e consolidam aquele sentido nuclear. Este reúne as sequências (textos) que indicam sentidos próximos, que estão explicitando interpretações semelhantes sobre um determinado significante.

Benetti propõe que a partir das FDs seja possível enxergar aquilo que pode e deve ser

dito em oposição ao que não pode e não deve ser dito. Existem tantas formações discursivas quantos sentidos nucleares pudermos encontrar em um texto. Um sentido é determinado por uma configuração ideológica. Portanto, a formação discursiva é uma formação ideológica.

O que fazemos é localizar as marcas discursivas do sentido rastreado, ressaltando as que o representam de modo mais significativo. Depois de identificar os principais sentidos e reuni-los em torno de formações discursivas mínimas, o pesquisador deve buscar, fora do âmbito do texto analisado, a construção dos discursos ‘outros’ que atravessam o discurso jornalístico (BENETTI, 2008, p. 113).

Então, a partir desta primeira etapa de transcrição dos textos integralmente, identificamos as seguintes formações discursivas em ordem decrescente de frequência:

Formações discursivas
Primitivismo
Ameaça à floresta
Ilegalidade
Exaltação
Nacionalidade
Compaixão
Imensidão
Determinismo geográfico
Solidão (vazio)
Salvação
Fracasso
Perigo (que vem da floresta)

O passo seguinte foi o agrupamento das sequências discursivas (textos) por formação discursiva, em cada série⁸⁴, com as respectivas imagens dos trechos recortados. Em seguida, partimos para o cruzamento das séries⁸⁵. Nesse momento buscamos reunir as quatro séries em torno de cada uma das formações discursivas, para identificar o que havia de aproximações e distanciamentos entre elas. Além disso, observamos também o silêncio no texto. “Depois de mapear os sentidos presentes no discurso, identificar aqueles sentidos, que embora significativos, estão silenciados e analisar por que, afinal, estão ausentes daquele espaço discursivo⁸⁶”.

Foi esse cruzamento que permitiu a produção desta Parte III da Tese. A partir das

⁸⁴ Ver Apêndice C - A identificação das formações discursivas por série jornalística.

⁸⁵ Ver Apêndice D - As formações discursivas e as séries.

⁸⁶ *ibid.*, p. 115.

frequências e ausências entre as diversas séries foi possível inferir sobre a construção de identidades no telejornalismo alcançando a dimensão ideológica, ou seja, os discursos outros que atravessam a produção jornalística.

Ao fazer o cruzamento entre as séries, refletimos, também, sobre locutores e enunciadores para mapear e dimensionar a polifonia do texto. Tomamos como base a teoria polifônica da enunciação de Oswald Ducrot (1987), que argumenta que um mesmo indivíduo se move entre posições de sujeito distintas e esses lugares estão definidos externamente ao discurso.

A partir da fala do locutor, localizamos os enunciadores, que é a partir de quem se vê (BENETTI, 2008; FAIRCLOUGH, 2001), para desconstruir o produtor em um conjunto de posições, que podem ser ocupadas pela mesma pessoa ou por pessoas diferentes.

O enunciador deve ser identificado, na análise das vozes, como a perspectiva a partir da qual o enunciador enuncia. Essa perspectiva está diretamente associada a uma posição de sujeito, conformada também por inscrições culturais, sociais e históricas, que podemos (...) reunir nas formações ideológicas (BENETTI, 2008, p. 119).

Ao identificar as formações discursivas, percebemos que as diferentes posições da enunciação se enquadravam nesses núcleos ideológicos (FDs). As posições ocupadas pelos jornalistas, as fontes de informação escolhidas para ter voz e os recortes de suas falas estavam inseridos nas FDs que encontramos no texto. Portanto, percebemos que seria desnecessário separar sentidos e vozes nesta parte final da análise. As formações discursivas, locutores e enunciadores serão analisados em conjunto.

A reunião dos textos verbais e audiovisuais em torno das formações discursivas foi uma etapa operacional da análise para facilitar a identificação dos discursos construídos sobre a Amazônia e os sujeitos sociais. Para efeito de reflexão teórica e empírica, nesta Parte III da tese, identificamos três grandes linhas discursivas, a partir das formações discursivas, que nos permitiram caminhar em direção à produção discursiva nacional sobre a Amazônia nos telejornais de rede. As três linhas discursivas são as seguintes:

Discurso da nacionalidade - construindo uma idéia de região. O discurso traz a relação entre o Brasil e o Norte do país, a partir da construção narrativa sobre a região, os lugares amazônicos e a memória.

Discurso salvacionista – constrói a floresta apartada da Região Norte como patrimônio nacional e mundial, ao mesmo tempo exuberante e ameaçado.

Discurso da colonialidade – produzido a partir da noção de saber e poder ao enunciar

os sujeitos amazônicos. O olhar é construído em torno da diferença cultural e da classificação do 'outro', baseado em estereótipos, mitificações e invisibilidades.

São esses três eixos que definem a divisão dos três últimos capítulos. No capítulo 5 vamos observar as falas dos jornalistas no que se refere à construção da região como um todo e sua relação com a nação (linha discursiva 1). Nos dois capítulos seguintes (6 e 7) vamos olhar mais detalhadamente e separadamente as representações sobre a floresta e os sujeitos sociais (linhas discursivas 2 e 3).

5 CONSTRUINDO UMA IDÉIA DE REGIÃO: ‘OUTRO BRASIL, OUTRO MUNDO’

Os significados produzidos sobre a Amazônia e seus habitantes em rede nacional, certamente, vão nos dizer como o campo jornalístico tece as fronteiras internas e classifica os lugares e as pessoas. Os assuntos que, supostamente, provocam maior identificação com o público são selecionados diariamente pelo jornalista, que narra o mundo a partir de um centro produtor de informações.

Assim, “o jornal tem que ser muito abrangente e, ao mesmo tempo, muito coloquial pra que ele seja compreendido por todos”, diz o diretor de Jornalismo da Rede Globo, Carlos Henrique Schroder (JORNAL NACIONAL, 2004). O jornalista julga imprimir no texto a sintonia com o telespectador, envolvendo-o e atraindo-o a novos encontros: ‘daqui a pouco a gente se vê’.

O fato de ser ‘compreendido por todos, de modo abrangente e coloquial’ nos indica que o jornalista cria uma idéia de Brasil, um telespectador ideal, padrão, consumidor das informações e a partir daí supõe um Brasil unificado, com uma apropriação mediana das notícias exibidas. As palavras de William Bonner, editor-chefe do Jornal Nacional, são esclarecedoras nesse sentido:

Profissionais que fazem o JN tentam escrever seus textos imaginando que serão ouvidos por alguém que não seja nem analfabeto nem pós-graduado. Que seja a pessoa mais ‘equipada’ do núcleo familiar, e que esteja cansada, no fim de um dia de trabalho. O nível de detalhamento que o Jornal Nacional oferecerá aos espectadores dependerá da complexidade do assunto tratado e da familiaridade que nós imaginamos que aquele determinado telespectador tenha com o tema. Quanto mais distante uma notícia for do universo do nosso espectador médio, mais necessário será um detalhamento maior na apresentação dos fatos (BONNER, 2009, p. 215).

Esse telespectador médio é imaginário. De fato ele existe dentro de cada um dos jornalistas produtores. A familiaridade ou o distanciamento suposto da audiência é que vai delimitar a superficialidade ou o aprofundamento da cobertura. É uma classificação cultural. O jornalista que produz os telejornais de rede só pode falar a partir do seu lugar, da sua posição social. Não pode falar por outros.

Ao olhar para o Brasil ele tem uma visão aérea, mesmo que conte com emissoras afiliadas espalhadas por todo o país e jornalistas setorizados. É que ao lidar com as regiões, cenários dos acontecimentos, as ‘idéias feitas’ entram em ação. Por isso, jornalistas conseguem produzir com tanta velocidade. Bourdieu (1997, p. 40) diz que eles adquirem essa capacidade porque pensam com ‘idéias feitas’. São “idéias que, quando as aceitamos, já estão

aceitas, de sorte que o problema da recepção não se coloca... quando emitimos uma ‘idéia feita’ é como se isso estivesse dado”; o problema está resolvido”.

Como o Jornal Nacional ‘fala’ todos os dias para todo o Brasil, seus textos são um produto simbólico rico para a análise porque estamos falando de representações nacionais. Ao selecionar os fatos e recriá-los está construindo uma idéia de Brasil por meio de códigos culturais de classificação. Ao organizar a experiência e criar o sentido de maneira tão específica, o noticiário torna-se ‘mitologia’: “um sistema cultural vibrante e ritualizado, análogo à religião, à universidade, à ciência e à arte, no sentido em que, através de suas histórias, ele procura dar sentido a um mundo frágil e freqüentemente contraditório” (CAMPBELL, 1991, p.2).

A maior região do país em área física e a menos populosa guarda um ‘tesouro’ cobiçado pelo mundo inteiro. A floresta e suas riquezas estão no foco das atenções dos mais diversos agentes, seja no campo político, econômico ou ambiental. Foi o que vimos no capítulo 1. Nos telejornais da Rede Globo exibidos em rede nacional, esse ‘tesouro’ agrega formações ideológicas várias que identificamos a partir da separação do texto em formações discursivas. É o que veremos a partir de agora.

5.1. A AMAZÔNIA É NOSSA: O DISCURSO DA NACIONALIDADE

O jornalista que vem de longe, na tentativa de se aproximar, tem a missão de traduzir para o Brasil, de forma ‘abrangente’ o que acontece na região. Mas o telespectador é um ser abstrato, sem permissão para participar diretamente das rotinas de produção. Os jornalistas, com seus critérios de noticiar, estão mais preocupados com os fatos ‘potencialmente’ noticiáveis. Eles crêem e julgam fazer crer que a escrita se faz como técnica, como algo natural que emana de sua capacidade intelectual.

Os dados analisados vão nos mostrando que a técnica existe sim. Mas ela apenas vai con-formando, dando forma ao texto. Este, quando desnudado e dissecado, salta como sintoma e prática de importantes relações de poder e saber construídas sobre o ‘outro’ amazônico. Nas matérias observadas, sejam as séries especiais ou a cobertura factual da Raposa Serra do Sol, os repórteres foram ‘enviados especiais’ que se deslocaram da ‘base’ para realizar suas reportagens no ‘coração da Amazônia’.

Não podemos esquecer que essa relação tem como contexto uma divisão hierárquica nacional pautada pelas condições dos veículos de comunicação de massa.

O fluxo de comunicação é esmagadoramente de sentido único. As mensagens são produzidas por um grupo de indivíduos e transmitidas para outros situados em circunstâncias espaciais e temporais muito diferentes das encontradas no contexto original de produção (THOMPSON, 2002, p. 31).

Esse fluxo entre quem produz e quem recebe e sobre quem se fala, no caso da Amazônia, traz espacialidades completamente distintas. O texto jornalístico emana de um centro produtor, que diariamente precisa atualizar e abastecer o Brasil com o que aconteceu de mais importante naquele dia. Após o ‘mergulho’ local com a captura de entrevistas e imagens, o repórter retorna para a base, onde texto e imagem serão montados (editados) e inseridos no texto maior do telejornal. Nesse momento decide-se sobre sua inserção na escalada (abertura), nas passagens de bloco - chamada para os próximos blocos - ou ainda nas chamadas na programação que antecedem o telejornal.

Para refletir sobre o porquê das escolhas, queremos olhar para o escolhido, o selecionado, o recortado – o texto. As narrativas explicitam construções de mundo que nos dizem do modo de apreensão dos sujeitos e dos lugares. Essa relação entre ‘eu’ e o ‘outro’ vai nos indicar processos classificatórios e, conseqüentemente, sobre a mediação da identidade, que parece ter origem, não no mundo da vida, como querem os jornalistas, mas no mundo das ideologias.

Uma das principais fontes de identidade cultural são as culturas nacionais em que nascemos (HALL, 2003b). Nossas histórias individuais interagem com os lugares sociais onde nascemos e vivemos. E assim vamos acumulando uma bagagem cultural na nossa trajetória de vida a partir das trocas que estabelecemos. Cores, símbolos, marcas, ruas, lugares, falas vão se associando à nossa individualidade naturalmente no cotidiano.

O sentimento de ser brasileiro vai ganhando contornos, também, a partir de propagandas oficiais, construções midiáticas, livros de história e nas salas de aula. Não nascemos com a idéia pronta de nação. É algo que produz sentidos, um sistema de representação cultural, uma comunidade simbólica. Portanto, é um discurso, que influencia nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos. “As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades” (HALL, 2003b, p. 51).

E mesmo lá distante, no *Brasil Invisível*, nomeado por Marcelo Canellas, é possível encontrar gente como o beiradeiro Antônio, que surpreende o repórter pelo sentimento de nacionalidade:

Repórter Marcelo Canellas: “ainda que o Brasil vire as costas para os defensores da floresta. Ainda que o Estado os mantenha na ignorância, aqui no Bravo Sonho enche-se o peito para dizer”.

Antônio: “nós somos ricos. Nós devemos nos orgulhar de ser brasileiro”.

A identidade é tanto simbólica quanto social (WOODWARD, 2000). É adotada por nós como se viesse ‘de dentro’ (HALL, 1997). Identificar-se com este ou aquele lugar é ir ao encontro de si, da sua história, da sua vida. É exatamente o contrário de ser um anônimo, desconhecido, estrangeiro, forasteiro.

Fazer parte ou ser bem-vindo neste ou naquele grupo é fundamental para o sentimento de pertença. O lugar é simbólico na medida em que resulta dos usos que dele se faz (CERTEAU, 1994) e é sedimentado por meio de sentimentos simbólicos. A configuração da paisagem, das construções e das pessoas tem sido investida com memórias coletivas, que possuem suficiente poder emocional para gerar um senso comunal (FEATHERSTONE, 1997, p. 151).

A memória é uma das fontes fundamentais da identidade. Aquilo que fomos um dia ou o legado de nossos antepassados permite o afeto, a afiliação a este ou aquele modo de pensar. É aquilo que faz as ruas, as praças, as casas, as árvores e as pessoas do lugar onde nascemos significarem quando as reconhecemos como próximas. É o sentir-se ‘em casa’.

O incômodo com o nome dos lugares é notório em algumas passagens das séries analisadas. São demarcações das posições de onde fala a equipe do Sudeste do país. Em *Terra do Meio*, os apresentadores dizem sem cerimônia: “lugar de nome estranho: Terra do Meio”. Em *Amazônia Urbana* é o repórter quem considera esquisito o nome de um município paraense: “O nome do lugar... Medicilândia”. Por outro lado, quando a equipe encontra uma cidade chamada Ipanema⁸⁷, no Amazonas, a identificação é total. Uma das integrantes da *Caravana JN* comenta: “Ipanema (sorridente). Ipanema. Não é legal Ipanema no Amazonas?” (sorri).

Sobre a ilha do Bravo Sonho, o repórter não se interessa em saber o porquê do nome. Apenas ironiza, deixa claro o estranhamento e silencia. “Antônio nunca teve filhos. Mas tem um orgulho danado da ilha onde mora. Como é que chama a ilha?”. São percepções do desconhecido, que exibem a leitura de ‘outro mundo’. Nesse sentido, a fala do repórter Pedro Bial é esclarecedora: “a selva, o rio, o barco, outro mundo”. O ‘Brasil ribeirinho’, citado por ele, particulariza a vida das populações locais. Ao se apropriar do discurso turístico, refere-se à Belém como ‘portão da floresta amazônica’ e faz crer que é possível haver separação entre

⁸⁷ Bairro da cidade do Rio de Janeiro, onde fica sediada a equipe do Jornal Nacional.

cidade e floresta.

São as mesmas polaridades que observamos no discurso eurocêntrico, ocidental. A oposição entre cidade e floresta é semelhante à separação entre civilizado e ribeirinho. Bial chama Belém de ‘posto da civilização avançado’, mas o caminho que percorre de barco para ver de perto a floresta é o ribeirinho. Os personagens que escolhe para falar pertencem a esse Brasil da floresta, do rio, e não da cidade. Situado na capital, na ‘civilização’, insinua que ao passar pelo ‘portão’, terá outro Brasil pela frente. As observações generalizam a vida na região.

Pensar sobre a imagem de uma região significa adentrar no campo das representações e divisões internas de uma nação. Ao trazer a fala do Sudeste, a Rede Globo constrói uma determinada idéia de Amazônia e de Região Norte. E essa é a primeira questão a ser observada.

A Região Norte (figura 73) é composta por setes Estados da Federação, que são Pará, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá e Tocantins. E é a mais extensa região do Brasil e a menos populosa. Corresponde a 8% da população brasileira. Abriga o maior e o segundo maior Estado do Brasil, respectivamente, Amazonas e Pará. No Norte estão também os três maiores municípios brasileiros: Altamira, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira. O primeiro é citado em duas das séries analisadas. O Norte faz fronteira com seis países sul-americanos.

Figura 73 – Mapa da região Norte



Fonte: Brasil Escola⁸⁸

A Região Norte está contida na chamada Amazônia Legal (figura 74), que é muito maior. Esta é composta pelos sete Estados da Região Norte e mais Mato Grosso e Maranhão. “O Brasil possui 63,4% da Amazônia sul-americana e a Amazônia Brasileira corresponde a

⁸⁸ Disponível em <http://www.brasilecola.com/brasil/a-regiao-norte.htm>. Acesso: em 20 mai. 2011

mais da metade do território nacional (...) ela não se confunde com a região Norte, que é uma divisão político-administrativa para fins censitários” (BECKER, 1998, p. 9).

Figura 74 – Mapa da Amazônia Legal



Fonte: Imazon⁸⁹

Berta Becker⁹⁰ diz que, espacialmente falando, Amazônia e Região Norte não se confundem. São duas divisões diferentes. Nos textos observados percebemos algo diferente. Extraímos as aberturas das matérias (‘cabeças’) lidas pelos apresentadores no estúdio para verificar como ofertam os assuntos, como convocam o telespectador. São as chamadas das reportagens, um convite para sentar no sofá e ouvir sobre o que será falado em seguida.

Em nenhuma delas a denominação ‘Região Norte’ é mencionada. Na maioria aparece a palavra Amazônia, relacionada ao Estado foco da reportagem. Assim, em *Terra do Meio* temos na primeira matéria da série: “as mazelas e as riquezas da Amazônia como você nunca viu”. E na segunda reportagem: “um lugar de nome estranho: Terra do Meio. Fica no Pará... Hoje você vai conhecer os ribeirinhos. Cerca de 300 famílias que vivem na floresta amazônica. São brasileiros de um Brasil invisível”. E na última: “são muitos os caminhos do desmatamento no Pará. O sul do Estado mostra como uma chaga aberta a triste realidade. É onde mais avança a devastação da Amazônia”.

Em *Amazônia Urbana* temos: “o Jornal Nacional convida você a assistir a partir de hoje uma série de reportagens com um olhar diferente sobre a Amazônia. Alberto Gaspar e Laércio Domingues vão mostrar como é a vida dos brasileiros que moram em cidades erguidas no meio da floresta”. Ou ainda: “o isolamento das pequenas cidades e povoados erguidos no meio da floresta é o tema da terceira reportagem da série sobre a Amazônia urbana”. E no final: “o Jornal Nacional termina hoje a série especial sobre a Amazônia urbana

⁸⁹ Disponível em <http://www.imazon.org.br/mapas/amazonia-legal/view>. Acesso: em 19 mai 2011.

⁹⁰ *ibid.*

com um dos maiores desafios da região”.

Percebe-se, nos trechos analisados, que na oferta discursiva sobre o Norte do país, o que sobressai é a floresta. A divisão política é apagada. Os Estados da região são representados em sua relação com a ‘selva’, ora como guardiões da memória e da mata, ora como palco de ilegalidades, conflitos e denúncia, ou ainda como palco de experiências para o desenvolvimento sustentável e a preservação.

Identificamos aí a demonstração de que o Norte é apagado em detrimento da floresta. E isso pode ser ilustrado com a fala de Bial ao mostrar imagens do rio e da mata: “aqui tudo é superlativo”. Tudo o que é mostrado diz respeito a um conceito de Amazônia, ou seja, é dimensionado e observado em relação à floresta.

Berta Becker⁹¹ nos diz que “as regiões não são entidades autônomas. Pelo contrário, configuram-se a partir das diferenças que apresentam em relação às outras e do papel diferenciado que exercem no conjunto da sociedade e do espaço nacionais”. Nas narrativas analisadas, a Amazônia se constitui como uma região diferenciada, como se a floresta fizesse sombra sobre toda a Região Norte.

Pensar em região, além de pensar em divisão, é pensar em relações de poder, em dominantes e dominados. Roberto Lobato Corrêa diz que o conceito de região vem sendo utilizado para fins de ação e controle. “Utilizam-se o conceito de diferenciação de área e as subsequentes divisões regionais, visando ação e controle sobre territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativa e econômica de uma classe dominante” (CORRÊA, 2003, p. 47).

Falar em Amazônia é diferente de falar de floresta amazônica. A primeira, nominada dessa forma, torna-se região, referência de lugar sob ‘ação e controle’ do Estado, com atestado de propriedade. A floresta assim citada se insere na região, não fica solta, sem dono, vira patrimônio nacional. E a Região Norte, diante de todo o interesse político e econômico pela Amazônia, torna-se parte obscura, mera divisão administrativa ou geográfica. Mas quando se noticia, por exemplo, o plebiscito aprovado no Congresso Nacional a ser realizado no Pará, que vai decidir sobre a divisão do Estado, a Região Norte é mencionada⁹².

Assim como a nação é uma criação cultural e histórica (ANDERSON, 2008), as regiões e as fronteiras, que delimitam interna e externamente as divisões, também o são. Essas separações hierárquicas constituem na prática um Brasil repartido, reafirmado pelos dispositivos midiáticos. O mundo significado pela produção jornalística é da ordem da

⁹¹ *ibid.*, p. 8.

⁹² A divisão do Pará foi assunto do Jornal Nacional de 06 de junho de 2011.

construção e para existir como tal precisa ser enquadrado em critérios de noticiar. Para estar ali, no cardápio do telejornal daquele dia, a reportagem passou, no mínimo, pelo teste da abrangência (o número de pessoas atingidas pelo fato), a importância para os brasileiros e a possibilidade de aquele fato entrar para a história (BONNER, 2009). Esses são os critérios de noticiabilidade do Jornal Nacional.

Aí se tem o que Thompson (2002, p. 38) está chamando de ‘historicidade mediada’: “nosso sentido do passado e de como ele nos alcança se torna cada vez mais dependente da expansão crescente de um reservatório de formas simbólicas mediadas”. Bonner destaca o caráter histórico do jornalismo quando recorda a cobertura de alguns fatos marcantes que fazem os jornalistas lembrarem com entusiasmo por que escolheram a profissão. Assim foi a edição do JN de cinco de novembro de 2008, nas palavras do editor-chefe do JN (BONNER, 2009, p. 97-98). Aqui um trecho do script do telejornal lido pelos apresentadores:

- “Boa noite. Existem dias em que o jornalismo registra fatos que, no futuro, serão contados nos livros - e serão guardados por gerações. Nesses dias, o que o jornalismo faz é escrever a história. É um capítulo da história que o Jornal Nacional começa a contar, a partir de agora, ao vivo, de Washington, com William Bonner”.

E eu, de lá:

- “Boa noite, Fátima, boa noite a todos. A história que nós vamos registrar hoje afeta os cidadãos da maior potência do mundo. Mas não só eles. Quem nasceu ou não nos Estados Unidos, quem viveu ou não aqui, nós todos somos testemunhas do início desse capítulo histórico representado pela escolha de Barak Hussein Obama para a presidência americana”.

Como a Amazônia se faz presente no Jornal Nacional supõe-se que ela atende os pré-requisitos da ‘abrangência’, ‘importância’ ou a ‘possibilidade de entrar para a história’. Um deles ou todos ao mesmo tempo. Assim como a posse de Barak Obama ‘afeta os cidadãos da maior potência do mundo’, nas palavras de William Bonner, as ameaças à Amazônia ou às fronteiras nacionais ‘afetam’ o povo brasileiro. Portanto, sua noticiabilidade assim estaria justificada.

O jornalismo de característica e abrangência nacional precisa estar sintonizado com a sua época e dar conta das questões principais que afligem a nação, captando culturalmente o que conecta o país, suas diversas regiões e diferentes espacialidades. Essa condição reforça o pacto com a audiência, que necessita ser atendida em seu direito à informação, tendo o jornalista como mediador dessa garantia. “O jornalismo é um excelente meio de pesquisa para qualquer historiador que busque a atmosfera de uma época esquecida” (MINOGUE, 1981, p. 90).

Uma das formações discursivas identificadas nos textos analisados foi a

nacionalidade. Aqui encontramos um modo de falar sobre a região como propriedade nacional, quando se vislumbra a Amazônia como questão que diz respeito à soberania do país. Anderson (2008) propõe que a soberania, a liberdade, a autonomia de um país são fundamentais para a construção simbólica da nação.

Quando o foco da notícia é a tensão na Amazônia, a região recebe espaço nos telejornais para mostrar a fronteira nacional ameaçada. A cobertura noticiosa sobre a *Raposa Serra do Sol*, já analisada individualmente no capítulo três, expõe o confronto armado entre índios e arroteiros e provoca a produção factual e especial com detalhes de tiros e explosão na abertura dos telejornais. A situação é colocada como preocupante e explosiva, devendo ser tratada como prioridade pelo Governo Federal.

Com certeza, o que permitiu a ênfase na cobertura do caso foi o fato de as cenas de violência contra os índios terem sido gravadas. Em um caso como este de muita ação, as imagens são fundamentais, principalmente se são exclusivas. Afinal, “em jornalismo o furo atrai todas as atenções porque é escasso, valioso, ostensivo e simbólico. Num produto jornalístico o furo é a Ferrari dobrando a esquina ali na frente – e todos os jornalistas se perguntando o que será que o dono fez para consegui-la” (BONNER, 2009, p. 14).

Jornalistas estão sempre em alerta com relação à produção de seus concorrentes. É isso que os move: supor que o que estão falando tem sempre algo a mais que seus pares não viram ou não mostraram. Bourdieu afirma que jornalistas se interessam pelo excepcional em oposição ao que é banal, ordinário, cotidiano. Mas o extraordinário é supostamente o que pode diferenciá-los dos outros jornais, o que pode permitir o troféu do ‘furo’.

Para ser o primeiro a ver e a fazer ver alguma coisa, está-se disposto a quase tudo, e como se copia mutuamente visando a deixar os outros para trás, a fazer antes dos outros, ou a fazer diferente dos outros, acaba-se por fazerem todos a mesma coisa, e a busca da exclusividade, que, em outros campos, produz a originalidade, resulta aqui na uniformização e na banalização (BOURDIEU, 1997, p. 27).

As reportagens são narradas como capítulos que se sucedem em uma novela dramática. A cada dia uma nova ação. Os fatos se desenrolam e geram suspense sobre as cenas do próximo capítulo e seu desfecho. Como isso vai terminar? “O princípio da seleção é a busca do sensacional, do espetacular. A televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico⁹³”.

⁹³ *ibid.*, p. 25.

Para Travancas (1993, p. 104), os jornalistas são portadores de uma ideologia individualista que os leva sempre a procurar um lugar de destaque na sociedade. “Estão todos em uma situação comum - (...) - à procura de um ‘furo’ que os tire do anonimato e os coloque no caminho da notoriedade. Quer ela seja de pequeno, médio ou grande alcance”.

Os jornalistas destacam a necessidade de proteger a fronteira amazônica enfatizando as medidas anunciadas pelo Governo para ‘pacificar a região’: a criação de novos postos militares e o desarmamento. A história da disputa de terra na Raposa Serra do Sol é investigada pelo repórter, mostrada com destaque e exibida com exclusividade (figura 75): “Você vai ver imagens inéditas de uma visita do Marechal Rondon à região”.

Figura75 – Marechal Cândido Rondon em visita à Raposa Serra do Sol



Fonte: Rede Globo – Jornal da Globo (exibido em 14/05/2008)

As imagens, cedidas pelo Museu do Índio à Rede Globo, são tomadas como exclusivas. O general, militar, “verifica pessoalmente os marcos estabelecidos. Rondon recebeu a missão de inspecionar as condições da vida e segurança das fronteiras brasileiras”, diz o repórter. O general é mostrado em ação entre os índios na primeira metade do século passado. De modo semelhante, são os militares convocados a opinar sobre a questão indígena atual e sua relação com as fronteiras brasileiras situadas na Amazônia. Dois militares são convidados a fazer parte do texto na série *Raposa Serra do Sol*:

- General Heleno Ribeiro, comandante militar da Amazônia: “é só ir lá olhar as comunidades indígenas pra ver que a política é, é, é lamentável, pra não dizer que é caótica”.
- Alberto Cardoso, general do Exército: “o que está em jogo é o fato de se estar criando uma situação de risco, que pode vir a se transformar numa ameaça concreta a soberania do país”. E mais adiante: “basta que se decida que ali tem... que se decida fora do país... que ali tem uma nação, tem um território, vamos criar um estado e transformar esse estado em algo independente, em um ente político independente. E aí já se tá, já se foi a nossa soberania, aí já se vai criar uma situação conflituosa”.

Representantes de uma ONG, da Igreja Católica e os índios também se fazem presentes no texto. A narrativa mostra as riquezas da região, a cobiça, a exploração dos recursos minerais pelos próprios índios e a vulnerabilidade da fronteira. A situação de conflito traz ao debate nacional a discussão sobre o futuro da Amazônia, dimensionada pelo repórter Carlos de Lanoy como ‘provocadora de reflexões’. Por isso o repórter questiona: “o julgamento até poderá decidir o caso de Roraima, mas não resolve uma questão ainda maior. O que queremos fazer com a Amazônia? Como queremos tratar nossos índios?”.

Amazônia e índios são abordados como questões nacionais, nas quais o repórter se inclui ao usar a palavra ‘nossos’, ainda sem solução. Os índios são situados no centro da disputa como os responsáveis pelo conflito. E como são ‘incapazes’, de acordo com a Constituição Brasileira, é preciso decidir o que fazer com eles. São propriedade do Brasil: “nossos índios”. Os demais atores sociais envolvidos na disputa não são de propriedade coletiva: não se diz nossos arroteiros, nossos grileiros, nossos madeireiros.

“A missão de incorporar terras, defender fronteiras, preservar riquezas é constitutiva da mística da penetração na Amazônia” (CARDOSO; MULLER, 1978, p.10). No Governo militar esse discurso é disseminado com a justificativa da valorização do homem e da integração nacional. É o que Pollack (1992) identifica como ‘trabalho de enquadramento da memória’, que é a estratégia de reinterpretar o passado para o bem do presente ou do futuro. E é semelhante ao que os jornalistas fazem ao buscar na história as explicações para o presente.

As idéias não funcionam por conta própria, espontaneamente, livremente. “Na verdade, somos falados ou falamos por nós, nos discursos ideológicos que nos aguardam desde o nosso nascimento, dentro dos quais nascemos e encontramos nosso lugar” (HALL, 2003a, p. 189). Quando estão em questão a fronteira nacional e as ‘terras férteis’ da Amazônia, ou seja, soberania e riqueza, os apresentadores dizem: “a situação na região é explosiva”. A disputa de terras na Amazônia é mencionada pelos apresentadores como preocupante. Seja na Raposa Serra do Sol ou na Terra do Meio, a questão envolve conflito, violência, roubo, ameaça de morte, exílio, desmatamento, ilegalidade.

O jornalismo torna-se o porta-voz do discurso da unidade nacional acima dos interesses das populações locais. É o centro quem deve decidir, é o Governo Federal, é o Supremo Tribunal Federal. E ao repórter que vem de fora é perfeitamente cabível perguntar: “como queremos tratar nossos índios?” Será que não é hora de perguntar como os índios querem ser tratados, invertendo o discurso?

E a sequência de perguntas continua. Mas dessa vez entra em cena o discurso do desenvolvimento sustentável e as questões são outras. Agora é o repórter Alberto Gaspar, da

série *Amazônia Urbana*, quem pergunta. “Será que a nossa Amazônia ainda vai exportar idéias para as cidades do futuro?” Nesse momento a série referia-se aos exemplos que associam floresta e desenvolvimento, como os exemplos do artesão das biojóias, a escola da floresta ou a dona de madeireira que trabalha com o conceito de sustentabilidade.

A Amazônia continua sendo ‘nossa’, observando o texto do repórter, mas é ela que tem de dar o exemplo com ações de preservação da floresta. A questão não é prioritária e nem se cobra agilidade do Governo para apresentar soluções rápidas como se viu na Raposa Serra do Sol. Aqui paira a dúvida sobre a capacidade da Amazônia, sozinha, gerar conhecimentos e bons exemplos para o mundo. Interessante pensar a oscilação do discurso que representa a Amazônia ora como brasileira, nossa, ora como patrimônio mundial e ora como ‘outro mundo’.

5.2. PRODUZINDO UMA IDÉIA DE FRACASSO: A REGIÃO DO ABANDONO E DOS PROJETOS FALIDOS

A relação da Amazônia com o *fracasso*, enquanto formação discursiva, também foi observada nos textos analisados. A idéia de falência e abandono aparece nas tentativas frustradas de crescimento da região. Na série *Amazônia Urbana* isto pode ser constatado em vários momentos.

Quando narra a história da cidade de Fordlândia, no Pará, Alberto Gaspar começa assim: “as margens do rio Tapajós ruínas de um sonho (pausa) americano”. O repórter refere-se à tentativa do americano Henry Ford de retomar a produção de borracha na Amazônia para fugir do monopólio dos ingleses. As imagens mostram prédios abandonados, uma parede com a pintura descascada onde se lê ‘welcome the...’ (apagado) - o resto é incompreensível -, maquinário abandonado em preto e branco, casas vazias, fachadas. Em seguida o repórter conversa com uma professora:

Repórter Alberto Gaspar: “isso aqui não virou nada, né? Porque...”

Professora Maria Raimunda: “não virou nada”.

Repórter: “é como se fosse um museu do fracasso”.

Professora: “museu do fracasso”.

Observa-se na entrevista acima um excessivo uso da autoridade no diálogo com a entrevistada. Ao repórter cabem as observações conclusivas mais importantes. A fala da professora serve tão somente para confirmar o que o jornalista anuncia. O ‘outro’ aqui é

desbotado. O diálogo explicita as impressões pré-concebidas do repórter.

Michel de Certeau argumenta que toda escrita é colonizadora, porque visa a “colonização do corpo pelo discurso do poder” (CERTEAU, 2010, p. 09). A proposta de Certeau é estudar a escrita como prática histórica, analisando a relação do discurso com o real. E ao analisar a narrativa histórica nos leva a fazer conexões com a produção jornalística e sua necessidade incessante de contar novas histórias. A história

fornece a moldura vazia de uma sucessão linear que responde formalmente à interrogação sobre o início e a exigência de uma ordem. Ela é, então, menos resultado da pesquisa do que a sua condição: a trama colocada a priori pelos dois fios através dos quais o tecido histórico cresce pela simples ação de tapar os buracos⁹⁴.

O repórter prossegue: “além das instalações industriais, foram construídos bairros inteiros com jeito de filme de Hollywood. Mas as casas, ótimas para os Estados Unidos, aqui eram muito quentes”. E conversando novamente com a professora surge a explicação para o fracasso.

Professora Maria Raimunda: “queriam implantar no caboclo a cultura deles. Queriam que o caboclo comesse o prato de verdura, aaaaaa a alimentação deles”.
Repórter Alberto Gaspar: “teve briga, né? Teve choque, agressão”...
Professora: “teve, teve, teve. Teve agressão mesmo, eles estavam armados de faca, de facões... foi feio”.

O repórter continua e em uma passagem de vídeo explica os motivos do fracasso: “conflitos como esse, da batalha do peixe com farinha contra o hamburger com espinafre são apenas o sintoma de um problema muito maior. Responsável pelo fracasso não só desse, mas de muitos outros projetos na Amazônia: a falta de conhecimentos da região por parte dos forasteiros” (fim da passagem). E conclui: “a aventura americana não teve final feliz. Acabou em abandono nos anos 50”.

O texto nos mostra que a falta de conhecimento dos ‘forasteiros’ não é somente sobre a região, mas sobre os sujeitos moradores da Amazônia. Ao reforçar a idéia de *fracasso*, o repórter, assim como os forasteiros, também não tem interesse em observar com mais atenção a vida dos lugares por onde passa. Vai apenas nomeando, classificando. Não busca saber o que aconteceu com as pessoas envolvidas no projeto. O que elas fazem hoje? Que caminhos seguiram? Onde moram? Para o repórter, Fordlândia é igual a *fracasso* e isso é preponderante.

⁹⁴ *ibid.*, p. 23.

Não penetra no mundo do ‘peixe com farinha’. Prefere o ‘hamburger com espinafre’.

A rodovia Transamazônica, um projeto do Governo militar, é citada, em *Amazônia Urbana*, como um projeto ambicioso, tanto quanto a ‘aventura de Henry Ford’, que não foi concluído. Assim, o repórter Alberto Gaspar constata: “a Transamazônica deveria chegar até Benjamin Constant na fronteira com o Peru. Nesse trajeto deve ter mudado a vida de Lábrea. Certo? Errado”. Compartilha com o telespectador o absurdo da situação. E prossegue em uma passagem de vídeo:

o rio ainda é o principal caminho pra chegar ou sair de Lábrea. Sete dias de navegação até Manaus. Isso apesar da cidade estar junto a uma das principais rodovias brasileiras: BR 230 – Transamazônica, que na verdade termina bem no centro da cidade, onde se formou essa espécie de pracinha, com uma lanchonete, uma casa de jogos eletrônicos, um cybercafé e mais essas duas aqui, ó, bem no caminho da rodovia (plano médio do repórter. Casas ao fundo. Câmera sai do repórter e mostra rodovia. Crianças correndo em primeiro plano. Câmera vai mostrando o que ele fala) (repórter Alberto Gaspar, série *Amazônia Urbana*).

Ao final do texto acima, o repórter entra em uma das lojas que estão no caminho da rodovia e conversa com a dona, Zilda Bandeira. O clima é de ironia:

Repórter Alberto Gaspar: “será que num vai passar a estrada bem no meio da sua loja não?” (interna - loja, plano médio. Bolsas em prateleiras ao fundo).

Lojista Zilda Bandeira: “ai será? Eu acho que não”.

Repórter: “acha que não?”

Lojista: “não”.

Repórter: “acha que ela num continua não, né?”

Lojista: “não”.

E ao deixar Lábrea, observa: “na Transamazônica que existe a partir de Lábrea, levamos algumas horas para rodar pouco mais de 100 quilômetros”. O repórter Marcelo Canellas também constata, ao percorrer os caminhos que levam à Terra do Meio: “de Altamira a Marabá são 550km de poeira e solavancos pela Transamazônica”. Os dois repórteres observam desmatamento, queimadas, ameaças à floresta dos dois lados da rodovia.

Gaspar é enfático: “milhares de quilômetros cortando a floresta”. E às margens da estrada aponta ‘vários projetos de cidades que ficaram pelo caminho’ (casa de madeira com varal na frente no meio do mato. Câmera, fechada em bola, abre e mostra casas ao fundo. Gramado em primeiro plano). As casas à beira da rodovia são para o repórter projetos de cidade abandonados (figura 76), por isso observa a falta, o fracasso. Não entra para conhecer e saber de quem mora ali. Não percebe ali um modo de vida específico. Sua preocupação é com a taxonomia.

Figura 76 – Cidades que ficaram pelo caminho

Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 22/07/2010)

Na Terra do Meio, Marcelo Canellas percorre as estradas do Pará e observa o desmatamento como consequência da corrida pela comercialização da madeira. Assim relata suas percepções: “mais caminhões de madeira, mais fogo, mais gado chegando. Só que em vez da floresta, projetos falidos, funerárias prósperas e uma tensão permanente”. O repórter também relata a falência de projetos que não deram certo e que trouxeram como consequência apenas a agressão à floresta.

Figura 77 – Projetos falidos

Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 07/12/2007)

A imagem de falência pra Canellas é a vista acima (figura 77). Sob a poeira da rodovia inacabada, um homem descalço, solitário, parecendo pedir ajuda ou carona. Um cenário desolador é captado pela câmera da equipe de *Terra do Meio*, que usa o contraponto para mostrar o desequilíbrio. Enquanto os projetos entram em falência, as funerárias prosperam e este é um cenário de ‘tensão permanente’, nas palavras do repórter.

Em cenários completamente diferentes, Gaspar e Canellas referem-se à falência. No primeiro o cenário é verde (figura 76), a floresta aparece no fundo. Há certa harmonia na paisagem, apesar da solidão. O que falta é gente. No segundo cenário (figura 77), a cor e a luz

são completamente diferentes. Não há verde. O marrom embaçado predomina. O homem desbotado e sem rosto está no centro da cena, onde a floresta foi apagada.

A imagem mais exemplar e forte de falência e do fracasso da região está no ciclo da borracha. De um período de fausto e riqueza, a Amazônia herdou a pobreza e o abandono, reiterados pela produção jornalística. Os pontos positivos do ciclo econômico são trazidos por Pedro Bial como *exaltação*, enquanto formação discursiva⁹⁵: “graças à opulência do ciclo da borracha...”. O repórter deixa a frase em aberto e o complemento vem no depoimento do filósofo entrevistado, que, pela construção discursiva proposta, parece creditar ao ciclo o jeito de metrópole de Belém e a elegância da arquitetura portuguesa, pelo menos é o que a edição utilizada deixa ver.

Alberto Gaspar também exalta em um primeiro momento: “a borracha abriu o caminho até a Amazônia mais profunda. Povoou a região... Até o começo do século XX, a extração da borracha construiu fortunas. Fez crescer e embelezou cidades” (*Amazônia Urbana*). Na memória nacional foi o *boom* do crescimento econômico da região. Alberto Gaspar afirma sobre Belém: “ela nunca se recuperou direito do fim do ciclo da borracha”. E mais enfático ainda: “a extração da borracha construiu fortunas. Fez crescer e embelezou cidades. Mas ela se deslocou para a Ásia com as plantações intensivas dos ingleses. A Amazônia ficou um pouco órfã. A floresta começou a ser derrubada”.

Passado, presente e futuro são ordenados no texto como pobreza (antes); crescimento, beleza e fortuna (durante); e orfandade e devastação (depois). Assim, a imagem de Belém como decadente e abandonada vem sendo perpetuada na memória nacional. Surge no texto como ‘polícia discursiva’ (FOUCAULT, 2006a), trazendo saberes e poderes acumulados que atravessam o discurso fazendo construções memoráveis.

Barbie Zelizer, ao analisar a construção midiática do assassinato de Kennedy aponta que esses momentos - capturados pelos *media* de diversas formas- têm sido repetidos como marcos da memória coletiva do país cada vez que a história da morte de Kennedy é recontada. A narrativa congrega essas imagens de maneiras significativas, emprestando unidade, sequência temporal e espacial, e forma (ZELIZER, 1992, p. 5).

Observando a memória nacional, como lugar de coexistência das memórias coletivas e comemorativas (BARBOSA, 2007), tem-se o período da borracha como marco insistentemente repetido e cristalizado do sucesso de uma época. É quando a Amazônia de fato se faz existir para o Brasil e para o mundo (VELHO, 1979).

⁹⁵ A *exaltação* é outra formação discursiva que identificamos nos textos. Exaltar no sentido do dicionário Aurélio Buarque, como ‘tornar alto, sublime, grandioso’.

O discurso silencia a exploração do homem, que Márcio Souza (2001) reivindica na releitura da história local. Os significados não estão apenas no que dizemos, mas também no que não dizemos. O silêncio também produz sentidos. “O silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável (...) ele escorre por entre a trama das falas” (ORLANDI, 2007, p. 32).

As marcas do silêncio nos dizem de um modo de ver que se faz frequente no discurso jornalístico. Este vai se reafirmando como o lugar onde a construção memorável oficial do país se faz de maneira significativa. Os sentidos são reafirmados por autores diferentes em situações específicas e em anos distintos. A *Caravana JN* é de 2006 e *Amazônia Urbana* de 2010.

5.3. EXALTAÇÃO E ESQUECIMENTO: O IDEAL DA FLORESTA DE PÉ E A HERANÇA PORTUGUESA

Ao contrário da significação de *fracasso*, que vimos em 5.2, a perspectiva da *exaltação*, enquanto formação discursiva, é de enaltecimento e elevação. Mas o que os repórteres consideram sublime e grandioso ao olhar para a Amazônia?

Começamos pelas semelhanças observadas entre os discursos da *Caravana JN* e da série *Amazônia Urbana* ao percorrer as duas maiores capitais da região: Belém e Manaus. Elas avistam quase as mesmas coisas. Trazem para o texto as marcas do passado, como herança enaltecida e presente de uma época a ser celebrada. Por isso, ao comparar as duas narrativas, é quase como se tivéssemos o mesmo texto e o mesmo repórter.

A memória colonial é exaltada por Pedro Bial e Alberto Gaspar. Este chega a considerar Belém mais amazônica: “Belém, com sua arquitetura colonial, é mais amazônica. Se alimenta com seus sabores e sua história... uma cidade profundamente fluvial, amazônica, com a floresta e a história muito próximas e bem cuidadas. Bom lugar pra se pensar o futuro da região”. A associação do rio (‘profundamente fluvial’) com a floresta, seus sabores e as marcas da presença portuguesa conferem a Belém a condição de ‘mais amazônica’ (figura 78).

Figura 78 – Floresta e história em *Amazônia Urbana*



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 20/07/2010)

Os repórteres observam a fartura, cuja vitrine é o mercado do Ver-o-Peso em *Amazônia Urbana* e na *Caravana JN* (figura 79). Em Belém Bial mostra as especiarias do Ver-o-Peso e o Jardim Botânico da Amazônia. E Alberto Gaspar também faz referência ao mercado do Ver-o-peso e os produtos da floresta.

Figura 79 – O Ver-o-Peso de Gaspar (à esquerda) e de Bial (à direita)



Fonte: Rede Globo – JN (20/07/ 2010) (esquerda); Jornal Nacional (2007). DVD 2 (direita)

As tradicionais vendedoras de ervas do Ver-o-Peso seduzem as duas equipes de reportagem. Bial explica: “falou em Belém, o mercador popular é a primeira coisa que vem à cabeça”. Gaspar comenta: “a floresta e suas especiarias. Até hoje presentes no mercado do Ver-o-peso em Belém”. O exótico das imagens agrega o pitoresco cenário urbano da floresta, digamos assim. ‘Incrível que tudo isso ainda exista’, parece ser o que está subentendido na fala de Gaspar, no ‘até hoje’. Coincidentemente nenhum dos dois convoca os vendedores do Ver-o-Peso para entrevistas. São apenas citados e fazem parte da paisagem.

Pará e Amazonas são os maiores Estados da região e, conseqüentemente são os mais citados. Aparecem em *Caravana JN*, *Terra do Meio* e em *Amazônia Urbana*. O Estado de Roraima é citado devido à localização da reserva da Raposa Serra do Sol, que fica lá. O Acre e Rondônia são mencionados em *Amazônia Urbana*. Os Estados do Amapá e do Tocantins não são citados em nenhuma das séries.

A relação entre floresta e memória também aparece em Pedro Bial: “com todo respeito

à Paris, posto de civilização, posto da civilização avançado é Belém do Pará, portão da floresta amazônica”. Aqui, é interessante observar que o cenário escolhido para apresentar Belém foi a parte antiga da cidade. O mesmo acontece com relação à capital amazonense. Bial exalta “Manaus e seus tesouros... o teatro Amazonas, a arquitetura da alfândega, do palácio da Justiça, a catedral...”.

A entrevista com o filósofo Benedito Nunes é utilizada para permitir ao repórter fazer um passeio pela Belém ‘civilizada’. Enquanto o filósofo vai citando seus lugares preferidos, as imagens são mostradas. Os lugares que pontua são o da cultura erudita, como o Teatro da Paz. E a capital paraense aparece relacionada à preservação da memória colonial, da cultura européia e da floresta.

O cenário da entrevista é a casa de Bené, percorrida com câmera subjetiva até chegar a uma sala lotada de livros, onde o filósofo está sentado. O repórter diz: “lido e cultuado internacionalmente, Bené, como chamam os amigos, poderia ter vivido em qualquer grande capital do mundo. Ficou por aqui”. E acrescenta como quem mostra realmente algo extraordinário: “exemplo de intelectual que longe dos grandes centros se mantém atualizado e mesmo à frente do seu tempo”.

O comandante da Caravana JN vai tecendo a cidade a partir das falas recortadas do filósofo que são entremeadas pelas suas. Vale a pena ver como isso se dá no texto (quadro1):

Quadro 1 – Entrevista com o filósofo Benedito Nunes

Repórter Pedro Bial	Filósofo Benedito Nunes	Imagens
Graças à opulência do ciclo da borracha...	Belém foi sempre uma cidade muito...é.. com... com jeito de metrópole.	Imagem do porto antigo de Belém. Guindastes da Estação das Docas//Plano Geral da Praça do Relógio. Imagem de baixo para cima. // Estátua da praça da República entre dois prédios.
Até hoje no Teatro da Paz...	Nunca vi espetáculo que desse mais gente do que ópera.	Fachada do Teatro da Paz. Em primeiro plano com destaque às pedras portuguesas da calçada da Praça da República. Câmera sobe e mostra fachada completa.
Para suas caminhadas Benedito gosta do Bosque Rodrigues Alves – o Jardim Botânico amazônico.	Aí sim tem um clima florestal, de certo modo conservado.	Geral do Bosque - interna- pan mostra ponte de pedra sobre o rio e cabana e árvores ao fundo// <i>close</i> em macaco de cheiro// arquitetura antiga do Bosque mostra identificação: “Bosque Rodrigues Alves- Jardim Botânico da Amazônia”// <i>Close</i> de peixe-boi comendo mato na superfície da água

Bial extrai da fala do entrevistado aquilo que permite mostrar a cidade ao Brasil: a importância do ciclo da borracha e da arquitetura colonial portuguesa, que deixaram a cidade com jeito de metrópole – marcas da civilização - e a floresta em equilíbrio com o passado. Ao compor o texto junto com o filósofo, o repórter deixa claras suas impressões sobre Belém.

A linguagem citada tem por função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento remete, discretamente, a um lugar de autoridade. Sob este aspecto, a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinária que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade (CERTEAU, 2010, p. 101).

Seguindo a reflexão de Michel de Certeau, temos a autoridade do filósofo e do jornalista, que ‘juntos’ constroem o texto. Bial reúne a condição intelectual do entrevistado com sua relação de pertença a Belém. Bené torna-se autoridade duas vezes, pelo saber reconhecido cientificamente que produz, e por ser uma voz autorizada a falar sobre sua cidade. A credibilidade da ‘parceria’ entre autor e entrevistado valida o texto como efeito de real.

Nas três séries analisadas – *Caravana JN*, *Raposa Serra do Sol* e *Amazônia Urbana* - percebe-se a mesma visão colonialista da Amazônia que reforça o discurso fundador (ORLANDI, 1993) construído quando da criação da nação brasileira. Em *Amazônia Urbana*, Alberto Gaspar diz que “os primeiros a enfrentar essas poderosas regras da natureza foram os portugueses”. As condições adversas da floresta são relacionadas ao colonizador como primeiro habitante do lugar. As populações indígenas são completamente apagadas do discurso jornalístico.

A colonização portuguesa, como marco inicial das cidades, também é enaltecida no texto da *Caravana JN*, quando o editor chefe e apresentador William Bonner anuncia: “nós estamos num lugar onde nasceu Belém do Pará”. A partir daí começa a citar os prédios portugueses que compõem o complexo arquitetônico da Cidade Velha de Belém.

A construção narrativa é ocidentalista e eurocêntrica. As populações indígenas e os conflitos havidos quando da chegada dos portugueses são a face obscura dessa forma de recontar a região. “Há mais de 200 anos colonizadores portugueses levaram gado e cavalos para Roraima. Os índios foram aos poucos substituindo a caça e a pesca pela pecuária”, diz o repórter Carlos de Lanoy na série *Raposa Serra do Sol*.

A história trazida ao presente reconstitui as mudanças como projetos pacíficos que tornam os índios os responsáveis pela escolhas que os fizeram alterar suas culturas e modos de vida. Apaga as populações indígenas que tiveram de ir recuando no território enquanto as cidades seguiam ocupando a margem dos rios e os expulsando. Alberto Gaspar, em *Amazônia Urbana*, chega a falar em “a aventura da colonização nessa região que concentra 25 milhões de pessoas”. E a ‘aventura’, se deu, segundo o repórter, “primeiro para ocupar e depois para explorar comercialmente a colônia. A urbanização foi seguindo os rios Amazônia adentro”. Como se exploração não fosse prioridade do projeto colonial.

Os índios são silenciados e reduzidos na relação da terra com o território quando não se problematiza o pertencimento deles à floresta muito antes dos portugueses chegarem. “Não é muita terra pra pouco índio?”, pergunta o repórter ao indígena na Raposa Serra do Sol. O presente apaga o passado para robustecer o sentimento de nacionalidade, naturalizando o passado (recente) por meio de uma seleção consciente. Assim criou-se e cristalizou-se na memória nacional uma identificação total com os portugueses e um estranhamento absoluto com relação aos índios.

Em busca de informações e de histórias pra contar, o jornalista cria expectativas sobre suas narrativas e já as adapta previamente ao formato midiático a ser produzido. É um mediador entre o real e o texto com a missão de criar histórias interessantes e atraentes para manter a audiência ligada. Mas

A representação antecede a filmagem e prossegue mesmo depois do filme terminado, quando este se dirige ao espectador. Disseminada na vida social, a representação - mais do que um repertório de enunciados no qual se encarnam valores e visões de mundo - é uma forma viva da mediação, um terceiro simbolizante que se interpõe entre o um e o outro (GUIMARÃES; LIMA: 2007, p. 146-147).

A representação faz a mediação no texto. O jornalista enquanto autor seria a encarnação desse terceiro simbolizante. Os valores e visões de mundo se precipitam no discurso, após percorrer uma linha do tempo que se recria no presente como consolidação da memória nacional e coletiva. O discurso fundador (ORLANDI, 1993, p.24), como região de sentidos, produz “um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade”.

A *exaltação* da colonização portuguesa como marco de identificação da nação brasileira se confirma na produção telejornalística analisada. A subalternidade indígena é ratificada no presente do texto, como passado a ser retomado na produção noticiosa. A Amazônia segue, enquanto discurso, como o equilíbrio entre floresta e passado colonial preservados. Os sujeitos locais são a face obscura desse discurso, que tem no filósofo reconhecido, a representação do saber civilizado enaltecido em oposição ao saber das populações locais apagadas.

Neste capítulo, refletimos sobre a Amazônia no contexto regional e nacional, tendo como base a formação discursiva da *nacionalidade*. Esta foi identificada na representação dos lugares, projetos e na reatualização da herança portuguesa. No próximo capítulo vamos observar as formações discursivas identificadas quando os jornalistas falam sobre a floresta.

Neste recorte iremos selecionar os textos que ofertam a Amazônia e suas riquezas como patrimônio mundial a ser salvo, tendo em vista as ameaças, a ilegalidade e a necessidade de apontar soluções.

6 O DISCURSO SALVACIONISTA: ENTRE IMENSIDÃO, EXALTAÇÃO E ILEGALIDADE

Neste capítulo, vamos mostrar as representações jornalísticas sobre a floresta. Percebemos a frequência de discursos que significam a floresta, a ‘selva’, como apartada da região e das pessoas. Esta separação é operacional para observar as formações discursivas e ideológicas quando se constrói a floresta como patrimônio nacional e mundial, ao mesmo tempo exuberante e ameaçado.

O lugar de onde falam os telejornais de rede é demarcado no texto. Ao produzir informação para o ‘telespectador médio’ (BONNER, 2009), os jornalistas representam o distanciamento entre significação e significante - entre texto e floresta noticiada. A produção discursiva, ao enunciar a floresta, posiciona o lugar da região no imaginário e na memória nacional, criando elos de identidade e diferença.

6.1. O DISCURSO DA IMENSIDÃO E DA EXALTAÇÃO: A FLORESTA QUE IMPRESSIONA

A *imensidão* da Amazônia, como formação discursiva, é proposta à audiência agregada a direcionamentos e esclarecimentos que, ofertados ao público, devem tornar as diferenças familiares. Isso é visível na maneira como as distâncias são comparadas e ilustradas com o que parece mais próximo ao suposto telespectador. Esse discurso aparece nas quatro séries analisadas e da mesma maneira.

Os mapas são frequentemente utilizados pelos repórteres para explicar distâncias, percursos e divisões geográficas dentro da Amazônia. Ao empregar a ilustração de modo a facilitar a compreensão do telespectador, tem-se uma idéia da relação entre nação e floresta e entre jornalista e texto. Utilizando tais recursos, os jornalistas estão sendo didáticos ou fazendo julgamentos e classificações? Vamos observar algumas imagens (figura 80).

Figura 80 – Arte para explicar as distâncias na Terra do Meio



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03 e 07/12/2007)

Os mapas explicitam o recorte da região com relação ao restante do Brasil, uma forma de evidenciar a imensidão da floresta e sua inserção na área do país. As ilustrações também são mostradas de modo comparativo, para expor o ‘gigantismo’ e sua distribuição no território nacional. Para isso são utilizadas as capitais e estados mais conhecidos do telespectador brasileiro.

Marcelo Canellas, por exemplo, faz referência à capital federal como parâmetro para apontar a área que pertence à Amazônia Projetos Ecológicos, do grupo CR Almeida, que diz ser a dona legítima de uma área com “o dobro do tamanho do Distrito Federal”. A medida utilizada deve provocar surpresa ou revolta no leitor? No mínimo é algo que choca. Um único proprietário desfrutar de uma terra cujas dimensões superam duas vezes a capital do país é algo assustador.

A tomada de posição do repórter faz ver ao telespectador o poder do capital na região e a concentração de terra e de renda. Mas e o que dizer quando o mesmo questionamento é feito com relação aos índios? Na série *Raposa Serra do Sol*, o repórter Carlos de Lanoy reforça também o gigantismo da reserva. Mas aqui relaciona aos atores envolvidos no conflito: índios e arroteiros. “19 mil índios vivem em 17,4 mil quilômetros quadrados de terra no nordeste de Roraima. Uma área 11 vezes maior que o município de São Paulo” (figura 81). Não é ao acaso que se escolhe a cidade mais importante do país para a comparação.

Figura 81 – Mapa da Raposa Serra do Sol



Fonte: Rede Globo – Jornal da Globo (exibido em 13/05/2008)

É como se o jornalista estivesse compartilhando com o público o inacreditável da situação. Observando a trama dos textos, encontramos as marcas da interpretação do autor. Por trás do discurso da *imensidão* e da tentativa de esclarecer, espria-se uma comparação entre possuidor e possuído, entre propriedade e terra na Amazônia. A dimensão exagerada da posse sobre o território é ofertada de modo a provocar rejeição e questionamento. As expressões ‘dobro’ e ‘maior’, utilizadas pelos repórteres, evocam o exagero da posse da terra

com relação às cidades mais importantes do país. E aos arroteiros cabe “menos de 1% da Reserva”.

A *imensidão* e suas marcações no texto trazem ainda outras associações. Uma delas está relacionada às dificuldades de locomoção no interior da floresta. Alberto Gaspar explica que para passar pelos quatro Estados da Amazônia foram “mais de oito mil quilômetros. Foram quase seis semanas. Isso porque voamos na maioria dos trechos, navegando por rios cheios de curvas, como o Purus, levaríamos vários meses”.

Importante notar que os lugares escolhidos pelas equipes das séries especiais não são os caminhos facilitados pelas estradas, áreas urbanas e aeroportos da região. Obrigatoriamente eles passam por esses lugares mais desenvolvidos, digamos assim, mas não mostram. O desafio é fazer do repórter um viajante, colecionador de curiosidades para repartir com a audiência os exemplares raros, sejam eles a floresta, as cidades ou as pessoas. Portanto, quanto mais difíceis e esquisitos o acesso e o lugar, mais a narrativa atende os requisitos da dramatização.

Mas não é só isso. A dramatização é algo ‘dado’ na narrativa e esta não está solta no mundo. É uma prática social (FAIRCLOUGH, 2001). O Jornalista trabalha, então, em duas frentes: a necessidade de construir relatos interessantes, daí os critérios de noticiabilidade, e algo muito além disso. A narrativa se faz a partir da relação entre enunciado e enunciação. Há o texto e há o mundo. E há o mundo no texto.

Ducrot (1987, p. 163) nos diz que “não se trata mais do que se faz quando se fala, mas do que se considera que a fala, segundo o próprio enunciado, faz”. É o que ele chama de ‘efeitos de enunciação’, o fato de que todo enunciado traz consigo uma qualificação de sua enunciação, que é o sentido do enunciado. Bakhtin (2006, p. 113) nos diz que

O ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. A enunciação é de natureza social.

O jornalista vem para mostrar e constatar o que se pensa sobre a floresta, aquilo que vem sendo reproduzido na cultura e na memória nacional. Para Barthes, o código de conotação “depende sempre do ‘saber’ do leitor, tal como se fosse uma verdadeira língua, inteligível apenas para aqueles que aprenderam seus signos” (BARTHES, 1990, p. 21-22).

Os jornalistas fazem o mesmo percurso e têm os mesmos encantamentos com a floresta que tiveram os naturalistas estrangeiros do século XIX ao percorrer a região. “Prendia-nos sempre a majestosa exuberância desta terra equatorial” (MARTIUS; SPIX,

1960, p.333).

As enunciações propostas no encontro com a *imensidão* dos lugares por onde passam correspondem à expectativa do que os repórteres esperam encontrar na floresta. Os comentários demonstram que “a floresta é farta”, diz Canellas, e é a “maior floresta tropical do mundo”, reforça Pedro Bial. Os signos compartilhados entre leitor e locutor dizem de um patrimônio nacional, construído historicamente como apartado e esquecido, que vem sendo apropriado pelos mais diversos campos - da política, da economia, da ecologia... Mas ao campo jornalístico, que produz notícias diariamente para todo o Brasil, cabe o discurso da *nacionalidade*, que envolve uma multiplicidade de significados, que vamos descobrindo aos poucos.

A floresta como fartura e patrimônio é tão somente a aparência do texto. À sombra de afirmações óbvias e simples, como pretendem os jornalistas, é preciso contemplá-las no contexto das narrativas, envoltas nos fios ideológicos que as tecem. O questionamento sobre a posse da terra, trazido pelos repórteres como silêncio, diz muito sobre uma região que se tornou patrimônio mundial e que deve ser guardada para todos.

Em *Amazônia Urbana*, o repórter menciona logo no início, no sobrevôo sobre a floresta: “aqui do alto a imensidão verde que atrai os olhos do mundo inteiro”. Todo o trecho é sonorizado com música instrumental alegre. Ao citar a ‘imensidão verde’ surge o mapa abaixo (figura 82), que se sobrepõe à imagem do rio, onde são grafadas as dimensões da Amazônia Legal.

Figura 82 – A imensidão da Amazônia Legal



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 19/07/2010)

Observando as imagens selecionadas para esses comentários, descobrimos reiterações interessantes de serem analisadas. A fartura verde observada do alto parece ser o mais atraente para o viajante. A floresta de mata fechada, a imensidão dos rios e da ‘selva’, que, olhada do alto, parece desabitada. Esta é a imagem que “atrai os olhos do mundo”. Olhando de cima,

confirma-se o vazio humano esperado e a natureza parece soberana. Aqui temos exemplos das séries *Amazônia Urbana* e *Terra do Meio* (figura 83).

Figura 83 – Vazio e floresta farta



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (19/07/2010, à esquerda); Bom dia Brasil (03/12/2007, à direita)

A grandiosidade dos rios também é observada. Bial diz: “é neste barco que nós vamos seguir o maior caminho d’água do mundo: o Rio Amazonas”. E prossegue: “esse rio quase mítico que envolve a cidade e expande o seu horizonte”. E ao final da tarde, viajando de barco, comenta: “fomos brindados com um magnífico pôr do sol amazônico. Aqui tudo é superlativo”.

O que queremos enfatizar com esses textos que abordam a *imensidão*, ora com entusiasmo, ora com desconhecimento, é a significação da produção imagética. A produção jornalística traz a floresta, o rio, o gigantismo do lugar e o vazio. Aqui temos também o discurso da *solidão* (essa formação discursiva será detalhada no capítulo 7). Nada de urbano. As imagens da floresta *in natura* são ofertadas como lugar paradisíaco, à espera de cuidados e de descobertas.

“A fotografia, evidentemente, só é significativa porque nela existe um conteúdo de atitudes estereotipadas que constituem elementos cristalizados de significação”. É interessante observar o ângulo fotografado e os objetos escolhidos. Os objetos “são indutores comuns de associações de idéias (...) ou, de maneira menos evidente, verdadeiros símbolos” (BARTHES, 1990, p. 17).

As imagens da floresta farta e da imensidão verde provocam um fascínio e um certo deslumbramento nos jornalistas que vêm de fora, que não são da Amazônia. Eles acompanham um olhar mundial que percebe a floresta como ‘a última reserva da biodiversidade do planeta’. É um tesouro, algo imensurável, pleno de riqueza e beleza que precisa ser mostrado.

Em *Amazônia Urbana*, o repórter Alberto Gaspar tenta mostrar um olhar diferente

sobre esse imaginário. No início da primeira matéria da série, dá voz ao professor de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, José Aldemir de Oliveira, que diz: “quando nós falamos de Amazônia quase sempre nós ligamos à natureza. Ocorre que 70 por cento da população da Amazônia mora nas cidades”.

Mesmo trazendo essa fala no início da série, como que para desmistificar uma imagem cristalizada da região como paraíso natural, o repórter não consegue de fato fazer um mergulho no universo das cidades, ocultando a diversidade de culturas locais. É o que vamos observar ao longo da análise. Os critérios de noticiabilidade descritos por Bonner (2009) também não dão conta de explicar as escolhas do jornalista. A abrangência, a importância e a possibilidade de um fato entrar para a história não nos dizem dos percursos trilhados pelo autor, de suas preferências por determinados recortes e por determinados ocultamentos.

O grandioso, muitas vezes, se faz assustador para os jornalistas. Aqui identificamos a formação discursiva do *perigo*. O poder da natureza como algo que gera desordem, tragédia e medo. Marcelo Canellas mostra o ‘eco aterrador dos macacos’ na noite escura. E ressalta o barco e a fúria da correnteza (figura 84). Refere-se ao Rio Xingu como um “gigante cravejado de rochas” e o percurso do rio parece, aos olhos do observador, “um trajeto belo e arriscado que faz qualquer embarcação duelar contra a fúria da correnteza”. Um “rio faminto que engole o que vier”. O seringueiro Carlos Pinto, 70 anos, é convocado a depor e comprovar o que diz o repórter:

Carlos Pinto: “aí tem mais ou menos oito motor de polpa, tem máquina de costura, tem gravador. Tudo perdido aí...”
Repórter: “tudo debaixo d’água?”
Carlos Pinto: “tudo debaixo d’água. Foi perdido em alagação aí”.

Figura 84 – Os macacos e a fúria da correnteza

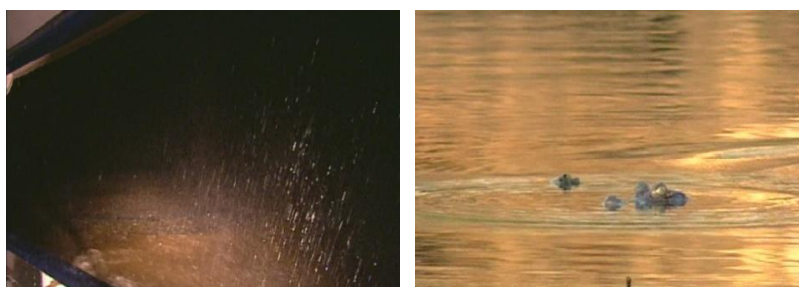


Fonte: Rede Globo – Bom dia Brasil (exibido em 30/11 e 03/12/2007)

A floresta é ‘gigante e impiedosa’. A Amazônia como o ‘outro’ do Brasil é construída como algo belo e fascinante e ao mesmo tempo assustador, porque desconhecido. Pedro Bial

fica espantado com a superpopulação de jacarés, a tempestade, os raios e trovões (figura 85).

Figura 85 – Tempestade e jacarés



Fonte: GLOBO MARCAS, 2007. DVD 2

Viajando pelo rio Amazonas, no barco da Caravana, a equipe relata: “com a noite vem nossa primeira tempestade no Amazonas”. A frase é curta, mas a sequência de imagens da noite escura com raios, rio agitado, tempestade e trovões é muito mais longa. O cenário faz-se aterradorizante.

Em outro momento, Pedro Bial mostra como a ‘superpopulação’ de jacarés causa problemas aos ribeirinhos:

Repórter Pedro Bial: “você já conheceu alguém que se machucou por causa de jacaré?”

Adolescente sem crédito: “já, o meu tio. Ele foi pescar uma vez praí. Aí ele foi querer pegar na cabeça do jacaré, o jacaré mordeu nele aqui”.

Repórter: “qual é o maior problema da superpopulação de jacarés aqui pra vocês?”

Pescador sem crédito: “eles praticamente atacam, geralmente. Eles chegam e vêm pra cima mesmo. Num tem medo não”.

As formações discursivas da *imensidão* e do *perigo* não se dissociam. Em um universo de dimensões incomuns, como mostram os repórteres, faz-se necessário mostrar coisas incomuns. Apesar de admitir que foi difícil encontrar os jacarés porque ‘é um bicho difícil de filmar’, Bial logo relata que há uma superpopulação de animais ferozes e agressivos. Esses comentários que se ‘infiltram’ nas narrativas jornalísticas não aparecem nos critérios de noticiar do Jornal Nacional. Eles habitam os silêncios da narrativa.

O maior município do mundo também chama a atenção dos repórteres Marcelo Canellas e Alberto Gaspar. Altamira, no Oeste do Pará, é comparada com outros lugares para permitir que a audiência tenha idéia do que eles dizem: “o maior município do mundo em extensão de terras, maior do que o Estado do Ceará, maior do que a Grécia, concentra mais de 80 por cento de seus quase 90 mil habitantes na cidade (câmera em movimento da esquerda para a direita - panorâmica- vai mostrando as palafitas). O que acontece em Altamira se repete

em toda a região”, diz Marcelo Canellas.

Figura 86 – Periferia de Altamira



Fonte: Rede Globo – Bom dia Brasil (exibido em 06/12/2007)

Canellas recorta a cidade olhando a partir da periferia. O trabalho, as atividades domésticas e as casas pobres são o retrato do urbano amazônico televisivo (figura 86). As cidades são construídas em fragmentos, a partir do contraditório. Ao comparar Altamira com o Ceará e a Grécia, o repórter utiliza a expressão ‘maior’ três vezes. Mas enquanto narra mostra as imagens acima, da dificuldade, da vida sofrida. A narrativa jornalística parece se valer do desequilíbrio para justificar aquilo que a torna atraente.

O maior município do mundo também chama a atenção de Alberto Gaspar. Percorrendo os caminhos da *Amazônia Urbana*, o repórter encontra no Pará um rico distrito que luta pra se emancipar. “Castelo de Sonhos pertence a Altamira, a mais de mil quilômetros de distância, sede do maior município do mundo”.

O representante da Comissão pró-emancipação do município reforça as dimensões locais: “nós temos dito o seguinte. Que nós somos os maiores abandonados do mundo também”. E as constatações das dificuldades dentro do maior município do mundo prosseguem. O repórter narra os problemas enfrentados por uma escola, em consequência da divisão e das distâncias dentro do município.

Repórter Alberto Gaspar: “alunos e professores de uma escola se reúnem para nos falar dos seus problemas. Difícil é reclamar com a diretora”.

Professor Luiz Carlos: “essa escola é uma extensão de uma escola em Altamira, aí...”

Repórter: “ela é parte de uma escola que tá a mil quilômetros daqui?”

Professor: “isso mesmo”.

Figura 87 – Estudantes de Altamira

Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (21/07/2010)

As dificuldades saltam como curiosidades que oferecem um variado cardápio de novidades à tessitura jornalística. Impossível ler os cartazes de alunos e professores da escola na tela da TV (figura 87). A superficialidade da narrativa é a condição do texto telejornalístico. O repórter vê umas coisas e não vê outras, usa óculos especiais (BOURDIEU, 1997) que o faz árbitro dos recortes e das escolhas. Cria a ilusão de que mostra o todo, mas não adentra no mundo do ‘outro’.

O locutor precisa encontrar tais discontinuidades, tais distâncias inacreditáveis para comprovar que o urbano amazônico é outro Brasil. “Não há ato sem um sujeito (real) que nele esteja instalado. Na ordem do discurso, quem fala é uma questão inerente, e, no lugar jornalístico, factual e informacional, quem escreve vive, e taxativamente vive aquilo que escreve” (RESENDE, 2002, p. 245). A explicitação do estranhamento expõe em cena o autor e suas percepções. Os julgamentos que faz, porque ancorados no real, pretendem uma objetividade e uma imparcialidade que não se concretizam no texto.

Imensidão associada às dificuldades, à pobreza, ao abandono é o que vemos aqui. Como ação humana, o texto se faz de encontros e desencontros. Nesse ir e vir à caça de entrevistados e de personagens para atestar a veracidade do que diz, o repórter tem tanto poder sobre a fala do ‘outro’, que termina por não permitir que quase nada seja dito.

Em outros momentos a formação discursiva da *imensidão* é associada à riqueza. Em *Raposa Serra do Sol* o horizonte é observado como infinito, assim como a riqueza que é sem limite. Algo imensurável para o repórter e confirmado por duas entrevistas que ele traz na última matéria da série. Vejamos os trechos:

Maria Antônia dos Santos (índia Wapixana): “tem muito ouro, diamante. Então é mais por isso que querem essa área, né?”

Francisco Tala (comerciante): “os índios tá sendo um escudo, é só um escudo que ele tá sendo aqui. Porque a riqueza daqui é muito grande, muito grande”.

O discurso da *imensidão*, observado nos textos acima, traz outro discurso bem próximo, mas distinto, que é a *exaltação*, enquanto formação discursiva. As riquezas da região são associadas à beleza natural, quando o repórter diz: “basta percorrer estradas perto de belíssimos rios e cachoeiras para encontrar outras riquezas”. Mais adiante ele complementa: “em outro lugar perto de onde cristais brotam do chão...”. Nesse trecho, as imagens são de área verde entre serras e o repórter acorocado tocando o chão/ detalhe de cristal na mão do repórter (figura 88).

Figura 88 – Cristais brotam do chão



Fonte: Rede Globo – Jornal da Globo (15/05/2008)

A relação entre riqueza e beleza também aparece nos comentários de Miriam Leitão (comentarista de economia da Rede Globo), que sempre são finalizados, após comentar a ‘tragédia’, a ‘chaga’ na região e a ‘ilegalidade’, com observações sobre a Amazônia como patrimônio mundial: “nesta vasta região que abriga a mais preciosa floresta tropical do planeta”, na série *Raposa Serra do Sol*, ou quando se refere à Terra do Meio: “a região de maior diversidade numa floresta que já é considerada a mais rica em biodiversidade do planeta”.

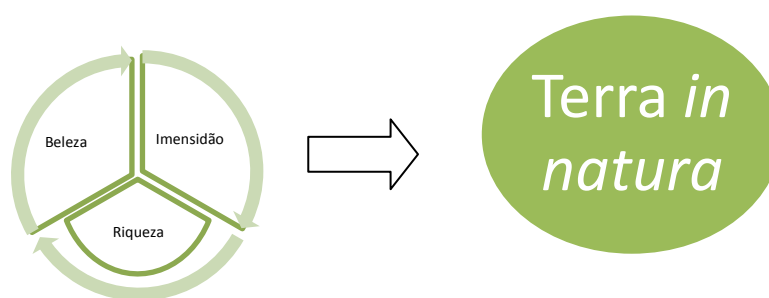
Observa-se uma *exaltação* frequente da beleza da floresta como um todo. Ora é a fauna, como em *Caravana JN*, quando ao som de música alegre o cinegrafista capta a coreografia dos botos em Parintins. Ora a beleza é enaltecida como exercendo um fascínio sobre o visitante, como em *Terra do Meio*, quando Marcelo Canellas comenta que “mesmo que não tenha mais a pureza inabitada de antes, a floresta ocupada mantém uma fascinante sinfonia”, observando o som dos animais da floresta, como “a zoadá ínfima de um inseto”. No VT de chamada da série, o apresentador faz o convite: “hoje o BDB convida você a acompanhar essa história, a fazer silêncio e ouvir os sons da Amazônia”.

A *exaltação* da beleza também é manifestada quando Pedro Bial faz referência aos “encantos do lago verde”, em Alter-do-Chão (Santarém). A beleza da região é ofertada como exuberância e mistério. Como um tesouro escondido que quando desvelado revela riquezas

guardadas, como os baús enterrados e esquecidos das histórias de ficção. A floresta distante deve oferecer ao visitante ‘estrangeiro’ um determinado espetáculo onde a natureza é protagonista.

Em todos esses comentários observa-se uma interlocução frequente entre beleza, imensidão e riqueza (figura 89). Adentrar na floresta representa encontrar essas três categorias relacionadas, que comprovam o potencial e a exuberância da ‘maior floresta tropical do mundo’.

Figura 89 – Os valores da terra



Fonte: ilustração feita pela própria autora

O gigantismo e as dificuldades enfrentadas pelos amazônidas devido às distâncias são a face aparente da narrativa. A terra *in natura* é a paisagem preferida. Evidência do potencial natural e apagamento do potencial humano estão presentes em todas as narrativas. O mais importante são os recursos naturais a serem resguardados para a humanidade. As imagens da floresta exuberante e o horizonte a perder de vista confirmam o infinito e ilimitado potencial da região (figura 90).

Figura 90 – Horizonte infinito e riqueza sem limite



Fonte: Rede Globo – Jornal da Globo (15/05/2008)

Na informação televisiva, a avaliação da noticiabilidade de um acontecimento concerne também à possibilidade de ele fornecer um ‘bom’ material visual, ou seja, imagens que não apenas correspondam aos padrões técnicos normais, mas que também sejam significativas, que ilustrem os pontos de destaque do evento noticiado (WOLF, 2005, p. 219).

O poder da imagem como condição da noticiabilidade dos telejornais é algo preponderante pelo que estamos observando. Mas essas imagens ‘significativas’, como diz Mauro Wolf, tornam-se desafiadoras na análise. Para além de um ‘terceiro simbolizante’ (GUIMARÃES; LIMA: 2007), como referem-se os autores com relação à presença viva da representação e do mediador, as imagens saltam para além deles, têm vida própria ao dizer o que o texto não diz, mas ao mesmo tempo parecem aprisionadas pelo que ele costumeiramente diz (veremos isso com mais detalhe no capítulo 7).

6.2. A floresta ameaçada e devastada

A *floresta ameaçada* é outra situação que os repórteres vêm testemunhar. Como esta representação se faz frequente nos textos, tratamos de observá-la como uma formação discursiva. As imagens de toras de madeira cortadas comprovam a agressão à floresta. A representação dicotômica entre floresta de pé e floresta no chão tece os fios da narrativa entre equilíbrio e desequilíbrio (MOTTA, 2004; 2007).

Bial, assim que começa sua viagem pelo rio Amazonas, ressalta que a devastação é muito mais comum do que se imagina. “Logo no início da nossa viagem uma mostra das ameaças a esse mundo (toras de madeira amontoadas na margem do rio são o alvo. Câmera vai fechando na madeira)”. O repórter ‘faz o flagrante’ e interroga um comerciante de madeira:

Repórter Pedro Bial: “num dá pena não? Isso aqui levou 300 anos pra crescer”.
Comerciante sem crédito: “pois é. Dá pena dá, né? Mas o cara tem que sobreviver também né? (pausa) Num pode fazer nada...”

Marcelo Canellas conduz sua narrativa a partir das ameaças à terra e à floresta e das consequências da apropriação de ambas. “Desmatamento, ocupação irregular de terras públicas, pistolagem, abandono” estão no centro de sua produção discursiva. “Eles viram devastação, grilagem, homens marcados pra morrer”. É dessa forma que os apresentadores anunciam as matérias da *Terra do Meio*.

Canellas mostra a retirada descarada de madeira e entrevista o homem com a

motosserra em ação dentro de uma Unidade de Conservação: “mas ninguém diz que extrai madeira por aqui, mesmo de cima de uma tora de um metro e meio de diâmetro”.

Repórter Marcelo Canellas: “o pessoal tá ti... tá derrubando aqui ainda?”
 Trabalhador com a motosserra: “não senhor”.
 Repórter: “não”...
 Trabalhador: “faz tempo”.
 Repórter: “faz tempo?”
 Trabalhador: “faz”.

Figura 91 - Flagrantes da devastação



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (07/12/2007, esquerda); Jornal Nacional, 2007, DVD2 (direita)

Nas duas imagens (figura 91), a presença do mediador. Aquilo que estava obscuro, escondido é trazido à cena pelo repórter. Travancas (1993, p. 106), após entrevistar jornalistas jovens e veteranos, conclui que “ele (o jornalista) ainda exerce a função do homem público, preocupado com o funcionamento da sociedade e o bem comum... de outro ponto de vista, também emerge a figura do jornalista como um ser moderno, blasé e voltado a sua intimidade e realização”.

Ao mesmo tempo em que visam o cumprimento de um papel social em busca de mostrar e denunciar para melhorar, os jornalistas também estão em busca de notoriedade, em busca do *furo*, de dar a notícia à frente dos concorrentes. Por isso, “o jornalista tem uma imagem ambígua e contraditória. Ele fascina e atrai, mas também é repudiado e desprezado por ser ameaçador” (TRAVANCAS, 1993, p. 107).

A impossibilidade de participação direta pelo público autoriza os jornalistas à mediação. Só eles têm trânsito livre junto aos acontecimentos noticiáveis, autoridades, reuniões políticas, decisões importantes do governo ou quaisquer outros fatos que ofereçam narrativas que se adaptem ao modelo mercadoria do jornalismo.

O jornalista deve fazer o papel da autoridade que interroga, não para punir, mas para comprovar as ameaças à floresta, assim naturaliza as coisas e as subtrai do arbitrário (BOURDIEU, 2000). A punição deve vir pela audiência, que é estimulada a isso seguindo o

percurso da construção narrativa.

Kleber Mendonça (2002, p.67), ao analisar o programa Linha Direta da Rede Globo, que mostrava ao público esquetes-reportagens sobre crimes hediondos que chocaram a população de algum lugar do país, constata que “o telespectador é sempre incitado a ajudar na solução, seja colaborando com alguma informação, ou (a maioria) denunciando o esconderijo do foragido”.

O abismo se apaga na identificação com a produção jornalística, com seus atores em cena, com suas imagens ‘copiadas’ do mundo real. O autor observa que no programa Linha Direta, para evitar dúvidas na audiência com relação à veracidade dos fatos nas cenas explicitadas pela emissora como simulação, “todos os esquetes em que há veículos envolvidos, não só a marca e a cor do carro utilizado para a gravação da simulação são as mesmas do original, como o programa faz questão de exibir, de preferência em *close*, o número da placa⁹⁶”.

Nesse sentido, além da imagem que atesta o real, a escolha dos profissionais para os telejornais é determinante do sucesso do produto. Eles têm de ser familiares para serem reconhecidos pelo telespectador (BONNER, 2009). Essa familiarização e identificação é a pré-condição para a credibilidade do jornalista e a omissão do papel do narrador.

O narrador-jornalista é uma categoria outra, porque textual, exclusivamente distinta daquele que escreve e que finge ser um jornalista narrador. A diferença é fundamental e está na construção do texto, nas verdades que operam no texto, lugar em que aquele que nos conta a história existe pelo olhar que lança. Assim, no descolar do autor em relação ao texto, ganha vida um sujeito outro, e é no olhar desse outro que agora confiamos (RESENDE, 2002, p. 233).

Os repórteres aparecem enquadrados se interpondo entre telespectador e imagem. Dessa forma, “a imprensa acaba se constituindo num significativo meio de reprodução de discursos ideológicos, que tentam explicar o que não pode mais ser visualizado e vivido como experiência direta por grande parte dos cidadãos, principalmente pelos trabalhadores” (MARQUES, 2006, p. 53).

Das quatro séries analisadas, *Terra do Meio* é a que de fato se debruça sobre a questão da devastação e da floresta ameaçada. O repórter mostra o comércio ilegal de terras pela Internet, a inércia do Ibama com relação à fiscalização das áreas de preservação, o avanço das fazendas de gado sobre a floresta. Ao expor o drama dos ‘exilados’, que foram arrancados de suas terras por grileiros, o repórter chama de ‘cemitérios de árvores’ o local

⁹⁶ *ibid.*, p. 77.

para onde os moradores da Terra do Meio foram levados.

Nesse cenário, entra em cena a solidão e a tristeza de um dos exilados. A voz de seu Oswaldo é ouvida enquanto ele anda à beira do rio (figura 92): “essa floresta, ó. Ó o calor que nós tamo sentindo. Ó o ar que nós num tamo sentindo. Nós aqui que ainda tem esse resto de mato que ainda tem. A gente já sente demais a falta de ar, o calor horrível, os rios secaram demais. O que era o nosso rio hoje... Hoje é até triste”.

Figura 92 – “Os rios secaram demais”



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (06/12/2007)

Marcelo Canellas traz para o texto “mineradoras, madeireiras e fazendeiros fatiando e engolindo a floresta de Leste para Oeste”. E traz as imagens de satélite para não deixar dúvidas de que “a região foi praticamente raspada pelas estradas”. O entrevistado convocado aparece como a vítima da agressão, da floresta fatiada e engolida. Entra para confirmar as denúncias levantadas pelo repórter.

Terra do Meio e Amazônia Urbana mencionam com destaque a rodovia Transamazônica, como aquela que corta a floresta de ponta a ponta, trazendo inúmeras consequências. Alberto Gaspar mostra a rodovia como um projeto ‘ambicioso’ (figura 93): “milhares de quilômetros cortando a floresta para integrar a Amazônia ao restante do país”.

Figura 93 – Projeto ambicioso



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (22/07/2010)

Ambas as séries mostram a relação da rodovia com a floresta, como agressão, avanço, devastação. *Terra do Meio* dedica uma reportagem inteira da série às estradas. No centro desta narrativa aparece a rodovia Transamazônica (figura 94). O repórter diz em off: “mormaço e chão batido. A Transamazônica foi socada por caminhões abarrotados de madeira. E do pó da serragem brotaram lugarejos e sonhos de enriquecer. É a história em insistente repetição”.

Figura 94 – ‘Mormaço e chão batido’



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (07/12/2007)

Marcelo segue mostrando os caminhos da ilegalidade que cercam a rodovia. Em uma passagem de vídeo, ele informa que está no marco zero de uma estrada que não existe.

O que você vê aí atrás não consta nos mapas rodoviários nem está catalogado no Ministério dos Transportes. Não existe para os órgãos oficiais, claro, porque a estrada dos fazendeiros, como é conhecida por aqui, é apenas o começo de uma malha de rodovias clandestinas que avança sobre a Terra do Meio retalhando duas Unidades de Conservação Ambiental (repórter Marcelo Canellas, série *Terra do Meio*).

Nesse trecho o repórter aparece de corpo inteiro em estrada de terra (figura 95). Ao fundo mato baixo e poucas árvores. Ele começa a andar em direção à câmera, que vai fechando em *zoom - in*. O repórter entra no carro, bate a porta e a câmera fecha no motorista.

Figura 95 – ‘Estrada que não existe’



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (07/12/2007)

A estrada inacabada cortando a floresta é sedutora para os dois repórteres. As imagens que vai captando ao longo da estrada e a presença do repórter em cena são o testemunho das provas que vai coletando. Ao anunciar a matéria no Bom Dia Brasil, o texto dos apresentadores no estúdio reforça o que o repórter vai mostrar em seguida: “a floresta está sendo derrubada, as acusações são muitas e as imagens não deixam dúvidas”.

Há sempre uma ‘vontade de verdade’, pensando com Foucault (2006a), um ideal não concretizado. O mundo não cabe no texto. Mas o jornalista faz crer que sim, ao enunciar em manchetes e escaladas coisas do tipo: “saiba *tudo* sobre o caso tal”, “você vai ver daqui a pouco *toda a verdade* sobre a história de...”. “Cada enunciador apresenta seus textos de construção como se fosse essa a única maneira de fazê-lo - a melhor, a mais próxima da facticidade” (PRADO; BAIRON, 2007, p. 252). A verdade parece única no ato de produção noticiosa.

E tal quais os jornalistas, “os etnógrafos precisam convencer-nos (...) não apenas que eles mesmos ‘estiveram lá’, mas ainda (...) de que, se houvéssimos estado lá, teríamos visto o que viram, sentido o que sentiram e concluído o que concluíram” (GEERTZ, 2005, p. 29). A materialidade da escrita carrega consigo, sempre, esse atestado documentado, provado, indiscutível.

O público leitor é convidado a testemunhar a ‘verdade’ ofertada pelos jornalistas. Sob o véu da realidade e da imparcialidade, o texto salta como se o próprio mundo invadissem a produção discursiva. E um fato dado e mostrado no discurso audiovisual é concebido pela produção como algo inquestionável. O jornalista, que tem na objetividade sua estratégia argumentativa, “narra como se a verdade estivesse ‘lá fora’, nos objetos mesmos, independente da intervenção do narrador: dissimula sua fala como se ninguém estivesse por trás da narração” (MOTTA, 2007, p. 155).

Para além da herança portuguesa e dos sabores da região, Bial e Gaspar têm olhares bastante semelhantes sobre o urbano amazônico. O que eles enxergam? As periferias e as favelas em torno de igarapés de margens habitadas por palafitas. Bial os relaciona com devastação: “todas as dezenas de igarapés assassinados de Manaus deságuam no Rio Negro” (figura 96). E convoca o escritor Milton Hatoum para descrevê-los. “Eu os vejo sem vida, córregos tristes e enlameados que cortam a cidade. Correm na memória imagens embaçadas e distantes. Não sei por quanto tempo o rio Negro sobreviverá”.

Figura 96 – ‘Igarapés assassinados’



Fonte: Jornal Nacional, 2007, DVD 2

Gaspar diz que falta verde na cidade de Manaus. “Já são quase dois milhões de habitantes. Periferias extremamente pobres. No centro, favelas em torno dos igarapés. Esses pequenos braços de rios” (figura 97). O repórter explica à audiência distante o que são os igarapés.

Figura 97 – ‘Pequenos braços de rios’



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 20/07/2010)

Os dois entrevistam moradores em tom saudoso que falam como eram os igarapés antigamente. O recorte das entrevistas tem semelhanças explícitas (quadro 2):

Quadro 2 – A representação dos igarapés

<i>Caravana JN (2006)</i>	<i>Amazônia Urbana (2010)</i>
<p>Morador sem crédito: “esse igarapé era todo limpo, limpinho. A água era cristalina”.</p> <p>Moradora: “podia aí se deitar, cavar areia assim, se deitar... a água limpinha, limpinha que você via areia”.</p> <p>Morador de novo: “tudo isso era balneário daqui... Pegava muito cará, pescada... tudo quanto era qualidade de peixe... Hoje em dia num tem nada, só é poluição. Essa fedentina...”.</p>	<p>Armindo Nascimento, ajudante de caminhão: “isso aqui era tudo areia. Isso aqui era praia. Isso aqui era areia”.</p> <p>Repórter Alberto Gaspar: “não tinha nada?”</p> <p>Armindo: “não tinha nada de negócio desses lixo não”.</p>

Como Marcelas Canellas e Carlos de Lanoy foram para áreas específicas – Terra do Meio e Raposa Serra do Sol - não dá para saber se seguiriam os mesmos caminhos se suas pautas incluíssem as capitais. O fato é que Bial e Gaspar, que percorrem Belém e Manaus, fazem recortes muito semelhantes. Os igarapés de Manaus, o Mercado do Ver-o-Peso em Belém e os sabores da floresta.

Se os assuntos selecionados para virar notícia são os mesmos, encontramos aqui a junção da técnica, da rotina (os critérios de noticiar) com certa repetição do modo de ver dos jornalistas. Por trás do atestado de credibilidade que buscam há um universo cultural ‘conspirando’ contra eles que diz muito mais de suas escolhas do que os ‘valores-notícia’.

O jornalismo, do modo que entendemos, tem no ato de narrar a sua problemática fundante, não só porque é, particularmente, um lugar em que se constroem falas - os dizeres e os saberes do cotidiano - como também porque a fala que nele é tecida, em um processo histórico, tenta fazer-se desprovida do contato com o outro. Falamos da perspectiva de um discurso cujos enunciados se pretendem prontos e explicativos, pouco afeitos à significância, porque neles pretende-se deter a verdade (RESENDE, 2002, p. 239).

A técnica que permite ao autor testemunhar e assinar uma reportagem audiovisual é naturalizada, torna-se dada no contexto das narrativas. É o que dá vida às histórias e as aproxima do real.

O autor (...) ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sancionas, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, ‘naturais’ (BOURDIEU, 2000, p. 114).

Essa naturalização, essa conexão permanente do texto jornalístico com o real, é que

consagra à produção discursiva o atestado de verdade. “A visibilidade que mídias como a televisão oferecem é quase sempre paradoxal (...) é o resultado mais ou menos ambíguo da intersecção entre informação e desinformação, verdade e artifício, montagens ritualizadas e espontaneidade” (MARTÍN-BARBERO, 2004b, p. 100).

Construir identidades por meio de dispositivos tecnológicos é como uma permanente encenação dos opostos: visibilidade e invisibilidade, ocultação e encenação. Os jornalistas se nutrem de representações consensuais, estereótipos partilhados culturalmente e os lançam em seus textos revivendo a memória nacional, que é feita de identidades estagnadas, paralisadas, estanques, produzidas historicamente.

6.3. ILEGALIDADE E SALVAÇÃO: A BANDEIRA DO DESENVOLVIMENTO

A ausência do poder público na Amazônia é enfatizada nas séries *Raposa Serra do Sol* e *Terra do Meio*. Marcelo Canellas percorre o ‘Brasil invisível de ilegalidade e impunidade’, no Pará. Carlos de Lanoy vai até a Raposa Serra do Sol, em Roraima, para investigar irregularidades na demarcação da Reserva. Essas frequências da produção textual nos fizeram identificar a formação discursiva da *ilegalidade*, onde a região é associada à ausência de lei, do Estado e de soluções racionais.

Canellas mostra o desrespeito às áreas de conservação ambiental, as pistas clandestinas e a ausência de documentação de propriedade das terras, que favorecem a grilagem. “Até hoje ninguém fez um levantamento fundiário completo com a checagem das escrituras. A confusão entre o que é do governo e o que não é alimenta a indústria da grilagem e a histórica tensão no sul do Pará”.

Numa região em que as escrituras são duvidosas, o conflito pela posse da terra é frequente e trágico. Tanto Lanoy, como Canellas responsabilizam o governo em situações opostas. A *Terra do Meio* enfatiza que o Governo ainda não demarcou uma área extremamente vulnerável. E na *Raposa Serra do Sol* o Governo aparece como suspeito de fraudar um laudo que sugere a demarcação contínua da Reserva em favor dos índios.

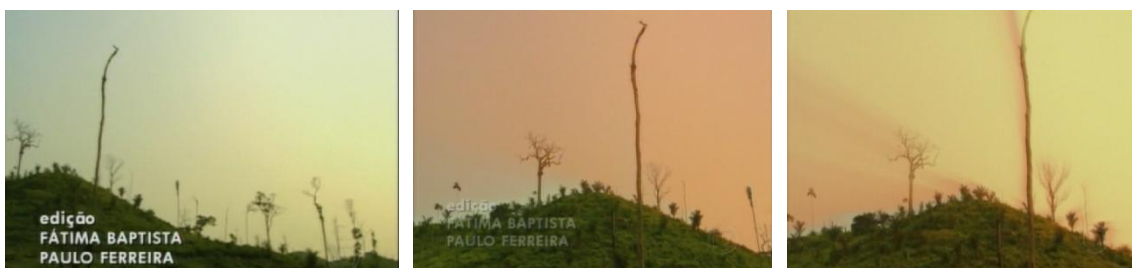
A formação discursiva da *salvação* está associada à *ilegalidade* e já começa a se fazer presente aqui. Diz respeito à defesa da preservação da Amazônia e a busca de soluções que associem a floresta de pé e o desenvolvimento da região e das populações locais. Essa formação ideológica aparece em todas as séries analisadas. O discurso observado é visto nas opiniões dos entrevistados para salvar a Amazônia. Surge muito mais nas falas das fontes de informação e do comentarista do telejornal do que no texto do repórter. Os jornalistas

convocam, induzem e eles respondem.

Em relação à Terra do Meio, o repórter ressalta que é “a última reserva da biodiversidade do sul do Pará”. Os discursos produzem o sentido de que as ameaças são preocupantes e que se faz necessária uma tomada urgente de decisão. Os ribeirinhos de Marcelo Canellas, vítimas do exílio, da grilagem e da violência, reclamam das consequências do desmatamento. Mas é o ‘padre da floresta’, assim nomeado pelo repórter, quem faz o apelo: “para o padre da floresta ou replantamos o que foi desmatado ou veremos um inferno de um deserto de capim”. Em seguida o padre Ângelo entra falando: “vocês estão, estão derrubando o céu. Porque as árvores são os braços que sustentam o céu”.

O depoimento do padre Ângelo é coberto com imagens e encerra uma das matérias da série. A voz do entrevistado aparece de fundo como que narrando as imagens. A música instrumental utilizada é triste, quase fúnebre. A câmera em movimento mostra, em uma única tomada (sem cortes), a sequência a seguir (figura 98). Poucas árvores, restos da floresta. Em um primeiro momento, a iluminação e a cor do cenário parecem naturais (figura 98 – esquerda). Mas no meio do movimento de câmera (figura 98 - imagem do meio) o cenário toma o tom avermelhado e na última imagem são agregados reflexos na cor artificial (figura 98 – direita).

Figura 98 – árvores que sustentam o céu



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (07/12/2007)

A utilização de efeitos sobre as imagens foge ao atestado de verdade com frequência ressaltado pela emissora. O discurso apocalíptico do padre anunciando a ‘derrubada do céu’ estimulou a produção a ilustrar a fala de modo abstrato. ‘Os braços que sustentam o céu’, com essa cor avermelhada escolhida, estariam ofertando o sentido de que a Amazônia está em chamas.

O apelo do padre cria o efeito de realidade que se sobrepõe à sequência de imagens. O texto amarra os significados, conduz o leitor, indica o caminho a ser seguido e sentido. Bourdieu (1997, p. 26) diz que “a foto não é nada sem a legenda que diz o que é preciso ler -

legendum-, isto é, com muita frequência, lendas, que fazem ver qualquer coisa. Nomear, como se sabe, é fazer ver, é criar, levar à existência”.

A comentarista Miriam Leitão é convocada para opinar nas duas séries. O primeiro exemplo está na *Terra do Meio*, em 2007, onde ela inicia o texto, no estúdio, dirigindo-se ao apresentador do Bom Dia Brasil, Renato Machado:

Renato, que, que tragédia. O que essa série de reportagens, extra, extraordinária série de reportagens do Canellas e do Quilião mostra é que a maior ameaça à Amazônia é a ilegalidade, a falta de respeito à lei. A destruição se dá de forma irracional. É o grileiro que chega, que expulsa com armas o morador local, que estava lá há décadas convivendo com a floresta. São algumas grandes empresas tendo grileiro como fachada que tomam terras públicas, derrubam as espécies mais famosas e tocam fogo no resto. Depois isso vai virar terra pra gado, principalmente. Muitas vezes usando trabalhador em situação parecida com a da escravidão. Assim dessa forma absurda, irracional, o Brasil está perdendo seu maior patrimônio. Uma questão dramática que a série mostrou é que os documentos de proprietários da Amazônia são uma confusão. Quase todos fraudados pra encobrir o roubo da terra pública - (ela fala pausadamente). A Terra do Meio, onde os repórteres foram, é considerado o coração, a região de maior diversidade numa floresta que já é considerada a mais rica em biodiversidade do planeta (cara de triste) (comentarista Miriam Leitão, série *Terra do Meio*).

O segundo comentário selecionado é sobre o caso Raposa Serra do Sol. Foi feito no Jornal da Globo, onde a série foi exibida em 2008:

No caso da Raposa Serra do Sol, o que as imagens que mostramos ontem revelavam é que o fazendeiro Paulo Cesar Quartiero tinha funcionários armados com capuz. Isso é ilegal. Quem tem o monopólio da força é a União. Ninguém pode formar milícias, armar capangas em nome do que quer que seja. Os índios não poderiam ter entrado nas terras onde funciona a fazenda, porque a questão está sendo decidida pela Justiça e os índios, como todos os brasileiros devem obediência às leis e às instituições do Brasil. É bom lembrar, no entanto, que aquelas terras pertencem à União e até onde se sabe, nunca foram vendidas nem pra Quartiero nem pra nenhum outro que se intitule proprietário. De novo, a mesma chaga. O Estado nunca foi capaz até hoje de impor a lei nesta vasta região que abriga a mais preciosa floresta tropical do planeta (comentarista Miriam Leitão, série *Raposa Serra do Sol*).

O papel do comentarista é contextualizar e explicar para os telespectadores assuntos específicos com uma linguagem simples (MEMÓRIA GLOBO, 2004). Nos dois casos, Miriam se vale dos fatos para expor suas análises, para fazer crer que suas observações são pautadas no real. É a partir dos dados ‘reais’ que tenta complexificar e enquadrar os problemas da Amazônia. O comentarista Alexandre Garcia, que começou a fazer comentários políticos na TV Globo em 1988, garante que nos comentários a opinião fica de fora: “eu não dava minha opinião pessoal, mas fazia uma interpretação, procurava ajudar as pessoas a pensarem a respeito de um assunto, mostrando os diferentes lados da questão, estimulando o

espírito crítico do telespectador⁹⁷”.

Muniz Sodré ressalta que

Entre o mundo e sua imagem no vídeo há um abismo, mas este não é preenchido pelo imaginário à solta, pois toda a lógica do médium consiste em dissimular o abismo por meio da restauração familiar do contato perdido, por meio da saturação do olho pela imagem repetida, na superabundância da relação informativa (SODRÉ, 1984, p. 79).

O comentarista, como especialista e autoridade, vem para atestar e respaldar o que disse a reportagem. Mas, sobretudo, deve justificar sua presença por dizer coisas não permitidas ao repórter. Foucault (2006a, p. 25) explica o papel do comentário:

O comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro... dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito.

Nos dois textos, a ilegalidade está em pauta: “de novo, a mesma chaga. O Estado nunca foi capaz até hoje de impor a lei nesta vasta região que abriga a mais preciosa floresta tropical do planeta” (sobre a Raposa). Sobre a Terra do Meio, Miriam Leitão diz: “a maior ameaça à Amazônia é a ilegalidade, a falta de respeito à lei. A destruição se dá de forma irracional” com o roubo da terra pública. Mais adiante, seguindo o que foi mostrado pelo repórter, responsabiliza os grileiros e as grandes empresas pelos desmandos.

A ilegalidade torna-se a porta de entrada para a irracionalidade no cuidado com a floresta, ‘nosso maior patrimônio’, chamada de ‘a mais rica em biodiversidade do planeta’. A terra é pública e a floresta é de todos, mas é o Estado que deve impor a lei e a ordem na região, que “abriga a mais preciosa floresta tropical do planeta”. O Estado aparece como algo abstrato e distante. Miriam diz que falta respeito à lei e sua imposição, mas não responsabiliza diretamente o Governo, não cobra dos órgãos competentes, não nomeia os responsáveis pelo abandono da região. Fica na superfície.

Na *Terra do Meio*, Marcelo Canellas traz um depoimento emocionante do pescador Oswaldo Vieira, que perdeu suas terras, expulso por grileiros (figura 99). Em cena, com o rosto em close, ele conta o drama que vive e viveu e chora ao falar.

⁹⁷ *ibid.*, p. 188.

Figura 99 – Oswaldo Vieira chora

Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (05/12/2007)

Oswaldo Vieira, pescador: “pra mim foi um pedaço meu que arrancou daquele lugar, porque foi onde eu mais morei. Minha vida todinha foi lá. Nossos castanhal derrubado. Só vejo fogo (pausa). E a gente tá sem pai nem mãe. Tô lhe falando. Eu num gosto de falar isso (externa. Começa em close. Depois do texto, *superclose*. Oswaldo Chora. Pausa. Silêncio. Câmera mostra as mãos)”.

O choro e a dor de Oswaldo e seu pedido de socorro deixam claro o abandono do Governo, a ausência do poder público. Mas Miriam não aponta diretamente os responsáveis. O desespero das populações tradicionais não está no centro das questões, são da ordem do esquecimento. O principal é que “dessa forma absurda o Brasil está perdendo seu maior patrimônio”, diz Miriam. A floresta se faz mais importante do que a vida dessas pessoas, que também estão sendo perdidas, mas não cabem no discurso preservacionista, que potencializa a cobertura vegetal e apaga os sujeitos sociais.

Em *Amazônia Urbana*, a última matéria da série é dedicada às propostas de desenvolvimento sustentável⁹⁸. Gaspar mostra a ‘escola da floresta’ em Rio Branco, que aposta em enriquecer a cidade a partir da floresta, as sementes que viraram jóias e os madeireiros que estão mais cuidadosos com a retirada de árvores.

Mas observando toda a série, percebemos que o discurso do desenvolvimento sustentável se faz presente ao longo de toda a narrativa. As cinco reportagens encerram com as vozes de prefeitos e especialistas falando que é possível aliar a preservação da floresta ao desenvolvimento (quadro 3).

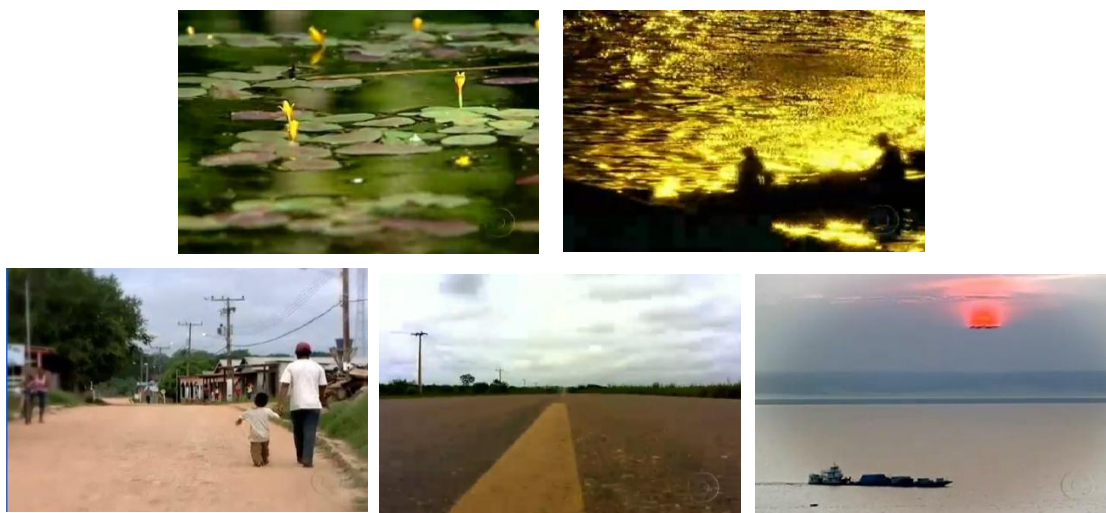
⁹⁸ Cf. nota 13, capítulo 3, tópico 3.4.

Quadro 3 – O discurso do desenvolvimento

Série Amazônia Urbana	
Entrevistado	Discurso
Prefeito de Lábrea - Gean Campos, prefeito de Lábrea (VT1)	“Tem que ter uma política mais voltada para o desenvolvimento dos produtos da floresta, ou seja, o extrativismo, o manejo pesqueiro, porque isso é que vai preservar a floresta. Manter o caboclo no interior. Porque eles que realmente protegem essa floresta. Porque a cultura deles não é desmatar, mas é cortar uma seringa, tirar uma copaíba, é ir pegar um peixe no lago”.
Paulo Fernandes, arquiteto e urbanista (VT2)	(ele se refere à preservação da arquitetura colonial) “Essa visão patrimonial remete à memória das pessoas que moraram, moram aqui. Isso além de massagear a auto-estima de todo mundo, dá aquela sensação de que sabendo da onde viemos fica mais fácil determinar pra onde vamos”.
Prefeita de Altamira, Odilea Sampaio (VT3)	(opinando sobre a emancipação do Distrito Castelo dos Sonhos). Totalmente a favor. (corte). “Nós vamos dar oportunidade praquelas pessoas que moram lá ter, poder caminhar com suas próprias pernas e ter condições de desenvolver mais com essa emancipação”.
Gean Campos, prefeito de Lábrea (VT4)	“Eu acredito que sim. É possível, é, conciliar o meio ambiente com o desenvolvimento. Alternativa nós temos muitas. A Amazônia é uma riqueza em si”.
José Aldemir de Oliveira, geógrafo da UFAM (VT5)	“Não é o mundo que tem que pensar a Amazônia, é a partir da Amazônia, a partir da ciência que nós produzimos aqui, do conhecimento de nossa gente que a gente tem que pensar o mundo. Eu acredito na Amazônia”.

Todas as reportagens da série encerram com esses depoimentos, que em um determinado trecho ficam em off (só a voz do entrevistado de fundo) com uma sequência de imagens que ‘cobrem’ o discurso verbal. Após o final da fala, uma música de fundo segue com uma sequência de três a quatro imagens. Quando se faz essa opção na montagem dos VTs, esses *takes* geralmente são os de maior qualidade e mais significativos para a equipe. Sabe-se que as últimas imagens serão com mais facilidade lembradas pelo telespectador. Após observar os discursos verbais que encerram as reportagens de *Amazônia Urbana*, selecionamos as últimas imagens de cada uma delas para analisar como terminam para o telespectador (figura 100).

Figura 100 – As imagens finais de *Amazônia Urbana* (sequência)



Fonte: Rede Globo – Jornal Nacional (19 a 23/07/2010)

A primeira matéria encerra com o discurso da necessidade de incentivar os produtos da floresta para manter o ‘caboclo’ no interior, porque ele não agride a floresta. A segunda reportagem termina com o discurso que exalta o passado colonial e a história como significativos na condução do futuro. O terceiro depoimento refere-se à necessidade de emancipação do distrito de Castelo dos Sonhos, que está a mil quilômetros da sede - Altamira.

O quarto depoimento traz o discurso da necessidade de conciliar meio ambiente com desenvolvimento, exaltando a riqueza da região. E a última matéria encerra com o depoimento do geógrafo reivindicando para os amazônidas e para o conhecimento produzido na região a responsabilidade de traçar as metas para o futuro.

A série faz então algumas propostas a partir de seus entrevistados: 1. A produção sustentável para evitar a concentração urbana nas capitais, garantir emprego no interior e preservar a floresta; 2. O passado colonial como referência cultural indutora de pertencimento; 3. A necessidade de emancipação das cidades, o que pode ser associado à idéia de progresso e desenvolvimento; 4. A Amazônia como protagonista das mudanças que se fazem necessárias.

As propostas são interessantes e em linhas gerais levantam a bandeira da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento da região. As falas são repletas de poder e saber. São os especialistas (o arquiteto e o geógrafo) ou as autoridades municipais. São eles que anunciam que ‘acreditam na Amazônia’, como no último depoimento. Das cinco imagens selecionadas, vê-se a preponderância da natureza sobre o homem, que ainda aparece

desfocado, como na imagem dois (figura 100), sem rosto, reduzido em relação à paisagem. A construção dos sujeitos sociais da Amazônia será o nosso próximo foco.

A partir da representação da região no contexto da nacionalidade (capítulo 5) e da representação da floresta no telejornalismo (neste capítulo 6), observaremos a seguir a inserção do homem nesses cenários significativos. No próximo capítulo, percorreremos os caminhos do discurso que nos levam a compreender um modo específico de construir os sujeitos no texto jornalístico.

7 A COLONIALIDADE DO DISCURSO: PODER E SABER NA CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS AMAZÔNICOS

As teorias pós-colonialistas nos incentivam a olhar a partir das margens, das periferias, dos países vitimizados pela colonização do hemisfério Sul pelo hemisfério Norte. Assim, as estruturas de poder e saber seriam mais visíveis, elaboradas da perspectiva de uma ‘geopolítica do conhecimento’ que significa “problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto produz e para quem produz” (SANTOS, 2004, p. 9).

Esse olhar sobre a enunciação nos ajuda bastante a entender a problemática da produção jornalística nacional da Rede Globo sobre a Amazônia. A relação de superioridade e inferioridade, imposta pela relação civilizado/primitivo, advinda com a modernidade, se espalha no interior das nações como ‘colonialidade do poder’ (MIGNOLO, 2003). Nessa perspectiva, subalternidade e invisibilidade são percursos imprescindíveis para refletir sobre as séries televisivas selecionadas.

7.1. À SOMBRA DA FLORESTA O TEMPO NÃO TEM IMPORTÂNCIA

O *determinismo geográfico*, enquanto corrente teórica, pode ser utilizado aqui como forma explícita de representação do ‘outro’. E o temos como uma formação discursiva. O ambiente físico da ‘floresta’, da ‘selva’, seria gerador de uma forma de vida muito específica, regida pelas temporalidades do meio ambiente e suas imposições, que enquadram os sujeitos em relações sociais sem história, vítimas da imensidão e da fúria da natureza.

Seguindo o pensamento de Laraia (2008, p.21), para quem “o determinismo geográfico considera que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural”, conseguimos identificar nas falas dos repórteres essas impressões sobre a cultura local a partir do convívio e da relação com a floresta. Os sujeitos amazônicos produzidos no discurso são investidos de algumas representações frequentes que necessitam de reflexão. Afinal, de quem se fala? Quem faz parte desses grupos? O que representa essa taxonomia? E o que se diz?

De início percebemos a associação frequente entre homem e cenário amazônico, quando o texto diz respeito à vida típica de um ambiente natural. No primeiro exemplo temos a relação entre seringueiro e ‘selva’. Marcelo Canellas registra: “vindos do Nordeste, os seringueiros chegaram à selva bruta na primeira metade do século passado”. Selva, no dicionário de sinônimos, é um “lugar naturalmente arborizado, bosque, matagal, floresta” ou

“lugar onde se luta duramente, máxime pela sobrevivência” e está relacionado à selvagem: primitivo, bárbaro, inculto, grosseiro⁹⁹. Observa-se, pela utilização da expressão, a imagem produzida do seringueiro como aquele que teve de enfrentar inúmeras adversidades. E tanto mais, se temos ainda o substantivo qualificado como ‘selva bruta’ para potencializar o espaço não domado e não domesticado.

Essa fala de Canellas sucede o depoimento do seringueiro Carlos Pinto (figura 101): “nós éramos criança, mas nossos pais trabalhavam e arriscavam a vida pra produzir a borracha”. O seringueiro e seus descendentes, representados no texto, são a comprovação de que foi possível ‘vencer’ os desafios impostos pelo lugar construído como desabitado, íngreme e desafiador.

Figura 101 – O seringueiro e a selva



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

O trabalho de produção da borracha como risco de vida, na estreiteza do texto jornalístico, tem apenas a natureza como único adversário. Tem-se aqui mais uma vez a presença da ‘memória manipulada’, que Ricoeur (2000, p.117) conceitua como “história ensinada, história aprendida, mas também história celebrada”. O seringueiro, como personagem nacional televisivo, torna-se o marco divisor entre o nada que foi a Amazônia antes de sua chegada e sua vitimização no que está por vir. São séculos e séculos de história apagados na memória nacional. As condições de trabalho vistas como escravidão na economia da produção internacional (SOUZA, 2001; CUNHA, 1909) são silenciadas.

Ao minimizar os fatos históricos e suprimi-los como mágica, ou lançar sobre eles um olhar unidirecional, o jornalista produz o oposto da identificação, porque fala a partir de um ‘outro’ lugar em busca de representar o ‘outro’ distante. Dessa forma, o estranhamento é posto em cena em jogos de relações, como diz Foucault (1995, p.31), o que nos permite

⁹⁹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário eletrônico Aurélio versão 6.0*. 4. ed. Curitiba: editora Positivo, 2009. 1 CD-ROM.

identificar frequências e ausências da produção discursiva:

Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites de forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.

A busca da ‘verdade’ torna a reconstituição do passado fundamental na defesa da identidade tanto individual como coletiva. Percorrer a história torna-se fundamental (MAIA, 2000) nesse processo de identificar-se. A multiplicidade de práticas produzidas historicamente é a pista para entender os grupos sociais e seus discursos. É o caminho para decifrar as bandeiras de luta em defesa do passado, da estabilidade, do ‘nosso lugar’ ou em defesa do que está por vir. Apagar o passado tem o efeito de construir personagens amorfos que só ganham vida enquanto representação textual, que flutua ao sabor da autoridade de quem escreve.

A floresta como categoria determinante na definição das personalidades nos mostra outro exemplo. Na série *Terra do Meio*, o repórter diz: “enquanto isso dona Bebé, ribeirinha nascida dentro de um seringal, se mantém firme no Beiradão do Xingu”. Aqui as adversidades, aparentemente, não são a floresta, mas os grileiros que estão roubando a terra e expulsando os ribeirinhos. Mas a firmeza de dona Bebé está relacionada ao fato de nascer onde nasceu? Parece ser isso o que o repórter quer dizer quando informa que ela nasceu dentro de um seringal.

Figura 102 – Dona Bebé



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

Percebemos várias classificações na representação de dona Bebé. Ela é ‘ribeirinha’, porque deve morar próximo ou à beira de algum rio da Amazônia. Além do contato íntimo com o rio, seguindo o percurso do repórter, ela é da mata, vem de dentro de um seringal. São duas qualificações que precedem a ação que o repórter quer contar. Ela se mantém ‘firme’ diante da ameaça dos grileiros que querem roubar sua terra. “E a senhora não vende aqui?”,

pergunta o repórter. “De jeito nenhum”, ela responde se embalando em uma rede. A segunda matéria da série *Terra do Meio*, intitulada “os grileiros”, termina com a voz dela em *off* dizendo: “não tem quem faça me tirar daqui”, sobre a imagem de dona Bebê de braços cruzados de frente para a câmera (figura 102).

A mesma determinação é produzida quando o apresentador Renato Machado anuncia uma das matérias da *Terra do Meio*. A violência, a ilegalidade e a impunidade estão em pauta associadas à “força do povo da floresta”. É a representação da vítima que não se entrega nem perde a esperança. O ‘povo da floresta’ tem esse perfil entre vitimização e capacidade de acreditar que dias melhores virão.

Os repórteres de três das quatro séries - Pedro Bial, Marcelo Canellas e Alberto Gaspar - tomam o caminho do rio para desvendar os segredos da Amazônia. Mas, ao invés de penetrar em seus meandros, ficam à margem. E como não aportam de fato, encontram no recorte do ‘Brasil ribeirinho’ o diferencial da região Norte com relação ao restante do país, a justificativa para suas viagens e deslocamentos. Afinal, como diz Bial, “no Amazonas, até a lei flutua”, observando um posto de fiscalização marítima que funciona em cima de uma espécie de balsa no rio Amazonas. Ou quando revela o acidente ocorrido com o primeiro barco contratado para servir a Caravana: “um imprevisto de proporções amazônicas. O barco... tinha afundado”. Nada mais ilustrativo para representar a diferença regional.

Em oposição ao ‘duelo’ das embarcações contra a ‘fúria’ dos rios, como observa Marcelo Canellas, o repórter percebe uma enorme subalternidade frente às ordens da natureza, quando identifica “um tipo específico de conhecimento fundamental pra quem mora no Beiradão do Xingu: uma enorme capacidade de adaptação às imposições da selva”. O cenário escolhido é o rio, onde uma mulher, junto com crianças, lava roupa (figura 103). Atrás dele, um canoieiro chega remando. O repórter está em primeiro plano, os personagens apenas preenchem o cenário tecido para ilustrar o que ele escolhe para narrar naquele momento.

Figura 103 – As imposições da selva



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

Essa ‘enorme capacidade de adaptação’ está associada ao cenário escolhido. A mulher que lava roupas nos diz de uma subalternidade discursiva explícita que enquadra os sujeitos como vítimas da selva. Mas é o próprio repórter quem complementa em seguida: “só não dá pra se adaptar à indiferença da cidade, do Estado, do país”. Ele toma para si o inconformismo com a situação. No entanto, a mulher que lhe serve de cenário, não tem nome, nem rosto, nem voz para dizer de sua adaptação ou inadaptação às imposições da selva ou do país.

O jornalista não traz para o texto a desigualdade econômica e política e, portanto histórica, que submeteu a Amazônia e sua gente a essa situação. A superficialidade da análise do repórter e suas limitações para ver o outro lado da história oficial são a comprovação de que o jornalismo contribui com um esquecimento necessário ao poder dominante que se nutre dessa visão aparente das relações sociais. Os ‘ribeirinhos’ fazem parte da paisagem, mas não fazem parte do país.

O lugar, o espaço geográfico amazônico, torna-se imposição e condição para um determinado tipo de sujeito, que só se faz existir em sua relação com a floresta. Barth (2000, p. 34) propõe que devemos concentrar nossa atenção nas fronteiras sociais e não nas territoriais. “Os grupos étnicos não são apenas ou necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos”.

Consuelo Lins, ao analisar a questão autoral nos documentários de Eduardo Coutinho, enfatiza que seus filmes são construídos ‘com’ os outros e não ‘sobre’ os outros. A força de suas narrativas está na dimensão autoral dos personagens. Assim, Coutinho tenta esquivar-se de idealizações comuns, quando se aproxima demais dos objetos. “É um movimento que desloca teorias, crenças, interesses, preconceitos, pontos de vista prévios, sentimentos piedosos, culpas e toda a sorte de clichês visuais e sonoros que aderem a nossa percepção e nos fazem acreditar que conhecemos o mundo” (LINS, 2004, p. 12).

O ‘outro’ produzido discursivamente é posto em cena em meio a ‘jogos de relações’ (FOUCAULT, 1995) de poder que nos remetem ao conceito de raça: “a idéia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural” (QUIJANO, 2005, p. 17). O conceito de raça surge junto com a modernidade e com a violência da dominação, responsável pela destruição de civilizações históricas.

O fato de chegar perto, testemunhar, tocar não livra o jornalista do distanciamento e dos julgamentos. Mesmo tendo como estratégia argumentativa a objetividade, a verdade não faz parte do corpo do significante, mas habita o mundo dos significados, não está “lá fora”, nos objetos mesmos, independente da intervenção do narrador” (MOTTA, 2007, p. 155).

Os textos observados estão nos mostrando que os fatos não se submetem a uma técnica narrativa como querem os jornalistas (RESENDE, 2005), mas eles habitam dimensões outras que nos dizem muito mais da naturalização de relações de poder na geopolítica da nação e do conhecimento, do que da submissão do texto a rotinas de profissão que conformam os ‘valores-notícia’.

A produção discursiva que traz os rios, os barcos e a vida da gente em torno do ‘Brasil ribeirinho’ é muito mais explícita nas imagens que no texto. Ou seja, mesmo quando não se fala sobre isso nos textos verbais, as imagens saltam em torno desse universo ribeirinho para representar a vida na floresta. É algo da ordem do extraordinário, que não se enquadra no universo urbano nacional dos grandes centros, de onde falam os repórteres. Uma paisagem incomum que convoca sentidos solidificados na memória e na cultura nacional.

Lembremos sempre que o Grão-Pará não era Brasil. Era outro país durante aproximadamente três séculos. A antiga Capitania só começou a se aproximar do restante da nação a partir de 1808, com a vinda da família real para o Brasil. As distâncias geográficas e a inexistência de uma política de ocupação foram determinantes pra isso.

O Pará estava mais perto de Portugal (20 dias de navegação à vela) do que do Rio de Janeiro - três meses (SOUZA, 2001). A Amazônia, até o século XVIII, era um ‘celeiro de degredados’ (SOUZA JÚNIOR, 2001a, p. 30), de colonos que eram enviados à região para cumprir penas longe do centro-sul do país. Só na segunda metade do século XIX, com o ciclo da borracha, passa a existir como fronteira econômica importante e assim se constitui para a memória nacional oficial.

O rio sempre foi a via de entrada e de saída da região. E internamente as cidades cresceram em torno dele. Foi em torno do rio, também, que as populações indígenas se fixaram e fizeram dele sua sobrevivência. A realidade das estradas só vai se fazer presente na Amazônia em 1970, com o regime militar. É quando o governo constrói a rodovia Transamazônica

Esse distanciamento econômico, político e cultural deixa rastros que atravessam os discursos sobre os quais agora nos debruçamos. Enquanto a mata derrubada se evade pelas estradas, como mostra Marcelo Canellas, o sujeito amazônico continua a habitar, no imaginário nacional, essa relação de ‘entendimento e harmonia’ com a floresta. Mas essa aparente busca da simplicidade e da ingenuidade ‘cabocla’ salta nos textos jornalísticos como julgamentos e percepções que consolidam diferenças e estereótipos. Percebemos um dizer do ‘outro’ que fixa parâmetros de comparação inter-regionais, entre anormalidade e normalidade, entre incomum e comum.

Ressalte-se que os jornalistas não estão sozinhos nesses julgamentos. Esse modo de ver a região está presente na literatura, na história, na política, na educação, como vimos no capítulo I. Retomemos duas imagens já mostradas que explicitam os discursos da Igreja Católica e dos livros didáticos (figura 104).

Figura 104 – O discurso da Igreja e da educação



Fonte: CNBB¹⁰⁰ (esquerda) e portal educacional¹⁰¹ (direita)

É o mesmo Brasil ribeirinho das reportagens que temos no discurso da campanha da fraternidade ou no site de pesquisa educacional. Vejamos nas figuras 105 e 106:

Figura 105 – Homem e natureza em *Terra do Meio*



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

¹⁰⁰ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Campanhas. Fraternidade. Disponível em www.cnbb.org.br. Acesso em: 29 abr. 2007.

¹⁰¹ GRUPO POSITIVO. Portal educacional. Pesquisa. Vida e morte no coração da Amazônia. Disponível em <http://www.educacional.com.br/pesquisa/respostapalavra.asp?pg=1&tp=nova>. Acesso em: 05 mai. 2007.

Figura 106 – O rio em *Caravana JN* e *Amazônia Urbana*



Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD2 (esquerda); Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 19/07/2010, direita)

As imagens nos revelam a associação direta entre sujeitos amazônicos e rio, entre natureza e jeito de ser. Por isso, a formação discursiva *determinismo geográfico* torna-se tão importante para conduzir nossa reflexão. Em *Amazônia Urbana*, os apresentadores prometem, ao anunciar a série, que os repórteres “Alberto Gaspar e Laércio Domingues vão mostrar como é a vida dos brasileiros que moram em cidades erguidas no meio da floresta”. São vistos como brasileiros habitantes de uma espacialidade distinta do restante do país. “Viemos conhecer brasileiros com uma visão diferente do que é cidade (...) são lugares onde a relação com o tempo é outra, onde o ritmo é o dos rios”, diz o repórter.

Observando moradores de Pauini, o repórter relata: “eles moram em Pauini, Amazonas. Não existe estrada. Só o rio. Ah, e uma pista de pouso que parece a rua principal”. Em seguida, a palavra é passada ao vigário João Cruz: “isso faz com que as pessoas daqui sejam diferentes dos outros lugares. O tempo praticamente (a partir daqui o entrevistado fica em *off* e a fala dele é coberta com imagens - ver sequência a seguir – figura 107) não tem muita importância. Sempre você consegue as coisas mas de uma forma assim bem lenta”.

Figura 107 – ‘O tempo não tem importância’ (sequência)



Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 21/07/2010)

No discurso do missionário, três atribuições importantes ao jeito de ser dos ‘ribeirinhos’: são pessoas ‘diferentes’, ‘lentas’, para quem o tempo não tem importância’. Não

é o repórter quem diz. Mas o missionário convocado. Outro locutor, legitimado, mas a enunciação do entrevistado não se difere do que está posto nas imagens selecionadas pela equipe de reportagem: a associação entre a inércia das pessoas, sentadas ou na rede, e o rio.

Mas afinal, qual será o ritmo dos rios? Aqui se faz importante olhar para a enunciação. De onde se olha? De que perspectiva? O rio, do ponto de vista de sua natureza, não pára, é veloz, está sempre correndo. É vida pura. É meio de subsistência para a população local, é meio de transporte. Lembramos, agora, dos versos do poeta paraense, já falecido, Rui Barata, que são referência no cenário local: “esse rio é minha rua, minha e tua, mururé¹⁰². Piso no peito da lua, deito no chão da maré”. O rio é a referência de pertencimento à cultura local.

A abundância de peixe no cardápio diário dessas populações e a pequena participação da carne vermelha são vistos como pobreza. “O suor dos irmãos Walmir e Wanderley garante uma pobreza digna para as crianças. Não falta peixe, e tem carne de vez em quando, diz Pedro Bial. Para a Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura,

a pobreza não é relacionada somente à falta de recursos, mas engloba diversos elementos como a desigualdade na distribuição de renda, a vulnerabilidade, a exclusão social, a violência, a discriminação, a ausência de dignidade, etc...a libertação da pobreza é um direito humano fundamental (UNESCO¹⁰³, 2011).

Como se vê, não existe ‘pobreza digna’. É uma incongruência. E o hábito alimentar não necessariamente pode estar relacionado à questão da renda, mas principalmente à cultura, o que Bial não consegue ver. Nesse contexto, “ser pobre não significa apenas privação material, econômica, mas também a submissão a regras culturais que expressam uma absoluta falta de reconhecimento dos pobres como sujeitos portadores de direitos” sejam eles individuais ou coletivos e difusos (DAGNINO; OLVERA; PANFICH, 2006, p. 40).

O rio é o lugar do lazer para adultos e crianças. É lugar do encontro, do banho individual e coletivo. Há registros frequentes na história da Amazônia de que as populações indígenas tomavam vários banhos ao dia para enfrentar as altas temperaturas do clima equatorial, ao contrário dos portugueses que não tinham esse hábito.

¹⁰² “Planta aquática do vale do Amazonas. Aguapé. Ilhota flutuante, que acompanha a corrente dos grandes rios do norte do Brasil. Árvore da família das moráceas. Bururé”. Disponível em <http://www.dicio.com.br/murure/>. Acesso em: 27 jun. 2011.

¹⁰³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Áreas de atuação. Ciências Humanas e Sociais. Redução da pobreza. Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/social-and-human-sciences/poverty-reduction/>. Acesso: em 27 jun. 2011.

Figura 108 – Banho no rio

Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD2

O banho das crianças aparece em uma tomada na série *Desejos do Brasil*, sem texto verbal, não é mencionado (figura 108). Não ganha destaque. Em *Amazônia Urbana*, ele é reduzido. “Não existe estrada, só o rio”, diz Alberto Gaspar. Como se o rio fosse tão sem importância como o tempo, mencionado pelo missionário. A inércia, ‘o tempo sem importância’, são observados em vários outros momentos no modo como as pessoas são selecionadas e enquadradas. São momentos de apatia fragmentados. Repetimos, tão somente citados nas imagens e não nos textos verbais (figuras 109, 110 e 111).

Figura 109 – Os sujeitos da *Caravana JN*

Fonte: Jornal Nacional, 2007. DVD2

Figura 110 – Os sujeitos da *Terra do Meio*

Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03 e 06/12/2007)

Figura 111 – Os sujeitos de *Amazônia Urbana*

Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 19 e 23/07/2010)

Os sujeitos das imagens são representados em sua pequenez diante das ‘imposição da selva’. É fácil perceber como as imagens potencializam uma visão superficial de quem percorreu as ruas, a fila do atendimento médico, as estradas, a beira do rio. Os sujeitos são posicionados à margem, à espera de algo, no instante em que são transportados para a narrativa, para de lá não mais sair. A vida, o trabalho, o sustento, a pescaria, a roça, o que acontece ali dentro do comércio, do dormitório do povo, da casa, ou seja, o mundo em ação não é significativo na produção textual.

São seus problemas que saltam para a narrativa e se introduzem de forma violenta, de modo a devastar a vida, a beleza e a alegria dos lugares por onde passam os viajantes, ou melhor, os repórteres. Como diz Michel de Certeau, é preciso entender a “politização das práticas cotidianas”, as astúcias, os usos que se fazem nos espaços ainda desconhecidos pela ordem dominante. Para promover, de fato, uma polifonia, seria necessário que o texto jornalístico buscasse o enfoque cultural que “começa quando o homem ordinário se torna o narrador, quando define o lugar (comum) do discurso e o espaço (anônimo) de seu

desenvolvimento” (CERTEAU, 1994, p. 63).

Mas a gente da beira do rio não vê, é vista. Retomemos aqui a produção literária do final do século XIX do escritor Inglês de Sousa (2004, p. 6), que observou uma ‘melancolia natural’ diante da “natureza grandiosa e solene, mas monótona e triste do Amazonas”. Viu ainda um apático recolhimento, tristeza no semblante e gravidade nos gestos. São os escritores e viajantes do século XIX que vão reiterar esse discurso surgido com o colonialismo em suas narrativas de comparação entre o homem civilizado e o primitivo. Coincidentemente, Edward Said, ao escrever sobre as representações do Oriente para o Ocidente, fala sobre os escritores do século XIX:

Todos mantiveram intacta a separação do Oriente, a sua excentricidade, o seu atraso, a sua silenciosa indiferença, a sua feminina penetrabilidade, a sua apática maleabilidade; é por isso que todos os que escreveram sobre o Oriente (...) viam o Oriente como um lugar que precisava da atenção, da reconstrução e até mesmo da redenção ocidental (SAID, 1990, p. 212).

A Amazônia, enquanto produção discursiva, também vive dessa separação com o restante do Brasil. O atraso, a apatia, a passividade também são representações que ofertam a região como ‘órfã’, à espera de cuidado e proteção. Para Quijano a América Latina, por sua constituição histórica e, estruturalmente falando, dependente, é o espaço privilegiado do exercício da ‘colonialidade do poder’. E nesse cenário o eurocentrismo é o modo hegemônico de produção e de controle do conhecimento.

A colonialidade do poder implicava então, e ainda hoje no fundamental, a invisibilidade sociológica dos não-europeus, ‘índios’, ‘negros’ e seus ‘mestiços’, ou seja, da esmagadora maioria da população da América e sobretudo da América Latina, com relação à produção de subjetividade, de memória histórica, de imaginário, de conhecimento ‘racional’. Logo, de identidade (QUIJANO, 2005, p. 24).

Homi Bhabha (1998) chama de ‘identificação colonial’ a tradição de representação que concebe a identidade como a satisfação de um objeto de visão totalizante. “A alteridade da identidade é a presença angustiada dentro do EU de uma agonia existencialista que emerge quando se olha perigosamente através de um vidro escuro” (BHABHA, 1998, p. 81). É como manter o olhar sempre à margem, sem penetrar, sem partilha, sem troca, deixando o pré-concebido dominar os sentidos, é enxergar apenas a diferença com o sentimento e a necessidade de se manter distante.

Foucault (2006a, p. 53) observa que os acontecimentos discursivos obedecem a um princípio de regularidade, que é “a violência que fazemos às coisas, como uma prática que

lhes impomos em todo o caso”. Mediação e interpretação estão sempre presentes no texto e se interpõem entre o ‘mesmo’ e o ‘outro’.

A narrativa afirma que o domínio da realidade pela visão não passa de uma vontade de poder, uma vontade de verdade e de interpretação, e não uma condição objetiva da história... a narrativa introduz um ponto de vista, uma perspectiva e uma consciência opostos à teia unitária da visão (SAID, 1990, p. 246).

Esses ‘acontecimentos discursivos’, como nomeia Foucault, ou as narrativas, para Said, são a precipitação da violência e do poder de dizer do ‘outro’. São resultantes de um ponto de vista que põe em questão poderes e saberes traçados pela geopolítica da nação. A Amazônia concebida nessas imagens vai nos revelando a reiteração da invisibilidade (QUIJANO, 2005) e de uma visão totalizante (BHABHA, 1998) que nega a racionalidade.

O colonizador apresenta o colonizado como um tipo degenerado baseado na origem racial com o intuito de justificar a conquista e o controle. “Os espaços das regiões mais fracas ou subdesenvolvidas como o Oriente era visto como um convite ao interesse, à penetração e à inseminação (...) em resumo, à colonização” (SAID, 1990, p. 226). O Oriente era visto como passivo e feminino tal qual a Amazônia do telejornalismo nacional.

Na série *Raposa Serra do Sol*, temos um diferencial interessante para refletir. Para fazer as matérias, o repórter não percorreu rios e estradas como os outros. Seu foco era o conflito entre índios e arroteiros, localizado na Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. A produção textual nos remete à oposição entre imensidão da reserva e pequenez do índio, entre fronteira e ocupação e, em última instância, entre poder e saber. Vejamos alguns takes da série e dos índios em cena (figura 112).

Figura 112 – Os índios em cena



Fonte: Rede Globo – Jornal da Globo (exibido de 13 a 15/05/2008)

Para além da apatia, escrita nas imagens, a série traz, ao mesmo tempo, a representação do índio ganancioso, esperto, não merecedor de tamanha imensidão das terras brasileiras. Eles aparecem mais em atividade do que parados, mas a rotina de trabalho que

desenvolvem não é mencionada no texto verbal. Eles são falados pelo jornalista, que diz de seus sentimentos e sua cultura. As atividades de trabalho citadas verbalmente são a extração do ouro e a criação de gado.

Segundo a Funai, os primeiros registros de contato com os brancos colonizadores remontam ao século XVII. Para aqueles índios as montanhas e rios da região eram sagrados. Segundo a mitologia indígena daqui, a humanidade nasceu na Serra do sol. Agora o que se vê são índios fazendo queimada para criar, segundo estimativa, 35 mil cabeças de gado. Tudo herança dos brancos (repórter Carlos de Lanoy, série *Raposa Serra do Sol*).

Se para ‘aqueles índios’ do século XVII as montanhas e os rios eram sagrados, como diz o repórter, subentende-se que para os índios de hoje não. Os atuais, seguindo o que está no texto, seriam mais brancos do que índios, culturalmente falando. Aqui não há o interesse de criar a imagem do índio em harmonia com a floresta. Faz-se necessário produzir o sentido de que suas atitudes refletem, em oposição a sagrado, a forma profana de tratar a terra, diferente do que antes faziam, e assim as fronteiras, que preocupam o governo e os militares, estariam desprotegidas.

Também aqui Edward Said (1990, p. 305) nos ajuda a pensar a Amazônia em relação ao Brasil, tal qual a relação entre Ocidente e Oriente. Ele observa que um dos dogmas atuais do Orientalismo é que ele é algo a ser temido ou controlado. Além disso, “o Oriente é eterno, uniforme e incapaz de definir a si mesmo”.

No texto do repórter Carlos de Lanoy, observamos a representação do índio, tanto como algo a ser temido, como incapaz de se definir. A autoridade se apresenta nesse dizer do índio de forma unidirecional, como violência do acontecimento discursivo que se impõe ao significante (FOUCAULT, 2006a) e que se instala como verdade do fato, porque o jornalismo se pauta nessa anulação da mediação entre o mundo e o texto.

7.2. O ESTEREÓTIPO EM CENA: QUANDO A IMAGEM FALA E O TEXTO CALA

A formação discursiva da *solidão* diz respeito ao enquadramento das pessoas e sua relação com a imensidão da floresta. É muito mais presentificada nas imagens do que no texto verbal. A *solidão* do ‘povo da floresta’ é raramente citada, mas é exaustivamente mostrada nos ângulos escolhidos pelos cinegrafistas. E isso pode ser visto nas quatro séries analisadas.

Na vinheta da série *Amazônia Urbana*, usada na abertura das cinco reportagens, a floresta de mata fechada em vista aérea é cortada por um rio de ponta a ponta. Sobre o formato da terra arredondada, a palavra Amazônia é grafada sobre a floresta farta. A *solidão*

está associada ao vazio da floresta e ao isolamento das cidades e de seus moradores.

Não se pode esquecer que os sujeitos escolhidos para os relatos são aqueles das cidades isoladas, distantes, de difícil acesso. Para localizar o pré-concebido sobre a Amazônia, os jornalistas se transformam em verdadeiros caçadores de raridades e de seres exóticos. O valor das entrevistas pode ser associado ao valor das confissões em Foucault: “o valor de uma confissão é aumentado pelos obstáculos e pela resistência que se tem para fazê-la” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 79). Será que o valor de descobrir a Amazônia está nessa busca contínua por lugares fora do mapa, por seres que habitam a floresta, por histórias que estimulam o imaginário do colonialismo?

Conseqüentemente a representação resultante desse recorte será também o isolamento da população por meio do contraste entre grandeza do cenário e redução do homem. “Exuberância de riquezas naturais, de um lado, e pequenez humana de outro são os dois pólos geradores do campo, no interior do qual se fixam as noções estereotipadas que dão substância à fabricação de diversificados modos de falas sobre a Amazônia” (DUTRA, 2005, p. 72).

Em meio ao cenário exuberante, onde “tudo é superlativo”, como diz Pedro Bial, “uma fumacinha chamou nossa atenção. Onde há fumaça há gente”. Seguindo o sinal de fumaça, Bial encontra uma serraria comunitária, solitária, no meio da floresta. Marcelo Canellas percorre também a imensidão dos rios à procura de vestígios humanos: “depois de quase 300 km de rio, encontramos um regatão, a única ligação do médio Xingu com o resto do mundo”.

As canoas solitárias no meio do rio são frequentemente enquadradas e registradas pelas equipes. No texto da *Caravana JN*, há uma sequência de acenos para a equipe de reportagem que viaja no barco, não mencionada no texto verbal (figura 113). É quando a série registra o olhar sobre o estrangeiro. Uma música instrumental lenta e suave percorre essas imagens. As pessoas são enquadradas com olhares curiosos para a imponência do barco da Caravana, um estranho naquele universo, colorido e identificado com a marca do JN, em posição de quem recebe um visitante ilustre (o repórter, a máquina de filmar e sua equipe).

Figura 113 – A Caravana e o olhar do ‘outro’ (sequência)



Fonte: Jornal Nacional, 2007, DVD2

O que vemos em cena são os personagens ‘ribeirinhos’ que Bial se prontificou a mostrar no início da viagem, quando prometeu ao vivo diante dos editores e apresentadores Fátima Bernardes e William Bonner, e diante do público. Esse ‘outro mundo’, explicitamente declarado pelo repórter, se faz nesses singelos acenos captados.

Por trás da câmera está o barco imponente, que colocamos junto à sequência de imagens acima (figura 113) apenas para mostrar o que eles estão vendo, para quem estão acenando. O barco da Caravana é também estranho para eles, incomum naquela paisagem, porque identificado com a marca da Rede Globo, grande e pintado com cores fortes. O que eles pensam não sabemos, não entra no texto.

O barco não pára pra saber deles e mesmo quando pára não consegue saber, dialogar, ouvir, deixar falar. O fato de ‘estar com’ ou de ‘viver com’ não nos credencia a ser ‘mais verdadeiros’. O personagem recortado pela câmera é esse que reconhece no viajante aquele que passa trazendo alegria ou salvação. Em outro momento, diante da família Monteiro Nunes, na serraria comunitária, Bial pergunta: “é a primeira vez que alguém para aqui pra saber dos seus desejos?”. “Sim”, diz o entrevistado.

Stuart Hall (2000, p. 112) nos diz que “a representação é sempre construída ao longo

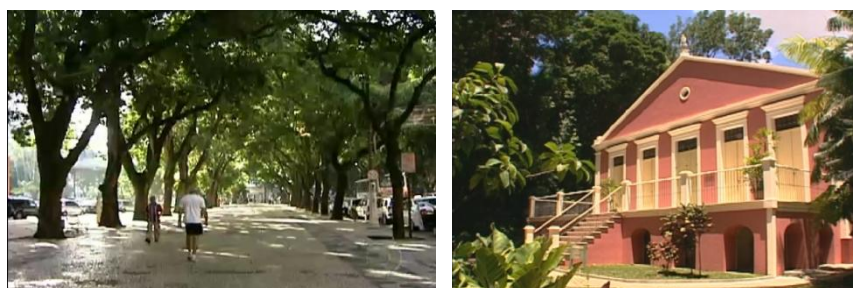
de uma ‘falta’, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas - aos processos de sujeito que são nelas investidos”. Nunca se conta toda a história, nem toda a vida. Portanto, não se tem a dimensão do ‘outro’ em sua grandeza. São extrações da personalidade, do cotidiano.

A operação escriturária que produz, preserva, cultiva ‘verdades’ não-perecíveis, articula-se num rumor de palavras diluídas tão logo enunciadas e, portanto, perdidas para sempre. Uma ‘perda’ irreparável é o vestígio destas palavras nos textos dos quais são o objeto. É assim que se parece escrever uma relação com o outro (CERTEAU, 2010, p. 214).

A palavra audível balbuciada diante das câmeras terá que semelhança com o cotidiano? Como uma notícia extraída da vida, da ação humana chega a uma audiência a quem esse mundo de ‘lá’ é estranho? A palavra retida, captada, levada para longe e lançada no espaço será outra coisa distinta daquele ‘outro real’. “O significante não é destacável do corpo individual ou coletivo. Não é, portanto, exportável. A palavra é, aqui, o corpo que significa¹⁰⁴”.

Mesmo quando o repórter percorre as quatro capitais amazônicas, o cenário escolhido, em boa parte dos *takes*, é o composto por homem e floresta. Aqui temos o exemplo de *Amazônia Urbana* e *Caravana JN* (figura 114).

Figura 114 – A floresta como cenário



Rede Globo – Jornal Nacional (20/07/2010, esquerda); Jornal Nacional, 2007, DVD2 (direita)

Quando Pedro Bial conversa com o filósofo Benedito Nunes faz questão de ressaltar que mesmo isolado ele é um “exemplo de intelectual que longe dos grandes centros se mantém atualizado e mesmo à frente de seu tempo”. O cenário da entrevista é o jardim da casa de Bené. Quando fala em “longe dos grandes centros”, a imagem abaixo (figura 115) é utilizada com a simbologia da floresta em primeiro plano e Bial com o entrevistado ao fundo, reduzido, os dois quase escondidos.

¹⁰⁴ *ibid.*, p. 217.

Figura 115 – ‘Longe dos grandes centros’

Fonte: Jornal Nacional, 2007, DVD2

A mata emoldura a cena e seus habitantes estão atrás, dentro ou abaixo dessa construção imagética que oferta a floresta como ‘imensidão verde’. Se existe um jeito específico, especial ou diferente de seus moradores, há aqueles que conseguem ‘vencer’ as adversidades e ganhar destaque. Talvez por isso o filósofo Benedito Nunes seja visto como um exemplo de intelectual ‘atualizado e à frente de seu tempo’.

Marcelo Canellas também procura pelos isolados, que chama de ‘invisíveis’. E assim encontra Terezinha, que vive no Bravo Sonho com Antônio sem vizinhos.

Figura 116 – A solidão de Terezinha e Antônio

Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

Na imagem produzida pela equipe (figura 116), Antônio e Terezinha observam o rio na solidão da floresta. Passivos, inertes, com os jornalistas por trás de suas costas os filmando, eles não se mostram em sua vitalidade. O repórter se interessa pelos medos de Terezinha, mas não quer saber por que o casal não reclama da rotina da floresta, o que para o jornalista é estranho.

Certeau (1994, p. 226) diz:

As coisas que entram na página são sinais de uma ‘passividade’ do sujeito em face de uma tradição; aquelas que saem dela são as marcas do seu poder de fabricar objetos. No final das contas, a empresa escriturística transforma ou conserva dentro de si aquilo que recebe do seu meio circunstancial e cria dentro de si os instrumentos de uma apropriação do espaço exterior.

A passividade de Terezinha e Antônio está na irracionalidade recortada de sua relação com a floresta. Retomemos aqui a representação da ‘selva’ como lugar do primitivo em oposto ao civilizado. Para comprovar o ambiente selvagem que veio buscar, o jornalista precisa encontrar personagens também selvagens. Mignolo (2003, p. 37) diz que “as diferenças coloniais significam (...) a classificação do planeta no imaginário colonial/moderno praticado pela colonialidade do poder, uma energia e um maquinário que transformam diferenças em valores”.

A classificação do amazônida faz da representação um julgamento. Ao qualificar, mesmo que veladamente, põe em cena uma relação com a rotina da floresta que é rejeitada pelo jornalista e, portanto ignorada. Terezinha e Antônio são anulados em suas astúcias e em seu ‘poder de fabricar objetos’, pensando com Certeau, mas são ironizados em sua solidão ou na observação do nome da ilha do ‘Bravo Sonho’ pelo repórter. Mais uma vez são as ‘imposições da selva’ apropriadas pelo texto que nos remetem à presença da ‘colonialidade do poder’ (QUIJANO, 2005) na escritura, com a intenção de apagar a alteridade.

Marcelo Canellas, no VT de abertura da *Terra do Meio*, constrói um ambiente de solidão, atraso e isolamento (figura 117). O texto se volta para a fascinante sinfonia da floresta em um cenário de noite escura produzido pelo repórter. Marcelo pega a lamparina acesa que está na janela e a apaga com um sopro. Diz que é preciso fechar os olhos e apurar os sentidos para ouvir. A cena escurece e aparecem só os pingos de chuva na escuridão. Imagem é luz. Sem luz a imagem quase desaparece, é reduzida, vira rasgo de luz. À noite, Canellas também encontra um grupo de pessoas orando fazendo ‘mil pedidos ao criador’ e enquadra o morador solitário.

Figura 117 – Sequência noturna de *Terra do Meio*



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 30/11/2007)

Pedro Bial também ressalta a solidão na noite escura em dois momentos (figura 118): na casa solitária iluminada pela equipe da Caravana. É só perceber o foco concentrado em torno dela; e na simbologia do homem, com a lanterna dentro do barco do JN, que fareja

piratas e outros perigos.

Figura 118 – Sequência noturna da *Caravana JN*



Fonte: Jornal Nacional, 2007, DVD2

Tanto o homem solitário, como o grupo que faz orações e a pequena casa branca parecendo cenário de filme significam o isolamento. Não há sinal do urbano por perto. A noite amazônica da narrativa faz-se igual à lamparina, à lanterna ou a um pequeno rasgo, quase aterrorizador, no meio da floresta. As luzes da cidade, sua agitação, sua modernidade são silenciados para dar vez a essa construção imagética, que é ocultada do texto verbal. Nenhuma das capitais ou grandes cidades por onde passaram os repórteres foram mostradas à noite.

A representação do atraso e da solidão é imagética. Vejamos mais um exemplo. Marcelo Canellas e sua equipe enquadram vários sujeitos em situações diferentes à beira do rio (figura 119). As imagens selecionadas não são noturnas, mas seus personagens são postos sempre em contraluz, o que os escurece. Some-se a isso que o horário da filmagem nos indica um final de tarde, quando a luz do sol está indo embora. Os personagens, mais uma vez, são postos diante do cenário natural, como a representar harmonia com a floresta. Mas não deixam de ofertar o sentido do vazio humano com relação ao território grandioso.

Figura 119 – Sequência de personagens solitários



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

Os habitantes do texto são submetidos ao recorte da narrativa, onde o corpo é isolado, desfigurado e reconstituído posteriormente. Assim, a prática se transforma em objeto abstrato de um saber. Os personagens são citados como “uma técnica literária de processo e julgamento que assenta o discurso numa posição de saber de onde ele pode dizer o outro” (CERTEAU, 2010, p. 249). Citar o ‘outro’ é uma estratégia de processo que não deixa de remeter a um outro lugar, onde o personagem, após a seleção, é adaptado e montado adequando-se às condições da escritura, por isso se apresenta alterado.

Essas escolhas e produções dizem respeito aos processos sociais, culturais e históricos nos quais o autor está inserido. Para Barth (2000), os atores estão sempre posicionados. Qualquer relato será sempre uma construção do observador, no caso, ele cita o antropólogo. Os trabalhos antropológicos, diz ele, ainda são ‘excessivamente egocêntricos’, pois ainda concentram o olhar sobre o diálogo dos nativos conosco e dá-se pouca atenção ao diálogo entre os próprios nativos.

As populações tradicionais relatadas em sua solidão são produzidas diante da grandiosidade da floresta e da condição narrativa jornalística de ver sempre as mesmas coisas. É como o olhar do naturalista Henry Bates, que trazemos lá do século XIX: “o povo do Pará era muito inferior aos brasileiros do sul em energia e diligência”. O povo visto como subalterno vem sendo inferiorizado na geopolítica da nação há exatamente dois séculos quando a Amazônia passou a fazer parte do Brasil.

Essa recorrência do olhar se instaura na lógica da relação entre colonizador e colonizado, que Todorov tão bem observou ao analisar a narrativa sobre a conquista da América: “Colombo fala dos homens que vê unicamente porque estes, afinal, também fazem parte da paisagem. Suas menções aos habitantes das ilhas aparecem sempre no meio de anotações sobre a natureza, em algum lugar entre os pássaros e as árvores” (TODOROV, 1988, p. 33).

O homem é a vítima do lugar, é qualquer coisa entre as alucinações de Terezinha e a apatia das pessoas para quem o tempo não tem importância. Elas fazem parte da paisagem, portanto, seus sentimentos e suas dores só despertam interesse como ‘valor-notícia’ quando a floresta está em questão.

E mesmo quando se tem a ótima intenção de trazer à visibilidade um ‘Brasil invisível’, com suas chagas e tragédias, como em *Terra do Meio*, a diferença histórica não se apaga com os discursos de nacionalização e integração que se fizeram necessários a partir do século passado. Por isso, as imagens tele-visadas só podem provocar o sentimento da

*compaixão*¹⁰⁵, tal qual observou o escritor Inglês de Sousa no século XIX sobre os nativos: “os seus pensamentos não se manifestam em palavras por lhes faltar, a esses pobres tapuios, a expressão comunicativa, atrofiada pelo silêncio forçado da solidão” (SOUSA, 2004, p.6).

Dessa forma, o jornalismo vai retomando histórias do passado. Recria o velho com aspecto de novidade. No mundo da representação, a vida é sempre um clímax, um ápice de algo muito bom ou muito ruim. Algo que salta, que se faz existir midiaticamente por atender determinadas condições de exagero, susto, anomalia ou mudança aparente.

Para Eni Orlandi (1999, p. 37-38), todo discurso se faz entre o mesmo e o diferente, entre a paráfrase (estabilização, algo que se mantém, o dizível, a memória) e a polissemia (deslocamento, ruptura, equívoco). A paráfrase é a reiteração de processos cristalizados, a produtividade em oposição à criatividade. “O que vemos com mais frequência - por exemplo, se observarmos a mídia - é a produtividade e não a criatividade... para haver criatividade é preciso um trabalho que ponha em conflito o já produzido e o que vai-se instituir”.

Bhabha (1998, p. 27) ressalta que trabalhar na fronteira da cultura exige um encontro com o novo “como ato insurgente da tradução cultural”. Os jornalistas estão constantemente, diariamente, em busca de fatos novos. Mas o novo que eles coletam, selecionam, é o novo que confirma, reforça a consolidação do velho. Não conseguem articular a alteridade, como propõe Bhabha, da perspectiva do novo.

De fato, como prática cultural, o jornalismo vai impondo formações discursivas cristalizadas, que explicitam identidades estanques e sujeitos, muitas vezes, distorcidos e quase inexistentes no mundo real. Por isso, os textos noticiosos são tão previsíveis (LINS, 2004). Contam-se sempre as mesmas histórias. O que altera são os nomes dos personagens, mas suas caracterizações são sempre as mesmas. “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2006a, p. 26).

Para Bhabha (1998) o discurso colonial depende do conceito de fixidez para construir a alteridade. É um modo de representação que conota rigidez, ordem imutável e repetição. O estereótipo é a estratégia discursiva da fixidez. É uma forma de conhecimento que oscila entre o que está sempre no lugar, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido. Para Bhabha, há uma ambivalência entre imobilidade e repetição que é central para o estereótipo colonial.

E é essa forma de ver, por meio do estereótipo, que os ajuda a pensar, supondo o telespectador padrão imaginário de William Bonner (2009). Tal qual os personagens das

¹⁰⁵ *Compaixão* é uma das formações discursivas identificadas neste trabalho, sobre a qual trataremos no item 7.3.

diversas regiões brasileiras que os jornalistas já conhecem previamente e que tratam de encontrá-los ao chegar nos lugares: o ‘nordestino flagelado da seca’; o ‘mineiro caipira’; o ‘gaúcho trabalhador’; o ‘carioca malandro’ e por aí vai.

Mas a identidade não pode ser definida a partir de características essenciais compartilhadas. “Cada identidade pessoal é produto da maneira pela qual um determinado indivíduo lida com suas posições sociais que se interseccionam” (MAIA, 2000, p.51). O centro da análise não é a diferença em si, mas as relações que acontecem nas fronteiras, um jogo simbólico de forças. “As identidades não são unificadas. Pode haver contradições no seu interior que têm que ser negociadas” (WOODWARD, 2000, p. 14).

A identidade representada nos aparatos midiáticos não é a mesma da rua, das relações sociais. Esse olhar sobre a Amazônia, a partir das matérias analisadas, nos diz muito mais de um silenciamento das mudanças e de uma reiteração da categoria racial, que enxerga inferioridade e não conflitos de poder resultantes de processos histórico-culturais (QUIJANO, 2005). Para Shohat; Stam (2006) o estereótipo não é um erro de percepção, mas uma forma de controle social. E como estratégia discursiva da fixidez, reatualiza o discurso colonial. Este

é um aparato que se apóia no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais, culturais e históricas. Sua função estratégica predominante é a criação de um espaço para ‘povos sujeitos’ através da produção de conhecimentos em termos dos quais se exerce vigilância e se estimula uma forma complexa de prazer e desprazer (BHABHA, 1998, p. 111).

O querer ‘fazer diferente dos outros’ estimula o jornalista a incorrer em leituras apressadas do mundo da vida. Ao pensar com velocidade corre-se o risco de evocar representações atravessadas por relações de poder que inibem a polissemia (ORLANDI, 1999). A vigilância e o controle são reafirmados na exposição desequilibrada dos saberes acumulados pelos sujeitos amazônicos. Sua cultura não é reconhecida nem valorizada, e quando mostrada salta como diferença que inferioriza.

7.3. BRASIL INVISÍVEL: QUANDO A POBREZA É O MOLHO DA MATÉRIA

Como jornalistas trabalham para além da linha do que é comum, suas narrativas se localizam entre o excesso e a falta. Eles vivem à procura do ‘molho’ da matéria, como disse a repórter da Rede Globo, Zileide Silva¹⁰⁶. É o que no jargão jornalístico chama-se de ‘gancho’

¹⁰⁶ Expressão utilizada pela repórter Zileide Silva, de Brasília, que cobre assuntos políticos para o Jornal Nacional. Ela referia-se à polêmica gerada por um determinado entrevistado, que garantiria o clímax da matéria (JORNAL NACIONAL, 2004).

- o que sustenta o acontecimento e o torna noticiável. No contexto da produção noticiosa sobre a Amazônia, a falta parece atrair muito mais que a abundância quando se busca construir uma imagem dos ‘povos’ ou dos ‘defensores da floresta’. Os excessos, a abundância são recursos utilizados na qualificação da floresta e não dos sujeitos locais.

O ‘molho’ precisa estar associado ao ‘furo’, uma notícia que ninguém tem. “O furo é o alimento da alma dos jornalistas. Buscar o furo é o que todo repórter de verdade tenta fazer” (BONNER, 2009, p. 13-14). Se a alma é alimentada pela busca frenética de algo que ninguém tem, então a procura pelos lugares distantes da Amazônia está plenamente esclarecida. Quanto mais distante, maior será a facilidade para caracterizar um fato ou uma pessoa como ‘descoberta’ (OLIVEIRA FILHO, 1979), daí a necessidade de nomear e de dizer a mesma coisa de uma outra maneira, porque fisicamente trata-se de um outro lugar e de outras pessoas que possam garantir um ‘molho’ diferente para a matéria. Apesar de que o conteúdo ofertado não trará nada de novo porque, pelo que estamos observando, o texto se baseia na fixidez do estereótipo.

Nesse sentido, localizamos nesses textos a formação discursiva da *compaixão*, aquela que expõe as pessoas, diante da opinião nacional, em situações de desamparo e desigualdade. A pobreza torna-se o ‘molho da matéria’, o conflito que a torna noticiável. As condições básicas de infra-estrutura, saúde, educação e transporte são observadas em vários momentos por três das séries analisadas.

Marcelo Canellas percorre milhares de quilômetros, como fica explícito nos mapas que utiliza e nas estradas clandestinas que percorre. Tanto deslocamento é para trazer à visibilidade um ‘Brasil Invisível’ “onde não há escolas, médicos, justiça. Onde falta quase tudo e sobram problemas”. Vamos observar a sequência de imagens editadas para a vinheta que abre as cinco reportagens da série (figura 120).

Figura 120 – A vinheta do ‘Brasil invisível’ (sequência)



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido de 03 a 07/12/2007)

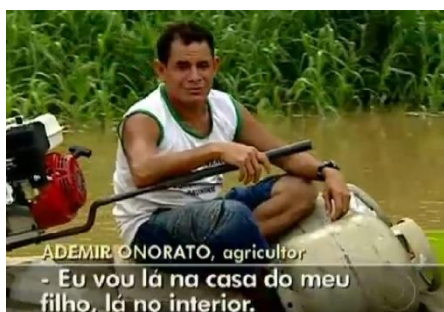
A vinheta tem quatro imagens (figura 120) que se movimentam enquadradas em bordas desenhadas e em tom marrom e preto. Os dois primeiros personagens são Terezinha e Antônio, mostrados ao longo da série. Ela olha para a câmera debruçada à porta de sua casa. Ele, em perfil, vislumbra o horizonte infinito. São dois idosos mostrados em sua tristeza e solidão, apagados em sua vivacidade.

A terceira imagem é de floresta devastada e a última de uma criança que olha para a câmera em posição de acumamento, subalternidade, abandono. O tom da cor e iluminação neste quadro é o tom da floresta queimada, do fogo. Não há alegria nem vida nas imagens. A música de fundo da vinheta é agitada, mas não é alegre. Os caracteres da última imagem, onde aparece a criança, mudam a cada matéria, a partir da nomeação que cada uma recebe. A criança e o idoso são os personagens escolhidos para resumir o ‘Brasil invisível’. Entre eles a floresta queimando, simbolicamente identificada como a causa ou a consequência de tudo.

Marcelo Canellas encontra na pobreza a condição conflituosa que sustenta e dá vida às narrativas jornalísticas. O discurso é da ordem da negação para mostrar no cenário nacional “quem são e como vivem os beiradeiros, mulheres, homens e crianças que não existem para o Estado”. Não está em questão discutir os motivos da invisibilidade histórica. O jornalista está interessado em nomear esse ‘outro’ Brasil, classificar o que julga ter descoberto. E assim subtrai o novo do antigo. Mas ao dizê-lo como ‘invisível’ e trazê-lo à visibilidade termina por invisibilizá-lo ainda mais.

Observando atentamente, percebemos que as séries, com exceção da *Raposa Serra do Sol*, por motivos já tratados¹⁰⁷, mostram a Amazônia e seus habitantes com *compaixão*. Seguindo os rios em busca das cidades isoladas, Alberto Gaspar conhece seu Ademir, um agricultor que viaja de barco com a família (figura 121).

Figura 121 – ‘Seis dias nessas condições’



Rede Globo – Jornal Nacional (exibido em 20/07/2010)

A matéria é anunciada assim pelos apresentadores: “o isolamento das pequenas cidades e povoados erguidos no meio da floresta é o tema da terceira reportagem da série sobre a Amazônia urbana”. Gaspar diz: “subindo o rio Purus, lá vai a família do seu Ademir espremida num pequeno barco... Isso mesmo. Seis dias nessas condições”, diz o repórter.

Ademir: “eu vou lá na casa do meu filho, lá no interior (com legenda). É seis dias daqui lá.

Gaspar: “isso mesmo. Seis dias nessas condições. O que que tem naquela panela ali?” (detalhes da panela de pressão no fogo de carvão dentro do barco).

Voz em off de uma mulher: “é feijão” (imagem da panela).

Pedro Bial também procura os exemplares raros na floresta. São sobreviventes de um meio ambiente inóspito, que enfrentam as dificuldades impostas pelos caminhos difíceis da ‘selva’, como Ana Rita, que fala sobre o atendimento médico em Gurupá (figura 122).

¹⁰⁷ Cf. item 7.1.

Figura 122 – Ana Rita

Fonte: Jornal Nacional, 2007, DVD2

Bial: “para ir ao médico duas horas de viagem até a cidade de Gurupá.. e tem que chegar de véspera”.

Ana Rita: “a gente tem que ir meia-noite pra tirar ficha. E é dez ficha, só. É cinco pro interior e cinco pra cidade.”

As dificuldades são medidas em horas de viagem. Mais adiante a equipe da Caravana JN encontra outra comunidade com dificuldades no atendimento médico:

Bial: “a comunidade de São Sebastião fica a seis horas de barco da sede do município Almeirim. Tem posto de saúde?”

Dona de casa (não identificada): “aqui tem o posto naquela casinha verde que... que tem logo lá”.

Bial: “mas fica fechado?”

Dona de casa: “fica. Até porque, né? A gente num tem atendente”.

Após essa breve entrevista, a matéria mostra Bial entrando em cena com seu kit de primeiros socorros para atender uma garotinha que se machucou (figura 123). O repórter diz: “eu acho que pegou mais na ponta (segurando a mãozinha da menina). Nosso kit de primeiros socorros acaba sendo útil. Vai doer um pouquinho”.

Figura 123 – Bial faz atendimento médico

Fonte: Jornal Nacional, 2007, DVD2

Como estava em busca dos ‘desejos do Brasil’, Bial pergunta à família Monteiro Nunes: “qual foi a última vez que alguém parou o barco assim que nem a gente parou pra

saber da sua necessidade?”. E um dos irmãos da serraria responde: “aqui eu acho que nunca (risos)... nunca tinha parado não”. Diante de condições tão adversas, o repórter entra em cena para mostrar o abandono dos ribeirinhos.

E quando os jornalistas da Rede Globo representam a escola amazônica para o telespectador nacional, o que recebe destaque é aquela esquecida no meio da floresta. “A menina com o dedinho machucado é filha de um dos professores da *escola* (tom de ‘não acredito’) de São Sebastião”, diz Pedro Bial, impressionado com o espaço físico mostrado a ele.

Repórter Pedro Bial: “campo tem, mas num tem bola”.

Professor sem crédito: “campo tem, mas num tem bola (sorridente)”.

Bial: “escola tem, mas num tem lápis (risos do professor). Campo tem, mas num tem bola”.

Professor: “é”.

Bial: “casa tem, mas num tem parede”.

Professor: “Casa tem, mas num tem parede, ainda bem que tem telhado pra não chover em cima”.

O entrevistado apenas confirma o que o repórter vai observando e julgando. Não são perguntas, são afirmações que produz a partir de suas percepções. Há sempre rastros de coisas não ditas nos textos. Pelas escolhas, seleções e caminhos escolhidos é possível vislumbrar ‘verdades’ construídas e ao mesmo tempo histórias perdidas.

Todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um ‘jamais-dito’, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro... o discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele não diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz (FOUCAULT, 1995, p. 28).

Há sempre perdas nesse encontro com o ‘outro’, subtraído de suas particularidades. Torna-se vestígio da espontaneidade cotidiana e habitante do mundo da narrativa. “O que a mídia capta já é um universo discursivo. O momento da codificação não surge do nada (...). O repórter está captando algo do mundo pré-significado com o objetivo de significá-lo de uma nova maneira” (HALL, 2003a, p. 364).

Marcelo Canellas descobre pessoas que ainda praticam o comércio sem moeda em um ‘supermercado’ ambulante – o regatão.

Repórter Macelo Canellas: “depois de quase 300 km de rio, encontramos um regatão, a única ligação do médio Xingu com o resto do mundo. Quer dizer que o supermercado que tem aqui são vocês?”.

Vendedor do regatão (sem crédito): “é nós”.

Repórter: “o regatão é que abastece os ribeirinhos...”

Vendedor: “aqui é o açúcar, aqui é o anzol, aqui é a tela, aqui é o fumo, aqui é o refrigerante”.

Repórter: “tudo trocado por peixe. É o comércio sem moeda da Terra do Meio. E é negócio pra você?”

Vendedor: “é, a gente vai sobrevivendo, né? Num dá de ganhar dinheiro. A gente vai levando a vida, que num tem o que fazer, né?”

Repórter: “aí você vende esse peixe lá na cidade...”

Vendedor: “vende na cidade”

Repórter: “quando o regatão vai embora os ribeirinhos não contam com mais ninguém”.

A comparação do supermercado com o regatão traz para a narrativa o olhar reducionista da cultura ‘civilizada’. O sistema de troca ainda é comum em muitos lugares do interior da Amazônia, onde se vive do que abunda na natureza. Tal qual faziam os índios numa relação comunal de solidariedade entre os diversos grupos. Na narrativa de Canellas, o regatão é representado como aquele que vem trazer ajuda, com quem se pode contar. Mas o repórter não mostra as pessoas que negociam com o regatão. Como isso é feito? Como acontece? De fato eles só contam com quem vem de fora? E quem está lá dentro?

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como ‘outros’ ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora (WOODWARD, 2000, p.50). No jornalismo sobre a Amazônia temos o primeiro caso: a evidência dos sistemas classificatórios, que ajudam a entender a construção de identidade pela mídia. O texto traz um permanente identificar-se ou estranhar, reconhecer ou desconhecer, aprovar ou reprovar. “Classificar ações e comparar condutas e práticas humanas de acordo com nossos sistemas de classificação cultural é mais uma forma de regulação cultural” (HALL, 1997, p. 43). É o que Silva (2000) chama de ‘normalização’, a manifestação do poder para eleger arbitrariamente uma identidade como parâmetro para avaliar as outras.

Todorov observa as narrativas de Colombo sobre os índios americanos e reflete sobre a atitude do colonizador diante do colonizado:

Ou ele pensa que os índios (...) são seres completamente humanos, com os mesmos direitos que ele, e aí considera-os não somente iguais, mas idênticos, e este comportamento desemboca no assimilacionismo, na projeção de seus próprios valores sobre os outros. Ou então parte da diferença, que é imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade (...): recusa a existência de uma substância humana realmente outra, que possa não ser meramente um estado

imperfeito de si mesmo. Estas duas figuras básicas da experiência da alteridade baseiam-se no egocentrismo, na identificação de seus próprios valores com os valores em geral, de seu eu com o universo; na convicção de que o mundo é um (TODOROV, 1988, p. 41).

Na série *Terra do Meio* os personagens são representados em meio a disputas e conflitos: o grileiro, o caboclo, o exilado e as viúvas. São vítimas da ‘terra sem lei’, como é ofertada a Amazônia. “Quem sofre ameaças acaba fugindo. Foi assim com centenas de ribeirinhos que moravam na Terra do Meio. Deixaram pra trás tudo o que tinham”. Eles amargam as consequências da desigualdade, da violência, da dor: “o lavrador deixou a roça para trás, mas o coração não veio junto”.

Das narrativas analisadas, a de Marcelo Canellas parece ser a que chega mais perto das pessoas. O repórter entra nas casas, conversa, vasculha, ouve suas histórias, mostra suas dores, lágrimas, cruces marcadas no chão. Os ‘marcados para morrer’, como ele nomina, também fazem parte desse ‘Brasil Invisível’ que ‘precisa’ de visibilidade. Nesta condição, as narrativas saltam por sua estranheza, não pelo interesse em ouvir o ‘outro’. Ao selecionar determinados personagens e situações de um dado cenário, o jornalista sugere que a mesma situação se repete com tantas outras pessoas como aquelas. Esquecem que o ser humano é “muda unidade vital de particularidade e genericidade” (HELLER, 2004, p. 23).

Apesar da importância do que está denunciando, Canellas se vê amordaçado nas tramas da narrativa. Ao nominar a série de “Brasil Invisível”, torna-se impositivo que todos os acontecimentos caibam aí dentro. Então precisa ser, supondo o telespectador padrão de William Bonner (2009), da ordem do não visto e do não sabido. Ou seja, tudo deve ser enquadrado como da ordem do desconhecido e do surpreendente.

Ao falar dos “brasileiros que o Brasil não vê”, a narrativa se propõe, mesmo que implicitamente, a tratar de relações de poder entre um Brasil dominante, visível, iluminado, brilhante e outro Brasil invisível, dominado, apagado, subalterno, desconhecido, esquecido e não sabido. E assim, o repórter fica tão à vontade na escritura que só vê o que considera invisível. Por isso se perde em generalizações: “na Terra do Meio, onde a palavra assassinato veste o disfarce do medo, ou é só desinteresse pela vida... ou é puro interesse de matar”.

Com essa constatação, o repórter apaga a vida, a esperança, a alegria e a capacidade de reagir e lutar das populações tradicionais. E isso aparece nas imagens da vinheta da série, já mostradas (figura 120). Vitimizados pela ilegalidade, eles são representados como indefesos, sem liderança, sem organização. São perdedores de suas terras, nada mais além disso.

Por outro lado, na *Raposa Serra do Sol* os índios que lutam por suas terras são

representados como gananciosos, organizados em diversas associações e divididos em lutas internas de poder. São questionados sobre sua capacidade de guardar território tão vasto e importante como as fronteiras. Por isso são questionadas pelo repórter: “não é muita terra pra pouco índio?”.

Canellas hierarquiza e mostra, implicitamente, que há marcados para morrer mais importantes que outros. “Quem encabeça a lista dos marcados para morrer é ninguém menos do que o líder da Igreja Católica na região da Terra do Meio”, diz o repórter. A ousadia de ameaçar o bispo da cidade comprova o absurdo do ‘Brasil invisível’. D. Erwin (figura 124) conta o que já ouviu da boca dos próprios matadores: “olha se continuar desse jeito tu vai cair fora, tu vai dançar.”

Figura 124 – O bispo ameaçado



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 07/12/2007)

O repórter relata que o bispo é protegido 24 horas, a mando da Justiça, por um policial que o acompanha. A última reportagem da série, intitulada ‘os marcados para morrer’, encerra com o desabafo de D. Erwin: “você fica horrorizado, você não sabe como reagir. Eu disse, a gente reza. A única coisa que pode fazer. Pede a Deus, meu deus até quando? Se eles continuam impunes e fazem o que bem entendem, tá claro que não vai acabar nunca (*fade*)”.

A mesma reportagem é finalizada com o depoimento da viúva de Dema, líder rural assassinado em 2001. Ela aparece no cemitério ajoelhada ao lado de uma cruz, para onde dirige o olhar (figura 125). Sua voz é ouvida em off:

Maria Federicci, viúva de Dema: “a gente tem que ter um pouquinho de fé e esperança, né, de que a justiça vem pros pobres também. Que hoje muitas vezes o que fala mais alto é o dinheiro, quem tem dinheiro. E os pobres fica mais embaixo. Eu acredito que um dia isso pode mudar”.

Figura 125 – A viúva de Dema

Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 07/12/2007)

Após a fala da viúva, o canto triste de uma mulher é ouvido. Durante o canto uma sequência de imagens de toda a série é mostrada. A última é a imagem abaixo (figura 126). O pedido de paz é direcionado a Deus pelo povo em romaria. Os sentimentos de fé e esperança, visíveis no discurso da mulher de Dema, encerram a série produzindo o sentido de que um milagre divino poderia resolver o problema da Amazônia.

Figura 126 – O milagre da paz

Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 07/12/2007)

A impotência dos sujeitos amazônicos segue dois caminhos na narrativa sobre a *Terra do Meio*: um é sua dificuldade de reagir às imposições da selva, as precariedades que precisa enfrentar para domar a floresta. Sua representação em meio ao ‘duelo’ contra o rio e a devastação é como um milagre. “Floresta farta, água limpa, vida intensa. A última reserva da biodiversidade do sul do Pará. E é gente quem opera esse milagre amazônico de salvar planta e bicho”, diz Marcelo Canellas no início da primeira matéria da série. A imagem é de um barco a motor passando cheio de gente (figura 127), seguida de tartaruguinhas na beira do rio.

Figura 127 – Milagre amazônico

Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

São essas imagens construídas como o ‘milagre da salvação’ que permitem encontrar nos textos a nomeação para os sujeitos amazônicos como o ‘povo da floresta’, quando exalta sua força; ‘caboclo’ – “eles que realmente protegem essa floresta” - ou os ‘defensores da floresta’, exatamente quando postados diante das adversidades da selva.

O outro caminho da narrativa é a impotência do homem diante da ilegalidade e da impunidade, a depender mais dos pedidos a Deus, do que da determinação política dos governantes. Na tentativa de ‘salvar planta e bicho’ o homem esqueceria de si próprio, de salvar o próprio homem e proteger os necessitados?

Os líderes assassinados ou ameaçados são o símbolo da luta contra a impunidade na região e representam exatamente o contrário. Mas suas lutas não alcançam a notoriedade, não entram para a história nacional. O que a narrativa enfatiza é a vitimização: “a grilagem está devastando vidas e natureza na Terra do Meio”, dizem os apresentadores do Bom Dia Brasil.

As lutas são apagadas e desconhecidas. Dos assassinatos, a morte de Doroth Stang foi a mais amplamente divulgada pelo telejornalismo nacional. Tratava-se de uma freira norte-americana. Houve repercussão internacional. Os demais são da ordem do esquecimento. E é o próprio apresentador do Bom Dia Brasil, Renato Machado, quem confirma, ao anunciar a última matéria da série sobre ‘os marcados para morrer’: “é gente como a missionária Doroth Stang, morta a tiros em 2005, ou como Dema Brasília e tantos outros que não conhecemos, mas que morreram pelo mesmo motivo. Enfrentaram as ameaças de madeireiros e grileiros no Pará”.

O desconhecimento assumido situa a produção noticiosa em um lugar de distanciamento com relação às lutas internas da Amazônia. Suas mortes são números, os corpos enterrados são contados e a fragmentação dos sujeitos, recortados de seus contextos, não dimensiona suas atuações. Assim aconteceu com a Cabanagem, que vimos no capítulo I,

vista historicamente como motim político, que só foi reconhecida como ‘revolução popular da Amazônia’ em 1980 (BEZERRA NETO, 2001a). E o reducionismo histórico da região e de sua gente perpetua a imagem de que “a Amazônia nunca estruturou interesses próprios, capazes de competir com os interesses de fora” (CARDOSO; MULLER, 1978, p. 11).

Apesar das evidências dos apagamentos, das qualificações, da ‘colonialidade’ que subalterniza e não valoriza a diversidade, os jornalistas, não desmerecendo seu papel social de fazer ver, crêem que ao redigir seus textos não estão fazendo escolhas, mas tão somente facilitando a vida do cidadão.

É da própria natureza do jornalismo apontar o que está errado para que seja corrigido. Mostrar o que está ruim para que seja melhorado. Denunciar os que se corrompem para que sejam punidos. Expor os que estão em dificuldades para que possam ser ajudados. A utilidade social do jornalismo é exatamente a de proporcionar que tudo isso aconteça - e que os cidadãos tenham instrumentos para exercer seus direitos plenamente. Informação é um instrumento valiosíssimo nesse processo (BONNER, 2009, p. 96).

Quando os jornalistas apontam o que deve ser corrigido, melhorado, quem deve ser punido e quem deve ser ajudado, agem como se os acontecimentos tivessem vida própria.

Parece que o pensamento ocidental tomou cuidado para que o discurso ocupasse o menor lugar possível entre o pensamento e a palavra; parece que tomou cuidado para que o discurso aparecesse apenas como um certo aporte entre pensar e falar; seria um pensamento revestido de seus signos e tornado visível pelas palavras, ou, inversamente, seriam as estruturas mesmas da língua postas em jogo e produzindo um efeito de sentido (FOUCAULT, 2006a, p. 46).

Como os acontecimentos só existem enquanto produção discursiva, suas escolhas não habitam o mundo real, e sim o mundo da representação. Mas como herdeiro do pensamento ocidental, o texto jornalístico precisa se sustentar na verdade de suas palavras e de suas imagens porque a “informação é um instrumento valiosíssimo”, como diz Bonner.

7.4. O HOMEM MITIFICADO: ENTRE A SEDUÇÃO E A REDUÇÃO DO ‘OUTRO’

Em termos quantitativos, a formação discursiva que apresentou maior número de registros foi a denominada *primitivo*. Enquadramos nessa categoria as marcações jornalísticas que observam a cultura amazônica como simples, rude, povo em estado natural em oposto a ‘civilizado’. Para pensar sobre esta divisão, vamos nos apoiar em Homi Bhabha (1998), para quem a diferença cultural é a enunciação que problematiza a divisão binária do passado e do

presente, entre tradição e modernidade. Ao representar o presente, algo vem a ser repetido em nome da tradição, como uma estratégia de representação da autoridade.

As famílias numerosas chamam a atenção dos repórteres. Bial observa: “Wanderley tem sete filhos com Ana Rita”. Aqui temos a família Monteiro Nunes (figura 128). São dois irmãos, Wanderley e Walmir, suas mulheres e os filhos. Eles vivem de uma serraria comunitária.

Figura 128 – A família Monteiro Nunes



Fonte: Jornal Nacional, 2007, DVD2

Marcelo Canellas contabiliza as crianças de outra família na *Terra do Meio*: “São nove ao todo”. O repórter entrevista o casal Francisco e Tereza (figura 129):

Canellas: “você quer ter mais filhos?”

Francisco: “não” (a mulher diz sim ao mesmo tempo).

Canellas: “Não né?”

Francisco: “não”.

Canellas: “e o que que vocês fazem pra não ter mais filho?”

Francisco: “não... porque a gente já tá ficando velho, né? Num tem mais...” (risos).

Tereza põe a mão no rosto com vergonha).

Canellas: “mas num toma providência nenhuma, num tem assim... pílula anticoncepcional... a senhora já tomou?”

Tereza: “nunca”

Repórter: “nunca tomou, né?”

Tereza: (responde com a cabeça que não).

Canellas: “mas num tomou porque num chega, porque num gosta...”

Tereza: “porque num tem mesmo”.

Canellas: “Tereza teve todos os nove filhos nesta casa. Sozinha. E foi sozinho que o casal perdeu outros três”.

Figura 129 – A família de Francisco e Tereza



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

As observações de Canellas nos permitiram observar a relação entre entrevistador e entrevistados. Enquanto o repórter claramente deixa escapar sua visão sobre a necessidade de evitar filhos, Tereza deixa escapar que gostaria de ter mais um. Mas a ausência de controle de natalidade é depreciada pelo jornalista.

Percebemos que Marcelo Canellas e Pedro Bial optaram por fotografar essas famílias numerosas a cada vez que encontravam com elas, ou seja, colocá-las paradas posando para a câmera, diferente do que se faz costumeiramente em televisão. E curiosamente elas estão sempre na mesma posição, arrumadas, tal qual nos antigos retratos de família. Mas o que essa representação quer dizer? Explicitação do primitivo, das famílias numerosas vistas com estranhamento pelos jornalistas? Simples registro? Essa é uma inquietação que nos acompanha.

Said, ao observar a relação do Ocidente com o Oriente, detecta que “o único modo em que os árabes contam é como seres meramente biológicos; institucional, política e culturalmente eles são nulos, ou quase nulos. Numericamente, e como produtores de famílias, eles são reais” (SAID, 1990, p.316). Na relação entre Brasil e Amazônia teríamos a mesma relação?

As representações que temos observado, tanto nos textos como nas imagens, não nos distanciam das percepções de Said sobre o Orientalismo. Os Amazônidas seriam apenas números, vitimados pela floresta grandiosa e pela ganância de madeireiros e grileiros? Aqui temos mais uma família retratada na periferia de Altamira na série *Terra do Meio*. Herculano conta como veio parar na cidade (figura 130): “os grileiro tava lá, então me botaram arma em cima e pediram cinco minutos pra gente sair de lá. Então nós abandonemo tudo que era nosso e viemo pra cá pra Altamira (*fade*)”.

Figura 130 – A família de Herculano

Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 05/12/2007)

O posicionamento dos retratados, inertes diante da câmera, seria o símbolo da pobreza e da violência na região? Foucault propõe que para analisar as condições do discurso, seu jogo e seus efeitos, faz-se necessário questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender a soberania do significante. Se os significados estão postos em qualquer discurso, então a semelhança dessas imagens tem algo a dizer. “São as coisas mesmas e os acontecimentos que se tornam insensivelmente discurso, manifestando o segredo de sua própria essência. O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (FOUCAULT, 2006a, p. 49).

As famílias ‘enquadradas’ e recortadas no ‘ser’ do retrato são congeladas no tempo e na representação. São paralisadas como exemplares de um ‘outro’ Brasil, ‘outro mundo’, onde ‘o tempo não tem importância’. Um Brasil mitológico, que Bial reconheceu, ao se deparar com ‘esses seres’ no mercado do Ver-o-Peso em Belém: “é divertido um passeio pela mitologia amazônica, exposta em garrafas, histórias... e na cara da gente”. A imagem abaixo foi utilizada no momento da locução da expressão “cara da gente” (figura 131).

Figura 131 – ‘Cara da gente’

Fonte: Jornal Nacional, 2007, DVD2

Said diz que os mitos apresentam os problemas como “imagens já montadas, do

mesmo modo que se monta um espantalho com trapos e paus velhos e depois faz-se com que ele represente um homem” (SAID, 1990, p.316). É uma representação pré-concebida que invade o discurso como aquilo em que não se ousa mais acreditar. Busca-se em imagem, muitas vezes, aquilo que a ficção oferece (CERTEAU, 2008).

A linguagem mítica é um discurso, ou seja, não pode ser senão sistemática; o discurso não é feito quando se quer, nem são feitas declarações no seu interior sem que antes se pertença - em alguns casos inconscientemente, mas de qualquer modo involuntariamente - à ideologia e às instituições que garantem a sua existência. Estas últimas são sempre instituições de uma sociedade avançada que lida com outra menos avançada, de uma cultura forte que encontra uma mais fraca. A característica principal do discurso mítico é que ele oculta as próprias origens, bem como as daquilo que descreve (SAID, 1990, p.325).

A ‘mitologia exposta na cara da gente’, que Bial observa, já nos diz algo sobre as imagens que estamos tentando entender. Retomando o discurso da colonialidade (BHABHA, 1998), encontramos a reincidência do estereótipo como estratégia discursiva da fixidez. Ao seleccionar os sujeitos amazônicos e pedir que eles se posicionem desta forma para tirar o ‘retrato’, há intenções do autor em questão. Nem sempre claras, conscientes, mas presentes.

Registros imagéticos bem semelhantes são encontrados nos diários de viagens das expedições à Amazônia do século XIX (figura 132). Naquela época, as imagens posadas justificavam-se devido às limitações do equipamento, geralmente pesados e de difícil transporte.

Figura 132 – Registros das expedições do século XIX



Fonte: Imagens extraídas de Meireles Filho (2009)¹⁰⁸

Esta outra foto (figura 133) foi encontrada no portal Globo Amazônia com o seguinte título: “encontradas fotos de índios amazônicos levados para a Europa há um século”. No corpo da matéria extraímos a informação de que a pesquisadora Lesley Wylie, da Universidade de Leicester, no Reino Unido, encontrou duas fotos dadas como perdidas que

¹⁰⁸ MEIRELLES FILHO, João. *Grandes expedições à Amazônia brasileira: 1500-1930*. São Paulo: Metalivros, 2009.

mostram dois índios levados da Amazônia para a Europa em 1911. “As imagens, feitas por John Thomson, um fotógrafo etnográfico escocês, são bem ao estilo dos registros antropológicos feitos naquela época, com os dois indígenas colocados diante de um fundo branco, como meros modelos da etnia a que pertenciam¹⁰⁹”.

Figura 133 – Índios levados para a Europa



Fonte: Museu de Arqueologia e Antropologia da Universidade de Cambridge/Divulgação)¹¹⁰

Entre a imobilidade e a repetição, que são as exigências do estereótipo, para Bhabha (1998), há uma relação de superioridade e inferioridade entre autor e personagens. Suas exposições nos dizem muito mais do registro de seres mitológicos, inacreditáveis (CERTEAU, 2008), mas reais, ‘porque as imagens não deixam mentir’, como disse o apresentador Renato Machado ao anunciar uma das matérias da *Terra do Meio*. E ao fazer a separação entre real e mitológico é o conceito de colonialidade do poder que nos ajuda a pensar: “uma energia e um maquinário que transformam diferenças em valores” (MIGNOLO, 2003, p. 37).

O discurso pode permanecer alheio à ação, mesmo quando fala dela: “produz-se uma divisão entre aquilo que se diz, mas não é real, e aquilo que é vivenciado mas não pode ser dito. A linguagem torna-se ficção com relação a uma realidade cotidiana que não tem mais linguagem.” (CERTEAU, 2008, p. 238). Há um apagamento do real em nome de uma fragmentação discursiva, que elege, nomeia, rotula, enquadra. A mídia “produz efeitos de realidade criando uma visão mediática da realidade que contribui para criar a realidade que

¹⁰⁹ GLOBO AMAZÔNIA. Encontradas fotos de índios amazônicos levados para a Europa há um século. *Portal Globo Amazônia*, São Paulo. Disponível em <http://www.globoamazonia.com/Amazonia/0,,MUL1637805-16052.00-DE+BELO+MONTE+A+CODIGO+FLORESTAL+VEJA+FATOS+QUE+MARCARAM+A+AMAZONIA+EM.html>. Acesso em: 03 mai. 2011.

¹¹⁰ *ibid.*

ela pretende descrever” (CHAMPAGNE, 2003, p. 75).

A formação discursiva *primitivo* também foi identificada na referência entre longe e perto que se produz para a audiência nacional. O longe é a Amazônia, desconectada do mundo. Sem televisão... “Tem TV, mas não funciona. Uma semana sem ver o Jornal Nacional. Uma semana ligados ao mundo pela linha do satélite. Mandando daqui para aí, trazendo o longe pra perto”, diz Pedro Bial, relatando as ‘dificuldades’ da equipe da Caravana durante os oito dias que viaja de barco.

Sem telefone... Lembremos do blogueiro de Pauini, da série *Amazônia Urbana*, o único ser que a equipe conseguiu fazer contato na ‘cidade isolada’, porque mantém um blog. E com um detalhe: foi o único com quem foi possível falar: “só conseguimos comunicação com uma pessoa pela Internet, esse rapaz aqui que nós viemos conhecer agora”, diz o repórter Alberto Gaspar, como a mostrar um exemplar raro.

Diante da escola onde o repórter Pedro Bial constata que falta bola, lápis, parede, caderno, mas não falta criança, ele pergunta: “e tem criança inteligente aqui? Com futuro? O professor responde: “tem, tem muita criança inteligente aqui”. Repórter e cinegrafista, com a câmera na mão, apresentam a tecnologia às crianças da escola de São Sebastião. Eles ensinam Cristiane, uma das meninas, a colocar o equipamento no ombro e olhar a imagem através da câmera. Em seguida Bial pergunta à menina: “Cristiane, qual a vista mais bonita aqui de Ipanema que você queria filmar?” E ela responde: “o rio”.

Bial transpõe para o discurso uma relação de poder onde o colonizador apresenta ao colonizado as ‘maravilhas da civilização’. As crianças são seduzidas pela proposta de chegar perto do equipamento. E a imagem delas em torno da câmera, com ares de curiosidade ou desconfiança, é geradora de um encontro cordial entre primitivo e civilizado. Um silêncio que invade o discurso (FOUCAULT, 2006a) como a querer apagar a ordem instaurada pelo autor. “O jornalista, fingindo-se narrador, institui uma ordem de fala, ou uma fala ordenada, mas nunca, como sujeito, nela se institui. De informações mudas passa-se a textos cegos, atrofiando-se ao criar narrativas atrofiadas” (RESENDE, 2002, p. 244).

Marcelo Canellas relata que na *Terra do Meio* a conexão com o mundo ainda se faz pelo rádio, como mostra sua representação de Chico Feitosa, já referida no capítulo 3. “Aos 75 anos nunca estudou, nunca votou, nunca procurou, nem nunca foi procurado pra tirar documento algum”, diz o repórter. O pescador é apresentado como uma raridade: “só de uns tempos pra cá é que ouviu falar nessa tal de...televisão”.

Figura 134 – Chico Feitosa e o rádio



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

A cena acima (figura 134) foi produzida para ter visibilidade no telejornal. O rádio em primeiro plano, de frente para a câmera, tem mais notoriedade que o avô e o neto ao fundo. Percebe-se um descompasso entre o real e a cena representada. O rádio, assim de costas para seu Chico, com certeza não é utilizado no seu dia a dia. Desta forma, só se presta para ser apreciado pelo telespectador.

Regular culturalmente o ‘outro’ é não ir ao seu encontro para somar, entender, dialogar, partilhar, mas para diferenciá-lo ou marginalizá-lo. Seria o mesmo que fazer uma ‘marcação simbólica’ decidindo quem é excluído e quem não é. Chico é o personagem ideal encontrado pelo repórter para comprovar o ‘Brasil Invisível’ às avessas. Ele desconhece o mundo dos personagens da televisão a quem o autor atribui tamanha importância ao comparar com a cultura de Chico. Para este, o Brasil das celebridades é invisível e não tem a menor importância. Mas o repórter reduz o personagem a uma espécie de anomalia, uma aberração.

A escritura oferta o sentido de que o ‘Brasil Invisível’ deve assimilar os mesmos códigos culturais do outro Brasil – o visível. Constrói-se uma suposta sociedade padronizada imersa no mundo da TV, que não compactua com experiências, como o universo de Chico Feitosa, tido como anormal. Não há diálogo, nem o desejo de saber do ‘outro’ contemplando sua diferença. Não basta que os personagens entrem em cena, mas é preciso entender os recortes de sua fala selecionados pelo jornalista para identificar o peso de sua voz em comparação com os outros discursos presentes na escritura.

Chico é reduzido e enquadrado na escala do inacreditável, mitificado (CERTEAU, 2008). E de tão inferiorizado diante das perguntas e comparações, admite sua ‘falha’, dizendo que seu trabalho é ‘grosseiro’ e que se sente ‘abestado, sem saber nada’. Observando atentamente as imagens que cobrem esse trecho da fala do entrevistado, percebemos que durante a expressão ‘trabalhozão grosseiro’ a imagem utilizada é a de Chico extraindo

borracha da seringueira (figura 135).

Figura 135 – ‘Trabalhozão grosseiro’



Fonte: Rede Globo – Bom Dia Brasil (exibido em 03/12/2007)

O saber lidar com a floresta e extrair dela o alimento e a fonte de sobrevivência são invalidados pela narrativa. É uma imagem rápida, associada ao rude, ao primitivo, ao ‘grosseiro’. Como não é o autor quem diz, mas o próprio entrevistado, o repórter se exime de qualquer qualificação explícita. Afinal os adjetivos devem ser evitados pelos jornalistas para garantir a objetividade do texto. Essa orientação está presente na maioria dos manuais de redação: “recomenda-se usá-lo com sobriedade. A opinião sustentada em fatos é mais forte do que a apenas ou excessivamente adjetivada” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001, p.50)

A representação de Chico nos traz um exemplo vibrante da produção discursiva sobre a Amazônia no cenário nacional. A herança eurocêntrica ocidental está tão viva como se estivéssemos no século XVI. “É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘policia discursiva’ que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (FOUCAULT, 2006a, p. 35). Ao olhar para outras culturas que não dominam o saber da escrita ou não habitam o mundo das tecnologias, temos a reativação de dois discursos básicos da ‘era da civilização’ moderna: progresso e raça, que saltam à superfície do texto como verdades coercitivas.

É com a experiência histórica que leva à produção da América que se assentam na Europa, de um lado, a idéia e a experiência da mudança como um modo normal, necessário e desejável da história. Do outro, o abandono do imaginário de uma idade dourada em um mítico passado, em favor do imaginário do futuro e do ‘progresso’ (QUIJANO, 2005, p. 22).

Para comprovar que estamos diante da ‘colonialidade do poder’, temos na enunciação a opção pelo discurso da diferença “como sua condição de possibilidade e como aquilo que

legítima a subalternização do conhecimento e a subjugação dos povos” (MIGNOLO, 2003, p. 40). A categoria racial se faz presente no texto ao apontar inferioridade e não conflitos de poder resultantes de processos histórico-culturais (QUIJANO, 2005) no jeito de ser de Chico. O jornalista olha e julga o pescador como a mídia olha para a massa.

Uma ignorância completa relega a ‘massa’ ao esquecimento. Ela se apóia, sem dúvida, no privilégio que possui a escrita, na repressão que exerceu sobre o oral e sobre as expressões diferentes, transformadas em ‘folclores’ nas fronteiras de um império (CERTEAU, 2008, p. 168).

As expressões diferentes são folclorizadas e mitificadas enquanto produto dos seres em ação. O exercício jornalístico se fundamenta em comparações cuja centralidade só pode ser explicada pela desigualdade explícita no modo de olhar para as diversas regiões do país.

Em oposição à formação discursiva do *primitivo*, localizamos a formação discursiva da *exaltação* quando se constroem representações sobre os sujeitos amazônicos. E quem são os merecedores de admiração? Os observados pelos autores como a serem seguidos ou como seres sedutores? Encontramos apenas dois exemplos e ambos estão presentes na narrativa da *Caravana JN*. São as morenas de Alter-do-Chão, e o filósofo Benedito Nunes, que fez de Belém a sua base (figura 136).

Figura 136 – Os sedutores



Fonte: Jornal Nacional, 2007, DVD2

Pedro Bial observa as dançarinas em ação na tradicional Festa do Çairé, em Santarém. São movimentos sensuais com roupas curtas. Os passos dos casais simulam o namoro e o ato sexual entre o boto e as mulheres amazônicas. “Diante de cabocas tão sestrosas a pergunta: quem é o sedutor? E quem é o seduzido? Sem trocadilho. Santarém, o santo harém do boto”.

O repórter demonstra claramente seu encantamento diante das mulheres. A mesma sedução é demonstrada diante do filósofo Benedito Nunes. Sua admiração é explícita no texto em vários momentos: “esse tesouro de Belém ninguém conhece”; “um dos mais brilhantes

filósofos do Brasil”; “nosso grande filósofo”. E no final ainda atribui a ele duas qualificações: “doce e íntegro”.

Bial se identifica com o filósofo, mas duvida da inteligência das crianças de São Sebastião. Essa *exaltação* da beleza das morenas e do saber do filósofo nos obriga a comparações com as outras representações do que identificamos como o discurso do *primitivo*. Este último aparece em um número muito maior de registros do que a *exaltação*. O subalterno visto como diferente está em Chico Feitosa, nas crianças diante da câmera, em Antônio, Tereza e seus nove filhos, na família Monteiro Nunes, nos índios, nas mulheres que lavam roupas nas beiras dos rios e tantos outros sujeitos que vimos ao longo da análise. Em nenhum desses casos há qualquer tipo de admiração ou exaltação.

Identidade e diferença são relações sociais sujeitas a relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. São disputadas e ordenadas hierarquicamente. Ao ofertar sentidos sobre os fatos sociais, “a narrativa põe naturalmente os acontecimentos em perspectiva, une pontos, relaciona coisas, cria o passado, o presente e o futuro, encaixa significados parciais em sucessões, explicações e significações mais estáveis” (MOTTA, 2004, p. 7). Mas mesmo ordenando e organizando tudo o que encontra a sua frente, não oculta o fracasso e a falha.

O sucesso garantido da escritura se orienta num fracasso primeiro e numa falha, como se o discurso se construísse por ser o efeito e a ocultação de uma perda que é sua condição de possibilidade, como se todas as conquistas da escritura tivessem como sentido fazer proliferar produtos que vão substituir uma voz ausente, sem jamais conseguir captá-la, colocá-la no lugar do texto, suprimi-la como estranha (CERTEAU, 1994, p. 256).

O discurso sobre o ‘outro’ é sempre esse ausente presente. Mesmo na televisão, onde o registro parece substituir o real, como efeito de verdade. É sempre uma perda, diz Certeau. E só é possível desta forma? Certeau diz que essa perda é sua condição de possibilidade. Mesmo mostrando ao vivo, expondo à vista de todos, a perda está lá. Os recortes estão lá. Os fragmentos não desaparecem. Há sempre o que está por trás do cinegrafista. O mundo para o qual ele deu as costas. Há sempre algo que se destaca na cena e algo de coadjuvante. Há sempre mais luz em alguns cantos do que em outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios que se impõem a uma tese são inúmeros e significativos. Percorremos uma longa caminhada cheia de desvios e atalhos, que ora aumentam o percurso e ora o reduzem. Ao longo dos quatro anos de desenvolvimento desta pesquisa, percebemos a transitoriedade do conhecimento. Enquanto o tempo passa, temos um objeto de estudo que também se modifica ao longo dos anos. Temos autores novos e novas publicações que chegam ao presente. E temos o passado, a história, os autores que nos presentearam e presenteiam com suas idéias e reflexões.

Temos a clareza de que este trabalho é o resultado momentâneo de encontros e desencontros materializados aqui. Algo que não se quer acabado, que não se faz concluído, nem amordaçado. São constatações de um longo mergulho, muitas vezes solitário, em direção a um mundo que clama por novos olhares e sensibilidades, que espera por contribuições, aprofundamentos e imersões que afastem o olhar apressado. O mergulho nos permitiu percorrer rastros, sair da superfície, adentrar minuciosamente para além das aparências, descobrindo segredos guardados ou evidências que, de tão explícitas, fazem-se naturalizadas e apagadas.

Quando temos o jornalismo como objeto científico, estamos diante de pontos extremos, de tempos diferentes. De um lado, a ‘necessidade’ dos jornalistas de ser cada vez mais velozes, trazendo supostamente o ‘novo’ em cada reportagem veiculada. De outro lado a ciência e o campo do Jornalismo como produção acadêmica, que caminha em interface com a Sociologia, a Antropologia, a História, a Literatura, entre outros. Este precisa de tempo para entender e identificar os meandros das notícias, a representação dos fatos, que parecem evaporar assim que são exibidos ou publicados.

Assim acontece com os telejornais. Tão logo acabam, perdem sua materialidade. E na próxima edição os apresentadores trarão outras notícias, outros textos, outras imagens. Isso se impõe como condição da notícia-mercadoria. Essa fluidez da exibição diante da necessidade de apreensão do telejornal como objeto de pesquisa foi um dos primeiros desafios pelos quais passamos.

Ao selecionar reportagens exibidas pela TV Globo nos anos de 2006 a 2010 obtivemos uma pequena amostra das representações sobre a Amazônia. Ao transcrever os textos, descrever as imagens e o áudio de cada VT transformamos o material coletado em outra coisa. Estávamos diante de uma representação, um discurso, que passaria à condição de significante para ser analisado e representado novamente, não mais no campo do Jornalismo, mas no

campo da ciência.

Em um primeiro momento, trabalhamos com as imagens em movimento. Em seguida, sentimos a necessidade de ‘congelar’ cada tomada, transformando-a numa fotografia, para observar toda a cena. Isso parecia inicialmente um problema porque tínhamos a consciência de que não é assim que o telespectador vê. Provavelmente, devido à rapidez da exibição, poucas coisas ele lembraria. Então o que estávamos fazendo parecia inicialmente não fazer sentido.

Mas eis porque a pesquisa científica é tão importante para entender as relações sociais. Aquilo que parecia um trabalho insano mostrou-se como a grande trilha para seguir adiante. As imagens e os textos verbais observados individualmente em cada série (parte II), ao serem misturados e colocados lado a lado com as outras séries (parte III), nos trouxeram reiteraões riquíssimas do ponto de vista da análise.

As representações sobre a Amazônia, ofertadas como um ‘nunca antes visto’ pelos jornalistas da TV Globo, vêm sendo atravessadas por discursos que localizamos nos mais distintos campos e tempos. Assim, as reportagens televisivas, aparentemente escorregadias aos olhos do telespectador, de tanto serem mostradas da mesma maneira, remetem a uma permanente reafirmação de relações de superioridade e inferioridade entre a região Norte e o Brasil.

A Amazônia é apropriada por inúmeros discursos advindos dos mais diversos agentes e interesses. A floresta e seus recursos são disputados por governos, empresas, ONGs, movimentos sociais, madeireiros, fazendeiros e tantos outros que somariam uma lista interminável de envolvidos na disputa. Mas são os moradores dessa região, os habitantes do lugar, que desde o início deste trabalho, moveram os nossos interesses em fazer essa imersão.

Para entender o lugar dos sujeitos amazônicos na produção discursiva nacional, foi necessário localizar a região e a floresta no contexto da geopolítica do país. Os textos televisivos nos apontaram uma indissociação visível entre a floresta, que se tornou uma região, e o homem que vive a sua sombra, porque assim o é para os jornalistas. Observar a representação dos sujeitos isoladamente não nos permitiria entender relações de poder e saber que explicam as formações ideológicas que tecem as relações do país com a Amazônia. Ao mapear os sentidos e as vozes, observando a relação entre autor-jornalista, personagem-entrevistado e leitor, identificamos as formações discursivas que sinalizaram as frequências do discurso jornalístico.

Os sujeitos, enquanto habitantes do mundo da TV, não aparecem com suas potencialidades, conhecimentos, percepções, diversidades. São apresentados diariamente em

nível nacional como a face obscura da floresta, como pinturas desbotadas de um quadro, como rostos congelados em retratos antigos. A metáfora metrópole/colônia persiste na impossibilidade de trazer ao mundo visível, midiático, as vozes representativas da região como atores principais. São coadjuvantes no processo que os torna fixos, estáveis, precisando ser investigados e necessitando até de conhecimento sobre si mesmo.

Os sujeitos nativos vêm sendo, reiteradamente, descartados como partícipes dos processos decisórios sobre o desenvolvimento da região, que apagam as disputas locais e suas especificidades. O discurso que circula, por exemplo, nas capas de semanários, com o título “A Amazônia é Nossa”¹¹¹, raramente dá conta no sentido de avançar ou contribuir com soluções para minimizar os conflitos locais. A centralidade do discurso está muito mais na defesa do território e da soberania nacional e muito menos na preocupação com a qualidade de vida das populações tradicionais.

A representação jornalística presentifica em rede nacional a exibição de discursos desequilibrados sobre as regiões mais pobres e menos desenvolvidas. As matérias especiais fazem uma imersão interessante na problemática da região. Mas as muitas vezes que aparecem ao longo das reportagens estão a dizer sempre as mesmas coisas, comprovando o que a produção discursiva já traz de antemão como pronto e acabado.

Não existe, de fato, polifonia (DUCROT, 1987), porque as enunciações não são diversificadas, mas surgem restritas às três linhas discursivas que encontramos nos textos dos telejornais analisados. Os discursos identificados são abastecidos pelo passado e pela memória, que colaboram para construir uma idéia cristalizada sobre a região, entre passividade para aceitar as imposições do governo, ganância dos índios, já não mais tão ingênuos, e vulnerabilidade das fronteiras, o que põe em risco as instituições e a nação.

Ao enunciar a televisão compartilha com a audiência sentidos comuns de um ambiente histórico e cultural. O saber do leitor, ou seja, do ‘telespectador médio’ suposto pelos jornalistas, deve ser realimentado e ao mesmo tempo convocado todos os dias. Quando o repórter produz seu texto está buscando palavras que precisam ser compreensíveis pela audiência nacional. Para isso a produção discursiva dos telejornais em rede necessita apagar os regionalismos por supor que assim estará sendo mais abrangente e atraente. O engano está em não perceber que o regionalismo permanece, não o do ‘outro’, distante, mas a linguagem regional do ‘mesmo’ localizado no Sudeste do País. Esta é a região de onde se olha para o Brasil na produção audiovisual nacional.

¹¹¹ “A Amazônia é Nossa” foi a manchete de capa da Revista *Isto é* de 28 de maio de 2008, n. 2012, ano 31.

A Amazônia dos telejornais nacionais aparece como o ‘outro’ do Brasil, como alteridade e não como identidade. Esse é um ponto fundamental. Diz respeito ao lugar de onde se fala, que, supostamente, ‘integra’ o país em rede nacional. A região central e dominante - leia-se Rio de Janeiro e São Paulo - detém o poder de árbitro dos dispositivos midiáticos, que conformam o Brasil diariamente.

Como o ‘outro do Brasil’, a Amazônia, enquanto oferta discursiva, estimula diversas leituras que se alternam ao sabor dos poderes e saberes em jogo no campo midiático. Mas uma questão de fundo que atravessa todos esses discursos diz respeito ao fato de que a floresta e os sujeitos que vivem a sua sombra fazem parte de uma região, um espaço específico do país, um espaço de diferenciação que deve ser mantido sob ação e controle de uma classe dominante (CORRÊA, 2003).

A Amazônia, que começa a se integrar de fato ao Brasil a partir do século XIX, vai sendo absorvida pelo discurso da nacionalidade como terra a ser apropriada e guardada como garantia para a segurança das fronteiras e do território nacional. E permanece ainda hoje como o desconhecido que está por ser descoberto e nomeado. Por isso suas paisagens e cenários são produzidos com surpresas e estranhamentos que ratificam um Brasil dividido, não só do ponto de vista espacial, mas social e cultural.

A Região Norte, a maior do país, é apagada enquanto divisão política. Quase inexistente nos textos. Seus Estados são ofertados aos olhos da nação em sua relação com a floresta, ora como guardiões do patrimônio nacional, ora como palco de ilegalidades. Terras e riquezas, historicamente, têm sido os motivos dos conflitos que envolvem a região. E estes aparecem escondidos sob o discurso oficial da valorização do homem e da integração nacional, como o fez com tanta propriedade o Governo militar.

Esses discursos são fundantes no país e têm uma contribuição importante da televisão, que se solidifica justamente na década de 60, junto com a ditadura militar. É a TV, financiada e sustentada pelo governo, que vai disseminar um discurso nacional sobre a Amazônia, reinterpretando o passado, para o bem do presente ou do futuro, fazendo um trabalho de enquadramento da memória (POLLACK, 1992). A Amazônia passa a ser a região do futuro, como potencial a ser descoberto, desbravado, integrado e explorado. Enquanto se disseminava esse discurso, as riquezas naturais da região estavam sendo negociadas com grandes grupos estrangeiros com o total apoio do Governo.

Ao encurtar distâncias com as transmissões nacionais, a televisão elimina as produções locais e regionais e solidifica o discurso da unidade nacional acima dos interesses das populações locais. Estas são vistas como mão-de-obra necessária para o crescimento e a

ocupação da região, como a vinda de nordestinos para a Amazônia, estimulada e incentivada pelo Governo. Mas ao chegarem à região essas famílias eram abandonadas à própria sorte ao longo da rodovia Transamazônica, que os militares construíram para integrar o país, sem nunca terem concluído.

Longe de enxergar as desigualdades históricas e políticas originárias da situação atual, os repórteres só conseguem ver, hoje, nas cidades amazônicas, as marcas da falência e do fracasso. Observam a região como atrasada e abandonada à espera do progresso e da civilização. O passado colonial é revisitado e saudado como época da arquitetura grandiosa e dos grandes feitos. Como se as capitais e cidades amazônicas estivessem até hoje a esperar por uma nova era ‘civilizatória’ que as fosse livrar do primitivismo e da simplicidade.

O ciclo da borracha, época de exploração intensa dos recursos naturais e humanos, enriqueceu uma minoria e explorou milhares de trabalhadores que se aventuraram no meio da mata em condições inóspitas. A memória nacional, retomada pelos jornalistas, não só silencia a exploração como reproduz a idéia do crescimento trazido pelo ciclo econômico e a ‘orfandade’ regional com o fim da extração da borracha.

E mesmo quando traz à cena os conflitos, o texto jornalístico, apesar de lamentar a ilegalidade e a irracionalidade no cuidado com a floresta, não responsabiliza claramente os culpados. Se a terra é pública e a floresta é de todos, o Estado aparece como algo abstrato e distante. E isso quando estamos falando da participação dos comentaristas nos telejornais da TV Globo, que são convocados na condição de especialistas autorizados a contextualizar assuntos que dominam. As populações tradicionais não ocupam o centro das questões. A floresta ganha o papel principal no discurso preservacionista que potencializa a cobertura vegetal e desbota os sujeitos sociais.

Os discursos fundadores da nação materializam uma clara divisão. A nobreza branca, representada pelas nações européias, é da ordem do ‘mesmo’. O ‘outro’ do Brasil são as nações indígenas e africanas, escravizadas, assassinadas e abortadas de suas culturas, produzidas como inferiores na escala humana. Suas histórias de vida e de luta, anteriores a esse encontro com o português, são completamente excluídas do telejornalismo nacional, da história oficial, da literatura e de tantos outros textos produzidos sobre a Amazônia que eliminam a resistência das populações indígenas e dos negros frente à ocupação branca e à escravidão.

O saber popular é reduzido e menosprezado com relação ao saber da ciência, da Igreja, do Estado, do jornalista. São os especialistas, os cientistas, os representantes do Governo os autorizados a falar em nome das populações locais. Assim como foram os naturalistas do

século XIX em seus diários de viagens que ofereceram ao Brasil e ao mundo as impressões sobre a floresta e as populações nativas, do ponto de vista do saber acadêmico e autorizado.

Os jornalistas de hoje lembram muito os expedicionários de dois séculos atrás. Eles fazem os mesmos percursos e também estão à procura de raridades para levar, não para os museus europeus, como faziam os naturalistas, mas os objetos raros que captam serão arquivados no acervo das coleções midiáticas, depois de serem expostos à curiosidade pública no momento da exibição dos telejornais.

Suas impressões sobre a floresta dizem respeito à fartura e à imensidão da área verde observada com fascínio e deslumbramento. A ‘última reserva da biodiversidade do planeta’, cobiçada mundialmente, não pode ser ignorada. Corresponde a um tesouro imensurável, pleno de riqueza e beleza, que precisa ser mostrado. E deve corresponder às expectativas míticas, que de tão surpreendentes, tornam-se inacreditáveis.

A floresta dos relatos jornalísticos se assemelha aos gigantes das narrativas ficcionais. É impiedosa, furiosa, faminta, pronta para o duelo com as populações locais, que de tão exaustas, rendem-se à natureza impiedosa. Ao mesmo tempo em que é bela é assustadora porque desconhecida. A imensidão e o perigo são formações discursivas indissociáveis.

Como na ficção, os jornalistas procuram o caos na ordem, o desequilíbrio no equilíbrio, o rompimento, as discontinuidades para produzir o clímax característico das encenações que têm no desenlace o fim das tensões (MOTTA, 2004). Assim, o texto noticioso sobre a Amazônia sobrevive da relação desequilibrada entre imensidão e pobreza; meio ambiente e devastação; harmonia e perigo; exuberância e mistério. É dessa forma que a floresta deve satisfazer as pautas pré-concebidas dos jornalistas.

As distâncias percorridas, as dificuldades enfrentadas na viagem, os desafios impostos no caminho são narrados como peripécias a manter o suspense das histórias. Todos esses impasses são validados pelo repórter como necessários e importantes para dimensionar a Amazônia, suas dificuldades, seus recursos naturais e o ilimitado potencial da região. Assim os repórteres estão sempre vendo e mostrando as mesmas coisas.

E mesmo quando percorrem as capitais, os cenários e personagens escolhidos não se diferenciam e estão relacionados aos sabores da floresta, como o Mercado do Ver-o-Peso, em Belém, os igarapés assassinados de Manaus ou a arquitetura colonial. Essa reprodução do olhar nos diz de uma rotina ‘técnica’ pronta para entrar em ação cada vez que uma determinada região, distante do Sudeste, é escalada para virar notícia.

Os povos da Amazônia, representados como a ‘força que vem da floresta’, são produzidos como seres amorfos, sem história, resvalando pra lá e pra cá ao sabor das

narrativas jornalísticas. Os problemas que enfrentam são prioritariamente de ordem natural, devido às intempéries da selva. E quando são de ordem humana, como as ameaças de morte feitas por pistoleiros profissionais, o perfil dos sujeitos oscila entre a vitimização e a capacidade de acreditar que dias melhores virão.

As lutas históricas, como a Cabanagem, considerada hoje pelos historiadores amazônidas, como uma revolta popular ocorrida no Pará, não fazem parte do cenário televisivo. Assim como não fazem parte, também, as lutas atuais e seus bravos líderes, muitos deles já mortos. Os sujeitos são construídos como vítimas das águas revoltas, dos jacarés, do analfabetismo, da solidão. São passivos ‘ribeirinhos’ que fazem parte da paisagem, mas não fazem parte do país.

Ao eleger os pontos de ruptura como condição do texto noticiado, os jornalistas estão separando o conflito da ordem. E ao optar pela descontinuidade, estão escolhendo o incomum para mostrar e deixando o comum de lado. Ao estabelecer esses critérios de noticiabilidade, a qualificação entre o que é normal e o que é anormal, tão naturalizada nesse ato de seleção, traz claras preferências e exclusões.

O anormal e o incomum, como Chico Feitosa, que nunca viu televisão, ou como Terezinha, que escuta vozes na mata, e tantos outros mostrados nas reportagens, serão expostos à curiosidade como objetos raros e risíveis. E assim servem para confirmar idéias prontas que os jornalistas têm sobre a região. Idéias, que surgem com o imaginário europeu produzido sobre a América ou sobre o Oriente, quando a televisão ainda nem existia.

São heranças vivas do pensamento colonial moderno resultante do encontro entre civilizações vivendo tempos históricos diferentes como se ainda estivéssemos no século XVI. Diante de outras culturas sem domínio sobre o saber da escrita ou o saber das tecnologias digitais, o jornalista explicita dois discursos básicos da ‘era da civilização’ moderna: progresso e raça. Tudo aparece de modo bastante sutil, habitando o silêncio do texto. Mas aquilo que cataloga como diferente vem acompanhado da necessidade de expor o ‘personagem’ à curiosidade pública, e não do interesse por suas respostas.

O jornalismo é atravessado por discursos históricos que vêem o índio como incapaz e o ribeirinho como apático. São sujeitos sem voz, sem ação, sem pulsação e alegria. Tal qual o colonizador, o naturalista, os escritores e tantos outros viajantes que percorrem o interior da Amazônia, o jornalista apresenta um personagem fragmentado, extraído de sua plenitude. O texto dá vida a outro ser que resulta desse encontro entre identidade e alteridade, entre o mesmo e o outro, mas onde cabe ao primeiro a autoridade para caracterizá-lo diante do leitor. É o autor quem decide se o personagem terá voz na narrativa, define o tempo de fala, a

sequência – o que vem antes e depois – o enquadramento, a utilização de música e as imagens utilizadas enquanto fala.

Ao aproximar o que está distante, trazendo o longe pra perto, esses fragmentos tornam-se a única representação possível, tornam-se a verdade para o telespectador. Ou seja, as reportagens sobre a Amazônia, para o Brasil que olha com os olhos do Sudeste, são resultantes de escolhas arbitrárias que só permitem a visibilidade àquilo que se enquadra como um ‘outro’ Brasil.

Ao classificar dessa maneira, temos então uma confirmação da hierarquia inter-regional que expõe a visão da periferia a partir do centro. A Amazônia que se parece com o Brasil ‘central’, digamos assim, não interessa à produção jornalística. As reportagens de rede exibidas pela TV Globo sobre acontecimentos comuns a todas as cidades brasileiras, como inflação, engarrafamento, cesta básica, compra de material escolar, atendimento médico, descobertas científicas, produção industrial e tantos outros assuntos são feitas por repórteres situados nas grandes capitais. Os repórteres do Norte do país, que vivenciam os mesmos problemas, não têm aprovadas pautas como essas que trazem semelhanças entre as regiões.

Para fazer parte do cardápio diário dos telejornais de rede e se enquadrar no que de mais ‘importante’ acontece a cada dia é preciso que o ‘gancho’ da matéria se enquadre na ‘verdade’ amazônica que habita o mundo dos jornalistas de rede. A floresta tem que ser farta e grandiosa, tanto primitiva quanto desabitada, quase intocada. Seus moradores devem compor a paisagem confirmando a imensidão da ‘selva’. A solidão, o atraso e o vazio, que não aparecem no texto verbal, devem percorrer quase todas as imagens.

A representação da solidão é percebida na preferência por enquadrar os moradores frente ao universo ribeirinho, entre a selva e o rio, onde são encontradas poucas residências que se distanciam bastante do universo urbano comumente visto. Por isso o repórter chama isso de ‘cidades abandonadas’. O vazio pré-concebido pelo imaginário nacional deve ser encontrado sob a copa das árvores. O homem procurado deve ser algo entre o primitivo e o abandonado. E quanto mais longa a viagem, mais aumenta a expectativa de encontrar territórios desprotegidos, habitantes ameaçados e terras invisíveis.

Importante ressaltar que as palavras ‘vazio’, ‘atraso’ e ‘solidão’ em nenhum momento estão presentes no texto verbal. Mas são elas que significam o que se concebe como representação amazônica cada vez que a floresta e os sujeitos que a habitam são merecedores de entrar no cardápio dos telejornais. E de tanto serem exibidas da mesma maneira, com os mesmos ângulos e enquadramentos, são naturalizadas.

A imagem mostra como é, o texto diz o que é e os entrevistados atestam a pobreza, o

fracasso, o atraso e tantas outras formações ideológicas que percorrem os discursos. O texto oferece o substantivo. A adjetivação, a qualificação, que o jornalista deve evitar para eximi-lo da subjetividade, é feita silenciosamente pelas imagens. Um casamento perfeito confere ao discurso telejornalístico o atestado de verdade vital para manter seu ‘contrato’ com o público. O jornalista, enquanto autor, tenta minimizar sua participação. Como ‘as imagens não deixam mentir’ e os entrevistados são seres reais que depõem sobre o mundo real, não sobra ao telespectador espaço para a dúvida.

A representação opera sob a ótica do discurso colonial (BHABHA, 1998) que se utiliza do conceito de ‘fixidez’ para construir a alteridade. O ‘outro’ é apresentado de modo essencialista, como ordem rígida e imutável, desordenado e degenerado, situando-se em posição inferior na escala evolutiva da espécie humana. O estereótipo, como estratégia discursiva da fixidez, sobrevive em oposição à fluidez da identidade, que é um permanente tornar-se, um vir a ser (HALL, 2003b).

Ao optarem pelo estereótipo, os jornalistas validam a imobilidade, central na relação entre colonizador e colonizado. Saber e poder, como par indissociável, perpetuam relações de domínio onde o ‘outro’ representado serve tão somente à composição de narrativas que confirmem a subalternidade do povo amazônico à racionalidade das instituições e do mundo moderno.

Nos textos analisados, inexistente espaço para a pluralidade. Em seu lugar erige-se uma categorização racial, que enxerga inferioridade e não processos resultantes de conflitos históricos. Em relação à Amazônia, o jornalista torna-se um eterno colonizador em busca de novas descobertas. Cada lugar antes invisível é apresentado sob a perspectiva aparente de que a visibilidade pode encurtar as distâncias entre o Brasil e a Amazônia.

As formações discursivas e ideológicas identificadas nos dizem muito mais de um afastamento geopolítico, reforçado pela divisão centro-periferia, que amordaça os sujeitos e a região quanto mais visíveis se tornam. Os homens são interpretados como indiferentes à reação, impotentes diante da ilegalidade e da impunidade e incapazes de autodeterminação na economia da nação. Ao relacionar o jeito de ser dos amazônidas com as paisagens naturais, o jornalista extermina a produção de subjetividade cultural, social e política, apagando a ação desses homens no mundo, enquanto seres históricos. Perpetua-se assim uma relação de colonialismo interno entre o Brasil e a Amazônia, que potencializa a cultura oficial nacional civilizada e descarta o saber local.

Tal qual Said (1990) localizou o Oriente enquanto produção discursiva do Ocidente, a Amazônia é produzida pelo Brasil como algo apartado e separado e ao mesmo tempo

dominado. Instala-se nos textos um temor de que a vulnerabilidade da região diante dos poderes naturais ou humanos possa gerar um descontrole que questione a autoridade do possuidor sobre os possuídos.

O jornalismo, como prática cultural, aparece tão profundamente atrelado aos discursos fundadores da nação e à produção de memória e identidade, que impõe-se repensar os critérios de noticiabilidade. A resposta para a pergunta ‘por que as notícias são como são’ está muito mais no texto do que fora dele. Muito mais no universo cultural que posiciona o autor no mundo em ação e sabota os ideais de objetividade e imparcialidade. O conteúdo noticiado é resultante de processos de desigualdades sociais e econômicas que acionam e reativam todos os dias uma falsa integração da nação.

A centralidade da produção noticiosa coloca em cena um apagamento da diversidade da massa, que precisa ser unificada para ‘facilitar’ a fala do jornalista na sua tentativa de esclarecimento. Assim perpetua-se o anonimato, o indistinguível e anula-se a heterogeneidade dos grupos sociais. E ao olhar para o Brasil como um todo, como massa indistinta, reproduz um dizer autoritário, que legitima a colonialidade do poder e do saber, ao representar a Amazônia, condenada e subjugada a uma imagem dicotômica entre inferno e paraíso, riqueza e pobreza.

O que observamos nos telejornais nacionais nos diz de uma reiteração impiedosa. Quanto maior a exclusividade da notícia perseguida pelo jornalista, maiores são os processos invisíveis de fixação da diferença. Ao exibir e convocar o telespectador a observar o mundo pela janela sem sair de casa, as notícias têm de conter atrativos e excessos que longe de ingenuamente democratizar a informação, produzem e reproduzem processos de julgamento e redução.

Dessa maneira, faz mais sentido dizer que as notícias são o que são porque exibem a materialização de relações de poder, herdeira da centralidade do ‘nós’ e da diferença do ‘outro’. O texto torna-se porta-voz de uma ordem estabelecida, definidora de personagens e de encenações que instalam a racionalidade e a produtividade do centro e a irracionalidade da periferia.

Creemos que as pesquisas no campo do jornalismo devem se concentrar no produto veiculado, ofertado. Ao observar o texto, problematizamos a relação autor-mensagem-leitor, que nos permite pensar sobre os fluxos da comunicação e os critérios para noticiar que foram acionados para gerar o que se gerou. Enquanto o ‘valor-notícia’ define o conteúdo a ser noticiado, observamos na trama dos acontecimentos discursivos o ‘valor-diferença’. É esta categoria que nos ajuda a pensar o que as notícias são e, conseqüentemente, o que fazem e

dizem.

O jornalismo das grandes empresas de comunicação brasileiras, centralizado espacial e politicamente, não vislumbra a valorização da pluralidade cultural, ao contrário, o valor do ‘outro’ vira estereótipo. A diferença concentra-se no poder da autoridade cultural e de sua tentativa de manter o domínio e a supremacia, problematizando a divisão entre passado e presente, arcaico e moderno (BHABHA, 1998).

Observando o valor-notícia, proposto pela teoria do *Newsmaking*, percebe-se que os critérios substantivos; relativos ao produto; ao meio; ao público; e à concorrência, observados em pesquisas etnográficas importantes, não podem ser tomados como um pré-concebido que automatiza as rotinas profissionais. As pesquisas no campo do jornalismo, seja na graduação ou na pós-graduação, devem atentar para o fato de que os valores-notícia são regras de seleção observadas nas redações, ao olhar para os ‘*gatekeeper*’ em ação.

Os autores pós-colonialistas propõem um ‘entre-lugar’ que evite a polaridade, que garanta que o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez e que os signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de outro modo¹¹². Faz-se urgente transgredir as fronteiras epistêmicas estabelecidas pela colonialidade do poder durante o processo de construção do sistema mundial colonial/moderno. É preciso buscar as ‘incertezas das margens’, vislumbrar a perspectiva do subalterno (MIGNOLO, 2003).

No contexto das sociedades pós-coloniais, como a América Latina, faz-se urgente a problematização de relações de poder e saber, de dominação e exploração que se materializam nos fluxos audiovisuais dos veículos de comunicação, seja nos programas de entretenimento ou no jornalismo. A Amazônia, como o ‘outro’ do Brasil, e o jornalismo, como produção do ‘outro’, necessitam de pesquisas que tragam à discussão o autoritarismo das produções midiáticas.

E o telejornalismo inserido na lógica do mercado capitalista precisa ser pensado enquanto agente autorizado a reproduzir a ‘diferença cultural’. A busca pelo ‘novo’, que condiciona os valores-notícia, se alimenta do velho, da circularidade dos códigos que mantêm a centralidade do olhar e exibem um ‘valor-diferença’. Os jornalistas profissionais e os estudantes que estamos formando devem ser motivados a alterar essa ordem produtiva, que hierarquiza os saberes e vive à caça de anormalidades e diferenças na periferia, no mundo do ‘outro’.

¹¹² *ibid.*

REFERÊNCIAS

OBRAS CITADAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-amazônia. In: _____; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). *Populações tradicionais: questões de terra na Pan-Amazônia*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006. 104 p. p. 60-70.

_____. O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989). In: LENA, Phillippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Orgs.). *Amazônia: fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: MPEG / ORSTOM, 1991. p. 259-290.

AMARAL FILHO, Nemézio Clímico. *Mídia e quilombos na Amazônia*. Rio de Janeiro, 2006, 190f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 330 p.

APPADURAI, Arjun. The past as a scarce resource. In: *The journal of the Royal Anthropological Institute*. V.16. n.2. June, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 203p.

BARBOSA, Marialva. *Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória*. Niterói, RJ: EDUFF, 2007. 172p.

_____; GOULART, Ana Paula. Telejornalismo na Globo: vestígios, narrativa e temporalidade. In: BRITTOS, Valério C.; BOLAÑO, César Ricardo S. *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005. 373p. parte II, cap. 10, p. 205-223.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1984. 185p.

_____. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. 288p.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.243p.

BATES, Henry Walter. *O naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Cia Editora Nacional, 1944. v.1.

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. 6.ed. São Paulo: Ática, 1998. 112p. (Série Princípios).

_____. O CNPQ, a fronteira e a Amazônia. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de (Edits.). *Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. 795p. Parte II. p.727-739.

_____. Fronteiras amazônicas no início do século XXI. In: FORLINE, Louis; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ima (Orgs.). *Amazônia: além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005a. p. 473-500.

_____. Geopolítica da Amazônia. In: *Estudos Avançados*. v.19, n. 53. São Paulo, jan/abril 2005b. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005. Acesso em: 10 jul. 2011.

BENETTI, Márcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: _____; LAGO, Cláudia (Orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 286p. parte II, cap. 1, p. 107-122.

BEZERRA NETO, José Maia. A Cabanagem: a revolução no Pará. In: ALVES FILHO, Armando; SOUZA JÚNIOR, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maia. *Pontos de história da Amazônia*. 3. ed. rev. ampl. Belém: Pakatatu, 2001a. 112 p. v.1. cap. 5. p. 73-104.

_____. A conquista portuguesa da Amazônia. In: ALVES FILHO, Armando; SOUZA JÚNIOR, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maia. *Pontos de história da Amazônia*. 3. ed. Ver. ampl. Belém: Pakatatu, 2001b. 112p. v.1. cap. 1. P. 11-26.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 394p.

BOLAÑO, César. Mercado brasileiro de televisão, 40 anos depois. In: _____; BRITTOS, Valério Cruz. *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. 373p. cap. 1, p. 19-34.

BONNER, William. *Jornal Nacional: modo de fazer*. São Paulo: Globo, 2009. 247 p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 311p.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 143p.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. In: FAUSTO NETO; A.; PRADO, José Luiz A.; PORTO, Sérgio D. (Orgs.). *Campo da comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001. 120p. p. 11-39.

BRITO, Daniel Chaves de. *A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 266p.

CAMPBELL, Richard. *60 minutes and the news: a mythology for middle America*. Urbana & Chicago: Univ. of Illinois Press, 1991. 278p.

CAPARELLI, Sérgio; LIMA, Venício Artur de. *Comunicação e televisão: desafios da pós-globalização*. São Paulo: Hacker, 2004. 164p.

CARDOSO, Ana Cláudia. O desafio da compreensão do urbano no Estado do Pará. In: TOLEDO, Peter Mann de; MORHY, Erika de Souza. *Revista de Estudos Paraenses*. Edição de recriação do Idesp. 2008. Belém, Secretaria de Estado de Governo do Pará. 88p. p. 19-23.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1978. 205p.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *Momentos de história da Amazônia*. Imperatriz, MA: Ética, 1998. 260p.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Ciências sociales, violência epistémica y el problema de la "invencion del outro"*. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/7.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2007..

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 5.ed. Campinas, SP: Papius, 2008. 253p. (Coleção Travessia do Século).

_____. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 345p.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 351p.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 752p. p. 63-79.

COMPARATO, Fábio Konder. A democratização dos meios de comunicação de massa. In: *A Tv aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 201p. p. 183-201.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Belém, 1973. 2v. v.1. (Coleção Cultura Paraense, Série Inácio Moura).

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 7.ed. São Paulo: Ática, 2003. 93p.

COSTA, Vânia Maria Torres. *Os movimentos sociais em Belém e a visibilidade da TV: os atores da educação em cena*. Belém, 2002, 132f. 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Fundação Biblioteca Nacional, 1909. Disponível em <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>. Acesso em: 05 mar. 2008.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICH, Aldo. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 504 p.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 330p.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987. 222p.

DUTRA, Manuel José Sena. *A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), 2005. 279 p.

FACIN, Milton J. *Território de identidades: os jornais gaúchos e as demarcações discursivas da identidade regional*. Rio de Janeiro, 2002, 505f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 316p.

FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997 (Coleção Megalópolis). 240p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário eletrônico Aurélio versão 6.0*. 4.ed. Curitiba: editora Positivo, 2009. 1 CD-ROM.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual de redação*. São Paulo: Publifolha, 2001. 391p.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995 (Coleção Campo teórico).

_____. *A ordem do discurso*. 13.ed. São Paulo: Loyola, 2006a. 79p.

_____. O que é um autor? In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Michel Foucault - Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense universitária,

2006b. p. 264-298 (Coleção Ditos & Escritos, 3).

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 33.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 288p.
 GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. 208p.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007. 340 p.

GUIMARÃES, César; LIMA, Cristiane da Silveira. A ética do documentário: o rosto e os outros. In: *Contracampo* - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: Instituto de Artes e Comunicação. 2º semestre/2007. v. 17. p. 145-162.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. 222p.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: THOMPSON, Kenneth. *Media and cultural regulation*. Sage Publications Ltd., 1997.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: representação da Unesco no Brasil, 2003a. 434 p.

_____. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b. 102p.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 133p. cap.3, p. 103-133. (Coleção Educação Pós-Crítica).

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004 (Série Interpretações da História do Homem, 2). 121p.

HOBBSBAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: _____; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. 2. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1997. 316 p. p. 9-23.

HUYSSSEN, Andreas. Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sônia Virgínia (Org.). *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005. p. 23-36.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. 152p.

JORNAL NACIONAL. *Caravana JN*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 2007. DVD duplo.
 _____. *JN 35*. Rio de Janeiro, Globo Vídeo; Som Livre, 2004. DVD duplo.

KHEL, Maria Rita. Televisão e violência do imaginário. In: BUCCI, Eugênio (Org.). *A TV*

aos 50: criticando a televisão no seu cinquentenário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 201p. p.133-151.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. 368p.

KUNCZIK, Michael. *Conceito de jornalismo: Norte Sul – Manual de comunicação.* 2.ed. São Paulo: USP, 2002. 415p.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico.* 22.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 117p.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* São Paulo, Moraes, 1991. 145p.

LEITE, Marcelo. *A floresta amazônica.* São Paulo: Publifolha, 2001. 99p. (Coleção Folha explica).

LINS, Consuelo. *O documentário de Eduardo Coutinho: televisão, cinema e vídeo.* Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 208p.

MAIA, Rousiley Celi M. Identidades coletivas: negociando novos sentidos, politizando as diferenças. In: *Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação.* Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social, 2000. v.5, 2º semestre/ 2000. p. 47-66.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos.* 2.ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002. 167p.

_____. *Televisão: a vida pelo vídeo.* São Paulo: Moderna, 1988. 119p.

MARQUES, Fábio C. Uma reflexão sobre a espetacularização da imprensa. In: COELHO, Cláudio N. P.; CASTRO, Valdir José de (Orgs.). *Comunicação e sociedade do espetáculo.* São Paulo: Paulus, 2006. 211p. parte I, cap. 1, p. 33-60. (Coleção Comunicação).

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva.* 2.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004a. 182p.

_____. *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura.* São Paulo: Loyola, 2004b. 478p. (Coleção Comunicação Contemporânea, 3).

MARTIUS, Friedrich Philipp Von; SPIX, Johann Baptist Von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820.* 2.ed. [São Paulo]. Edições Melhoramento, 1960. Tomo III.

MEIRELLES FILHO, João. *Grandes expedições à Amazônia brasileira: 1500-1930.* São

Paulo: Metalivros, 2009. 241p.

_____. *Livro de ouro da Amazônia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 442p.

MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 407p.

MENDONÇA, Kleber. *A punição pela audiência: um estudo do Linha Direta*. Rio de Janeiro: Quarter, 2002. 152p.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 505p.

MINOGUE, Kenneth. *O conceito de universidade*. Brasília: Editora Brasília, 1981.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Parte II, cap. 3, p. 143-167.

_____. *Narratologia: análise da narrativa jornalística*. Brasília: Casa das Musas, 2004. 60 p. (Coleção Textos em Comunicação).

MUNDURUCU, Emilio Kaba. Os indígenas da Amazônia Brasileira e a luta pelo território. In: MARIN, Rosa Acevedo; ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de (Orgs.). *Populações tradicionais: questões de terra na Pan-Amazônia*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006. 104 p. p. 23-24.

MUSSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta: colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental*. São Paulo: Vértice: Ed. Revista dos Tribunais/ANPOCS, 1988.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o bravo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: *Encontros com a civilização brasileira*, 1979. v.11. p.101-140.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999. 100p.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. 181p.

_____. Vão surgindo sentidos. In: _____ (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Fontes, 1993. 171p. p. 11-25.

PATERNOSTRO, Vera Íris. *O texto na TV: manual de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 157p.

PEREIRA, Osny Duarte. *A transamazônica: prós e contras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989. p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992. p. 200-212.

PRADO, Flavio. *Ponto eletrônico: dicas para fazer telejornalismo com qualidade*. 2.ed. São Paulo: Publisher Brasil, 1996. 102p.

PRADO, José Luiz Aidar; BAIRON, Sérgio. A invenção do Outro na mídia semanal. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia (Orgs.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 286p. parte III, cap. 4, p. 251-278.

PRIOLLI, Gabriel. Antenas da brasilidade. In: *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 201p. p. 13-24.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, São Paulo: USP, v. 19, n. 55, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/01.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2008.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Brasília, MEC, 1956.

_____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

_____. *Tempo e vida na Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1965.

RESENDE, Fernando. O discurso jornalístico no contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças. In: Encontro da Compós, 16, 2007, Curitiba. *Anais eletrônicos*. Curitiba, Compós, 2007. Disponível em http://www.compos.org.br/data/biblioteca_247.pdf. Acesso em: 22 out. 2007.

_____. O jornalismo e a enunciação. perspectivas para um narrador-jornalista. In: *CONTRACAMPO*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social, 2005.v. 12. 1º sem 2005. p. 85-101.

_____. *O olhar às avessas: a lógica do texto jornalístico*. São Paulo, 2002, 237f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000.

_____. *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papyrus, 1994. v.1. 326p.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade*. 3.ed. Lisboa: Presença, 2001. 223p.

_____. *Tradição e modernidade*. Biblioteca online de Ciências da Comunicação, 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-tradicao-modernidade.pdf>. Acesso em: 10 out. 2007.

ROSE, Diana. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Edit.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 516p. parte II, cap. 14. p. 343-364.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 370p.

SALLES, Vicente. As forças políticas na Cabanagem. In: FORLINE, Louis; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ima (Orgs.). *Amazônia: além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.p. 227-236.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Do pós-moderno ao pós-colonial. E pra além de um e outro*. Conferência de abertura do VIII Congresso Afro-luso-brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004. Disponível em www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf. Acesso em: 30 ago. 2007.

SANTOS, Vanja Joyce. *Leituras da floresta: a construção da Amazônia na mídia impressa brasileira*. Salvador, 2002, 132f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Cia das Letras, 2007. 136p.

SCHWARCZ, Lílían M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287p.

STAM, Robert; SHOHAT, Ella. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. 536p.

_____. O telejornal e seu espectador. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo. n. 13. out. 1985. p. 74-87.

SILVA, Francisco Carlos T. da. Conquista e colonização da América portuguesa: o Brasil colônia – 1500/1570. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. 445p. cap.1, p. 33- 94.

SILVA, Luiz Martins da. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 286p. parte I, cap. 4, p. 84-104.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). A produção social da identidade e da diferença. In: _____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 133p. cap.2, p. 73-102. (Coleção Educação Pós-Crítica).

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002. 302p.

SIMÕES, Inimá. *A nossa TV brasileira: por um controle social da televisão*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004. 137p.

SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 156p. (Coleção Vozes do Mundo Moderno).

SOMMER, Dóris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 488p.

SOUSA, Inglês de. *Contos amazônicos*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 205p. (Coleção contistas e cronistas do Brasil).

SOUZA JÚNIOR, José Alves. A adesão do Pará à independência. In: ALVES FILHO, Armando; SOUZA JÚNIOR, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maia. *Pontos de história da Amazônia*. 3. ed. rev. ampl. Belém: Pakatatu, 2001b. v.1. 112 p. cap. 4, p. 55-72.

_____. O projeto pombalino para a Amazônia e a ‘doutrina do índio-cidadão’. In:

_____; ALVES FILHO, Armando; BEZERRA NETO, José Maia. *Pontos de história da Amazônia*. 3. ed rev. ampl. Belém: Pakatatu, 2001a. v. 1. 112 p. cap. 3, p. 35-54.

SOUZA, Márcio. *Breve história da Amazônia: a incrível história de uma região ameaçada conta com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo*. São Paulo: Marcozero, 1994.

_____. *Breve história da Amazônia: a incrível história de uma região ameaçada conta com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001. 239p.

_____. *A literatura na Amazônia: as letras na pátria dos mitos*. Disponível em <http://www.marciosouza.com.br/interna.php?nomeArquivo=vida>. Acesso em: 26 mai. 2008.

SQUIRRA, S. *Boris Casoy: o âncora no telejornalismo brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. 207 p. (Coleção Comunicação de Massa).

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 261p.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 263p.

TOURINHO, Carlos. *Inovação no telejornalismo: o que você vai ver a seguir*. Vitória: EspaçoLivros, 2009. 306p.

TRAQUINA, 2003. *O estudo do jornalismo no século XX*. 2. ed. São Leopoldo, RS: editora Unisinos, 2003. 220p.

_____. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005. v.1.224p.

TRAVANCAS, Isabel. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993. 114p. (Novas Buscas em Comunicação, v. 43).

TUCHMAN, Gaye. *Making news: a study in the construction of reality*. New York: Free Press, 1980. 244p.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1979. 261p.

VISEU, Alfredo; CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VISEU, Alfredo (Org.). *A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 127p. cap.1. p.11-28.

_____. O newsmaking e o trabalho de campo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia (Orgs.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 286p. parte III, cap. 2, p. 223-236.

WOLF, MAURO. *Teorias das comunicações de massa*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 295p. (Coleção Leitura e Crítica).

WOLTON, Dominique. *O elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Ática, 1996. 319p. (Série Temas, v. 52).

_____. *Pensar a comunicação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 544 p.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 133p. Cap. 1, p. 7-72. (Coleção Educação Pós-Crítica).

ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992. 299p.

OBRAS CONSULTADAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia. In: _____; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Orgs.). *Populações tradicionais: questões de terra na Pan-Amazônia*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006. 104p. cap. 16, p. 60-70.

BARBOSA, Gustavo Guimarães; RABAÇA, Carlos Alberto. *Dicionário de comunicação*. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 795p.

BARBOSA, Marialva. Paradigmas de construção do campo comunicacional. In: WEBER, Maria Helena; BENTZ, Ione; HOHLFELDT, Antônio (Orgs.). *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2002. v.1.293p. p. 73-79.

BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 223p.

BISTANE, Luciana; BACELLAR, Luciana. *Jornalismo de TV*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. 141p.

BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de TV*. 2.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. 184p.

COUTINHO, Iluska. Leitura e análise da imagem. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005. 380p. cap. 21. p. 330-344.

COSTA, Tatiana Alves de Carvalho. *O espelho e o bisturi: o jornalismo audiovisual nas reportagens televisivas*. Belo Horizonte, 2005, 151f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. 3.ed. São Paulo: Vega, 1995. 320p.

LOPES, Maria Immacolata V.; BRAGA, José Luiz; SAMAIN, Etienne. Proposta de atualização da categorização do campo da comunicação em subáreas. In: FAUSTO NETO; A.; PRADO, José Luiz A.; PORTO, Sérgio D. (Orgs.). *Campo da comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001. 120p.

MAIA, Rousiley Celi M. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. In: LEMOS, André *et al* (Org.). *Livro da XII Compós: mídia*. Br. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MARTINO, L. C. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: FAUSTO NETO; A.; PRADO, José Luiz A.; PORTO, Sérgio D. (Orgs.). *Campo da comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001. 120p.

PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. 2.ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002. 123p.

STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992. 104p. (série Temas, v. 20 – Literatura e Sociedade)

TILBURG, João Luís van. O telespectador e a relação espaço-tempo: uma questão epistemológica. In: *Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

TONIN, Juliana. A imagem em Guy Debord. In: GUTFREIND, Cristiane F.; Silva, Juremir Machado da. *Guy Debord: antes e depois do espetáculo*. Porto Alegre: Edipucs, 2007.

YORKE, Ivor. *Telejornalismo*. 4.ed. São Paulo: Rocca, 2006. 282p.

C. A IDENTIFICAÇÃO DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS POR SÉRIE JORNALÍSTICA

Formação Discursiva	Sequência Discursiva – SD verbal	SD - Audiovisual

D. AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS E AS SÉRIES

	Desejos do Brasil	Terra do Meio	Raposa Serra do Sol	Amazônia Urbana
FD1 – Primitivo				
D2 – Ameaça à floresta				
FD3- Ilegalidade				
FD4- Exaltação				
FD5 Nacionalidade				
FD5- Compaixão				
FD6 – Imensidão				
FD7- Determinismo geográfico				
FD8 – Solidão				
FD9 – Salvação				
FD10 – Fracasso				

GLOSSÁRIO

Bg: abreviatura de *background*. É o som ambiente, a música, as vozes ou ruídos ouvidos ao fundo, durante a narração do repórter ou a fala do entrevistado.

Bigclose: é o mesmo que *big close-up*. Tomada próxima que exhibe um pequeno detalhe. Ex: o anel nas mãos, um olho, uma palavra escrita em um papel.

Blocos: são as divisões do telejornal, separadas por intervalos comerciais ou *breaks*.

Cabeça: texto que o apresentador lê, durante o telejornal, para anunciar a matéria que vem a seguir. Contém um resumo com as principais informações da reportagem chamada.

Câmera subjetiva: é o mesmo que ‘câmera contínua’ ou ‘câmera na mão’. O equipamento se movimenta fazendo crer que é o próprio telespectador que está em cena observando os fatos mostrados.

Chamada: resumo das principais notícias de um telejornal que são anunciadas no intervalo comercial antes de sua exibição para convocar o telespectador a assisti-lo.

Close: forma reduzida de *close-up*. É quando a câmera enquadra apenas uma parte de algo que está sendo exibido. Como por exemplo, o rosto de um entrevistado ou o detalhe de um objeto.

Crédito: identificação das pessoas que aparecem na reportagem ou no telejornal durante sua exibição, como repórteres, entrevistados, apresentadores, comentaristas, ou das pessoas que não aparecem, mas colaboraram com aquela edição, como o cinegrafista, o editor, o produtor, etc. Geralmente os créditos aparecem em caracteres (letras ou números) nas margens do quadro para não interferir na visualização das imagens exibidas.

Deadline: é o prazo final para que os materiais a serem exibidos em um telejornal estejam prontos. Há um prazo também para que os repórteres mandem para a redação as fitas com o que foi produzido na rua, a tempo de ser editado para entrar no próximo telejornal. É a ‘hora da morte’ ou do ‘fechamento’.

Edição: a partir do material bruto captado pelo repórter e pelo cinegrafista, o editor faz a montagem. É quando seleciona imagens e entrevistas e junta com o texto (locução) do repórter preparando a matéria a ser exibida no telejornal. A edição também pode utilizar músicas, efeitos sonoros ou arte para facilitar o entendimento do telespectador e tornar a matéria atraente.

Escalada: são as manchetes (resumos das reportagens) que abrem o telejornal e anunciam os assuntos mais importantes que serão apresentados em uma determinada edição.

Fade: é o aparecimento ou desaparecimento da imagem, utilizado durante a edição (montagem) do material a ser exibido. *Fade-in* (aparecimento gradual da imagem, clareamento) ou *fade-out* (desaparecimento gradual da imagem, escurecimento).

Fonte: a origem da informação jornalística, que pode vir de um documento, um site, um jornal ou um entrevistado.

Furo: é a informação veiculada em primeira mão por um determinado telejornal, antes dos outros.

Fusão: recurso utilizado durante a edição (montagem) por meio do desaparecimento gradual de uma imagem, que se funde com o aparecimento de outra. É uma sobreposição de imagens utilizada para suavizar os cortes.

Matéria: em telejornalismo, diz respeito ao material que é produzido para ser veiculado, como reportagens ou entrevistas.

Matéria factual: são as chamadas matérias ‘quentes’, que devem ser exibidas no mesmo dia em que são produzidas ou no próximo telejornal e são atualizadas a cada edição. Abordam fatos ou assuntos que estão em andamento, como reuniões, passeatas, greve, eleições, etc, e que ainda não chegaram ao seu desfecho.

Objetivas: são os tipos de lentes utilizadas nas câmeras de filmar. a) normal: corresponde ao ângulo normal de visão; b) teleobjetiva: permite enquadrar os objetos a grandes distâncias; c) grande angular ou olho-de-peixe: cobre um ângulo de 140°, mas apresenta distorção nos objetos enquadrados.

Off: é a voz que está ausente da cena, quando o apresentador, repórter ou entrevistado falam mas não aparecem. Suas vozes são cobertas por outras imagens.

Pan: é a abreviatura de panorâmica. É quando a câmera gira em sentido horizontal ou vertical, fazendo uma ampla tomada de uma cena, mas posicionada sobre seu eixo.

Passagem de bloco: é a chamada que os apresentadores de um telejornal fazem, ao final de cada bloco de uma edição (antes do intervalo comercial), anunciando que assuntos ainda serão mostrados no (s) bloco(s) seguinte(s).

Passagem de vídeo: aparição do repórter durante a reportagem no local onde acontece a notícia. É quando ele se dirige à câmera (ao telespectador) para explicar ou detalhar algo.

Plano geral: take ou tomada que mostra os personagens e o cenário onde estão.

Plano médio: apresenta os personagens de corpo inteiro.

Rede: grupo de emissoras que exibem uma mesma programação, simultaneamente. São emissoras associadas ou afiliadas.

Script: é o roteiro do telejornal, composto pelo texto lido pelos apresentadores e por todas as informações necessárias à equipe de exibição: como créditos dos entrevistados, cortes, câmeras, tempos dos VTs, etc.

Sobe som: recurso utilizado na edição, quando se opta pela suspensão da locução do repórter para subir o som de uma música ou um áudio natural do ambiente filmado.

Take: cena, tomada sem cortes.

Teleprompter: equipamento acoplado às câmeras de estúdio que exibem em uma pequena tela o texto do *script* do telejornal a ser lido pelo apresentador. É este recurso que faz com que o jornalista possa ler o texto olhando para a câmera simulando uma conversa improvisada com o telespectador.

Viewfinder: recurso da câmera de vídeo que permite ao cinegrafista ver o que está sendo enquadrado ou filmado.

Vinheta: imagens editadas que identificam uma série de reportagens especiais ou um programa, utilizadas na abertura ou encerramento destes. São breves e fazem uso, geralmente, de músicas e efeitos de animação.

VT: forma reduzida de videoteipe. Utilizado para se referir à matéria editada que entra no telejornal.

Zoom: aproximação (zoom-in) ou afastamento (zoom-out) dos objetos em cena por meio da utilização de recursos da câmera.